

TEORIAS E PRÁTICAS DISCURSIVAS

Estudos em Análise do Discurso

IDA LÚCIA MACHADO
AMADEU ROSELLI CRUZ
DYLIA LYSARDO-DIAS

Avany Pazzini Chiaretti - Vera Lúcia Menezes de O. e Paiva
Maria Cristina F. Delacorte - Adriana S. Pagano
Edson J. M. Lopes - Sueli Pires
Antônio Luiz Assunção - Antonio Augusto M. de Farias
Ivanir T. de O. Messias - Sueli Campos Paiva
João Bôsko C. dos Santos - Maria Carmen A. Gomes
Maria Edna de Menezes - Hugo Mari - William Augusto Menezes
Paulo Henrique A. Mendes

N.Cham. 418 A532 1998 v. 1

Título: Teorias e práticas discursivas : estudos em
análise do discurso .



146370311
242516

RSO

EDUOIA

**TEORIAS E PRÁTICAS
DISCURSIVAS**
Estudos em Análise do Discurso

418

A532

1998

v.1

NÚCLEO DE ANÁLISE DO DISCURSO
Fale - UFMG
CAROL BORGES
Editora

**TEORIAS E PRÁTICAS
DISCURSIVAS**
Estudos em Análise do Discurso

**IDA LÚCIA MACHADO
AMADEU ROSELLI CRUZ
DYLIA LYSARDO-DIAS**
Org.

Jun/03/04/05

U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



146378311

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

NÚCLEO DE ANÁLISE DO DISCURSO
Fale - UFMG
CAROL BORGES
Editora

Belo Horizonte
1998

Direitos Autorais reservados - Lei 5988/73

Copyright © Núcleo de Análise do Discurso - Fale/UFMG

Os capítulos assinados são de responsabilidade dos autores, e não traduzem, necessariamente, a opinião do Núcleo de Análise do Discurso e/ou da Carol Borges Editora.

ISBN: 85-7041-140-5

Ida Lúcia Machado e Dylia Lysardo-Dias

Revisão Metodológica

Amadeu Roselli Cruz

Projeto Editorial e Capa

Paulo Henrique Aguiar Mendes

Revisão Geral

Carlos Faria de Azevedo Filho

Assistente de Produção

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da FALE - UFMG

T314

Teorias e práticas discursivas: estudos

em análise do discurso / Ida Lúcia Machado,

Amadeu Roselli Cruz, Dylia Lysardo-Dias, org. -

Belo Horizonte: UFMG/FALE/Núcleo de Análise
do Discurso : Carol Borges, 1998.

320 p.: ilust.

I. Análise do discurso. 2. Linguística. I. Machado,
Ida Lúcia. II. Cruz, Amadeu Roselli.

III. Lysardo-Dias, Dylia.

CDD - 418

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso 418

2. Linguística 410

NÚCLEO DE ANÁLISE DO DISCURSO

Faculdade de Letras - UFMG

Av. Antonio Carlos 6627 - Belo Horizonte-MG, cep 31.270-000

Tel. (031) 499.5125/Fax (031) 499.5113

Projeto de Editoração Científica
Série - Análises Discursivas

Volumes Publicados:

1. Teorias e Práticas Discursivas. Estudos em Análise do Discurso

Comissão Editorial

Amadeu Roselli Cruz
Adriana Silvina Pagano
Antonio Augusto Moreira de Lima
Dylia Lysardo-Dias
Hugo Mari
Ida Lúcia Machado
João Batista Martins
Sueli Pires
Paulo Henrique Aguiar Mendes
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

NÚCLEO DE ANÁLISE DO DISCURSO - Fale - UFMG
Av. Antonio Carlos 6627. Belo Horizonte-MG. - Cep. 31.270-901
Tel. (031) 499. 5125 - Fax (031) 499.5112

SUMÁRIO

Colaboradores - 11

Apresentação - 13

Prefácio - 15

1. **O saber-fazer comunicativo**
Dylia Lysardo-Dias - 17
2. **Texto ou pretexto: Uma análise discursiva de materiais didáticos de ensino de inglês**
Avany Pazzini Chiaretti
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva - 25
3. **Conversas naturais e diálogos de livros para ensino de língua inglesa: Um estudo contrastivo**
Maria Cristina F. Delacorte - 43
4. **Genes, ovelhas e discos compactos: Alguns aspectos das reescritas de descobertas científicas**
Adriana Silvina Pagano - 55
5. **Estratégia do intérprete de conferências para a preservação e para o resgate da coesão do discurso**
Edson J. M. Lopes - 73
6. **As interações face-à-face sob as perspectivas textual e situacional**
Sueli Pires - 93
7. **A análise do discurso e seus múltiplos sujeitos**
Ida Lúcia Machado - 111
8. **“Caso encerrado”. Análise semiolinguística de uma reportagem político policial impressa. O caso PC Farias**
Antônio Luiz Assunção - 123
9. **Discurso e leitura, semântica e argumentação em *Germinal***
Antonio Augusto Moreira de Lima - 141

10. **La Fontaine: Duas leituras, dois atos**
Ivanir Terezinha de Oliveira Assis - 153
11. **O povo numa visão irônica de L. F. Veríssimo**
Sueli Campos Paiva - 161
12. **Modos de Organização do Discurso: Análise de um Anúncio do Whisky J&B em revista Masculina**
Maria Carmem Aires Gomes - 173
13. **Análise semiolinguística da representação do negro em propagandas de medicamentos em revistas médicas**
Amadeu Roselli Cruz - Maria Cristina Avelar Esteves - 187
14. **A construção desconstruída da imagem do negro na propaganda**
Maria Edna Menezes - 213
15. **Atos de fala no discurso de candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte: Análise da promessa e da crítica**
Hugo Mari - 227
16. **Entre a “mudança” e a “conservação”. Proposta de análise contrastiva de dois discurso de Fernando Henrique Cardoso**
William Augusto Menezes - 249
17. **Análise comparativa dos discursos de final de um ano de governo proferidos por Fernando Henrique Cardoso em rádio e televisão**
Paulo Henrique Aguiar Mendes - 271
18. **Atos Indiretos de Linguagem no Discurso Acadêmico Institucional**
João Bosco Cabral dos Santos - 299
- Índice Onomástico - 313**

COLABORADORES

Adriana Silvina Pagano
UFMG-Fale. Dept° de Letras Anglo-Germânicas

Amadeu Roselli Cruz
UFMG-ICB. Dept° de Farmacologia

Antonio Augusto Moreira de Lima
UFMG-Fale. Dept° de Linguística

Antônio Luiz Assunção
FUNREI-Fale

Avany Pazzini Chiaretti
Faculdades Integradas Newton de Paiva - Belo Horizonte/MG

Dylia Lysardo-Dias
Pesquisadora do Núcleo de Análise do Discurso da Fale-UFMG
Doutoranda em Estudos Linguísticos - Fale-UFMG

Edson J. M. Lopes
UFMG-Fale. Dept° de Letras Anglo-Germânicas

Hugo Mari
UFMG-Fale. Dept° de Letras Vernáculas

Ida Lúcia Machado
Coordenadora do Núcleo de Análise do Discurso da Fale-UFMG
UFMG-Fale. Dept° de Letras Românicas

Ivanir Terezinha de Oliveira Assis
UFU-Dept° de Línguas Estrangeiras Modernas

João Bôsko Cabral dos Santos
UFU-Dept° de Línguas Estrangeiras Modernas

Maria Carmen Aires Gomes
UFV-Deptº de Letras e Artes

Maria Cristina F. Delacorte
UFG-Fale. Deptº de Línguas Estrangeiras

Maria Edna Menezes
Pesquisadora do Núcleo de Análise do Discurso da Fale-UFMG
Grupo Interdisciplinar de Estudos Afro-brasileiros da Fale-UFMG

Sueli Pires
Coordenadora da Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Fale-
UFMG
UFMG-Fale. Deptº de Letras Vernáculas

Paulo Henrique Aguiar Mendes
UFOP-ICHS-Deptº de Letras

Sueli Campos Paiva
Pesquisadora do Núcleo de Análise do Discurso da Fale-UFMG

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
UFMG-Fale. Deptº de Letras Anglo-Germânicas

William Augusto Menezes
Pesquisador do Núcleo de Análise do Discurso da Fale-UFMG

APRESENTAÇÃO

Os trabalhos publicados neste volume são decorrência das atividades de pesquisa desenvolvidas por docentes, doutorandos e mestrandos cujos projetos vinculam-se ao Núcleo de Análise do Discurso e ao Curso de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG.

Abrangendo projetos interdepartamentais, em sua maioria, o Núcleo de Análise do Discurso foi criado em 1993, como Centro de Análise do Discurso, tendo sido reconhecido pela Congregação da FALE, em dezembro de 1996, como órgão vinculado ao Centro de Estudos da Linguagem. Pela natureza interdisciplinar dos estudos que se desenvolvem no campo da Análise do Discurso, o Núcleo congrega projetos de outras Unidades da UFMG, sobretudo das áreas da Psicologia, Pedagogia, Comunicação e Ciências Biológicas. Sob a coordenação da Profa. Dra. Ida Lúcia Machado, o Núcleo é a sede brasileira do convênio CAPES/COFECUB - UFMG/PARIS XIII. Concede, ainda, apoio a acordos informais de cooperação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Uberlândia e com a Faculdade de Letras da Universidade de Genebra-Suíça. Por sua significativa atuação, o Núcleo tem projetado a FALE/UFMG no cenário nacional e em alguns países da América Latina e da Europa.

A reunião dos trabalhos neste volume, produzidos por docentes e discentes vinculados ao Curso de Pós-Graduação, é também resultado da trajetória de consolidação da atual linha de pesquisa denominada "Linguística Textual e Análise do Discurso", que congrega projetos individuais e coletivos de professores, mestrandos e doutorandos, em desenvolvimento desde 1992.

Com a publicação do primeiro volume desta série, abre-se mais um espaço para a divulgação de pesquisas na área de Análise do Discurso no Brasil.

Gostaríamos de agradecer os departamentos de Letras Românicas, Anglo-Germânicas e Vernáculas o apoio recebido que viabilizou esta publicação

Sueli Pires

Coordenadora do Curso de
Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
FALE/UFMG

PREFÁCIO

Segundo Charaudeau (1984), todo ato de linguagem é uma espécie de expedição e uma aventura. Uma expedição, porque todo ato de linguagem tem um caráter intencional, sendo concebido por um sujeito comunicante que organiza, dentro de suas possibilidades situacionais, o que vai escrever ou falar; ou seja, o ato de linguagem é condicionado pela competência individual de seu criador, assim como também pelas imposições de ordem psicossocial que o rodeiam.

Para se obter sucesso nessa aventura, o sujeito comunicante dispõe de certos contratos que implicam num certo número de estratégias. Foi esse o caminho seguido pelos diferentes autores deste livro : cada um, a sua maneira, com o instrumental de análise que melhor lhe convinha, lançou-se na aventura que é explicar uma análise discursiva, utilizando para tanto estratégias (individuais e coletivas) de sedução e de persuasão, criando um universo discursivo inserido num contrato passível de ser captado pelo leitor, se este aceitar a forte presença de um “implícito” latente no livro. Ou seja, através de seus diferentes capítulos o que o livro busca dizer a seu leitor é o seguinte : não há, no momento atual. – felizmente ! – uma única Análise do Discurso, um monobloco teórico fechado em si mesmo. Existem sim e são aqui apresentadas, várias teorias discursivas tais como a análise do discurso anglo-saxônica , a teoria modular , a teoria semiolinguística , a teoria dos atos de fala e a teoria da argumentação

É na possibilidade dessas diferentes apropriações que reside a riqueza da análise do discurso enquanto disciplina.

E é na aceitação dessas diferentes leituras/intepretações realizadas sobre diferentes discursos – oral e escrito, midiático e não-midiático, literário e para-literário, institucional e de conversação ordinária – que reside a coerência desse livro.

Ida Lúcia Machado e Dylia Lysardo-Dias

Núcleo de Análise do Discurso
FALE – UFMG

O SABER-FAZER COMUNICATIVO

Dylia Lysardo-Dias

A Análise do Discurso (AD) tem seu interesse voltado para o sentido social e os efeitos da linguagem em uso. Opondo-se às abordagens filológica e estruturalista até então predominantes, a matéria lingüística começa a ser analisada não como uma entidade abstrata, mas como fato social. Há, dessa forma, um deslocamento da problemática estritamente lingüística advinda da oposição saussureana língua/fala para a problemática discursiva proveniente da integração linguagem/prática social. Não se trata de inserir a linguagem numa perspectiva sociológica na qual a relação entre sociedade e língua seria de determinismo unilateral, mas de considerar a dualidade externo/interno como constitutiva da linguagem e a produção do sentido como um processo de interação social.

Enquanto atividade comunicativa, o ato de linguagem envolve sujeitos socialmente organizados que se manifestam dentro de um quadro de regularidades socio-comunicativas convencionalmente determinadas e através de estratégias discursivas de cunho pessoal. Propomo-nos analisar brevemente esses dois níveis, que, longe de instaurarem uma oposição, representam a relação dialógica externo/interno da qual emerge a significação.

1 - Das regularidades socio-comunicativas

O saber-fazer comunicativo pressupõe muito mais que o domínio do código verbal: a não-compreensão e o mal-entendido estão também relacionados à dimensão sócio-cultural da linguagem que vincula objetivos comunicativos a comportamentos linguageiros específicos.

Kerbrat-Orecchioni (1990:76) chama de *cotexto* o conjunto de elementos não-verbais que condiciona o ato de linguagem. Em oposição ao “*contexto lingüístico*”, ela destaca o papel crucial do *contexto* definindo-o como o conjunto de representações dos interlocutores que abrangem tanto as informações prévias quanto aquelas reveladas durante a interação verbal. Atentando para o aspecto dinâmico do processo, ela afirma que o *contexto* é definido previamente mas redefinido a todo momento durante a interação (op.cit:106)

Para Vion (1992:228), esse conjunto de pressupostos reveladores da dimensão intersubjetiva do conhecimento seriam os *implícitos culturais*. Admitindo a inadequação terminológica dessa expressão, uma vez que tudo é cultural na linguagem e na comunicação, ele a utiliza para nomear os pré-construídos ao qual o ato de linguagem está subordinado.

Para Charaudeau (1984), esse quadro pré-estruturado de comportamentos ritualizados prescritos por uma dada sociedade se configura enquanto *contrato de comunicação*. Assim, essa noção implica que os indivíduos comunicantes pertençam a um mesmo conjunto de práticas sociais que os coloquem de acordo com as representações languageiras de tais práticas.

Em todas essas perspectivas, a exterioridade social, longe de ser apenas um componente, é concebida como elemento intrínseco à atividade languageira devido ao inter-condicionamento entre situações sociais recorrentes e comportamentos languageiros. Tais comportamentos são condicionados por práticas sociais pré-definidas que não poderiam ser caracterizadas nem como normas nem como regras, mas como *regularidades sócio-comunicativas*.

Essas regularidades são determinadas pelos seguintes fatores:

a-) universos comuns de referência dos sujeitos

Esses universos comuns de referência compreendem o domínio de saber partilhado pelos interlocutores. Abrangem tanto os conhecimentos ditos “enciclopédicos” quanto a pertinência sócio-cultural do saber sobre o qual o discurso é co-construído. São esses saberes que vão desencadear a interação, uma vez que se

constituem no “denominador comum”, imprescindível e fundador da aproximação entre os interlocutores.

Um dos postulados mais elementares da retórica é a idéia do *lugar comum*, partilhado como condição mínima necessária para a construção de qualquer discurso. Aristóteles (Reboul, 1996) propõe o conceito de *topoi* para se referir a esse “já-sabido” que compreende os saberes e as representações comuns aos sujeitos comunicantes. Tanto do ponto de vista cognitivo quanto pragmático, esses pressupostos culturais vão garantir um espaço de entendimento entre os interlocutores, pré-requisito para a interação entre a instância de produção e a instância de recepção do discurso.

Cada época, cada cultura tem os seus *lugares comuns* que evidenciam as representações partilhadas pela comunidade sociolinguística, seja de forma explícita através de estereótipos verbais, seja através dos pressupostos que estão na base do discurso, sem que necessariamente o indivíduo tenha consciência destes. O ideal de beleza física feminina não é hoje o mesmo do Renascimento, por exemplo, quando as formas mais “generosas e arredondadas” eram valorizadas socialmente, enquanto hoje a busca pela esbeltez tornou-se uma quase obsessão. Assim o pressuposto de que toda mulher precisa/quer emagrecer fundamenta tanto os discursos sociais quanto as falas individuais. Palavras como “regime” e “dieta” ganharam hoje uma outra conotação, não sendo mais associadas obrigatoriamente à doença e à convalescência; termos como “light” e “diet” foram inseridos na linguagem cotidiana tornando-se de domínio público. Tudo isso atesta a representação que se tem hoje do que seja “ser/estar bonita”.

Quanto à diferença cultural dos universos de saber, teríamos, por exemplo, a diferença relativa à concepção do tempo. Invocar, por exemplo, como falta de pontualidade, um atraso de 5 minutos pode ser pertinente numa cultura europeia, mas com certeza não o será numa sociedade como a brasileira na qual a não-observância “rígida” dos horários, além de ser uma prática comum, chega a ser até aceitável e “normal” em certas ocasiões.

Sistematizados ou intuitivos, esses saberes sócio-culturais fundamentam tanto o aspecto referencial quanto informacional da linguagem e poderiam ser chamados de "ideologia", se tomarmos esse termo em seu sentido mais amplo, ou seja, como conjunto de valores, idéias e concepções que expressam uma visão de mundo social.

b-) intenção da comunicação

Todo ato de linguagem comporta necessariamente um objetivo pois ele é voltado para influenciar o outro. Não se trata de postular a intencionalidade dos sujeitos comunicantes (como se fosse possível determinar "o que o autor/locutor" quis dizer), mas a finalidade comunicativa do ato em si. Charaudeau (1997) determina as seguintes finalidades comunicativas:

- o fazer-saber : a finalidade seria a transmissão de um saber pressupostamente desconhecido por parte dos sujeitos interpretantes. A atividade linguageira se organizaria em torno do seu conteúdo informacional.

- o fazer - fazer : o objetivo é levar o outro a agir no sentido desejado pelo sujeito falante, o que não implica necessariamente num tom explicitamente imperativo do discurso. No âmbito das relações institucionais, o reconhecimento da autoridade do sujeito falante advém da sua posição, que por si só evidencia sua intencionalidade. Porém, em algumas situações, a intenção é dissimulada por nuances discursivas justamente para não soar como uma imposição de um interlocutor cuja legitimidade pode ser questionada. Esse mascaramento se apresenta como estratégia para maior eficácia do discurso.

- o fazer- crer : voltado para persuadir o outro através da racionalidade e do rigor lógico. Vincular o ato de linguagem a um objetivo comunicativo significa refutar de vez uma suposta "neutralidade" desse ato; assim, "influenciar o outro" seria inerente à atividade linguageira. Porém, quando a intencionalidade é definida em termos de "fazer-crer", a prática argumentativa se configura dentro de uma estrutura mais ou menos formal, orientada pelo e para o ponto de vista do sujeito comunicante.

-o fazer-prazer : centrado em despertar no outro estados emocionais positivos. Se “seduzir é fragilizar” (Baudrillard, 1992:94), a intencionalidade do ato comunicativo é atingir a sensibilidade do sujeito interpretante através da satisfação emocional e/ou através do lúdico.

Essas finalidades permitem uma tipologização discursiva se tratadas em termos de predominância, de objetivo maior. Assim, a finalidade (última) de um telejornal seria o fazer-saber , o que o leva a lançar mão, por exemplo, de estratégias de sedução (fazer-prazer) para atingir seu objetivo. Dessa estratégia fazem parte um(a) apresentador(a) jovem e elegante, um cenário atrativo, uma linguagem de fácil compreensão, imagens ao vivo etc. No caso da publicidade, todas as informações técnico-científicas sobre o produto (fazer-saber) , toda a produção estética em torno das imagens veiculadas (fazer-prazer) , toda a argumentação lógica meticulosamente estruturada (fazer-crer) , isoladas ou conjuntamente, estão em função de um fazer-fazer : levar o consumidor da publicidade a consumir o produto anunciado. A eficácia do discurso publicitário reside no fato de alcançar esse último objetivo e não os outros acima mencionados. Ainda nesse mesmo gênero, estaria o discurso eleitoral, cuja finalidade é levar os eleitores a votar num candidato específico (fazer-fazer) e não apenas a acreditar nas suas qualidades pessoais e na sua competência. Já o discurso político teria como objetivo a persuasão (o fazer-crer) quando busca a adesão a certos posicionamentos ideológicos.

c-) status dos interlocutores

Enquanto sujeitos comunicantes, os indivíduos se definem em termos da posição social que indica e legitima seu fazer discursivo. Réplicas do tipo “Sabe com quem você está falando?” ou “Quem é você para me falar dessa maneira ?” explicitam o não-reconhecimento do indivíduo na posição de sujeito comunicante. Tomando o ato de linguagem como uma encenação, os sujeitos comunicantes seriam atores sociais, já que cada situação permite que assumam um determinado papel.

O intercâmbio linguageiro pressupõe também que os interlocutores se engajem na *troca* vendo e reconhecendo seu parceiro no outro ,

o que se acorda com o princípio de cooperação proposto por Grice (1979). Há um reconhecimento recíproco por parte dos interlocutores que os predispõe para a interação.

2 - As estratégias discursivas

Dentro do quadro acima descrito, o sujeito comunicante dispõe de procedimentos individuais que revelam escolhas pessoais. É essa articulação entre o fazer-coletivo e o fazer-individual que faz do discurso não um lugar de mera reprodução, mas um espaço de interação entre elementos sociais convencionalmente pré-determinados e mecanismos lingüísticos individuais.

As múltiplas possibilidades de configuração lingüística nos fazem entrever procedimentos diferentes para objetivos comunicativos comuns, pois a matéria lingüística será organizada pelo sujeito comunicante em função de suas escolhas pessoais, conforme lhe pareçam mais ou menos adequadas aos efeitos que deseja produzir. A mãe que deseja que seu filho vista um agasalho pode tanto fazer uso de sua autoridade dizendo apenas "vista o agasalho por que eu quero", quanto pode optar por contar-lhe a história de uma criança que recusou a se proteger do frio, ficou gravemente doente e teve que tomar injeção", ou ainda, ela pode apontar as qualidades daquele casaco que seria igual ao de um artista de programas infantis que a criança adora. Em torno do "fazer a criança vestir o agasalho", a mãe pode organizar sua fala de diferentes maneiras.

A existência de diferentes formas de organização da matéria lingüística, atesta a dimensão psico-cognitiva do sujeito comunicante, o que nos leva a constatar que sua prática discursiva é única, assim como será único o processo de re-significação por parte do sujeito interpretante, também possuidor de uma dimensão psico-cognitiva. O sujeito comunicante pode ter total domínio da construção do seu discurso, programando cada elemento que utilizará, assim como sua articulação aos demais elementos que compõem seu discurso. Porém, fogem completamente ao seu controle os efeitos que de fato seu discurso obterá junto à instância

de recepção ; por mais que julgue conhecer o seu interlocutor - enquanto ator social e indivíduo - o sujeito comunicante não tem como se assegurar de que a intencionalidade do seu ato comunicativo será percebida pelo seu interlocutor. Por isso, afirma Charaudeau (*op.cit*) que “todo ato de linguagem é uma aposta” : a instância produtora do discurso investe numa configuração que lhe parece garantir os efeitos de sentido desejado, mas ela não tem garantia de que produzirá efetivamente tais efeitos .

Assim sendo, a pertinência do ato de linguagem pode ser determinada em termos de obediência às convenções sócio-culturais, mas também em termos de meios lingüísticos adequados a um projeto comunicativo.

3 - Considerações finais

Trabalhar com a hipótese de que o ato de linguagem se configura em torno de objetivos socio-culturais significa relacionar a atividade comunicativa à situação extra-lingüística, tomando o discurso como objeto de estudo de uma lingüística que transcende o domínio da frase para se situar em nível de discurso. No primeiro caso, o sentido é dado *a priori*, no segundo, ele é o resultado da articulação de vários elementos referentes às condições de produção e à matéria lingüística. Conseqüentemente os interlocutores não podem ser definidos em termos de “emissor que produz uma mensagem”/“destinatário que recebe essa mensagem” , mas como sujeitos sociais que interagem na e para a construção do sentido. O canal de comunicação não é apenas o meio físico por onde circula a mensagem, mas o suporte material também constitutivo do sentido, na medida em que relaciona a instância de produção com a instância de recepção do ato comunicativo, condicionando o fazer de cada uma delas.

Considerar o ato de linguagem no âmbito dessas relações intersubjetivas significa considerar o sentido como imanente à situação de comunicação fazendo emergir os parâmetros contextuais que condicionam as manifestações languageiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDRILLARD, J. *Da Sedução*. Campinas : Papyrus . 1992
- CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris: Hachette.1984
- CHARAUDEAU, P. “ *Une analyse sémiolinguistique du discours*” Paris. **Langages** n° 117. Larousse . 1995
- CHARAUDEAU,P. *Le Discours d'Information médiatique: la construction du miroir social*. Paris: Nathan-INA.1997
- GRICE, P. “*Logique et Conversation*” , revue **Communication** n° 30. 1979
- KERBRAT-ORECCHIONI, C *Les interactions verbales*. Paris: Armand Collin 1990.
- REBOUL ,O. *La Rhétorique*.Paris:PUF.1996
- VION, R. *La Communication verbale:analyse des interactions*. Paris:Hachette.1992

TEXTO OU PRETEXTO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE MATERIAIS DIDÁTICOS DE ENSINO DE INGLÊS

*Avany Pazzini Chiaretti
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva*

Este estudo faz uma análise crítica de manuais didáticos de ensino de língua inglesa, à luz de parâmetros discursivos. Para tanto, examinamos um corpus de 03 séries didáticas para o primeiro grau. Fizemos um levantamento dos gêneros mais utilizados, para, em seguida, avaliar a textualidade, ou seja, verificar até que ponto os princípios de coesão e coerência foram aplicados. Na análise, privilegiamos o diálogo, porque é o gênero de maior frequência.

Inicialmente, gostaríamos de tomar como referência as noções de **texto, coesão e coerência** assim definidas por estes autores.

Crystal (1988) define **texto** como:

unidades de língua com uma função comunicativa definível, caracterizada por princípios como COESÃO, COERÊNCIA e informação, que podem ser usados para fornecer uma definição FORMAL do que constitui sua textura ou textualidade. Com base nesses princípios, os textos são classificados em tipos de textos, tais como sinais de estrada, relatórios de notícias, poemas, conversas, etc.

Coesão é definida por Halliday e Hasan (1984:4) como uma relação semântica. Segundo eles,

A coesão ocorre quando a INTERPRETAÇÃO de algum elemento no discurso é dependente de um outro. Um PRESSUPÕE o outro, no sentido de que um só pode ser efetivamente decodificado se se recorrer ao outro. Quando isto acontece, estabelece-se uma relação de coesão, e os dois elementos, o que pressupõe e o que é pressuposto, estão dessa forma, pelo menos potencialmente, integrados ao texto. (Cohesion occurs where the INTERPRETATION of some elements in the discourse is dependent on that of another. The one PRESSUPOSES the other, in the sense that it cannot be effectively decoded except by recourse to it. When it happens, a relation of cohesion is set up, and the two elements, the presupposing and the presupposed, are thereby at least potentially integrated into a text.)

Coerência, segundo Koch e Travaglia (1990:21) deve ser entendida como *“um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido deste texto.”*

O CORPUS

Selecionamos as 03 séries didáticas brasileiras mais vendidas em Belo Horizonte em 1995 que, segundo informações da **Nossa Livraria**, são as seguintes:

New English Point

Eliana Aun, Maria Clara Prete de Moraes, Neuza Bília Sansanovicz
Editora Saraiva 2a. edição 1995

A New Time for English

Amadeu Marques
Editora Ática, 10a. ed., 1993

Spot Line

Dirce Guedes de Azevedo
Editora FTD, 1992

Foram examinados os 4 volumes de cada série e listados os gêneros encontrados em cada material. Da série Spot Line, que

apresenta 8 volumes, selecionamos os 4 últimos que correspondem ao nível dos volumes das outras duas séries. No quadro 1, vemos a relação dos gêneros por série didática.

<u>New English Point</u>	<u>A New Time for English</u>	<u>Spot Line</u>
agenda	canção adaptada	adivinhações
anúncio	canção autêntica	canções
canções	descrição	canções folclóricas
capa de revista	diálogos em quadrinhos	cartão
cardápio	fotografias de Brasília	cartas
carta	fotografias de Nova York	contos de fada
convite	horóscopo	diálogos em quadrinhos
cupons	mapa	narrativas
descrições	texto informativo	narrativas em quadrinhos
diálogos em quadrinhos		piadas
horóscopo		poemas
mapa		provérbios
palavra cruzada		quebra-cabeça
piada em forma de cartoon		rimas
propaganda		"tongue twisters"
relatos pessoais		
rótulo		
texto informativo		

Quadro 1

Abaixo, temos uma lista dos gêneros que aparecem nas 3 coleções didáticas:

adivinhação	agenda	canção adaptada
canção autêntica	canções folclórica	capa de revista
cardápio	cartão	carta
contos de fada	convite	cupom
descrição	diálogo em quadrinhos	fotografia
horóscopo	mapa	narrativa
narrativa em quadrinhos	poema	piada
propaganda	provérbio	quebra-cabeça
relato pessoal	rimas	texto informativo
"tongue twister"		

PRINCÍPIO DA COESÃO

Uma característica dos materiais que se utilizam de textos artificialmente produzidos diz respeito à não aplicabilidade do princípio da coesão. O exemplo mais comum é a repetição desnecessária de um mesmo sintagma que poderia ser substituído por um dêitico. Na série *A New Time for English*, livro 1, p.92, por exemplo, encontramos o texto **Peggy's room**, que se inicia com as seguintes frases: *Peggy is in her room. Peggy's room is beautiful*. Não seria mais natural se a segunda frase fosse "*It is a beautiful room.*"?

Votre (1987:120), ao analisar textos de iniciação à leitura em português, afirma:

A repetição literal desnecessária de sintagma nominal sujeito, na escrita, torna os textos "pesados", desinteressantes, sem com isso acrescentar fluência ou nexos textuais. Desse nível de redundância advém a impressão de que os textos de iniciação à leitura são escritos para leitores retardados, ou com problemas de processamento textual, e que não conseguem reter um tópico na mente, mesmo que todos os mecanismos discursivos indiquem que é desse item que se está falando (cadeia tópica, continuidade de ação, ausência de concorrentes, codificação gramatical de concordância).

A mesma crítica pode ser feita aos manuais didáticos de ensino de inglês. Tal característica, pode ser, em parte, conseqüência da gradação gramatical das unidades o que, muitas vezes, impede que os dêiticos sejam utilizados por não terem sido ainda apresentados ao aprendiz. O uso desse tipo de estrutura poderá ter conseqüências na aquisição da escrita onde o aprendiz

irá, provavelmente, reproduzir o modelo de texto artificial que ele encontra nos manuais.

PRINCÍPIO DA COERÊNCIA

Um tipo de fuga ao princípio da coerência diz respeito à inadequação das ilustrações ao texto. Na série New English Point, encontramos algumas incoerências entre texto e ilustração. No livro 1, p. 42, há uma figueira que mais parece um pé de manga. No livro 2, p.45, temos um texto sobre atividades diárias . Há um desenho de uma casa grande com garagem e tudo que é descrita como sendo *a small house*. Apesar do desenho mostrar uma casa de um só andar, o menino diz : ... *I take a shower and go downstairs to the kitchen.*" No livro 3, p. 44, há 6 quadrinhos com cenas de uma festa de casamento onde se vêem os noivos dançando, cortando o bolo, etc, e a intenção é ensinar o futuro . O aluno deve numerar as frases de acordo com os desenhos. Há um total desencontro entre as ilustrações e as estruturas. Vejamos um exemplo. Em um dos quadrinhos, há um bolo sendo cortado pelos noivos e a frase que o acompanha diz: *The bride and groom will cut their wedding cake.*

Outro tipo de incoerência diz respeito ao desencontro entre o conhecimento de mundo do aprendiz e as informações registradas nos manuais. Na p. 94, encontramos a pergunta *What do you usually eat for breakfast?* seguida da fotografia de uma lata de pêssegos em calda, um prato com o mesmo doce e acima o título OPEN FOR BREAKFAST. Ora não se come pêssego em calda no café da manhã nem no Brasil e nem na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Na série A New Time for English, livro 1, p. 14, por exemplo, aparece uma ilustração com vários animais coloridos, alguns apresentados com cores que ferem nosso conhecimento de mundo. Assim temos um macaco vermelho, um camelo amarelo e um urso cor de rosa. O texto escrito reforça o texto visual (...) *The camel is yellow.... That monkey is red. That bear is pink....(...)*

O CONTEXTO

As questões sociolingüísticas começam a ser contempladas nesses novos materiais, mas ainda encontramos muitas negligências. Em alguns diálogos, os papéis são bem caracterizados e o registro adequado ao enunciador. Em outros diálogos não se sabe quem são os interlocutores e, em conseqüência, corre-se o risco de generalizar-se o uso das estruturas apresentadas. Na série New English Point, livro 1, p.82, as formas imperativas são ensinadas sem levar em conta as regras de polidez. Em uma coluna, há descrição de estados incômodos e, na outra, ordens para alterar o estado descrito. Não se sabe quem são os interlocutores e nem em que contexto esses enunciados foram ou devem ser usados.

I'm tired. I'm cold. I'm hot. I'm hungry. I'm thirsty. I'm late.	Help me. Close the indow. Open the door. Eat a sandwich. Drink a Coke. Take a taxi.
---	--

Na série Spot Line, livro 7, p. 52, há uma cena em um restaurante onde duas crianças se comportam como adultos. A menina chama o menino de *gluttonous*, vocabulário bastante improvável de ser usado por uma criança, ou mesmo por pessoas muito próximas, já que é um registro bastante formal.

A ausência de contextualização é um dos problemas freqüentes nos materiais didáticos. Algumas soluções interessantes são adotadas pelos autores das séries analisadas. Amadeu Marques em A New Time for English, utiliza o humor para dar coerência aos textos. Veja por exemplo os quadrinhos onde o pretexto é treinar o passado, com o auxiliar *did* na forma negativa (livro 2, p.52). Há uma cena envolvendo pai, filho e professor. O professor menciona os erros na redação do filho sobre os homens pré-históricos. As frases com o passado se sucedem (*They didn't shave. They didn't play tennis, etc*) até o quadrinho final quando se descobre que o pai ajudou o filho a fazer a redação.

Na série New English Point, livro 1, p.47, solução interessante é encontrada para se treinar as estruturas *what is this?/ that?* que normalmente são apresentadas de forma muito artificial, pois as perguntas são feitas em contextos onde as informações são compartilhadas. No exemplo em pauta, um ET faz perguntas para um ser humano, o que torna o texto coerente, pois não se espera que um ET tenha o conhecimento de mundo dos humanos. Em outros contextos, no entanto, as perguntas *what is this?/ that?* são utilizadas sem a preocupação com o contexto.

Widdowson (1978: 7) faz a seguinte observação sobre estruturas do tipo *This is a pen*:

Temos aqui uma frase correta em inglês. É um exemplo de uso correto. Mas seria um exemplo de uso apropriado? É verdade que a frase refere-se a uma situação criada pelo professor, mas não é uma situação em que se esperaria que ele fizesse uso de tal frase, pois os alunos sabem o que é uma caneta. O que eles não sabem é o nome desse objeto em inglês. (Here we have a correct English sentence. It is an instance of correct usage. But is it also an instance of appropriate use? It is true that the sentence makes reference to something in the situation devised by the teacher. But the situation devised is not one which would normally require him to make use of such a sentence. The pupils know what a pen is as an object. What they do not know is what this object is called in English.)

Widdowson prossegue em sua argumentação e chega à conclusão de que a forma correta seria *The English word for this is pen* ou *This is called 'a pen' in English*. É evidente que a solução encontrada pelas autoras torna o texto mais coerente e mais atraente. No entanto, gostaríamos de contestar Widdowson, pois enunciados do tipo *This is a pen* analisados pragmaticamente revelam uma equivalência com os dois enunciados propostos por Widdowson — *The English word for this is pen* ou *This is called 'a pen' in English*.

Outras boas soluções de contextualização, na série New English Point, são o uso da adição para o ensino dos numerais e a situação criada para o ensino do *present continuous*. No livro 1, p.87 e 88, uma pessoa telefona para a outra e pergunta o que ela está fazendo. O texto, dessa forma, adquire coerência, pois os interlocutores não podem se ver, o que torna apropriadas as

perguntas e as respostas. Outro mérito, também observado na série Spot Line, pode ser atribuído às ilustrações que ajudam a contextualizar e tornar as atividades menos monótonas. Assim, exercícios de *yes/no questions* são feitos através de identificação de ações ou atitudes negativas ou positivas através dos desenhos. Outro bom exemplo de uso de ilustração é encontrado na série New English Point, livro 2, p.23, em um exercício para treinar estruturas do tipo *Where are you from? I'm from Brazil. I'm Brazilian. Where are you going to travel? To England.* O exercício utiliza pares de bandeiras e o aluno tem que identificar o país que cada bandeira representa para reescrever as estruturas. Em outro exercício, aparecem símbolos representativos dos países (livro 2, p.29).

Uma outra evidência para dizer que os materiais estão se tornando mais apropriados é o uso, ainda tímido de textos autênticos, ou seja, textos reproduzidos de fontes reais (jornais, revistas, panfletos, etc), sem simplificações ou outro tipo de manipulação para o propósito didático. Na série New English Point, livro 1, encontramos, na p.77, dois anúncios de venda de casas e, na p.49, a fotografia de um pote de geléia onde se pode ler o rótulo. Na série Spot Line, há poemas, canções folclóricas, provérbios e contos de fada.

OS DIÁLOGOS DIDÁTICOS

O gênero diálogo, ou melhor, diálogo didático é o gênero de maior frequência nos materiais analisados e tem como função introduzir estruturas sintáticas novas. Partindo do princípio de que o diálogo é o gênero privilegiado da interação, seria conveniente que ele tivesse um papel mais relacionado com o desenvolvimento da competência comunicativa em vez de ser usado como pretexto para apresentar estruturas e vocabulário novos. Pudemos constatar que, apesar de algum avanço em relação ao material analisado por Chiaretti (1993), o diálogo didático ainda não está desempenhando de forma adequada o papel de modelo conversacional, pois carrega pouca informação a respeito das condições de produção e interpretação da fala.

Numa conversa espontânea, o que se diz é uma criação em parceria. Os participantes se interrompem, fazem digressões e nem todos os tópicos são aceitos ou bem desenvolvidos. A fala é, portanto, marcada por iniciativa e competição. Os diálogos didáticos, que são criados artificialmente por um ou mais autores, passam por revisões e têm objetivos que atendem a um planejamento prévio de conteúdo programático. Os textos assim gerados terão, portanto, uma "sintaxe didática" - frases completas, super estruturação dos turnos, resultando em uma artificialidade provocada, sobretudo, pela simetria dos enunciados.

Na literatura corrente sobre material didático, há uma classificação geral sugerida por Canale & Swain (1980:2), que identifica o diálogo didático de base gramatical e o de base comunicativa. O primeiro preocupa-se com formas gramaticais (incluindo-se aí as fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais) e enfatiza as maneiras pelas quais elas podem ser combinadas para formar sentenças gramaticais. O segundo se organiza em torno de funções comunicativas (desculpar-se, convidar, prometer). Acreditamos que manter uma dicotomia rígida entre os dois tipos de diálogos é de difícil sustentação, pela própria natureza dinâmica da língua, enquanto sistema em uso. Sperber & Wilson (1986:29-31) lembram que qualquer enunciado é um tipo de estímulo que informa alguma coisa a alguém e informa a esse alguém sua intenção; assim, em situações comuns, o reconhecimento da intenção informativa irá conduzir automaticamente à realização tanto da intenção informativa quanto da comunicativa. Não se trata aqui de falar sobre um enunciado, mas de um diálogo que é uma cadeia de enunciados, cujas funções se realizam num evento comunicativo dentro de um livro didático. Mas, de qualquer forma, pode-se interpretar, baseando-se em Sperber e Wilson (1986), que qualquer diálogo didático, mesmo o de base gramatical, está em condições de cumprir uma função comunicativa, inclusive na sua intenção de "informar sobre gramática" e ter esta intenção reconhecida pelo usuário do livro. Como alguns materiais didáticos adotam uma organização de conteúdo gramatical bastante ostensiva, melhor seria referir-se a "itens gramaticais em forma de diálogos" ao invés de diálogos gramaticais. Vejamos os pontos positivos e negativos na utilização do gênero detectados por nossa análise.

PONTOS NEGATIVOS

1. Ausência de aberturas e/ou fechamentos.

Constatamos que, quando um diálogo tem uma abertura aceitável não tem fechamento e vice-versa. É difícil encontrar os dois. Vejamos um exemplo do livro 5 da série Spot Line (p.6):

AT SCHOOL

Pat: Hi, Peter! What is this?

Peter: Hi, Pat! It is my book.

Pat: What is this?

Peter: It is my notebook.

Pat: This is my pen, Pat.

Peter: Oh, it is beautiful!

Pat: This is my...

Peter: Oh, no, Peter! It isn't your ruler. This is my ruler!

O diálogo é aberto por Pat que cumprimenta Peter, mas termina sem um fechamento. Como o leitor não sabe se o evento de fala acontece em uma sala de aula ou em outro local, pois não há índice suficiente nas ilustrações, não há possibilidade de se inferir o que vai acontecer em seguida. Será que Pat vai embora? Será que Peter vai insistir que a régua é dele? Ou será que o diálogo vai ser interrompido por outra personagem? No exemplo acima, ainda poderíamos questionar a organização dos dois primeiros turnos. Parece-nos mais natural que eles se estruturassem da seguinte forma:

Pat: Hi, Peter!

Peter: Hi, Pat!

Pat: What is this?

Peter: It is my book.

Um outro exemplo de ausência de fechamento, foi retirado do volume 1 de New English Point (87-88).

A CHAT ON THE PHONE

Raul: Hello!

Joe: Hello! This is Joe speaking.

Raul: How are you Buddy?

Joe: Fine and you.

Raul: Fine.

Joe: What are you doing now?

Raul: I'm watching TV. and you?

Joe: Watching TV! You're crazy! What about the math exercises?

There are ten difficult problems for homework.

Raul: Take it easy! There's enough time...

Joe: Raul, your voice is different. Are you sick?

Raul: No, I'm not.

Joe: Are you eating anything?

Raul: No, I'm not. I'm only chewing gum.

O texto se encerra no meio do diálogo telefônico. Não há fechamento e o leitor tem a sensação de que o texto foi mutilado. Nesse diálogo também temos que discordar da abertura, que não obedece as regras de conversa ao telefone. Quem diz Hello! é apenas quem atende o telefone.

2. Violação da máxima da quantidade¹

Como se trata de um texto didático, é comum vermos em um mesmo turno as formas breves e as frases completas, o que confere um certo grau de artificialidade ao texto. Vejamos o exemplo de livro 1 da série New English Point (p.8)

A: Are you Bob Thompson?

B: Yes, I am Bob Thompson.

Outro exemplo é encontrado na página 15 do mesmo livro. Um garoto entra em um consultório e pergunta à recepcionista "Are you the receptionist?". Quando o dentista chama o próximo, o menino pergunta "Is he the dentist?". Fica óbvio que o texto serve de pretexto para fixar respostas curtas com o verbo "to be", pois a situação é absurda.

3. Ausência de sinais do ouvinte

Numa interação autêntica, como nos lembra Marcuschi (1986), o ouvinte emite sinais que orientam o falante. Esses sinais podem demonstrar concordância ou discordância, ou serem indagativos. Entretanto, o trecho abaixo, de New English Point, livro 1 (p.8), não apresenta tais indicadores.

(...)

A: And You?

B: I'm Sally?

A: Sally Green?

B: No, she is Sally Green. I am Sally Tody.

O ouvinte não emite nenhum sinal (tipo, Oh!/I see./ Sorry) para mostrar aceitação do reparo, como seria natural em uma conversa espontânea. Mais uma vez temos um diálogo que se encerra sem fechamento.

PONTOS POSITIVOS

1. Repetição como estratégia de confirmação

O ouvinte repete no total ou em parte o que ouviu como forma de pedir confirmação.

A: And You?

B: I'm Sally?

A: Sally Green?

B: No, she is Sally Green. I am Sally Tody

2. Presença de marcadores de hesitação

Ex. Mmm... green or blue?

3. Uso de interrupção e sobreposição

Yes, mom, I'm late, but...]
but what?]
my book isn't on the table
What book?
the English book.

4. Uso de atos indiretos de fala

O diálogo abaixo (New English Point, livro 1, p.42) é um bom exemplo. A ilustração é de um menino que lambe os lábios e o recurso visual funciona como suporte para o leitor ler o não-dito, que reproduzimos entre parênteses.

Girl: These figs are ripe. (Estão bons para serem comidos)

Mother: So what? (Você quer dizer que quer comê-los)

Girl: I'm hungry! (Eu quero)

Boy: I'm hungry, too! (Eu também)

Girl: They are sweet! (Estão ótimos)

A maioria dos diálogos aparece em forma de quadrinhos, recurso este que é o mais utilizado pelas três séries. No entanto, acreditamos que o gênero é subtilizado como pretexto para introduzir estruturas do discurso oral. O gênero quadrinho poderia ser mais explorado, pois seus recursos gráficos e tipos de balões podem auxiliar a suprir formas verbais ainda não adquiridas pelos alunos. Apesar da variedade de tipos de balões, predomina o balão da fala normal.



Ocasionalmente, achamos o balão que indica pensamento e, uma única vez, o balão que indica surpresa (New English Point, livro 2, p.21). Na série Spot Line, encontramos alguns quadrinhos com legendas em vez de balões. Outros recursos da linguagem dos

quadrinhos, como as onomatopéias, o espaço gráfico, as expressões faciais, são totalmente ignorados.

A utilização de determinado gênero como pretexto não se restringe aos quadrinhos. O mesmo acontece com a canção na série A New Time for English, onde o gênero é utilizado como pretexto para treinar determinadas estruturas. No livro 1, em cada uma das oito unidades, há uma canção usada com esse objetivo. A melodia da canção folclórica, *London Bridge is Falling Down* (livro 1, p.16), por exemplo, ganha o título *It's a lion* com a nova letra

Is that a House? Yes it is. Yes, it is. Yes, it is. Is that a House? Yes it is. Yes, it is. Yes, it is. Is this a flower? No, it isn't. No, it isn't, no it isn't. Is this a flower? No, it isn't, It is a tree.

Na segunda estrofe *house, flower e tree* são substituídas por *chair, dog e lion* respectivamente. A canção folclórica escocesa *Auld Lang Syne* (livro 1, p.36) se transforma em *I am from Jundiá, com a letra,*

Are you from China or Korea? Are you from Vietnam? Are you from China or Korea? Are you from old Japan? No, I am not from Vietnam, I am from Jundiá. No I am not from old Japan, I am from Jundiá.

Outra questão que chama nossa atenção é a ideológica, mas como delimitamos nosso trabalho aos gêneros discursivos, vamos resistir à tentação de fazer esse tipo de análise. No entanto, não podemos deixar de mencionar o desserviço à educação presente na série New English Point quando no livro 1, p.15, o consultório dentário é apresentado como se fosse um lugar de tortura. O paciente foge com medo da enfermeira quando a vê com uma seringa com anestesia. Em outra cena (p.21), o dentista e a enfermeira estão no encalço do paciente junto com um policial. Vale também mencionar também que os papéis femininos e masculinos são, normalmente, muito estereotipados, reforçando a visão de passividade da mulher. Os personagens são sempre de classe média, possuem carro, vão ao parque de diversão, fazem

turismo, colecionam Cds, brincam de skate, têm suas jóias roubadas, dinheiro no cofre, etc, representando um mundo bem diferente da maioria dos alunos das escolas públicas onde esses livros são adotados.

O material didático está começando a despertar para as questões de ordem discursiva. Pudemos observar que os materiais mais adotados na década de 80 foram reformulados e passaram a incluir uma maior variedade de gêneros. A série Spot Line, por exemplo, apresenta uma grande variedade de atividades lúdicas tais como palavras cruzadas, adivinhações e quebra-cabeças. Os textos estão dentro do universo da criança __ rimas, contos de fada, piadas e adivinhações __ o mesmo pode ser dito do vocabulário __ *gnome, wizard, monster, fairy, etc.*

Apesar de ainda persistirem falhas de coerência e coesão, alguns defeitos foram sanados nas atuais edições. Na página 16, do livro 1 da série Time for English de Amadeu Marques, na edição de 1984, por exemplo, havia o seguinte texto:

Time to Visit London

This is a bus and.....Big Ben. Big Ben is not a watch. It is a bigThis bus is not green. It is red. This bus is not number four. It is number.....

This is a park in London. It is not brown. It is And that 's Charlies in the park. Hello, Charlie! ²

This is a "Bobby", a policeman in London.

São três pequenos textos acompanhados de 3 fotografias. O texto é usado como pretexto para treinar a estrutura "That is" e fixar vocabulário estudado na lição. No primeiro texto, podemos apontar ausência do princípio de coesão com a repetição do sintagma "Big Ben" em vez da substituição pelo dêitico "it". No primeiro e no segundo texto, podemos verificar, também, que o princípio da coerência foi ferido. Em primeiro lugar, em uma descrição, enumeram-se as características presentes no objeto da descrição e

não as ausentes. Uma característica ausente é apontada quando se estranha a sua ausência, o que não é o caso de "This bus is not green" (no primeiro texto) e de "It is not brown" (segundo texto), pois não se espera que um parque seja marrom e sim verde. Ora, a presença dessas frases tem uma única função — ajudar o aprendiz a lembrar, por contraste, dos adjetivos "red" e "green" que devem utilizar para completar as frases seguintes. Em segundo lugar, a descrição é interrompida bruscamente, por um cumprimento — "Hello, Charlie!" — gênero oral, deslocado para dentro de uma descrição. A própria figura de Charlie encontra-se imposta à fotografia do parque, já que é um desenho dentro de uma fotografia.

Como nos lembra Lajolo (1985), *em situações escolares, o texto costuma virar pretexto, ser intermediário de aprendizagens outras que não ele mesmo*. O autor, nestes exemplos, perde a oportunidade de permitir que o texto cumpra a sua função informar o leitor sobre Londres, para testar o conhecimento de determinado vocabulário. Na nova edição, aparece apenas uma das fotografias, a do Big Ben com o ônibus. O texto não apresenta lacunas para completar e vem acompanhado de perguntas de compreensão. Ainda há problema de coesão, mas nota-se um avanço.

*This is a picture of London.
London is the capital of England. That is a
bus and that is Big Ben. Big Ben is not a
watch. It is a clock. It is a big clock.*

Apesar das falhas apontadas pelo nosso estudo, queremos ressaltar que, ao analisar textos em materiais didáticos de ensino de língua estrangeira, não podemos perder de vista o gênero didático que se sobrepõe a cada um dos gêneros apresentados. Mesmo que eles sejam autênticos, o seu leitor não é um leitor comum, mas um aprendiz que está perante um texto que, além de lhe trazer alguma informação, prazer estético ou lúdico, deve também contribuir para a aquisição/aprendizagem daquele idioma.

Esperamos que as críticas aqui apresentadas possam ser úteis àqueles que assumem a tarefa de escrever material didático.

NOTAS

¹ Segundo Grice (1975), a conversa se estrutura de acordo com o princípio da cooperação, que tem entre suas quatro categorias, a da quantidade. Uma das máximas dessa categoria diz que não se deve dar mais informação do que é necessário.

² O texto acompanha a fotografia de um parque onde foi inserido um desenho do personagem Charlie, que não se sabe bem quem é. Espera-se que o aluno complete o texto com o adjetivo "green".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANALE, Michael & SWAIN, Merrill. Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. *Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, v. 1, n. 1, p.1-25, 1980.

CHIARETTI, P. Avany. *A performance do diálogo no livro didático de inglês: evolução e limites do gênero*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1993. Dissertação de mestrado)

CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Trad. e adap. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. 6ª ed. London and New York: Longman, 1984.

GRICE, H. P. Logic and conversation. IN: COLES, P & MORGAN, J. L. (eds). *Syntax and Semantics III: Speech Acts*, New York: Academic Press, 1975. p. 41-58

KOCH, Ingedore Villaça & TRAVAGLIA, Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. IN: ZILBERMAN, Regina (org.) *Leitura em crise na escola*. 5a. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p.51-62

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

VOTRE, Sebastião. Discurso e sintaxe nos textos de iniciação científica. IN: KIRST, Marta & CLEMENTE, Ir. Elvo. *Linguística aplicada ao ensino de português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p.111-126

WIDDOWSON, H. G. *Teaching language as communication*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

CONVERSAS NATURAIS E DIÁLOGOS DE LIVROS PARA ENSINO DE LÍNGUA INGLESA: UM ESTUDO CONTRASTIVO

Maria Cristina Faria Dalacorte

Neste trabalho será apresentada uma análise de diálogos de livros para o ensino de Língua Inglesa e de conversações naturais baseada nas teorias da Análise do Discurso e da Análise da Conversação. Estas teorias oferecem meios para uma análise de aspectos organizacionais e interacionais da conversação, que são os principais enfoques deste trabalho.

Este estudo tem como objetivo verificar se os diálogos de livros para ensino de Língua Inglesa possuem características semelhantes às das conversações naturais.

Primeiramente, examina-se a organização estrutural de aberturas e fechamentos de alguns tipos de conversação, já que tais itens não são considerados normalmente relevantes numa conversação, pois são tidos como partes que não transmitem informações através do significado das palavras, isto é, não têm uma mensagem. Entretanto, segundo Tannen (1986), os inícios e finais de conversas são essenciais para a interação por causa das suas metagensagens, ou seja, devido ao que é comunicado sobre relacionamentos, e atitudes de uma pessoa com relação à outra, com relação à ocasião e com o que está sendo dito.

Em segundo lugar, examina-se algumas estratégias de conversação utilizadas pelos falantes como recursos para interação.

Finalmente, examina-se o estilo de fala adotado pelos participantes de conversações, pois o estilo também expressa características interacionais.

O interesse por este assunto surgiu da observação de que aprendizes brasileiros da Língua Inglesa interessados em aprender como conversar e se comunicar nesta língua geralmente costumam

reclamar do seu aprendizado ao se depararem com uma situação verdadeira na qual necessitam realmente se comunicar na língua estrangeira. Neste momento, muitos deles descobrem que não são totalmente compreendidos ou são considerados rudes pelos falantes nativos.

Uma das possíveis causas disto é o fato de, apesar dos livros para ensino de inglês afirmarem ensinar o aluno a se comunicar na língua estrangeira através dos diálogos das lições, tais diálogos não apresentam características da comunicação real, como se busca demonstrar neste estudo. Em outras palavras, busca-se, através da análise de aspectos organizacionais e interacionais da conversação, verificar se os diálogos dos livros para ensino de inglês realmente apresentam características de conversações naturais.

A investigação desta possível causa se baseia no fato de que uma aula de língua estrangeira possui dois níveis distintos: o interno e o externo. Para Willis (1987), o nível interno é constituído pelos itens formais selecionados como objetivos de aprendizagem a serem atingidos numa aula de língua estrangeira. Sinclair e Brazil (1982) observam que o nível externo controla o que é falado ou produzido no nível interno. Desta forma, o nível interno depende do externo, e é no nível externo que a comunicação verdadeira ocorre.

Os diálogos de livros para ensino de inglês se assemelham ao que é falado ou produzido no nível interno, isto é, são constituídos de sentenças corretamente produzidas, não há uma troca verdadeira de informação e não importa se os participantes falam a verdade ou não. Tais discursos são somente interativos quando relacionados ao nível externo. Isto se deve ao fato de que a maior ênfase está na forma e não na informação a ser transmitida. Para Willis (1987), esta é uma característica da maioria das conversações que ocorrem no ensino de língua e que as torna 'pseudo-interativas'.

Os dados analisados neste estudo consistem basicamente de interações de serviços comerciais, tais como interações entre vendedores ou garçons e fregueses em farmácias, agências de viagens, lojas de roupas, sapatos, bancos, restaurantes, dentre outros, além de conversas por telefone. Estas situações foram

escolhidas por serem bastante freqüentes em materiais para ensino de inglês. Os dados naturais em português e em inglês foram retirados de Zornig (1987) e Freitas (1990) que, por sua vez, coletaram em ambientes naturais. Alguns dados naturais em português também foram coletados por esta pesquisadora, bem como os dados naturais de conversas por telefone em português. As conversas em telefone em inglês foram retiradas de Schegloff (1979) e Levinson (1983) que coletaram estes dados em ambientes naturais. Quanto aos dados por telefone em português, deve-se notar que foi possível coletar apenas parte das conversas, ou seja, a parte daquele que liga ou a daquele que atende. Entretanto, tal fato não interferiu na análise. Os dados de livros para ensino de inglês forma retirados das seguintes séries: Strategies, Streamline e Interactions.

Primeiramente foram examinados os finais ou fechamentos de conversas, partes estas que foram inicialmente analisadas pelo teóricos que estabeleceram os princípios para a análise de outras seções conversacionais. Tais conceitos são fundamentais para a compreensão das teorias seguintes sobre a organização estrutural da conversação.

A análise contrastiva dos fechamentos mostra que os diálogos de livros para ensino de inglês possuem as duas principais características do sistema de mudança de turnos, ou seja, um participante fala de cada vez e a troca de falantes é recorrente. Entretanto, outras características organizacionais tais como falas simultâneas e interrupções, comuns em conversações naturais, raramente ocorrem nos diálogos de livros para ensino de inglês. O seguinte diálogo do livro *Interactions I* (1985: 110) é um exemplo:

Exemplo 1 (Agência de Viagens):

A: May I help you?

B: Yes, could you tell us the fare ro San Diego?

A: The round-trip fare is \$29.50.

B: When will the next bus leave?

A: Let's see. It's 5:25 now. You might still catch the 5:30 bus.

Segundo Schegloff (1973), para se chegar ao encerramento em conversações naturais, os participantes geralmente levantam um ponto de transição relevante indicando a busca pelo fechamento, através da utilização de recursos tais como perguntas, marcadores de discurso ou ações. O ponto de transição é também um sinal de polidez, e oferece ao outro participante a oportunidade de aceitar ou rejeitar o início da seção de fechamento da conversação. Nestes dois exemplos naturais, uma pergunta foi utilizada pelo falante para iniciar a seção de fechamento da primeira conversação enquanto que um marcador conversacional foi utilizado pelo falante para iniciar o fechamento da segunda conversação:

Exemplo 2 (farmácia):

V: Você?
F: Uma aspirina.
→ V: **Mais alguma coisa?**
F: Só isso.

Exemplo 3 (agência de viagens):

V: Can I help?
F: Just some information. / I've already got my tickets. / but I've got to make my booking now. / I wonder if it's possible to make it through here.
V: Sorry. / can I just look at your ticket please?
F: Yeap.
V: Right. / we can do it. / but it'll cost you 10 pounds.
F: 10 pounds?
V: Yes.
F: Oh, dear.
V: Yes, because in booking the responsibility will be ours so
F: Right. / I see but ---.
V: It's best for you to go to London and do it directly.

→ F: That's what I think. / anyway. / thank you very much.

V: Thank you.

F: Bye bye.

S: Bye.

O exemplo abaixo de um diálogo do livro *Streamline Departures* (1986) não apresenta o ponto de transição, tornando-se, assim, rude:

Exemplo 4 (agência de viagens):

K: Excuse me ...

L: Yes, can I help you?

K: Yes, I'd like some information about trains, please.

L: Where to?

K: ... to London.

L: Tomorrow.

K: Morning or afternoon?

L: In the evening. About six o'clock.

K: Thank you.

Os dados revelaram também que alguns diálogos de livros textos também omitem toda a seção de fechamento em circunstâncias que normalmente requereriam um fechamento, como nos casos de situações de serviços de atendimento comerciais.

Os diálogos de livros para ensino de inglês parecem também desconsiderar diferenças culturais de relações de poder que podem vir a causar problemas para o aprendiz. No exemplo abaixo, a seção de fechamento é iniciada pelo freguês, o que geralmente não ocorre em situações naturais.

Em segundo lugar, foram analisadas seções de abertura de conversações por telefone, já que este tipo de conversação é freqüente nos livros para ensino de língua inglesa. O estudo feito mostra que, diferentemente das conversações naturais, os diálogos destes livros não seguem a organização estrutural descrita por Sacks e Schegloff (1979). De acordo com a teoria, geralmente, aquele que atende ao telefonema fala primeiro, como o exemplo natural abaixo demonstra:

Exemplo 5:

→ A: **Hello?**

B: h Hi:

Em contraste, muitas conversas por telefone nos livros mostram que aquele que liga fala primeiro:

Exemplo 6:

→B: **Hello, Rod! Barbara here.**

R: Oh, oh, hello, Barbara.

B: Are you busy?

R: Well, yes, actually. I'm just having a shower

B: Oh, sorry. I'll ring back later, OK?

R: Er... yes. Fine. Bye!

Neste exemplo ocorre a auto-identificação daquele que liga e imediato reconhecimento deste por parte daquele que atende sem nenhuma amostra de voz, o que não é comum em conversas naturais por telefone. Como nos finais de conversas, a abertura dos diálogos por telefone dos livros apresentam exemplos de seqüências organizacionais diferentes dos dados naturais. Os dados revelam também que as diferenças culturais também não são mencionadas como, por exemplo, o fato de que falantes brasileiros se dirigem abertamente a itens como identificação e reconhecimento de falantes, diferentemente dos falantes de língua inglesa. É importante observar que este fato também ocorre nos diálogos de livros para ensino de língua inglesa, mas não da mesma forma como ocorre nas conversações por telefone em português. Ou seja, a maneira como os falantes se dirigem às questões de identificação e reconhecimento é diversa.

Em terceiro lugar, foram observadas estratégias de conversação utilizadas pelos falantes nas situações analisadas. De acordo com Tannen (1986) as pessoas estão sempre ajustando suas

falas. Estes ajustes são entendidos como polidez. Lakoff (1973: 298) descreveu as seguintes regras de polidez:

1. Não imponha - (esta regra preza o distanciamento)
2. Ofereça opções - (esta regra preza a deferência)
3. Seja amigável, cordial - (esta regra preza a camaradagem, o companheirismo)

As regras de polidez expressam o efeito do que as pessoas dizem nas outras pessoas. Basicamente, os falantes podem buscar e prezar a independência ou o envolvimento. A preferência pelo distanciamento, isto é, pela regra de polidez 'não imponha' favorece a independência, enquanto que a preferência pelo envolvimento é expressa pelo falante que adota a regra 'seja amigável.' Para demonstrar envolvimento e independência, o falante recorre a estratégias de conversação tais como ser indireto, ou não falar diretamente sobre o tópico, ou seja, o falante utiliza recursos conversacionais. Assim, fazer perguntas, por exemplo, é um recurso utilizado pelo falante que tenta buscar um certo envolvimento. A análise das estratégias conversacionais dos dados mostra que os diálogos de livros para ensino de língua se preocupam apenas com aspectos formais da língua, e não com o modo como a informação deva ser passada. Desta forma, estratégias conversacionais tais como 'ser indireto' são evitadas. Isto se deve ao fato de que o maior objetivo a ser atingido com a utilização dos diálogos é pedagógico e não comunicativo. Tal fato revela que o interesse em se inserir diálogos nas lições está voltado para os aspectos formais da língua, e não com aspectos conversacionais. Isto torna os diálogos destes livros bastante extensos e artificiais, diferentemente dos dados naturais. Os exemplos abaixo mostram esta diferença nos dois contextos, ou seja, uma mesma informação sendo passada, onde a estratégia 'ser indireto' utilizada pelos falantes do diálogo natural não é utilizada pelos falantes do diálogo do livro *Streamline Departures* (1986):

Exemplo 7:

- M: I'd like a pair of shoes, please.
- N: What colour would you like?

M: Brown.

→N: **And what size are you?**

M: Five. Can I try them on?

N: Of course.

Exemplo 8 (Zornig, 1987):

→F: **Meia fina.**

→V: () **Essa cor é boa. A outra é bronze. Mais alguma coisa?**

F: Só.

O uso de inferências é uma outra estratégia conversacional que reflete a busca de envolvimento por parte dos participantes. O exemplo abaixo do livro *Streamline Destinations* (1986) mostra, através de sentenças bem estruturadas e do uso de modais para expressar polidez, uma tentativa por parte dos falantes de evitar qualquer tipo de inferência, evitando a ocorrência de qualquer tipo de desentendimentos:

Exemplo 9:

O: Good morning.

→P: Good morning. **I wonder if you can help me. I'm trying to find a Christmas present for my father.**

→O: **Might I suggest a tie?**

→P: Hmm... perhaps. **Could you show me some ties?**

Finalmente, foram analisados alguns aspectos de estilo de fala dos participantes das conversações. Tannen (1984) explica que o estilo pode ser visto como uma maneira de sinalizar o que se quer dizer em um trecho de fala. Desta forma, os participantes que observam as regras de polidez do tipo 'seja amigável' buscam envolvimento e, deste modo exibem um estilo de alto envolvimento. Por outro lado, os participantes que favorecem as regras de polidez do tipo 'não imponha' buscam independência, exibindo, assim, um estilo de alta consideração.

A análise de estilo das conversações demonstra que os falantes de português e inglês buscam envolvimento, e desta forma exibem o estilo de alto envolvimento, apesar de expressarem este estilo através de recursos de fala diversos. Os falantes de inglês usam tópicos pessoais, perguntas, repetições e modais informais assim como sentenças reduzidas como o exemplo abaixo demonstra:

Exemplo 10 (Zorning, 1987):

→F: **May I have a bottle of Mitch?**

→V: **Are you twenty-one?**

→F: **No.**

→V: **No.**

Por outro lado, os falantes de português usam frases diretas no imperativo com entonação ascendente, diminutivos e um estilo que chamo de abrupto (não polido) como o exemplo a seguir demonstra:

Exemplo 11 (Dalacorte, 1991):

→F: **Moço, me dá uma garrafinha de água?**

V: **Só tem copo.**

F: **... dá dois copos.**

V: **(pega os copos e entrega)**

Contrastando com os exemplos naturais, os participantes dos diálogos de livros exibem o estilo de alta consideração através do uso de termos formais para se dirigirem às pessoas, desculpas para expressar deferência, modais formais, além de evitarem tópicos pessoais. O exemplo de diálogo do livro *Streamline Departures* (1986) abaixo demonstra este estilo:

Exemplo 12:

E: Good evening.

F: Good evening.

→E: Half a bitter, please.

F: Here you are.

→E: **Thank you very much.** How much is that?

F: 15p.

Os diálogos de livros também apresentam falantes que exibem uma certa inconsistência de estilo, isto é, os participantes usam recursos que expressam tanto envolvimento como consideração em uma única interação.

Concluindo, observa-se que os diálogos de livros para ensino de inglês diferem dos diálogos naturais na organização estrutural de inícios e finais de conversas no que concerne ao modo como os componentes dos turnos são dispostos nas seqüências de fala. Com relação às características interacionais, os diálogos destes livros diferem das conversações naturais no que concerne à utilização de estratégias de conversação tais como 'ser indireto' ou o uso de inferências, já que os significados são explicitamente transmitidos através das mensagens nos livros. O estilo de fala dos participantes destes diálogos parecem ser escolhidos de maneira arbitrária e a preferência pelo estilo de alta consideração nestes materiais não reflete a realidade. Tais diálogos possuem algumas características de conversações reais, entretanto, não têm a função real de uma conversação, ou seja, não têm como maior objetivo a função comunicativa, mas sim, a pedagógica, o que os torna conversações artificiais ou 'pseudo-interações'.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABBS, B. e FREEBAIRN, I. *Opening Strategies*. London: Longman. 1986.

ABBS, B. e FREEBAIRN, I. *Building Strategies*. London: Longman. 1986.

ABBS, B. e FREEBAIRN, I. *Developing Strategies*. London: Longman. 1986.

FREITAS, J.M.L., "Brazilian-Portuguese and British-English service encounters: a contrastive genre analysis." Tese de Mestrado não publicada. Florianópolis: UFSC. 1990.

HARTLEY, B. e VINEY, P. *Streamline Departures*. Oxford: Oxford University Press. 1983.

HARTLEY, B. e VINEY, P. *Streamline Connections*. Oxford: Oxford University Press. 1983.

HARTLEY, B. e VINEY, P. *Streamline Destinations*. Oxford: Oxford University Press. 1983.

KIRN, E. e JACK, D. *Interactions I: A Communicative Grammar*. New York: Random House. 1985.

LAKOFF, R. "The logic of politeness, or, minding your P's and Q's." *Papers from the Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*. Pp. 292-305. 1973.

LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1983.

SCHLEGLOFF, E. A. e SACKS, H. "Opening up Closings." *Semiotica*, 8: 289-327. 1973.

SCHLEGLOFF, E. A. "Identification and recognition in telephone conversation openings." In: PSATHAS, G. *Everyday Language Studies in Ethnomethodology*. New York: Irvington Publishers, Inc. pp. 23-77. 1979.

SINCLAIR, J.M. e BRAZIL, D.C. *Teacher Talk*. Oxford: Oxford University Press. 1982.

TANNEN, D. *Conversational Style: Analysing Talk Among Friends*. Norwood, New Jersey: Abex Publishing Corporation. 1984.

TANNEN, D. *That's Not What I Meant! How Conversational Style Makes or Breaks Your Relations with Others*. New York: William Morrow and Company, Inc. 1986.

TANNEN, D. *Talking Voices: Repetition, Dialogue, and Imagery in Conversational Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

WILLIS, J. "Inner and outer: spoken discourse in the language classroom." In BRAZIL, D. *Discussing Discourse*. Birmingham: University of Birmingham. pp. 1-19. 1987.

ZORNIG, D. F. "Politeness: Brazilian-Portuguese requests in service encounters." Tese de Mestrado não publicada. UFSC: Florianópolis. 1987.

GENES, OVELHAS E DISCOS COMPACTOS: ALGUNS ASPECTOS DAS REESCRITAS DE DESCOBERTAS CIENTÍFICAS

Adriana Silvina Pagaro

Longe de representarem comunicações explícitas, datadas e registradas como fatos únicos e memoráveis, as descobertas científicas, como o lingüista inglês Greg Myers tem demonstrado em seu estudo do discurso científico (1990a, 1990b, 1991, 1994), são resultado de um processo de releitura gerado pela interação de diversas reelaborações textuais. Essas reescritas conferem a uma investigação o status de achado científico, fato inédito divisor de águas. O texto inicial, geralmente um artigo acadêmico publicado num periódico especializado ou lido num congresso científico, divulga os resultados de um experimento cujo mérito e relevância são avaliados pela comunidade científica à qual o trabalho é apresentado. A caracterização desse trabalho como sendo uma descoberta, Myers demonstra, não é produto de uma formulação contida no trabalho, mas de um processo de progressiva legitimação e reconhecimento dos resultados anunciados. Nesse processo, têm um papel significativo as reescritas do conteúdo informativo realizadas por gêneros de divulgação da ciência para leitores menos especialistas e para o público geral.

Myers (1990a) ilustra esse processo de releitura que gera uma descoberta científica com um caso específico: as diferentes reescritas através das quais uma pesquisa sobre genes divididos adquire o status de descoberta e passa a ser celebrada como tal. As sucessivas reelaborações textuais ou “traduções” da pesquisa inicial revelam, segundo Myers, uma progressiva incorporação de elementos narrativos ausentes no artigo acadêmico, juntamente

com uma focalização de determinados aspectos da pesquisa com vistas a fornecer ao leitor um relato que obedeça a uma seqüência de fatos e a uma estrutura discursiva "familiar".

Apoiando-me nas percepções de Myers, proponho analisar o caso de um achado científico recente: a descoberta da possibilidade de clonagem de ovelhas a partir do material genético de células adultas de indivíduos dessa espécie. Minha análise busca corroborar algumas das afirmações feitas por Myers e expandir essas reflexões a partir de certas características específicas da descoberta enfocada. Baseio minhas observações na análise do texto original de apresentação dos resultados da pesquisa, bem como na análise de algumas de suas reescritas em periódicos e revistas dirigidos a leitores menos especializados. Para esclarecer algumas das características apontadas para esse tipo de reescritas, faço primeiramente uma síntese dos aspectos levantados por Myers em seus estudos.

DO LABORÁTORIO ÀS MANCHETES JORNALÍSTICAS

Em seu estudo de caso sobre a descoberta de genes divididos, Myers empreende uma busca retrospectiva objetivando identificar uma origem ou momento de anúncio dessa descoberta científica. A análise do primeiro texto publicado, todavia, revela a não existência de uma anúncio explícita da descoberta por ocasião da apresentação da pesquisa pela primeira vez a uma audiência externa. O artigo acadêmico, apresentado num simpósio e publicado nos Anais do mesmo, informa sobre a pesquisa, técnicas e resultados atribuídos aos autores da descoberta dos genes divididos, mas nada indica no trabalho que se trata de um fato inédito, digno de ser registrado em caráter de descoberta.

Esse caráter, contudo, é conferido a essa pesquisa pelas posteriores reescritas da informação apresentada, veiculadas através de gêneros textuais diversos, tais como o artigo científico publicado em revistas científicas menos especializadas, as resenhas, os livros didáticos e as notas jornalísticas publicadas em revistas de divulgação geral. Cada um desses gêneros, Myers aponta, reelabora

o texto inicial da pesquisa bem como os textos subsequentes à mesma, contextualizando a investigação e contribuindo para torná-la um fato destacado dentro de uma narrativa que organiza os achados científicos numa seqüência cronológica e teleológica.

No processo de reescrita da informação científica através dos diversos gêneros, Myers (1990a) aponta para elementos significativos na gestação do fato científico. Em primeiro lugar, a gradativa “popularização” da informação, isto é, a elaboração do conteúdo informativo dirigido a um público receptor cada vez menos especialista. Essa “popularização” traduz-se na incorporação crescente de elementos narrativos à medida que o texto é reescrito para uma audiência mais leiga e geral.

Assim, por exemplo, no gênero *revistas científicas dirigidas a um público não especialista*, a pesquisa sobre genes divididos, inicialmente informada no simpósio científico especializado sem referência alguma aos autores da mesma enquanto agentes produtores da descoberta, é transformada num fato singular a ser destacado na comunidade científica. Essas revistas focalizam os autores do novo achado, apresentando-os como agentes produtores da descoberta e inserindo-os na comunidade discursiva maior — acadêmica — , através da divulgação de depoimentos de outros membros dessa comunidade.

No gênero *resenhas*, a descoberta é contextualizada no marco da disciplina e da área nas quais se situa a pesquisa. A descoberta é interpretada em sua relação com as pesquisas do momento naquela área, destacando-se o avanço que ela representa. O gênero *livro didático*, assinala Myers, toma o fato da descoberta dos genes divididos como “narrativa exemplar”, sem autoria específica, e apresenta seus métodos e técnicas como conhecimento básico, “fixo e atemporal”, que o leitor — nesse caso, o estudante — poderá incorporar à bagagem de conhecimentos estipulada pelo currículo escolar.

Já as matérias no gênero *revistas de divulgação geral* apresentam a descoberta como um entrelaçamento de narrativas: a narrativa

peçoal do pesquisador que conquistou um feito notável e a narrativa de um objeto que foi conquistado e faz parte agora da história do progresso científico humano tão esperado pela audiência. Esta, por sua vez, é explicitamente integrada ao relato do fato científico através do registro de sua avaliação e aprovação do avanço científico alcançado.

Juntamente com a crescente incorporação de elementos narrativos, a “popularização” ou “des-especialização” do conteúdo informativo operada pelas reescritas do texto científico envolve a produção de um discurso estruturado com nexos coesivos explícitos e a freqüente utilização de recursos, tais como a metáfora e a personificação, que visam uma divulgação mais “didática” da informação científica. De fato, Myers (1991) considera os mecanismos coesivos como elementos chaves para analisar as diferenças entre o discurso dirigido ao leitor especialista e o discurso dirigido ao leitor leigo. Segundo ele, o discurso do artigo científico dirigido a leitores especialistas está caracterizado pela utilização de relações lexicais como principal mecanismo de coesão. Assim, por exemplo, para interpretar um texto como:

A major **product of transcription** has been identified by labelling nuclei isolated from cells late in the infectious cycle. Most of **these large molecules** appear to be complementary to the entire right 70-80% (~25KB) of the genome. (Weber et al. apud Myers, 1991. p.13).

(Um **produto significativo da transcrição** foi identificado através da rotulação de núcleos isolados de células num estágio avançado do ciclo infeccioso. A maioria **dessas grandes moléculas** parece ser complementar a exatamente 70-80% (~25KB) do genoma).

o leitor precisa identificar “the product of transcription” (“o produto da transcrição”) como sendo um termo superior que abrange o termo “molecules” (“moléculas”). Como o leitor

especialista possui um conhecimento da área de sua pesquisa, que lhe permite reconhecer as relações lexicais do texto, as ligações entre as sentenças são facilmente construídas por ele, não havendo necessidade de assistência por parte de outros mecanismos de coesão, tais como, conjunções, substituições, etc.

O leitor não especialista, no entanto, apoia-se nas relações coesivas explícitas do texto para poder inferir as relações lexicais entre termos para ele desconhecidos. Por exemplo, no texto:

Everyone anticipated that when the research focus turned on the genetically more complex higher organisms, things would be roughly the same [...]. But what no one imagined was that the basic architecture of genes in these organisms would be dramatically different from those in bacteria. Instead of existing in single continuous units, as in bacteria, researchers in the US and Europe have been amazed to discover [...] that many genes are split in pieces... (Lewin apud Myers, 1991, p.19).

(Todos tinham previsto que quando a pesquisa fosse tratar de organismos superiores, de maior complexidade genética, as coisas seriam mais ou menos iguais [...]. Mas o que ninguém imaginou foi que a arquitetura básica dos genes nesses organismos fosse radicalmente diferente daquela das bactérias. Ao invés de existirem em unidades únicas e contínuas, como nas bactérias, pesquisadores nos Estados Unidos e na Europa ficaram maravilhados ao descobrir [...] que muitos genes estão divididos em segmentos...).

a utilização da conjunção “but” (“mas”) juntamente com sinais lexicais tais como “different” (“diferente”) e “instead” (“ao invés

de") permitem ao leitor reconhecer uma relação de contraste entre os genes existentes em bactérias e os genes existentes em organismos complexos.

São abundantes nos textos de informação científica de divulgação geral conjunções que sinalizam as relações lógicas entre sentenças, sinônimos menos especializados de termos específicos da área, expressões de definição de termos e metáforas que permitem ao leitor organizar a informação nova com base em informação já conhecida por ele. Esses mecanismos contribuem para o estabelecimento de uma "ponte de comunicação" entre o registro técnico de difícil compreensão para o leitor não especialista e o registro utilizado por uma publicação dirigida ao público em geral.

No estudo da descoberta científica dos genes divididos realizado por Myers, elementos narrativos e coesivos caracterizam as sucessivas reescritas da informação inicialmente veiculada. Esses recursos contribuem para a comunicação de informação especializada a uma audiência leiga, que precisa de recorrentes sinalizações discursivas a respeito da relevância da pesquisa em questão. Do contrário, o caráter de descoberta atribuído à pesquisa não poderia ser percebido pelos leitores, para os quais, como Myers afirma, a divisibilidade de certos genes não constitui por si só um avanço científico, uma vez que a indivisibilidade dos mesmos não constituía para esses leitores um problema do qual eram cientes.

O percurso assinalado por Myers para a nomeação de uma descoberta científica e sua celebração pode também ser observado no processo de celebração de uma outra descoberta científica recente: a clonagem de uma ovelha a partir de material genético de uma ovelha adulta. Neste caso, contudo, a trajetória da informação científica possui um caráter diferencial em relação ao caso estudado por Myers. Como mostrarei a seguir, a descoberta científica da clonagem de ovelhas é anunciada primeiramente em publicações de divulgação jornalística geral, sendo posteriormente publicada num periódico científico especializado.

CRÔNICA DE UMA DESCOBERTA ANUNCIADA

Diferentemente da pesquisa sobre genes divididos analisada por Myers, a clonagem de ovelhas a partir do material genético de uma ovelha adulta aparece anunciada por primeira vez em jornais de ampla divulgação, através de depoimentos dos autores do experimento dados em entrevistas a esses jornais. A clonagem é anunciada pelo *The Observer*, um dos jornais britânicos de maior circulação, em 23 de fevereiro de 1997 e, para o público americano, pelo *The Washington Post* em 24 de fevereiro de 1997. Ambos os jornais chamam a atenção do leitor para a publicação iminente dos detalhes técnicos da pesquisa no periódico especializado *Nature*, que de fato aconteceu em 27 de fevereiro de 1997. Nesse sentido, é interessante destacar que, após a divulgação inicial da descoberta, o periódico *Nature* se apresenta ao público como "the original source" ("a fonte original") dos fatos anteriormente divulgados em relação à clonagem.

A descoberta científica segue, neste caso, o percurso do lançamento de um produto de mídia: o sucesso da clonagem é informado primeiramente a fontes jornalísticas de divulgação geral e depois anunciado à comunidade científica através do periódico *Nature*. Na realidade, o processo obedece a um planejamento cuidadoso, uma vez que o resultado da pesquisa tinha sido enviado a *Nature* em 25 de novembro de 1996 e aceito pela comissão editorial em 10 de janeiro de 1997. Tendo em vista a confirmação da publicação no periódico, os pesquisadores anteciparam-se à reação da comunidade leitora de *Nature*, divulgando os resultados para os meios de comunicação massiva.

A pesquisa comunicada a *Nature* em forma de "carta" a essa publicação anuncia a clonagem como primeira tentativa bem sucedida no marco das investigações realizadas até o momento. Diferentemente de outras descobertas, que só ganham tal status após serem reconhecidas em reescritas posteriores, os pesquisadores conferem a seu trabalho o status de trabalho pioneiro:

The lamb born after nuclear transfer from a mammary gland cell is, to our knowledge, the first mammal to develop from a cell derived from adult tissue. (Wilmut et al., 1997. p.812).

(A ovelha procriada após a transferência nuclear de uma célula da glândula mamária é, até onde nós sabemos, o primeiro mamífero a ser desenvolvido a partir de uma célula de tecido adulto).

A construção do texto corrobora descrições desse tipo de gênero realizadas por diversos lingüistas (Swales, 1993; Myers, 1994). Sua sintaxe está caracterizada por mecanismos de coesão lexical, escassas conjunções, um grande número de sentenças passivas, que descrevem processos, e por algumas sentenças ativas e pessoais, localizadas em momentos chaves da construção da argumentação do trabalho (Myers, 1994). A manifestação dos sujeitos pesquisadores como agentes dos processos busca afirmar a descoberta realizada e formular explicitamente a autoria da mesma:

... we now report the birth of live lambs from three new populations established from adult mammary gland, fetus and embryo. (Wilmut et al., 1997. p.810).

(... informamos agora o nascimento com vida de ovelhas de três novas populações estabelecidas a partir de glândulas mamárias, de fetos e de embriões).

Como é de costume no periódico *Nature*, a divulgação realizada pelos autores da pesquisa é complementada por um ensaio publicado na seção "Notícias e opiniões" da mesma edição. Neste, o ensaísta interpreta os resultados da pesquisa para o leitor menos familiarizado com a área específica, avaliando-a como relevante e prognosticando seus futuros desdobramentos. Como o ensaio está

dirigido aos leitores que não pertencem à área específica da descoberta, a informação apresentada pelos autores do experimento é retraduzida através de uma estrutura dialógica de perguntas e respostas que simulam ser as perguntas que o leitor faria diante dos dados recebidos. Diferentemente da carta, o tom utilizado no ensaio é coloquial, como evidenciado pelas escolhas lexicais, a utilização de diferentes recursos de coesão e o uso de jogos de palavras, no estilo característico de revistas de divulgação mais geral. O título, por exemplo, mostra um caráter lúdico ao recriar a novidade da pesquisa com uma expressão retirada dos dados técnicos da mesma: “an udder way of making lambs” (“uma forma mamária de fazer ovelhas”) é fonologicamente próximo de “an other way of making lambs.” (“uma outra forma de fazer ovelhas”).

Tanto a carta da equipe autora do experimento como o ensaio que o avalia publicados em *Nature* caracterizam a pesquisa como fato inédito e pioneiro no âmbito da comunidade científica internacional. Diferentemente do caso estudado por Myers, esses dois textos iniciais sinalizam a descoberta científica, descoberta que já tinha sido, de certa maneira, “legitimada” pelos diversos gêneros da mídia oral e escrita. Entretanto, um aspecto adicional dessa descoberta está ausente nesses dois textos inaugurais publicados em *Nature*. Trata-se da presença da personagem principal dessa descoberta, a ovelha Dolly, foco de todas as reescritas da pesquisa para as audiências menos especializadas. Dolly torna-se o foco narrativo que permite traduzir o registro técnico para o registro jornalístico, com o qual o leitor não especialista está familiarizado. Para esse tipo de audiência, as expectativas de comunicação de novos acontecimentos envolvem a presença de protagonistas e personagens coadjuvantes bem como de um roteiro que reconstrói passo a passo a cena da descoberta.

NASCE UMA ESTRELA

Se uma coisa resulta evidente da comparação entre a informação divulgada pelos cientistas ao periódico *Nature* e o conteúdo informativo reelaborado pelas diversas reescritas é a ausência de qualquer referência, por parte dos pesquisadores, à ovelha Dolly.

atriz principal no roteiro de divulgação da pesquisa pelas publicações dirigidas ao público menos especialista ou leigo em geral.

Os resultados da pesquisa informados ao periódico *Nature* referem-se ao nascimento de várias ovelhas cuja gestação foi geneticamente manipulada através da transferência nuclear de três tipos diferentes de células doadoras. Um desses tipos é o de células do epitélio mamário de uma ovelha adulta, cuja utilização na referida pesquisa deu lugar ao nascimento de uma ovelha clonada a partir de material genético extraído de uma ovelha adulta. A focalização exclusiva de uma ovelha específica, resultado da investigação realizada, surge a partir dos depoimentos dos autores da pesquisa aos jornais de divulgação massiva, que anunciaram a descoberta antes da publicação da carta a *Nature*. Anunciar uma descoberta científica ao grande público, como os autores da pesquisa certamente previram, envolve a comunicação de fatos que possam ser facilmente visualizados pelo leitor não familiarizado com a investigação científica. A anúncio também precisava de um personagem que pudesse protagonizar a narrativa dos fatos que a mídia busca construir para seus ouvintes e leitores.

A foto de Dolly torna-se, assim, elemento textual de todas as reescritas da notícia e protagonista principal de uma controvérsia que a mídia acrescenta ao mero fato científico: os desdobramentos da clonagem e suas aplicações em seres humanos. As publicações estabelecem entre si um jogo intertextual e lúdico que vai progressivamente tecendo a narrativa de uma ovelha dentro do contexto maior da narrativa do progresso da ciência, simultaneamente celebrado e questionado.

A revista *Science News*, uma publicação que tem por objetivo “tornar o conhecimento científico acessível aos leitores de todas as idades”, anuncia a notícia da clonagem como sendo o produto de uma descoberta feita por “cientistas”. O uso do termo claramente revela a adoção de um lugar de enunciação exterior à comunidade científica. A revista interpela Dolly com a pergunta “Ewe again?” (“Você/Ovelha de novo?”), num jogo de palavras baseado na fonologia análoga das palavras “you” (você) e “ewe” (ovelha

fêmea) em inglês. O fato científico é avaliado como “utterly amazing” (“mamariamente fantástico,” com ecos de “utterly amazing”/“totalmente fantástico”), espetacular e é comentado através da incorporação de depoimentos dos autores da clonagem bem como de outros membros da comunidade científica internacional. Essa incorporação de depoimentos através do discurso direto e indireto constituirá uma característica recorrente nesta e em outras reescritas dirigidas ao leitor não especializado. A presença do discurso direto e indireto contextualiza a narrativa da descoberta, outorgando-lhe uma cronologia, personagens principais e secundários e uma audiência que desempenha o papel de avaliar a descoberta. Como as percepções de Caldas-Coulthard (1994) apontam, as vozes outras incorporadas à narrativa cumprem a função de legitimar a informação relatada ao transferir para a narrativa a autoridade de um sujeito existente, identificado por nome, qualificação e local de trabalho. Os discursos direto e indireto também contribuem para construir uma ponte entre o mundo privado e pessoal dos experimentos científicos e o trabalho de pesquisa do laboratório, exteriorizado pela comunidade científica em seus artigos especializados e traduzido em diversos gêneros pelos meios de divulgação de informação. As vozes citadas geralmente efetuam uma avaliação da pesquisa que muitas vezes reforça a avaliação geral feita pelo autor da reescrita.

A descoberta é apresentada com todas as características de uma narrativa de perseverança e triunfo dos fatos sobre as pressuposições acerca das limitações da investigação científica:

Many biologists had concluded that this was impossible [...]. Yet Dolly's birth shows that the DNA in an adult nucleus either reprograms itself or is open to reprogramming by factors in the egg. (Travis, 1997. p.132).

(Muitos biólogos tinham chegado à conclusão de que era impossível [...]. Contudo, o nascimento de Dolly mostra que o DNA de um núcleo adulto ou bem se

auto-reprograma ou permanece aberto à reprogramação através de fatores no ovo).

O desafio e o triunfo da descoberta são transmitidos pela revista *New Scientist*, revista também dirigida ao público leigo interessado pela ciência, através de uma comparação. O título da matéria dedicada à clonagem desperta um paralelismo entre a caminhada do homem na lua e os primeiros passos da ovelha Dolly. Esta converte-se em foco principal desde o parágrafo inicial da matéria jornalística, embora personagens secundários tais como os autores da experiência de clonagem apareçam também na narrativa construída. A reprodução de alguns depoimentos desses pesquisadores através dos discursos direto e indireto insere a descoberta no marco de uma narrativa de uma história pessoal, acompanhada dos atributos de ansiedade, expectativa e euforia presentes em grande parte dos relatos de superação de obstáculos e conquista.

“Três anos atrás pensávamos que era impossível”, diz um dos integrantes da equipe realizadora da clonagem, nas palavras citadas pela revista *New Scientist*. A voz do pesquisador e sua referência ao passado da pesquisa conferem à narrativa um novo marco cronológico, o período compreendido entre as primeiras tentativas e o sucesso final. O discurso direto cumpre aqui a função de oferecer um flash-back do passado à narrativa mais recente. A voz do pesquisador é colocada em diálogo com outras vozes incorporadas ao texto, vozes de cientistas reproduzidas com o mero objeto de reforçar o grau de dificuldade inerente à pesquisa:

The high failure rate concerns other researchers. “There were an alarming number of miscarriages and abnormalities with the technique,” says Roger Gosden, a reproductive biologist at the Leeds General Infirmary. (Coghlan, 1997. p.4).

(O alto índice de fracassos também preocupa a outros pesquisadores. “Com esta técnica, houve um número alarmante de

interrupções da gravidez e anormalidades,” afirma Roger Gosden, um biólogo especialista em reprodução na Clínica Geral de Leeds).

O feito da equipe vencedora é apresentado assim como triunfo heróico, reservado a alguns participantes da comunidade de pesquisadores.

Para a apresentação de dados técnicos sobre a clonagem e como forma de transmitir a relevância dos resultados alcançados, a revista *New Scientist* utiliza, além da comparação inicial entre a conquista da lua e a conquista do clone, a metáfora do relógio da vida. Clonar uma ovelha a partir de uma célula adulta é uma operação análoga a atrasar um relógio inacessível; os cientistas atrasaram, manipularam o relógio, com resultados bem sucedidos: a clonagem de vida nova a partir de células maduras, teoricamente irreversivelmente envelhecidas.

O léxico escolhido por esta revista caracteriza-se por uma série de termos coloquiais: o processo de clonagem é uma “loteria”; a ovelha é “feita”; a divisão das células é um “negócio complicado”. Os processos presentes na pesquisa são apresentados como processos personificados: a célula “cedeu” às manipulações dos cientistas; os cientistas “mataram de fome” as células doadoras.

Foco principal desde as primeiras linhas no texto divulgado pela revista *New Scientist*, no artigo da revista *Science*, Dolly é inserida no contexto dos shows musicais famosos. A analogia Dolly-atriz confere à pesquisa o status de encenação artística. Num tom irônico e com jogos de palavras baseados em motivos musicais famosos, tais como *Hello Dolly* e *Send in the clowns* (“Mandem os palhaços”, parodiado como “Will Dolly send in the clones?”/“Será que Dolly mandará os clones?”), o artigo avalia a clonagem como pouco ineficiente, tendo em vista o número de tentativas fracassadas anteriores ao sucesso pontual agora celebrado. O sucesso da equipe é apresentado como resultado de um “truque” (“trick”) de duvidosas potencialidades para o futuro, e a descoberta

é celebrada como um fato histórico, que deixará uma marca indelével na galeria das Dollys famosas.

Se a concentração na figura da ovelha Dolly é o aspecto recorrente do discurso das reescritas até aqui analisadas, este panorama sofre alterações quando consideramos uma reescrita mais extensa, desta vez numa publicação de interesse geral, dirigida a um público não necessariamente atraído por questões científicas. Trata-se da reportagem a respeito da clonagem publicada pela revista *Newsweek* em 10 de março de 1997. Nessa reelaboração da informação científica, a ovelha Dolly passa a ocupar um papel secundário, enquanto os integrantes da equipe realizadora da clonagem, mais especificamente um deles, recebem a luz dos holofotes movimentados por *Newsweek*.

O HERÓI EM SEU LABORATÓRIO

Apesar de o título da reportagem — “Little lamb, who made thee?” (“Quem criou você, pequena ovelha?”), uma linha do famoso poema de William Blake — focalizar o objeto da clonagem, a ovelha Dolly, o texto começa com uma mini-narrativa, protagonizada por Keith Campbell, um dos biólogos da equipe que realizou a clonagem. Campbell é apresentado como herói solitário, líder perseverante que, ciente dos obstáculos envolvidos no experimento de clonagem, não se rende ao prognóstico pessimista das “maiorias”:

...Campbell would have none of that. He and his Roslin colleagues were going to clone a lamb from an adult cell. Even though everyone said it couldn't be done. (Begley, 1997. p.42).

(Campbell não aceitava nada disso. Ele e seus colegas em Roslin estavam decididos a clonar uma ovelha a partir de uma célula adulta. Mesmo que todos dissessem que era impossível).

O cenário dessa mini-narrativa está claramente demarcado com detalhes dignos de um romance ou um script de cinema: os corredores do laboratório em Roslin, o escritório “bagunçado” dos colegas de equipe. A mini-narrativa representa uma narrativa sintética da resolução dos problemas enfrentados, do raciocínio criativo do pesquisador. Os procedimentos técnicos e os conceitos especializados são comunicados ao leitor através de duas metáforas: a metáfora do disco compacto ou CD como representação da memória genética das células e a metáfora das células como sendo seres humanos, passíveis de tomar decisões, possuir desejos e receber influências.

Ambas as metáforas são desenvolvidas ao longo da mini-narrativa. A situação inicial e problemática que se mostra como desafio ao pesquisador é o fato de que a célula jovem “decide o que será quando for grande” e essa célula decidida é como “um CD que toca apenas uma trilha sonora”: “as trilhas sonoras restantes do CD permanecem em silêncio”. Além disso, apenas algumas células, e não todas, tocam “sua melodia genética”. O problema era “como fazer com que as células adultas tocassem cada uma das notas genéticas necessárias para fazer um animal completo”.

A solução encontrada pela equipe de pesquisadores foi tornar inativas essas células para que seus genes tivessem “o potencial de serem tocados”. Tudo que era necessário era o “tocador de CD”, que os pesquisadores obtiveram com uma célula oócita, cujas proteínas “ligam” os genes e fazem com que estes “toquem todas as trilhas sonoras”. A mini-narrativa encerra-se com o silêncio que precedeu ao nascimento da ovelha Dolly, momento que permitiu comunicar o feito realizado.

A utilização de uma mini-narrativa introdutória de uma discussão posterior é recurso amplamente utilizado pelas matérias em revistas de divulgação geral. Esse mini-relato constitui uma unidade completa, geralmente baseada numa estrutura discursiva do tipo *situação-problema-solução-avaliação* (Hoey, 1983). A narrativa introdutória apresenta sempre uma visão do mundo privado e pessoal, considerada necessária para interpretar uma discussão de conceitos desenvolvidos ao longo da matéria jornalística. Há no

decorrer da nota, entretanto, “flashes” intercalados da narrativa inicial ou de outras narrativas utilizadas com um propósito similar.

Analogamente ao gênero *revistas científicas dirigidas ao leitor não especializado*, as matérias das *revistas de divulgação geral* contextualizam a descoberta científica no marco de uma seqüência cronológica que abrange o passado dessa descoberta e seus desdobramentos futuros. A narrativa é assim a forma que prevalece nas diversas reescritas do texto científico inicial.

A narrativa é, para Swales (1993), um pré-gênero, um modo de organização discursiva que permeia diferentes gêneros de diferentes formas. Da mera organização causal e cronológica, como na reescrita de informação em revistas científicas para uma audiência não especialista, à articulação em torno de personagens e de um roteiro, como nos últimos exemplos de reescritas abordados, o modo narrativo contribui para uma visão integralizadora das pesquisas científicas. A narrativa entrelaça as soluções alcançadas aos problemas que essas soluções vêm responder.

Pela sua função de entrelaçamento de fatos, a narrativa presente nas reescritas da informação científica permite organizar os novos resultados no marco de outros já conhecidos e assim formular a descoberta científica. Casos como o da descoberta da viabilidade de clonagem de ovelhas, que mostram a formulação de um resultado inédito já a partir das primeiras divulgações, não parecem fugir da necessidade de serem rescritos para que sua condição de fato destacado seja legitimada. A construção da descoberta científica, e possivelmente da ciência, se faz, segundo Myers (1990a, p.102), “não *nim* texto, mas *entre* textos, na interpretação de um texto por um outro”, num processo contínuo de retradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I- Corpus Analisado

BEGLEY, SH. Little lamb, who made thee? *Newsweek*, p.41-47, 10 March 1997.

COGHLAN, A. One small step for a sheep... *New Scientist*, p.4, 1 March 1997.

COGHLAN, A; CONCAR, D. How the clock of life was turned back. *New Scientist*, p.5, 1 March 1997.

PENNISI, E; WILLIAMS, N. Will Dolly send in the clones? *Science*, 275: 1415-1416, 7 March 1997.

STEWART, C. An udder way of making lambs. *Nature*, 385: 769-771, 27 February 1997.

TRAVIS, J. Ewe again? Cloning from adult DNA. *Science News*, 151: 132, 1 March 1997.

VINES, G. One giant leap into the unknown. *New Scientist*, p.5, 1 March 1997.

WEISS, R. Scottish scientists clone adult sheep. *The Washington Post*, 24 February 1997.

WILMUT, I; SCHNIEKE, A. E.; MCWHIR, J.; KIND, A. J.; CAMPBELL, K. H. S. Viable offspring derived from fetal and adult mammalian cells. *Nature*, 385: 810-813, 27 February 1997.

II- Fundamentação Teórica

CALDAS-COULTHARD, C. On reporting reporting: the representation of speech in factual and factional narratives. In: COULTHARD, M. (Ed.). *Advances in written text analysis*. London & New York: Routledge, 1994. p. 295-308.

- HOEY, M. *On the surface of discourse*. London: Allen & Unwin, 1983.
- MYERS, G. Making a discovery: narratives of split genes. In: NASH, Ch. (Ed.). *Narrative in culture; the uses of storytelling in the sciences, philosophy and literature*. London & New York: Routledge, 1990a.
- MYERS, G. *Writing biology; texts in the social construction of scientific knowledge*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1990b.
- MYERS, G. Lexical cohesion and specialized knowledge in science and popular science texts. *Discourse Processes*. 4 (1):1-26, Jan.-March 1991.
- MYERS, G. Narratives of science and nature in popularizing molecular genetics. In: COULTHARD, M. (Ed.). *Advances in written text analysis*. London & New York: Routledge, 1994. p. 179-190.
- SWALES, J. *Genre analysis; English in academic & research settings*. Cambridge: CUP, 1993.

ESTRATÉGIAS DO INTÉRPRETE DE CONFERÊNCIAS PARA A PRESERVAÇÃO E PARA O RESGATE DA COESÃO NO DISCURSO

Edson J. M. Lopes

Este texto abordará a coesão no Discurso de Chegada (DC) em comparação com aquela do Discurso de Partida (DP). Como são os elementos coesivos que dão ao texto maior inteligibilidade no nível superficial, explicitando com maior clareza as relações entre os elementos do discurso, serão consideradas as maneiras como os intérpretes, ao perceberem esses elementos no discurso do palestrante ou a ausência deles, utilizam certas estratégias para dar coesão ao seu próprio discurso.

Essas estratégias incluem, além daquelas comumente utilizadas na conversação, em geral inconscientes, outras que o intérprete elege voluntariamente ad perceber a necessidade de atuar ativamente na formação do discurso para que ele atinja um nível aceitável de coesão, de estruturação superficial que, de maneira geral, é o que se espera do discurso informativo acadêmico, o alvo comum da interpretação de Conferências (IC).

1. Discurso Falado e Escrito

São muitas as diferenças entre o discurso falado e o escrito. BROWN & YULE (1983: 4) descrevem vários aspectos dessas diferenças, aspectos esses que podem ser utilizados para indicar diferenças entre a IC e a Tradução. Não serão alistadas aqui especificamente essas diferenças, mas é importante lembrar que, além de estarmos examinando o discurso oral, esta análise se

restringe a um tipo muito específico de discurso oral, que é aquele comumente encontrado em eventos nos quais se utilizam os serviços de Interpretação Simultânea (IS). Além desses fatores, o discurso da IS difere do discurso oral genérico principalmente pelo fato de lidar, em geral, com o discurso erudito – técnico-científico, didático, expositivo, acadêmico em geral – que não pode prescindir de maior coesão como mecanismo de manifestação na estrutura lingüística superficial. Embora a função coesiva possa ser suprida ou suplementada por outros elementos de textualidade (por exemplo, fatores pragmáticos como o uso de auxílios visuais, gestos, expressões faciais e, particularmente, o contato visual, (cf. BALZANI, 1989), quanto menor tal dependência, melhor.

Quando as qualidades textuais mencionadas no parágrafo anterior estão ausentes ou aparecem em grau abaixo do desejável, aumenta a importância da atuação ativa do intérprete na construção do discurso final. Essa "construção final" terá necessariamente muito daquilo que o intérprete inferiu, sendo, portanto, um assunto que extrapola as noções lingüísticas e passa a considerar a fidelidade e a ética, parâmetros estes que escapam ao objetivo do presente trabalho.

2. Efeitos da Coesão do DP sobre o DC

Explicitando o óbvio, o discurso de partida (DP) tem uma grande influência sobre o discurso do intérprete (DC). Se o primeiro for um discurso bem elaborado, claro, com um nível de relações coesivas bem adequado, ele representará um bom "molde" sobre o qual o intérprete poderá construir o discurso de chegada. Todavia, se tal "molde" for defeituoso, o intérprete terá seu trabalho de processamento duplicado, pois ao mesmo tempo em que deverá decodificar as informações recebidas, processá-las em um nível de compreensão e depois codificá-las novamente em um DC, deverá fazer correções que evitem os problemas existentes no "molde" ou discurso de partida. Tal esforço extra representará uma sobrecarga no processamento da memória. Alguns pesquisadores, como por exemplo FELDWEG (1989: 139), afirmam que a principal função

do intérprete é compreender. Se o DP for pouco coeso, o intérprete terá que aumentar seu nível de atenção a fim de compreender o que está sendo dito, prejudicando assim o esforço de criação do DC.

Outros elementos, além daqueles muito perceptíveis superficialmente, podem suprir informações elípticas ou ajudar a corrigir um entendimento errôneo causado pelo uso inadequado de marcadores coesivos. Um conhecimento aprofundado da língua e de seus recursos pode ser decisivo para o bom desempenho. Além de tudo isso, um conhecimento funcional da linguagem pode levar o intérprete a desprender-se da estrutura superficial do discurso, sem desprezá-la, para concentrar-se na mensagem.

Enquanto erros muito óbvios, bem delineados e em nível frasal são relativamente fáceis de evitar na interpretação, os erros de relações discursivas, ou seja, em níveis supra-frasais são mais difíceis de serem corrigidos por envolverem extensões de discurso muito mais longas.

3. A linearidade do discurso na IC e as estratégias interpretativas

Um fator que afeta negativamente a compreensão na IS é a linearidade (Cf GILE, 1995: 163 e BROWN & YULE, 1983: 125 e 134), conceito que descreve a recepção pelo intérprete do DP palavra por palavra, o que implica em não se ter esse texto para análise global até a sua completa recepção. Em virtude dessa recepção linear e de outros fatores inerentes à IS, o intérprete precisa empregar estratégias que viabilizem e dêem qualidade a seu trabalho.

Entende-se por estratégia toda iniciativa que intermedie a consecução de um objetivo. No caso, são meios que viabilizam e facilitam a compreensão do DP e a fidedigna interpretação, ou DC.

A linearidade do discurso oral é um fator que dificulta a compreensão e, conseqüentemente as demais etapas da interpretação. Os pressupostos, inferências e antecipações que são

resultantes de mecanismos cognitivos inerentes ao ser humano, são formas de se suprirem, através de elementos extra- e co-textuais discursivos, informações que nos ajudem a contextualizar e a compreender o discurso. Embora esses mecanismos não sejam perfeitos e as expectativas possam frustrar-se, eles são essenciais ao processamento mais rápido das interações. A sensibilização a tais elementos aparentemente pode ser aumentada a partir da prática, pois a experiência confirma isso. Como afirma WEBER:

O material mais difícil tende a ser aquele que envolve um alto grau de precisão na língua-alvo e muitas nuances a serem percebidas na língua-fonte. A terminologia sempre pode ser verificada com o autor ou outro especialista da área, enquanto a compreensão total de uma língua estrangeira consome a vida inteira. (1984: 60)¹

4. Experiência e Familiaridade

Evidentemente, quanto maior a experiência do intérprete e a sua familiaridade com o tópico, mais fácil e natural se torna essa libertação estilístico-estrutural, pois o intérprete estará interpretando o conteúdo do discurso e não a sua forma. Vários teóricos da interpretação enfatizam a necessidade de o intérprete 'desligar-se das palavras' e concentrar-se no conteúdo da mensagem. Assim se expressa THIÉRY (1989: 207), justificando a precedência da Interpretação Consecutiva em relação à Simultânea na aprendizagem da Interpretação de Conferências, justamente por considerar que a primeira se presta mais a treinar o intérprete a concentrar-se na mensagem, e não nas palavras:

É ao longo de tal parte do curso que na ESIT (École Supérieure de Intérpreters et Traducteurs) (que a interpretação consecutiva) precede obrigatoriamente a aprendizagem da simultânea, (para) que o estudante

aprenda a receber a totalidade da informação, extraída de sua expressão verbal, para entender (no sentido antigo de compreender) a mensagem em vez de escutar as palavras.² (Parênteses acrescentados - tradução minha)

Tomemos, em consonância com as correntes mais atuais, o conteúdo como algo que deve ser negociado entre o que se encontra no DP e aquilo que dali é retirado, o que depende das estruturas cognitivas e do conhecimento de mundo do emissor e do receptor.

WEBER (1989: 161), concorda com a precedência do ensino da Interpretação Consecutiva à Simultânea pelas mesmas razões que THIERY, além de outras, e afirma, naquilo que é de interesse focal aqui:

Frases incompletas e erros de seqüência lógica das idéias [pelo intérprete] são motivos de crítica imediata. Atenção especial é dada ao desenvolvimento de uma aptidão de *entender* e de memorizar a *mensagem, não as palavras*. Assim, o objeto da concentração intensa dos alunos fica limitado ao que é essencial para a interpretação. (colchetes acrescentados)

Assim, parece clara, de acordo com depoimentos de especialistas, essa necessidade da compreensão global sem uma relação direta com as estruturas morfossintáticas que lhe servem de veículo. (ISHAM, 1995: 144) aponta evidências de que a estrutura sintática não é retida na memória de trabalho, que é a mais intensamente utilizada na IS.

É possível ainda afirmar, concordando com SELESKOVITCH (1978) que a memória é um processo de compreensão. A implicação dessa assertiva não é difícil de ser percebida e poderia ser resumida também da seguinte forma: Só se pode interpretar aquilo que se compreendeu. Isso não chega a ser novidade alguma. Porém, estendendo um pouco mais o significado dessas

constatações, vemos na prática que é mais fácil lembrar aquilo que tem um sentido global, no qual os diversos elementos de uma seqüência estão interligados de forma coerente e coesiva, que seguem *scripts*, *frames* e cenários familiares, do que lembrar elementos que não têm uma relação habitual entre si ou com nossa estrutura cognitiva.

5. O papel da memória na coesão discursiva

Experiências feitas na psicologia cognitiva mostram que é fácil nos lembrarmos de elementos que estão numa ordem habitualmente conhecida, tais como 'abcdefg' ou '123456789'. A memória de trabalho armazena bem essas seqüências, o que tem dificuldade em fazer com seqüências aleatórias. Como a forma não tem, em geral, relação direta com o conteúdo proposicional, lembrar a forma pode ser mais difícil.

Em resumo, aparentemente a apreensão do sentido sem a preocupação com a estrutura ou tessitura coesiva facilita o trabalho de interpretação, embora a similaridade formal possa ser útil na lembrança e na memorização, como no caso de recursos poéticos e narrativos.

Às vezes o problema não é apenas de armazenamento organizado na memória, mas de capacidade de recuperar os dados ali armazenados. A recuperação de dados da memória pode ser dificultada pela constante necessidade de se restabelecer a coesão do DP, que, pelos motivos expostos, obriga o intérprete a esforços muito grandes de processamento.

A comparação do DP com o DC, tendo como base em alguns elementos coesivos específicos será um exercício interessante. Foram selecionados alguns marcadores de coesão que serão analisados do ponto de vista de sua adequação ou não na interpretação. Foram escolhidas as relações de *substituição* e *referência* analisadas através das anáforas do discurso, conceitos que serão sucintamente descritos aqui.

6. Relações de *substituição* e *referência*.

6.1. Aspectos anafóricos (antecedentes e referentes)

Os principais fatores de coesão são, segundo HALLIDAY & HASAN (1976), a *referência*, a *substituição*, a *elipse*, a *conjunção* e a *coesão lexical*. Os elementos de referência são aqueles que não têm interpretação semântica isolada, i.e., sem *referir-se* a outros elementos do discurso. A referência pode ser exofórica (quando se relaciona a algum elemento da situação comunicativa fora do texto, ou seja, está no contexto) ou endofórica (quando estiver explícita no texto, ou seja, no co-texto). Tradicionalmente as referências endofóricas dividem-se em anáforas (quando referem-se a elementos que aparecem antes no texto) ou catáforas (quando, ao contrário, a referência se faz a elementos que aparecem no texto posteriormente). Porém, as anáforas e catáforas podem também ocorrer nas relações exofóricas, ou seja, no contexto, como, por exemplo, em situações em que não há no co-texto um referente explícito, mas a coesão é garantida por algum elemento elíptico que existe na *consciousness* do falante e do ouvinte.

O que interessa aqui é examinar as ocorrências anafóricas e verificar se a recuperação ou retomada dos antecedentes foi bem sucedida ou não. Essa observação poderá suscitar estratégias discursivas para o intérprete com relação à memória de trabalho. No mínimo, a indicação das ocorrências poderá predispor o intérprete a evitar recorrências de imprecisões.

Embora no discurso escrito seja fácil evitar a ocorrência de problemas como esse, no discurso falado eles ocorrem com frequência, dependendo do grau de articulação do falante. No caso da interpretação, a falha em ouvir o referente, em retomar o antecedente adequado, especialmente quando houver mais de um referente candidato a substituir o antecedente, causará problemas de coesão e de compreensão no discurso do intérprete.

O estudante de línguas em um nível avançado, como espera-se ser o caso dos que querem ser intérpretes, precisa ser sensibilizado

para tais detalhes, a fim de não cometer erros comuns de correspondência, especialmente quando estiver interpretando do português para a língua estrangeira.

Existem também relações de substituições anafóricas e catafóricas que têm características próprias em cada língua. Uma substituição comum em português é através de palavras como *coisa*, *troço*, *negócio*, etc. Sua contrapartida em inglês poderia ser expressa por *thing*, *stuff*, entre outras. Aparentemente tais relações são interpretadas ou traduzidas diretamente, sem maiores conseqüências, e podem até ser introduzidas no DC como recurso que supre uma falha de memória, como no exemplo abaixo.

However (3) one would we ask the following question:
How is it so that if you ask... the dwellers of that
megacity... and that will respond saying that yes,
environmental... eh... air polution is the greatest threat
to health and quality of life in Mexico.

É a respectiva interpretação:

Entretanto (5) nós nos perguntariamos a seguinte coisa:
como é que é se nós perguntarmos... aos moradores
daquela megacity... megacidade e a resposta fosse
sim... a poluição do ar é o problema... ah... o... ah... o
risco mais sério, a qualidade de vida no México.

Houve aqui a introdução, por parte do intérprete, de uma substituição que não existia no DP, mas que ilustra dois pontos: Primeiro, justifica a declaração anterior de ser esse tipo de substituição muito produtiva em português, podendo até mesmo insinuar-se quando problemas de recuperação de informações da memória ocorrem. Em segundo lugar, a palavra coisa (assim como troço e seus sinônimos) tem uma abrangência significativa muito ampla, pois apesar da imprecisão ou da amplitude do significado, foi relativamente fácil retomar o sentido daquilo que coisa representava. É obvio que tal recurso é um paliativo e não deve ser recomendado, mas, sem dúvida, ele é melhor do que deixar a frase inacabada por um lapso de memória.

VÁZQUEZ-AYORA (1977: 114), entretanto, mostra com propriedade que na tradução do inglês para o espanhol (sendo que o mesmo pode ser aplicado ao português), várias ocorrências de THING devem ser explicitadas ou ampliadas para melhorar o estilo e, conseqüentemente, a compreensão:

The committee is charged, <u>among other things</u> , with the establishment....	El comité tiene, <u>entre otras actividades</u> , la de establecer/ Una delas tareas confiadas al comité es la de establecer....
With a view toward, <u>among other things</u> , protecting himself from...	Teniendo entre <u>sus miras</u> la de protegerse de

Na direção contrária, entretanto, e no tipo de discurso que é o objeto de estudo aqui, é pouco provável que haja ocorrências significativas de anáforas tipo troço, porque o discurso formal geralmente não se utiliza desse recurso. Além disso o discurso acadêmico tem de ser preciso, contrastando com esse tipo de anáfora que é muito inespecífico.

6.2. Ocorrências de referência anafórica no *corpus*

Examinemos algumas ocorrências observadas durante um evento que foi gravado . Eis a primeira:

But... what are these very specific traits that make it possible... to survive or not to react... in an organized political way, as to... change somehow decision-making... and changing the quality of life in the city. (3)
But this very pressing issue and maybe people living out of the city, will still say in Mexico that the most... important environmental issue is the quality of... of the air in the city, and not only in Mexico City, in the other big cities of... of Mexico. Ehh... They don't realize that maybe this is just a symptom of ... overcrowding of the big cities in Mexico, but ...

Observe-se no texto a recuperação da relação entre as duas palavras sublinhadas. Em inglês a relação *people/they* não causa qualquer problema porque não há diferença de gênero no pronome, mas na passagem para o português um fenômeno comum ocorre, como se pode perceber na tradução.

Mas... quais são essas características bem específicas que tornam possível sobreviver ou não reagir (4) numa forma politicamente organizada para fazer mudanças pa... ahh... pelo menos no processo decisório e na mudança da qualidade de vida da cidade. (5) Essa questão tão importante... as pessoas que saem da cidade ainda dizem que a maioria... que a questão mais importante do ponto de vista ecológico é a questão da poluição na cidade, não apenas na cidade do México, mas nas outras grandes cidades do México. (3) Eles não entendem... que isto é apenas um sintoma... da superpopulação das grandes cidades do México (4) mas...

O pronome *Eles* não retoma a relação anafórica correta com *as pessoas*, que deveria ser *Elas*. O pronome que retoma a relação é masculino, recuperando o primeiro sentido que está na *consciousness* do intérprete, e não o segundo. Um fator que contribui para essa perda de relação é o distanciamento entre os dois elementos. Outro fator é a distribuição da atenção que o intérprete precisa fazer para simultaneamente ouvir, entender e falar coesa e coerentemente, conforme já foi explicado anteriormente. Tais atividades simultâneas representam esforços que podem causar uma sobrecarga no processamento mental, mais especificamente na memória de trabalho (Cf. GILE, 1995: 159).

Outros fatores que podem influir na escolha do pronome que substitui o antecedente e que freqüentemente causam opções indevidas são:

- A existência de um maior número de marcadores do mesmo gênero ajuda a recuperar a relação adequada, enquanto que gêneros diferentes prejudicam essa recuperação.

- A existência de um sinônimo (na *consciousness* do ouvinte) do antecedente que tenha gênero diferente daquele que é retomado, pode interferir. Exemplo:

As máquinas que estão nesta sala são apenas para operação da fase II. A gente nem precisa ficar aqui agora. Eles vão ser liberados para a primeira fase da digitação depois que agente terminar a compilação.

As máquinas neste texto referem-se a computadores, como pode ser inferido a partir da palavra digitação. A retomada, no entanto, se deu com computadores; o sinônimo evocado pelo falante, em vez de sê-lo com o antecedente correto que era as máquinas.

- A proximidade de outros possíveis referentes, de gênero ou número diferente do referido que se quer retomar, pode prejudicar a recuperação. Eis um exemplo de ocorrência deste tipo:

I think I am covering a lot of my time... and I really intend to... to go for... for longer than time I had assigned but I think that... we ... we cannot ot... nowadays... with... with the breakthrough of social sciences... we cannot assume that what is being said... by someone in an interview... is a... a true... fact... it is a fact that is a truth... because we have to understand how ideological discourses are constructed, how... how strategies... induce certain attitudes, certain thoughts, certain concepts, certain predispositions, how they are able to desarticulate some... some social movements.

A interpretação desse trecho está assim transcrita:

Ehh... estou cobrindo mais... ou m... quase o meu tempo já e eu ainda tenho a intenção de... de continuar por mais tempo, mas acho que... nós não podemos, hoje... com o desenvolvimento das ciências sociais, nós não podemos presumir que o que está sendo dito... por

alguém numa entrevista seja... verdade, um fato verdadeiro... ehh... um fato que seja uma verdade, nós não podemos considerar assim porque temos que compreender como é que o disc... os discursos ideológicos são construídos, como... as nossas estratégias induzem certas atitudes, certos pensamentos, certos conceitos, certas predisposições, como... elas são capazes de desarticular alguns movimentos sociais.

Conforme já visto, se nos exemplos citados anteriormente não houve um prejuízo maior na comunicação, isso deveu-se ao fato de os pronomes que estavam em relação anafórica com outro elemento apresentarem essa relação como única possibilidade de retomada. No exemplo acima, no qual existiam mais de dois elementos aos quais o pronome poderia em tese referir-se, uma escolha incorreta prejudicaria a interpretação da função anafórica e, em última instância, a comunicação.

Nesse caso, o pronome *elas* tem três possibilidades de relacionamento anafórico do ponto de vista lógico: (1) *discursos ideológicos*, (2) *nossas estratégias* e (3) *certas atitudes*, *certos pensamentos*, *certos conceitos*, *certas predisposições*. Se for feito com a primeira opção, há um erro de gênero. Com a segunda estaria correto, enquanto com a terceira opção haveria também erro de gênero.

Além desses marcadores variados que podem dificultar a retomada da correta relação anafórica, é interessante observar que aparentemente o erro costuma ocorrer quando o antecedente é feminino. Isto talvez se explique em função de ser o masculino o gênero não marcado, (*default*, por assim dizer, num termo mais atual), fazendo com que a memória lhe dê precedência de maneira quase automática. Em que circunstâncias tais ocorrências teriam lugar com mais frequência é fato que precisa ser devidamente investigado.

O texto não perde sua coerência, apesar dessas falhas de recuperação, em função das demais correlações intratextuais, mas a coesão deixa a desejar. Essa recuperação anafórica defeituosa na IS

é um fenômeno relativamente comum e, como está sendo demonstrado, o é também no discurso oral comum. O mais interessante, entretanto, é que ela pode ocorrer também na leitura, o que é surpreendente pelo fato de, ao lermos, termos à frente dos olhos o texto que pode ser varrido para a frente e para trás a grande velocidade, dependendo da habilidade do leitor.

Na análise da memória de trabalho quando do exercício da leitura, autores como CARPENTER, MIYAKE & JUST mostram que os seguintes fatores afetam a retomada correta do antecedente de uma relação anafórica: Complexidade sintática, ambigüidade lingüística, distância textual, carga de memória extrínseca e limitações de tempo. Como dito anteriormente, a leitura tem um forte suporte da visão que pode varrer o texto para frente e para trás, dependendo da habilidade do leitor e dos fatores acima, para buscar restabelecer a relação correta.

Todos esses elementos de dificuldade ou facilitação da recuperação de informações existentes na fala e na leitura parecem existir na IS, acrescidos de outros ligados ao processamento e à produção do DC. De qualquer maneira, a memória de trabalho, reconhecidamente limitada por fatores físicos, impõe restrições ao desempenho do intérprete, carecendo de treinamento e organização para atingir o máximo de eficiência, ainda que esse máximo não seja muito extenso.

Para procurar demonstrar a relativa freqüência dessa recuperação anafórica defeituosa, serão dados mais dois exemplos retirados da gravação do referido evento:

When we are dealing with the indigenous... ehh... passing communities... this people, you have to face it,... live in different worlds... their survival depends on... not much... not so much on how much they... earn in salaries... or how much they are willing to withdraw on... on... ehh... postmaterialist... habits of overconsumption. But they rely on the environment as their only source... for survival. (3) So, their view of the environment is different. Environment is not a

postmaterialist ethical value. It is a very materialistic... value and, at the same time, very environmental.

A transcrição da interpretação é a seguinte:

Mas ao lidar com comunidades indígenas e... passantes, essas pessoas, temos que encarar a situação assim, vivem em mundos totalmente diferentes. Eles são sobreviventes, não dependem muito sobre os seus salários, sobre os ganhos ou quanto que eles estão... são capazes de tirar dos hábitos... dos hábitos materialistas de... do pós-consumo e eles têm como sua única fonte de sobrevivência... uma só. Então, a visão... o meio ambiente é o meio de sobrevivência. Então, o meio ambiente é diferente. Não é... como um valor ético... ahn... pós-materialista... é... um... valor muito materialista e, ao mesmo tempo, muito ambiental também.

Nesse exemplo há uma outra ocorrência interessante do ponto de vista da coesão. O intérprete introduz um MAS no início da proposição que não encontra contrapartida no DP. Entretanto, aparentemente a enunciação do discurso contém um BUT (mas) latente, tendo o intérprete percebido e explicitado esse elemento. A entoação pode ter sido o marcador que ativou a percepção do intérprete.

7. O papel da concentração da atenção para facilitar a retomada do antecedente

Uma vez sintonizados com esse aspecto, é possível perceber e registrar ocorrências dessa falha de concordância. Os exemplos coletados, além da observação constante dos discursos ouvidos no dia-a-dia, indicam uma forte tendência de que essa falha seja mesmo uma característica da linguagem falada. A menor frequência dela, aparentemente, é resultado de uma idiossincrasia, ou seja, do conhecimento lingüístico e da articulação do falante. Eis um exemplo que foi anotado ao assistir uma palestra em português e que reforça este ponto de vista:

“No Japão e na China existem *pesquisas* nessa área e *eles* indicam que os resultados que encontramos são consistentes.”

Nesse exemplo não existe um distanciamento significativo entre o antecedente e o pronome, o que parece indicar que o principal fator que causa a concordância inadequada é a presença de outro elemento na *consciousness* do falante que o induz à mudança de gênero. Nos exemplos acima, o falante, ao enunciar *eles* em vez de *elas* poderia estar pensando em, por exemplo, *os cientistas*. Pode-se ainda suspeitar da presença de outro elemento no mesmo período e contexto, *os resultados*, que poderia estar causando uma interferência, o que pareceria indicar um relacionamento catafórico.

Ainda que a explicação seja satisfatória, não se pode simplesmente tomá-la como justificativa de um erro, mas talvez deva ser utilizada como ponto de partida para entender suas causas e procurar elaborar estratégias que aumentem a eficiência comunicativa através de uma maior coesão discursiva. A experiência pessoal leva-nos a crer, que exercícios de interpretação específicos sobre os pontos indicados podem ajudar o aluno ou o profissional a melhorar as relações coesivas em seu discurso. Fica a questão dependendo ainda de uma comprovação por experimentação mais abrangente.

Parece que nesse aspecto de múltiplas possibilidades de ligação antecedente-referente, ou seja, havendo dois ou mais elementos aos quais o pronome possa em tese referir-se, como dito anteriormente, o uso incorreto ou indefinido prejudicaria a interpretação da relação anafórica e, em última instância, a comunicação.

8. Atenção à forma X atenção ao conteúdo

Pode parecer paradoxal a observação de que a atenção à forma lingüística, neste caso ao gênero do antecedente, seja uma maneira de facilitar a recuperação da relação coesiva e, conseqüentemente

melhorar a qualidade do discurso, uma vez que já foi reiterado outras vezes que a atenção do intérprete deve focar o conteúdo da mensagem. Todavia, ao que parece, dá-se justamente o contrário, em primeiro lugar porque a referência é a dois momentos diferentes: Um quando se faz a preparação, o estudo para se aprender ou aprimorar a IC, que é um momento no qual o intérprete lança mão de estratégias de aprendizagem para atingir seus fins; é nesse momento que ele recorda os fundamentos lingüísticos e os exercita. O outro momento é aquele da atuação, no qual ele precisa concentrar-se no todo, mas não nas partes.

Não se pode, portanto, descartar aqui o aparente reforço que as imprecisões coesivas emprestam à *Théorie du Sens*, de SELESKOVITCH (1978) e ao favorecimento de sua proposta no debate às vezes acalorada sobre forma X conteúdo, que inclui também a visão de ISHAM (1995, 141) sobre informação FB (*Form-based*) e MB (*Meaning-based*). O intérprete, ao concentrar-se no sentido do discurso teria mais facilidade em manter a coerência, embora pudesse perder relações de coesão. Parece ser consensual na literatura e ter sido demonstrado pelos exemplos dados, que a coerência é muito mais importante do que a coesão, mas que esta não pode ser negligenciada, especialmente no âmbito do tipo de discurso aqui focado.

A experiência com a IS demonstra que, na prática, essa melhora na retomada das relações coesivas ocorre com frequência quando há atenção e treinamento específicos, além do que existem outros fatores que possibilitam melhorar a coesão textual, tais como o *briefing* (termo em inglês utilizado para indicar uma reunião que precede um evento para inteirar os participantes do conteúdo do mesmo.). Na verdade, ao familiarizar-se com o assunto através da coleta de informações prévias, com o palestrante e outros elementos ligados ao evento, o intérprete pode concentrar sua atenção em outros aspectos, como, por exemplo, na coesão.

Conclusão

Neste trabalho, foram estudadas as relações de substituição e referência representadas pelas ocorrências anafóricas em um determinado *corpus* de um discurso de interpretação simultânea. Procurou-se demonstrar que fatores variados interferem na memória do intérprete e dificultam a correta retomada do(s) antecedente(s). Esses fatores são: (a) distanciamento entre referido e referente; (b) a existência de um maior número de referidos, especialmente quando são de gênero e número diversos; c) a existência de um referido não-explicito (estando presente na *consciousness* do falante ou de seu interlocutor).

Com base nessas observações, foram delineadas algumas estratégias que podem orientar o intérprete em sua preparação. São estas as estratégias:

1. O intérprete deve concentrar-se na mensagem e não na sua estrutura ou forma, pois, como foi demonstrado através de exemplos e argumentação teórica, esse procedimento parece ajudar na recuperação das informações.
2. A precedência do treinamento em Interpretação Consecutiva à Simultânea é um bom exercício de memória, além de ajudar no desprendimento da estrutura, ou seja, da literalidade.
3. O aluno intérprete deve fazer o comparatismo pró-ativo, procurando desta forma prever ocorrências de situações difíceis de interpretação. Esse comparatismo pode ser feito em todos os níveis lingüísticos, mas será mais útil quanto mais abrangente, ou seja, será mais eficaz em nível de discurso.

NOTAS

¹ The most difficult material tends to be that which involves a high degree of accuracy in the source language. Terminology can always be looked up in a reference book or found through consultation with the author or an expert in the field, whereas complete understanding of a foreign language takes a lifetime.

² C'est au cours de cette partie du cursus, qui à l'E.S.I.T. précède obligatoirement l'apprentissage de la simultanée, que l'étudiant apprend à recevoir la totalité de l'information en l'extrayant de son expression verbale, à entendre (dans l'ancien sens de comprendre) le message au lieu d'écouter les mots.

³ Unfinished sentences and errors in the logical sequences of ideas [by the interpreter] are immediately criticized. Particular attention is given to developing the aptitude to *understand* and to memorize the *message, not the words*. Thus the object of the students' intensive concentration is limited to what is essential for the rendition.

⁴ A nomenclatura refere-se à representação da memória conforme elaborada por MINSKY (1975) e utilizada na Análise do Discurso por KOCH (1989 e 1990), entre outros.

⁵ O termo foi mantido em inglês, seguindo LIBERATO (1980, 16, apud FULGÊNCIO, 1984, 13), porque sua tradução não abrange, neste sentido, o significado do termo original. No caso, o significado poderia ser explicitado por "estar pensando em",

⁶ Encontro Internacional do Meio-Ambiente, FAFICH, 01 de dezembro de 1995. O evento foi gravado em vídeo e áudio.

Referências Bibliográficas

BALZANI, Maurizio. Le contact visuel en interpretation simultanee: resultats d'une experience (français-italien). In: GRAN, Laura, TAYLOR, Christopher (Ed.). **Aspects of applied and experimental research on conference interpretation**. Udine: Campanotto Editore, 1990. P.93-100.

BROWN, Gillian, YULE, George. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CARPENTER, P., MIYAKE, A., JUST, M. Working memory constraints in comprehensions: evidence from individual differences, aphasia and aging. In GERNSBACHER, Morton Ann (Ed.) **Handbook of psycholinguistics**. Madison, Winsconsin: Academic Press, 1994.

FELDWEG, Hildegund. The significance of understanding in the process of interpreting. In GRAN, Laura, DODDS, John (Ed.). **The theoretical and practical aspects of teaching conference interpretation**. Udine: Campanotto Editore, 1989. P. 139-141.

FULGÊNCIO, Lúcia. O problema da interpretação dos elementos anafóricos. Tese de mestrado - FALE-UFGM, maio de 1983.

GILE, Daniel. Le partage de l'attention et le 'modele d'effort'. **The Interpreters' Newsletter**, Trieste: SSLM, Università degli Studi di Trieste, n. 1, p. 4-22, Sept. 1988.

HALLIDAY, M.A.K, HASAN, Rugaia. **Cohesion in english**, London: Longman, 1976.

ISHAM, William. On the relevance of signed languages to research in Interpretation. **Target**, Amsterdam: John Benjamins, v. 7, n. 1, p. 135-149, 1995.

KOCH, Ingedore V. **A coesão textual**. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

LIBERATO, Y. G. **Sobre a oposição dado-novo**. Dissertação de mestrado, FALE-UFMG, 1980.

MINSKY, M. A framework for representing knowledge. In: WINSTON, P. H. (Ed.) **The psychology of computer vision**. New York: McGraw-Hill, 1975.

SELESKOVITCH, Danica. **Interpreting for international conferences**. Washington, D.C: Pen and Booth, 1978.

THIÉRY, Chistopher. Pédagogie de l'exemple dans l'enseignement de l'interprétation simultanée et consécutive. In GRAN, Laura, DODDS, John, **The theoretical and practical aspects of teaching conference interpretation**, p. 207-208. Udine: Campanotto Editore, 1989.

VÁZQUES-AYORA, G. **Introducción a la traductología**. Washington: Georgetown University Press, 1977.

WEBER, Wilhelm K. **Training translators and conference interpreters**. New Jersey: Prentice Hall Regents, 1984.

AS INTERAÇÕES FACE-À-FACE SOB AS PERSPECTIVAS TEXTUAL E SITUACIONAL

Sueli Pires

Constitui foco de interesse, neste trabalho, o desenvolvimento de uma análise comparativa dos percursos lingüísticos, textual e discursivo de duas situações de interação face-à-face: uma delas, mantida em canal televisual, sob forma de um debate político-eleitoral; a outra, correspondente a uma conversação cotidiana mantida entre patrão e empregado de uma empresa. À medida que for analisando tais percursos das duas situações interacionais, procurarei apontar-lhes características comuns e específicas, algumas das quais próprias de interações face-à-face. A análise aqui proposta estará em parte fundamentada na concepção modular de análise do discurso adotada por Eddy Roulet (1991, 1996-Université de Genève), que propicia um instrumental analítico capaz de reconstruir os percursos de produção e de interpretação da linguagem enquanto instância lingüística, textual e situacional.

I. O *Corpus*

As duas situações aqui focalizadas envolvem locutores adultos do sexo masculino. No primeiro caso, do debate eleitoral, os dois interlocutores têm formação universitária; na segunda situação, um dos interlocutores tem formação escolar superior, sendo que o empregado tem apenas o primeiro grau de escolaridade completo. As gravações, em fita de vídeo, bem como as transcrições dos diálogos integram um *corpus* de 10 situações envolvendo locutores de ambos os sexos, com formação escolar diferenciada e condições sócio-econômicas distintas. Esse *corpus* tem sido a base empírica

para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa mais abrangente, voltado para o estudo das relações de assimetria nas situações discursivas face-à-face, sejam elas gravadas em meio televisual, sejam registradas em interações cotidianas. A seleção desses dois trechos para a análise que aqui se desenvolverá deve-se, sobretudo, ao fato de se pretender focalizar as diferenças de ordem lingüística, textual e situacional em duas interações distintas sob alguns aspectos, sobretudo no que diz respeito ao canal, à sua finalidade e às condições sócio-econômico-culturais dos participantes.

A primeira situação dialogal descrita corresponde a um trecho de seis minutos extraído de um debate político-eleitoral, com duração total de 40 minutos, promovido por uma emissora de televisão, no qual os dois candidatos ao segundo turno da Prefeitura de Belo Horizonte - Amílcar Martins (PSDB) e Célio de Castro (PSB-PT) - expõem suas divergências sobre programas de governo, mediados por um apresentador.

A segunda situação refere-se ao último trecho (de 5 minutos) de uma conversa com duração total de 14 minutos mantida entre patrão e empregado no dia-a-dia de uma empresa de construção civil. Esses interlocutores tratam de um processo de negociação visando à compra de material de produção para as obras de construção de dois prédios.

II. Hipóteses

Ao desenvolver a análise aqui proposta, pretendo mostrar que, de um lado, no debate eleitoral, existe uma intenção declarada dos participantes de se envolverem numa trama argumentativa polêmica, mantendo-se permanentemente em desacordo e instaurando um clima de "isotropisme négative" (cf. AUCHLIN, op.cit.); por outro lado, na interação comercial, as tensões de opinião se desfazem em meio a um interesse comum, ou seja, na busca de soluções imediatas para os problemas apontados por ambos os interlocutores.

No primeiro caso, há marcas de relações interpessoais tensas, formais, que revelam a existência de um clima interacional hostil, fruto do constante conflito de opiniões e interesses dos opositores. No segundo caso, as posições são negociadas passo a passo, restaurando-se, assim, o que poderíamos chamar de "isotropisme positive".

Tentarei mostrar, ainda, que essas disparidades discursivas, longe de serem totalmente pré-concebidas, se constroem ao longo dos processos interacionais (cf. BANGE, 1992) e, ainda mais, sob dimensões distintas - no nível lingüístico, textual e interacional - porém interrelacionadas, de acordo com a proposta modular de análise do discurso discutida em ROULET (op.cit.).

III. PRINCÍPIOS

Para desenvolver as hipóteses formuladas anteriormente, devo explicitar alguns pontos que assumo como princípios norteadores do trabalho aqui proposto:

- . as conversações não se limitam à organização meramente seqüencial de unidades formais;
- . os diálogos se organizam em diferentes planos/dimensões que se apresentam interrelacionados (cf. ROULET, op.cit.);
- . longe de equivalerem à soma de ações verbais individuais, os diálogos se constroem coletivamente, sob várias dimensões, no decorrer das interações;
- . a análise de textos conversacionais pressupõe o reconhecimento de regras de encadeamento dos turnos de fala e dos tópicos; das regras de encaixe das formas composicionais (narrativas, deliberativas e procedimentais); das regras de organização de trocas (T), intervenções (I) e atos (A) . cf. ROULET(1995);
- . as trocas (T) se definem, ao menos, em três dimensões: (i) na dimensão relacional, quando concebidas como um conjunto de intervenções que se encadeiam dialógica e monologicamente, à luz de um princípio de fechamento que se define em função do duplo acordo; (ii) na dimensão informativa, na medida em que elas estão centradas em unidades tópico-temáticas; (iii) na

- dimensão referencial, em função do partilhamento, pelos interlocutores, de um campo de saber, sem o qual a intercomunicação estaria inviabilizada;
- nas interações verbais face-à-face, os indivíduos se afetam mutuamente, co-construindo um campo de relações interpessoais, apontadas por GOFFMAN(1974) como rituais, atinentes à dimensão psicológica, segundo a perspectiva modular de análise adotada por ROULET(op.cit);
 - os contextos situacionais das interações verbais face-à-face são parcialmente pré-determinados, mas, ao mesmo tempo, em grande parte, (re)construídos nas práticas discursivas, traduzindo-se, em última instância, como jogos de negociação nos quais circulam objetos, os mais diversificados.

IV. O REFERENCIAL TEÓRICO

O apoio teórico utilizado para o desenvolvimento da análise aqui proposta advém, sobretudo, da concepção modular de análise do discurso descrita em ROULET (op.cit.) e em PIRES (1997). A aplicação da hipótese modular à análise de diálogos pressupõe a necessidade de integrar diferentes dimensões lingüísticas, textuais e situacionais, descrevendo as suas interrelações e apontando a complexidade inerente aos diferentes planos de organização dos diálogos. Constituem meu objeto de interesse específico, no presente trabalho, as interrelações que se estabelecem entre as dimensões hierárquica e relacional - no plano textual - e as dimensões psicológica e interacional - no nível situacional. Dessa preocupação central, podem resultar questões que digam respeito a outras dimensões como, por exemplo, a informativa, a composicional, a periódica, a referencial, etc.

Para ilustrar essa concepção de análise, apresento, na figura 1, o esquema modular adotado por ROULET (1996), no qual se distinguem três níveis: o lingüístico, o textual e o situacional, bem como os módulos que os compõem. Chamo a atenção para os módulos sintático, hierárquico e referencial, que constituem a espinha dorsal do sistema, por abrigarem uma parte significativa da capacidade recursiva do modelo.

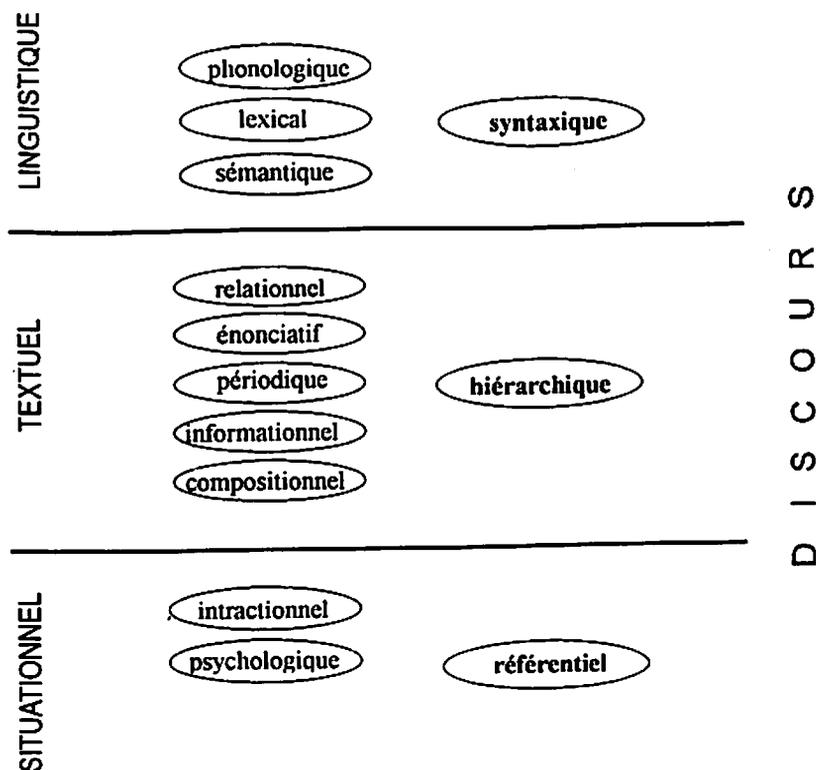


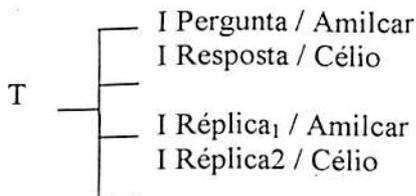
FIGURA 1

V. A ANÁLISE HIERÁRQUICA

Focalizando-se os dois trechos dos diálogos sob a ótica da dimensão hierárquica, podem-se, desde já, apontar algumas das suas distinções no plano da organização textual. Se, por um lado, ambas as instâncias dialogais podem ser concebidas como dois processos de negociação discursivos, ou, então, duas grandes trocas (T), internamente elas se estruturam de maneiras distintas.

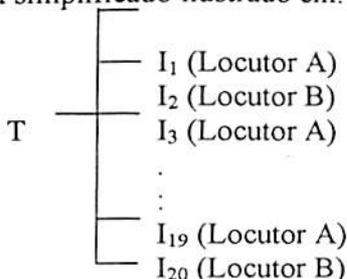
Veja-se, primeiramente, que a troca (T) correspondente ao trecho do debate poderia ser descrita, de forma sumária, como um conjunto de quatro intervenções correspondentes a quatro turnos de fala alternados, conforme se ilustra em (1):

(1)



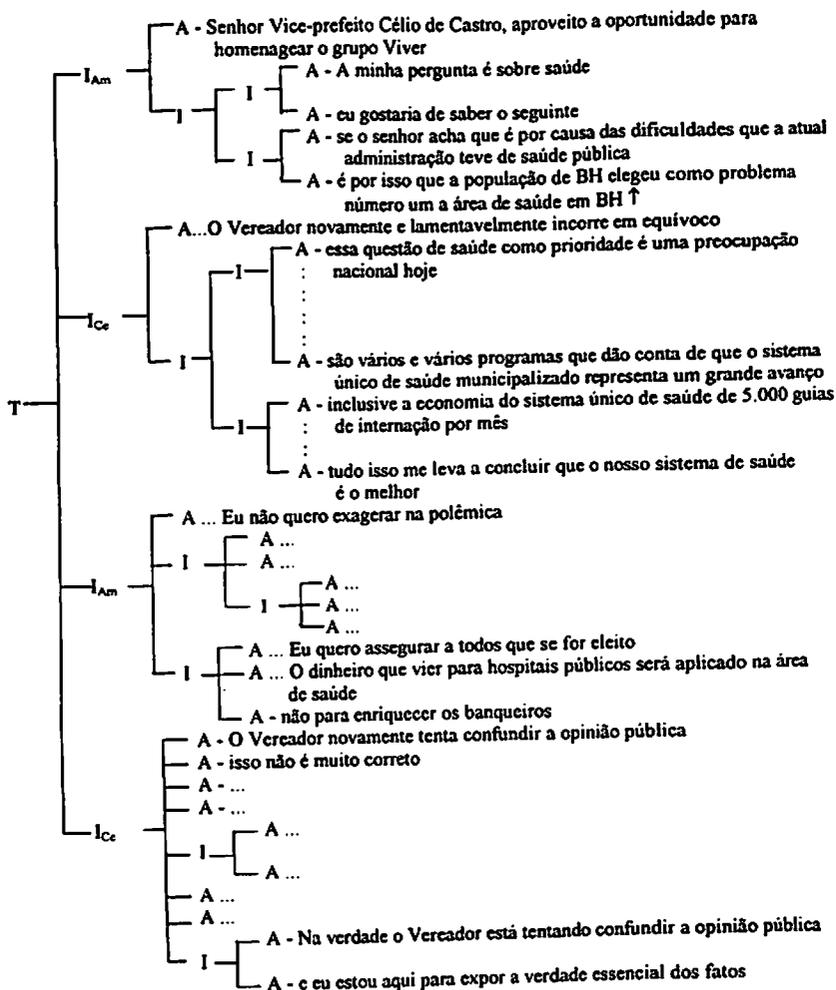
Já a troca (T) correspondente à negociação comercial é constituída por vinte intervenções alternadas dos dois participantes, conforme esquema simplificado ilustrado em:

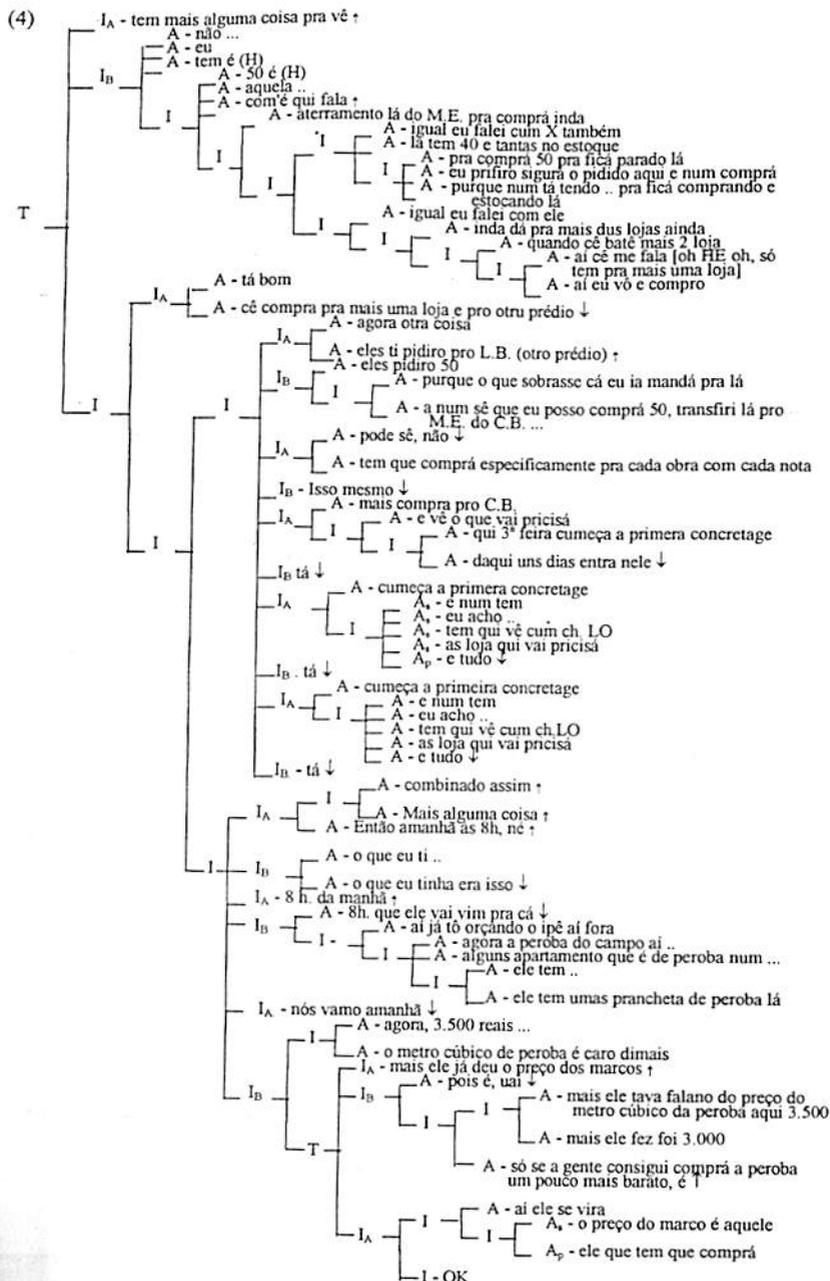
(2)



Se, apenas com base nessa primeira configuração simplificada já é possível apresentar distinções entre as duas trocas, isso se evidencia ainda mais quando se propõe uma análise capaz de apontar os mecanismos de encaixe construídos pelos interlocutores de uma e outra situação de interação verbal. A adoção desses mecanismos pressupõe a existência de constituintes hierarquicamente dispostos em configurações gradativamente mais elaboradas, à medida que se detectam negociações encaixadas umas nas outras. Esses constituintes, segundo ROULET (op.cit.) equivalem a trocas (T), intervenções (I) e atos(A). Estes últimos, na atual concepção da teoria aqui focalizada, correspondem às unidades mínimas do discurso. Com base nessa análise, é possível propor as configurações (3) e (4), respectivamente, para o debate eleitoral e para a conversação cotidiana:

(3)





No primeiro caso, ou seja, do trecho do debate, observa-se certo rigor organizacional e simetria formal, resultados imediatos do controle imposto pelo mediador das intervenções, que pré-estabeleceu este esquema de turnos: pergunta(1 minuto); resposta (2 minutos); primeira réplica (1 minuto); segunda réplica (1 minuto). Além de não permitir o encaixe de trocas, esse controle contribui de forma evidente para o nível de formalidade da interação, uma vez que elimina as possibilidades de aparecimento de traços por demais conhecidos das interações face-à-face, que se ligam à dimensão periódica do modelo de análise aqui brevemente desenvolvido. Tais traços dizem respeito, por exemplo, à superposição de falas, à invasão ou tomada de turno e à presença de reguladores verbais (cf. KERBRAT-ORECHIONI, 1994). Já no diálogo patrão-empregado, encontra-se uma configuração hierárquica diversificada, do ponto de vista organizacional, o que, em parte, reflete uma certa maleabilidade e liberdade dos locutores de gerirem os seus turnos. O relativo grau de intimidade por eles compartilhado e a relativa informalidade da situação, sobretudo assegurada pela necessidade de se buscar um consenso, facultam-lhes essa autonomia. Além da ocorrência de trocas encaixadas, constata-se, por exemplo, que as intervenções em (4) não obedecem ao padrão de regularidade encontrado em (3).

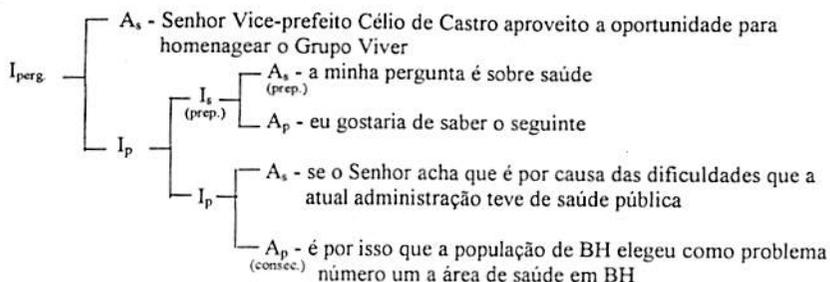
VI. A ANÁLISE RELACIONAL

No âmbito das trocas, de acordo com ROULET (1996), há relações ilocucionárias iniciativas e reativas (do tipo resposta / pergunta, etc.) e relações interativas (argumento, contra-argumento, reformulação, consecução, etc.) que se constroem entre os constituintes do texto e entre as informações recuperáveis da memória discursiva.

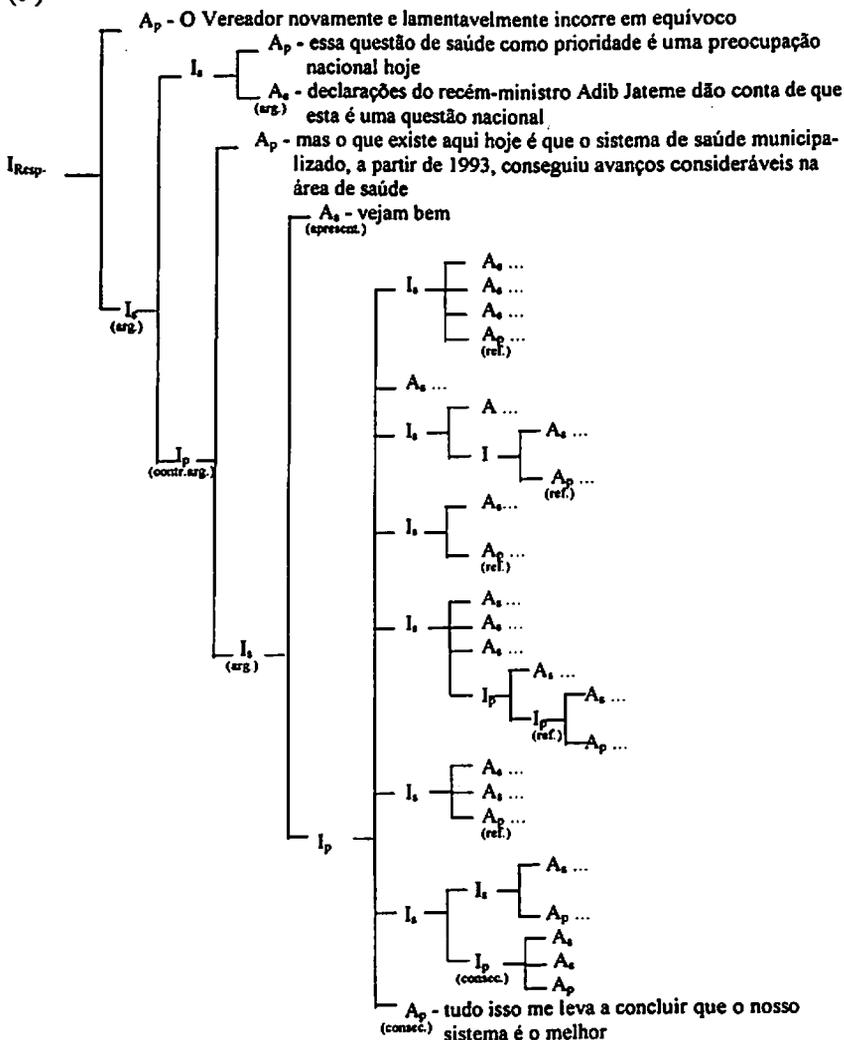
Do ponto de vista relacional, as duas situações de diálogo apresentam feições razoavelmente distintas. Entre as quatro intervenções do debate eleitoral encontram-se apenas 3 relações ilocucionárias (pergunta-resposta-réplica). Por outro lado, internamente, essas quatro intervenções apresentam esquemas relacionais interativos ou monológicos complexos. Veja-se a esses

propósito a descrição da intervenção iniciativa da configuração (5) e a configuração relacional detalhada da resposta emitida pelo candidato Célio de Castro em (6):

(5)



(6)



Uma implicação imediata desses esquemas relacionais é o privilegiamento das funções interativas ou monológicas, no caso do debate, e das funções ilocucionárias ou dialógicas no caso da conversa informal, que apresenta dez pares do tipo Pergunta/Resposta. Nesta última, ao longo das 20 intervenções, apenas três, relativamente complexas, apresentam relações interativas mais elaboradas; a maioria dessas intervenções, de constituição bastante simples, apresenta um ou dois atos. Todas as perguntas são formuladas, sempre pelo patrão, diretamente, sem qualquer complexidade relacional ou argumentativa, como exemplificado em (7):

- (7) I1 - tem mais alguma coisa pra vê ↑
I13 - 8 h. da manhã ↑
I17 - mais ele já deu o preço dos marcos

Já em (6), como se pôde observar, uma única intervenção (correspondente a um turno de fala) apresenta 30 atos, predominantemente ligados por relações reformulativas, argumentativas e consecutivas. Ao apontar uma série de qualidades do seu programa de governo, enquanto vice-prefeito, o candidato acumula dados e argumentos contrários ao do seu adversário, para concluir que *"tudo isso me leva a crer .. a dizer de maneira categórica que o nosso sistema de saúde é o melhor"*.

Vale ressaltar que os percursos das interações construídos pelos interlocutores do debate político visam sobretudo a provocar uma tensão argumentativa, despertando um conflito de dados e opiniões. Ao contrário desse discurso visivelmente polêmico, no diálogo patrão-empregado procura-se instaurar um clima de confiança mútua, o que se confirma através do exame de aspectos relacionais do trecho do diálogo aqui focalizado: as intervenções são todas coorientadas do ponto de vista argumentativo (cf. MOESCHLER, 1996), como exemplifico em (8), (9) e (10):

- (8) I2 - aí eu vô e compro ↓
I3 - tá bom ↓

(9) I9 - as laje qui vai precisá e tudo ↓
I10 - tá ↓

(10) I19 - ele qui tem qui comprá ↓
I20 - OK ↓

Eu chamaria a atenção para o fato de que essa co-orientação argumentativa, nesse caso, pode significar submissão da opinião de um interlocutor (do empregado) à do outro (do patrão), fato este que não se observa no debate eleitoral.

Outra distinção marcante que se detecta entre as duas produções discursivas pode ser descrita, ainda que de maneira superficial, no módulo composicional. O debate eleitoral se constrói através da utilização de estruturas predominantemente deliberativas, que se transformam em âncora para os pólos argumentativos e para alguns percursos narrativos encaixados. O diálogo patrão-empregado contém número significativamente maior de estruturas procedimentais, ou seja, aquelas que contêm ações projetadas num tempo ulterior ao do processo enunciativo. Os interlocutores se valem de tal recurso para normatizar os procedimentos necessários ao andamento satisfatório do processo de negociação comercial em discussão.

VII. DAS DIMENSÕES TEXTUAIS ÀS RELAÇÕES INTERACIONAIS

Embora se pudesse esperar que o diálogo patrão-empregado constituísse um espaço interacional tenso e predominantemente polêmico, no caso em exame constata-se que há uma esforço dos interlocutores em manterem um certo equilíbrio, propiciando, assim, um clima distenso e, até certo ponto, cordial. Ao patrão, cabe abrir espaços ao seu interlocutor, uma vez que é este que detém as informações de que ele necessita para tomar as decisões, sempre suas. A intimidade entre ambos se reflete no esquema de construção das intervenções ilustrado em (4), através do qual se

constata uma dinamicidade das falas. As negociações secundárias, configuradas nas intervenções encaixadas, são resultado da liberdade de que os interlocutores usufruem ao longo do processo interacional. A co-construção no domínio do verbal, marcada sobretudo pela co-orientação das relações argumentativas, é reforçada pelos laços interacionais que se estabelecem entre os dois interlocutores. Embora haja uma distância sócio-econômica e cultural entre os mesmos, a relação de complementaridade já apontada por VION (1992) assegura, de uma certa forma, a distensão necessária ao "isotropisme positive". Durante o processo interlocutivo, dissolvem-se as diferenças para atender aos interesses dos participantes.

Já o debate político, instaurando um clima de falsa cordialidade, é marcado não só pelas tensões nas relações argumentativas, mas igualmente pelas relações interpessoais caracterizadas pela distância, pela imobilidade e frieza. Nesta situação, a margem de manobra dos interactantes é bastante restrita, limitando-se à instância das relações interativas, ou seja, das intervenções pessoais, conforme ilustrado nos exemplos (5) e (6). O excesso de elaboração no âmbito dos percursos monológicos revela a construção de discursos egoístas e competitivos. Não é essa a regra máxima do jogo? Interessa aos interlocutores fragilizar os percursos argumentativos alheios, no afã de ver valorizados os seus próprios percursos, o que, afinal, resulta na valorização dos respectivos programas de governo (vide exemplos em 11):

(11) a) I (Célio de Castro) - As afirmações do vereador são equivocadas, levianas.

b) I (Amílcar Martins) - É uma promessa absurda

c) I (Célio de Castro) - O vereador continua insistindo numa premissa falsa.

Na verdade, o candidato está um pouco inquieto.

Constata-se, também, que as atitudes interacionais desses participantes do debate são programadas, administradas e cronometradas pelo mediador do debate. Aliada a esses fatores intervencionistas, a distância física (de aproximadamente 2 metros)

tende a agravar a frieza e a tensão das ações verbais, contribuindo sobremaneira para o que AUCHLIN (1991) denomina "*malheur conversationnel*". De forma oposta, observa-se uma certa empolgação por parte dos interlocutores do outro diálogo, o que se explica, em parte, pela possibilidade de construção de um domínio consensual, através de ações verbais cooperativas. Já os debatedores investem negativamente nas relações afetivas, deixando transparecer estados emocionais tensos e pouco propícios ao acordo, como se ilustra em (12):

(12) ICC - Na verdade, o candidato está um pouco inquieto.

IAM - Em primeiro lugar, Senhor Vice-prefeito, não é verdade, não estou inquieto. A população já está acostumada com esse tipo de provocação, de dizer que estou nervoso, que estou inquieto.

Sob a capa das relações de polidez, respeito e cordialidade, dentre outras, marcadas pelas formas de tratamento - senhor vice-prefeito e senhor vereador - mascaram-se o conflito, a controvérsia, a tentativa de destruição da imagem do outro perante o público.

VIII. CONCLUSÃO

Ao desenvolver esta breve exposição, tentei mostrar ser possível associar questões próprias das dimensões textuais (hierárquica e relacional) a aspectos ligados à dimensão interacional e psicológica.

A análise aqui proposta apontou, além disso, a necessidade de se reconhecer uma relação de assimetria nas situações de interação face-à-face, como propõe KERBRAT-ORECHIONI (1995): os aspectos positivos (como no diálogo patrão-empregado) e negativos (como no debate político) da polidez, que se traduzem nos elementos verbais e nos elementos não verbais dos processos conversacionais.

O enfoque desses aspectos de forma integrada embasou-se na concepção modular de análise do discurso, cuja aplicação não se

restringe apenas às formas dialogais. ROULET (1996) mostra ser possível aplicá-la à análise de textos escritos, literários ou não, sempre com o objetivo de se buscar uma análise menos intuitiva e mais refinada do objeto discursivo. Além disso, tal modelo está aberto às contribuições das várias vertentes da análise do discurso, às vezes pouco divulgadas porque isoladas de um contexto teórico que as justifique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUCLIN, A. 1991. "Le bonheur conversationnel: émotion e cognition dans le discours et l'analyse du discours". *Actes du Colloque L'Analyse des Interactions*, Aix-en-Provence.

BANGE, P. 1992. *Analyse conversationnelle et théorie de l'action*. Paris, Les Editions Didier.

GOFFMAN, E. 1974. *Les rites d'interaction*. Paris, Minuit.

KERBRAT-ORECHIONI, K. 1995. "La dimension affective des dialogues". *Cahiers de Linguistique Française*(18):43-61.

_____. 1994. *Les interactions verbales*. Tome I. Paris, Armand Colin Éditeur.

MOESCHLER, J. 1996 *Théorie conversationnelle et pragmatique temporelle*. Paris, Minuit.

PIRES, M.S.O. 1996. *Estratégias de negociação discursiva entre adolescentes*. Tese de doutorado. São Paulo, USP (no prelo).

ROULET, E. 1991. "Vers une approche modulaire de l'analyse du discours". *Cahiers de Linguistique Française*(12):53-81.

_____. 1995. "Etude des plans d'organisation syntaxique, hiérarchique et référentiel du dialogue: autonomie et interrelations modulaires". *Actes du Colloque sur "Les différentes plans*

d'organisation du dialogue et leurs interrelations", Université de Genève.

_____. 1996. "Dialogisme et modularité: l'organisation thématique d'un dialogue téléphonique". *Cahiers de Linguistique Française*(18):8-29.

VION, R. 1992. *La communication verbale: analyse des interactions*. Paris, Hachette.

ANÁLISE DO DISCURSO E SEUS MÚLTIPLOS SUJEITOS

Ida Lúcia Machado

A Análise do Discurso (AD) adquire seu *status* de disciplina no final dos anos 60, graças ao trabalhos de Michel Pêcheux e de sua equipe, na França. Pêcheux estabeleceu um instigante método de pesquisa que evoluiu bastante, ao longo de quase três décadas. Tal método, *grosso modo*, associa aquisições do materialismo histórico, da psicanálise e da lingüística. (O *corpus*, objeto de estudos é formado por documentos de cunho político-históricos; os trabalhos oriundos de tais abordagens ilustram, pois, uma tentativa que visa a construção de uma teoria do discurso articulada à lingüística e às proposições marxistas sobre a ideologia. Assim, para Pêcheux, a AD tem por obrigação assimilar os documentos estudados às condições sócio-históricas vigentes em determinada sociedade/

Em outros termos, a idéia de um sistema social e histórico completamente neutro, do qual poderiam surgir formações languageiras destituídas de toda e de qualquer ideologia é inconcebível para essa análise, que dá um lugar privilegiado para a observação das formações ideológicas.

Segundo Brandão (1993), a formação ideológica “é constituída por um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras (Haroche *et alii*). Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas interligadas.”

A partir de 1975, Pêcheux toma emprestado o sintagma e o conceito de “Formações discursivas”, criado por Foucault, explicando-o em termos mais lingüísticos. Segundo Pêcheux, as

formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito, numa dada conjuntura. Assim, se as palavras mudam de sentido é porque mudam de formação discursiva.

Fizemos este preâmbulo para mostrar que a AD em seu início, não considera o sujeito em sua individualidade: para ela só interessa o “sujeito assujeitado”, aquele que é capaz de veicular as chamadas “palavras de ordem” de um determinado partido ou voz política. Nessa ótica, e transpondo o problema para o campo literário, seria então cabível estudar *Eugénie Grandet*, de Balzac, para ressaltar a voz de um narrador construído e/ou influenciado por um autor-implícito cuja voz conotaria tendências monarquistas; ou então, estudar os poemas de Paul Eluard para buscar nos versos do poeta, “pistas” que levassem ao sujeito-Eluard-comunista.

Enfim, nessa sua primeira fase (chamada por Maingueneau (1989) “análise do discurso da primeira geração”), a AD procura evidenciar a posição de certas palavras, expressões ou frases passíveis de marcar ou de definir um determinado tipo de discurso, fruto de uma determinada ideologia política: assim, um texto que mostrasse, por exemplo, uma grande incidência de palavras tais como “povo”, “cidadania”, “liberdade”, “direitos humanos”, “igualdade”, teria muito mais chances de ser considerado como um texto originado por um locutor assujeitado a uma formação discursiva de esquerda, que um texto onde houvesse, em vez das palavras citadas, a predominância de outras tais como: “Estado”, “Nação”, “religião”, “valores morais”...

Os anos 80 assistem a uma dispersão da Análise do Discurso Francesa (ADF): com a morte de Pêcheux (e mesma antes dela), novas correntes começam a aparecer no horizonte discursivo. Entretanto, neste campo, nada se faz de modo brusco, do gênero “o rei morreu, viva o rei”. Se vários pontos da teoria “fundadora” são esquecidos ou considerados ultrapassados, uma série de conceitos que a ela pertenciam vão passar de uma corrente para outra, sendo reavaliados, refeitos ... Nesse sentido, acreditamos que grande parte das novas abordagens que vão constituir a AD de 2ª geração (termo criado por Maingueneau, 1989) são oriundas, talvez, de reflexões

feitas sobre questões que Pêcheux enunciou (e deixou em aberto) pouco antes de sua morte. Citemos duas delas:

(a) “Como separar, nisso que continuamos a chamar o sujeito da enunciação, o registro funcional do ego-eu, estrategista assujeitado e a emergência de uma posição do sujeito?”

(b) “O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o ego-eu vacila?”

Dessa forma, algumas das análises do discurso contemporâneas, vão tentar encontrar um lugar para esse sujeito que emerge, vão trabalhar sua singularidade e sua razão de ser, não mais enquanto sujeito oriundo de uma determinada formação discursiva, mas enquanto sujeito falante de uma determinada comunidade social.

UM NOVO SUJEITO OBJETO DE ESTUDOS NA AD

Num determinado ponto das pesquisas sobre análise do discurso, chegou-se à conclusão -ao menos no que diz respeito à teoria Semiolingüística, criada por Patrick Charaudeau (1983) - de que a atuação de um sujeito comunicante/enunciador, vivendo em determinada sociedade, em meio aos contratos e rituais por esta estabelecido, merecia maiores estudos.

Ilustremos a questão através de um exemplo, ligado à imprensa escrita, mais especificamente à redação de dois jornais franceses: *Le Nouvel Observateur* e *Le Figaro*. Se é o jornalista francês Jean Daniel quem escreve uma página, ele vai nela deixar transparecer, quase que de modo instintivo, as marcas da ideologia que lhe são caras, em termos de convicções político-religiosas (esquerda e Judaísmo). A convicção política encontrará um eco, uma ressonância ou uma similitude entre os outros colegas de redação de Jean Daniel, que escrevem para o jornal socialista *Le Nouvel Observateur*. Evidentemente, os jornalistas do “*Nouvel Obs*” têm um ideal político que não é o mesmo dos seus colegas jornalistas do “*Figaro*”, jornal da direita francesa.

Entretanto, Jean Daniel não vai ter o mesmo estilo que seu colega Delfeil de Ton, embora todos os dois pertençam ao “*Nouvel Obs*”. Jean Daniel tem por norma adotar um tom sério, por vezes dogmático, para escrever seus editoriais; já as crônicas de Delfeil de Ton são impregnadas de humor negro e de uma ironia amarga. Ou seja: cada um tem sua própria escritura, ainda que essas escrituras estejam ligadas a uma mesma convicção política.

(Esse novo enfoque sobre o sujeito comunicante propicia, assim, uma situação paradoxal: embora o sujeito em questão tenha seu estilo próprio, não deixa também de ser um sujeito-coletivo, já que vive numa determinada sociedade. Ora, esta sociedade é geradora de certas regras de conduta, de certos rituais e de vários contratos linguageiros. Surge então a pergunta: como abordar tal sujeito ambivalente numa perspectiva discursiva?)

A solução pode ser encontrada nestas palavras de Charaudeau (1984):

“Todo texto seria o produto de um Projeto de Palavra que é feito por um sujeito particular que sabe (de modo mais ou menos consciente) que tal Projeto é, em parte, determinado por um Contrato de Palavra. E a liberdade deste sujeito se encontra precisamente seja na margem de manobras que lhe deixa o dito contrato /.../ seja no ato de subversão, ou de transgressão do referido contrato.” (A tradução é nossa).

Em outros termos, há um sujeito que cria seus textos a partir de dados extraídos de seu *ethos* e de seu *pathos*, recolhidos no universo discursivo que lhe é próprio, enquanto sujeito-comunicante-único. Mas essas convicções vão encontrar um eco no universo coletivo e social que o rodeia.

Nem completamente livre, pois agindo num mundo de representações e códigos, nem completamente submisso, pois singular, único: é assim que vemos o sujeito. Amparados por este ponto de vista, sentimo-nos mais à vontade para definir o sujeito da análise do discurso, dentro de uma perspectiva pragmático-enunciativa que é, ao nosso ver, uma das bases da AD pós-Pêcheux e, conseqüentemente, da Semiolingüística.

Na perspectiva pragmática, todo discurso é ligado a uma ação. O caráter performativo assume diferentes formas, segundo o objetivo visado: convencer, seduzir, sugerir, aconselhar, informar, etc. Todo um séquito de atos de linguagem pode se instalar no domínio discursivo e será suscetível de análises. Lembremos que tais análises não podem se restringir à simples configuração verbal, mas devem também ser estendidas ao jogo que o sentido verbal mantém com o sentido implícito. O que Charaudeau (1983), explica através de um esquema bastante prático:

A de L = [Explícito X Implícito] C de D

O ato de linguagem (A de L) compreende, desse modo, o explícito combinado a um implícito. As circunstâncias do discurso (C de D) dominam esta junção e correspondem ao conjunto de saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem.

No que diz respeito à Teoria da Enunciação, a AD Semiolingüística se ampara bastante em conceitos ligados à heterogeneidade enunciativa.

Em que consistiria a heterogeneidade de um discurso? Simplificando bem, a heterogeneidade resultaria da combinação de fatores que podemos retirar do implícito e do explícito linguageiro. Segundo Maingueneau (1989), há dois tipos de heterogeneidade: a mostrada e a constitutiva: “a primeira incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva.”

Em outras palavras, a heterogeneidade constitutiva seria também um sinônimo para “interdiscurso”, ou seja, trocas efetuadas entre universos, espaços e campos discursivos diversos; a heterogeneidade mostrada seria visível nas citações, no disc

relatado, no uso de aspas, enfim, em todos os mecanismos capazes de gerar uma polifonia languageira.

A noção de polifonia nos permite compreender a imbricação de diferentes sujeitos no discurso, dismitificando a antiga idéia de um sujeito falante único. Assim o texto pode tornar-se palco de encontro de diferentes vozes ou de diferentes sujeitos falantes/comunicantes/interpretantes.

Nessa perspectiva, a teoria Semiolingüística explica o ato de linguagem através da atuação de quatro sujeitos: dois deles, exteriores ao enunciado, seriam os actantes da comunicação: um sujeito-emissor e um sujeito-receptor. O sujeito-emissor ou sujeito-comunicante "cria" mais dois sujeitos, internos ao ato de linguagem, verdadeiros seres de palavra, que seriam os protagonistas da enunciação: um sujeito-enunciador que se dirige a um sujeito-destinatário. Para que o ato comunicativo tenha sucesso, espera-se que a interpretação dada ao ato de linguagem pelo sujeito-destinatário (interno) coincida com a que será dada pelo sujeito-receptor ou interpretante (externo).

A esses quatro sujeitos, gostaríamos de acrescentar mais dois, que nomearemos "sujeito-locutor" (situado entre o sujeito-comunicante externo e o sujeito-enunciador interno) e "sujeito-interlocutor" (situado entre o sujeito-destinatário e o sujeito interpretante). Os sujeitos locutor e o interlocutor se mantêm na junção dos dois mundos (real e ficção), criando uma "ponte" entre os mesmos.

Esses diferentes sujeitos vão se manifestar nos atos de linguagem orais ou escritos.

Cabe lembrar que, segundo a teoria Semiolingüística, todos os atos de linguagem são "encenações", no sentido teatral do termo. Tais "encenações" resultam da combinação de uma determinada situação de comunicação, de uma determinada organização discursiva e de um determinado emprego de marcas lingüísticas. Assim, essa AD pressupõe que se faça uma descrição das características da situação languageira e da organização discursiva, tomando como ponto de apoio as marcas lingüísticas que vão,

justamente, funcionar como “pistas” que poderão levar o analista à situação onde foram concebidos os atos de linguagem e à organização discursiva dos mesmos.

Um dos pontos fortes dessa AD é pois, na nossa opinião, o fato de considerar o ato de linguagem como resultante de uma espécie de “jogo”; ou seja: o ato de linguagem se mantém numa constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas de um dado discurso e a margem de manobra permitida por esse mesmo discurso. Tais manobras discursivas vão dar lugar à produção de estratégias, por parte dos sujeitos comunicante e interpretante. Faremos, a seguir, algumas aplicações práticas do que foi exposto, nesta segunda parte, tomando como *corpus* um texto paraliterário: uma página criada por Uderzo(1996) para a coleção *Astérix*, publicada no album intitulado *La Galère d'Obélix*. (Vide Anexo)

ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DE UMA PÁGINA DE “ASTÉRIX”

Nesta terceira parte, apresentaremos uma micro-acepção da AD, voltada para o cotidiano de um curso de leitura, e enfatizaremos o lugar dos sujeitos-enunciadores. Devemos porém insistir que tal procedimento deve constituir para nós, analistas do discurso, apenas uma etapa do trabalho de análise; entretanto, sua aplicação é possível numa aula que tenha por objetivo a leitura crítica de um texto isolado.

Para melhor situar nossa análise, vamos dividi-la em cinco partes.

I. Note-se, em primeiro lugar, o indivíduo histórico, real, que está na origem da fabricação do desenho: trata-se do francês Albert Uderzo. Ele seria então, na terminologia semiolinguística, o “eu comunicante” ou “sujeito comunicante” que pertence ao circuito externo do ato de linguagem. Ao criar a página em questão, este sujeito-real cria um “sujeito-locutor/desenhista”, que faz a ponte entre o mundo real e o mundo de ficção, entre o “fazer” e o “dizer”.

II. Este segundo sujeito, ou seja, o sujeito-locutor/desenhista, com seu traço, dá origem a um universo de ficção, povoado de "seres de papel". Tais seres são representados, no caso da página escolhida:

a) pelos personagens do desenho em si, ou seja, pela parte icônica ;
b) pelas "vozes" que falam dentro do desenho ou seja, pela parte verbal;

c) pelo receptor/destinatário da mensagem, nela inserido.

Esse pequeno "universo" visa a compreensão/captação do interlocutor; é este sujeito quem estabelecerá a ponte com o sujeito-interpretante, ou seja, com o leitor do mundo real, aquele que compra ou lê a história da *Galère d'Obélix*.

III. Detalhemos a observação desse universo ficcional. O sujeito locutor-desenhista, com seu traço, coloca em cena dois personagens-sujeitos que "falam", através do visual. E o que "dizem" ou querem comunicar? Numa abordagem rápida, diríamos que querem fazer entender que Goscinny e Uderzo são os verdadeiros Astérix e Obélix. Mas, numa abordagem mais cuidadosa, veremos que existe, neste procedimento, um desdobramento enunciativo:

a) os dois personagens dizem textualmente, "somos Goscinnyrix e Uderzorix", o que implica na transformação dos dois autores (figuras do mundo real) em dois bravos armoricanos (seres de ficção) já que seus nomes e vestimentas foram devidamente adaptados à Gália de 50 anos a. C.

b) Mas os dois personagens podem também estar dizendo , implicitamente, "somos Astérix e Obélix fantasiados de Goscinny e Uderzo ou vice-versa".

De todo modo, a mensagem, com seus efeitos de realidade instaurada na ficção, é ambígua, dando um espaço para a instalação do olhar irônico do locutor/desenhista.

IV. É preciso notar que a página analisada apresenta ainda uma outra "voz" ou um outro sujeito-enunciador que, espera-se , seja captado pelos sujeitos- receptores: é o sujeito do enunciado "*Vis Comica*". Este enunciado, deslocado de seu local de origem, já que

é a transcrição de um dito de Júlio César sobre o poeta latino Terêncio, assume aqui um caráter paródico, instaurando um desvio total. Ainda que os sujeitos enunciadores (Júlio César e o locutor/desenhista) continuem superpostos, esta superposição cai no âmbito de um jogo lúdico.

V. Enfim, o que quisemos mostrar com esta rápida análise, é que três mundos convivem nesta página de "*Astérix*": o mundo real, com seus sujeitos comunicante e interpretante; o mundo da construção/percepção da mensagem, com seus sujeitos locutor e interlocutor; e, finalmente, o mundo da ficção, com seus personagens e suas falas/mensagens, expressas pelo icônico e pelo lingüístico.

CONCLUSÃO

Mesmo no caso de uma micro-acepção da análise discursiva, como a que tentamos realizar, acreditamos que é necessário buscar sempre novas soluções em termos de leitura. Para mudar a percepção dos leitores é preciso, pois, introduzir uma certa desestruturação num material que foi tão bem elaborado, como a página da "*Galère*" por nós abordada.

Justamente por ser tão bem construído, tal documento, a exemplo de outros, não pode ser visto a partir de uma ótica reducionista que o relegue a uma simples troca do sujeito "eu" com o sujeito "tu". Dentro desse "eu" e desse "tu" existem várias vozes que nos falam algo e que nos remetem a diferentes sujeitos, a diferentes efeitos.

NOTAS

1. Grosso modo, esses sujeitos (locutor e interlocutor) corresponderiam as entidades "scripteur et lecteur" (scriptor e leitor) de um esquema proposto

por J. Peytard (1980), que baseou-se, para tanto, em W. Yser e, às entidades "narrador e narratário" de G. Genette (1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, H.H.N. *Introdução à Análise do Discurso*. 2ª ed., Campinas, Unicamp 1993.

GADET, F. e HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Trad. de Bethania S. Mariani *et alii*. Campinas, Unicamp 1990.

CHARAUDEAU, P. *Langages et discours*. Paris. Hachette 1984.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris. Hachette 1992.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. de Freda Indursky. São Paulo. Pontes 1989.



En pouvoir de faire rire, mots extraits d'une épigramme de César sur Terence, poète latin

“CASO ENCERRADO” ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DE UMA REPORTAGEM POLÍTICO-POLICIAL IMPRESSA

Antônio Luiz Assunção

O objetivo deste trabalho é analisar, sob a perspectiva da teoria semiolingüística, proposta por Charaudeau(1992), os aspectos da organização discursiva que gerou o texto informativo “Caso encerrado”, publicado pelo revista *Veja* em 07 de agosto de 1996, atentando para o modo como se realizou o projeto de fala do jornalista, quando do noticiamento da morte de Paulo César Faria, o personagem PC da história recente do Brasil.

Nesse trabalho, atentaremos para a questão do modo enunciativo, buscando deprender as marcas da enunciação que denunciam a presença do sujeito desse fazer discursivo, tendo como preocupação examinar os aspectos do modo de organização enunciativo presentes no texto.

Na primeira parte, faremos um esboço dos conceitos básicos da Teoria Semiolingüística de Charaudeau, buscando explicitar os princípios que mais nos interessam para a execução da proposta. Na segunda parte, atentaremos para o texto da reportagem, examinando o material semiolingüístico que o constitui. E, por fim, na terceira parte, faremos as considerações finais.

1.0 A Teoria Semiolingüística

Charaudeau(1992) apresenta o ato de comunicar como um dispositivo que, em seu interior, encontram-se o sujeito falante e seu parceiro, o interlocutor. Ao pressupor o ato de comunicação

como um dispositivo, o autor acentua o fato de que a linguagem está para o uso, pois um dispositivo é algo que serve para cumprir uma determinada função, mas também atenta para o papel dos sujeitos nesse processo: todo dispositivo requer alguém ou algo que o acesse e o ponha para funcionar. Ao inserir o sujeito falante e o seu parceiro no interior desse dispositivo, o autor mostra o caráter interlocutivo das atividades de linguagem.

Desse modo, define-se o sujeito falante como aquele que estabelece a interlocução com o outro, o que pressupõe a compreensão de que os atos de comunicação não ocorrem desligados de sua dimensão espaço-temporal.

1.1 Os modos de organização do discurso

Para atingir o seu objetivo e fazer cumprir o seu projeto de fala, o EU_c tem em suas mãos os modos de organização do discurso. Cada qual é responsável pelo cumprimento das finalidades do discurso engendrado por um sujeito falante. Pode-se trabalhar, no entanto, com um modo de organização específico ou com a combinatória dos diversos modos de organização discursivos.

1.1.1 O modo de organização enunciativo

Segundo Charaudeau(1992), não se pode confundir o modo de organização do enunciativo com a modalização, à medida que a modalização é uma categoria da língua e o modo enunciativo é um expediente discursivo. A modalização reúne os recursos estritamente lingüísticos, enquanto o modo de organização enunciativo expressa o ponto de vista locutivo do locutor.

Assim, o modo enunciativo permite-nos, através da análise dos elementos lingüísticos da modalização, por exemplo, captar a relação que o sujeito falante estabelece com os fatos a serem relatados, permitindo determinar as relações enunciativas estabelecidas no texto.

1. o locutor pode agir sobre o interlocutor convidando-o a responder ou reagir, influenciando-o, por exemplo.
2. o locutor enuncia a sua posição diante do narrado, tais como: saber, avaliação, motivação, engajamento, decisão por relatar o que diz sobre o mundo.
3. O sujeito falante pode procurar apagar suas marcas do texto que elabora, produzindo, assim, um efeito de objetividade. De fora, ele assume a postura de testemunha do mundo.

1.1.2 O modo de organização do discurso descritivo

A descrição, como sabemos, pressupõe uma visada do objeto a ser descrito de maneira mais demorada, fundando-o como objeto de discurso e, desse modo, garantindo-lhe uma existência, uma localização e uma qualificação. Segundo Charaudeau, o modo descritivo fundamenta-se em três componentes básicos, a saber: a nomeação, a localização e a qualificação.

- a) a nomeação é um ato que consiste em fazer nascer os seres significantes do mundo. Deve-se observar, no entanto, que, como quem nomeia é aquele que produz o discurso, esse processo está submetido à visão de mundo desse sujeito que, por sua vez, tem uma visão sempre ligada aos códigos sociais da comunidade de fala.
- b) a localização é o ato de situar os seres, determinando-lhes a posição que ocupam num tempo e num espaço específico. Embora esse ato testemunhe um recorte objetivo do mundo, não se pode perder de vista que esse reflete uma visão de mundo.
- c) a qualificação é um ato de singularização de um ser através de uma visão de mundo particular, que passa pela racionalidade e pelos sentimentos, implicando a atribuição de um sentido particular ao texto. Para Charaudeau, a qualificação testemunha o olhar do falante sobre o mundo, denunciando não só a sua necessidade como também a sua vontade de possuir o mundo que o rodeia.

Pode-se dizer, portanto, que esse processo vai, através dos componentes acima descritos, possibilitar a construção da visão de verdade sobre o mundo do falante em seu projeto de fala, ou nos possibilitar reconhecer uma certa visão do mundo presente nos textos sob análise.

1.1.3 O modo de organização do discurso narrativo

O modo de organização narrativo caracteriza-se pela construção de uma sucessão de eventos que constituirá a estrutura do fato narrado. As narrativas são seqüências de eventos organizados de maneira sucessiva, implicando uma coerência, uma intencionalidade, um encadeamento e uma recuperação dos eventos narrados. Estão presentes três elementos nesse modo de organização discursivo:

- a) uma situação inicial, caracterizada pela ausência e que pressupõe uma demanda em busca da satisfação dessa falta;
- b) uma tomada de consciência dessa falta que vai desencadear o desejo de satisfazer essa demanda, instaurando um estado de busca;
- c) um resultado dessa busca que pode ou não satisfazer, suprimindo a ausência ou não. Nesse caso, o êxito implica a satisfação do desejo, caso contrário, tem-se o fracasso.

1.1.4 Modo de organização argumentativo

A argumentação têm como objetivo provocar o interlocutor, fazendo-o refletir sobre uma dada proposição, com o objetivo de persuadi-lo de uma determinada verdade. Para isso, ela requer a existência de uma tese sobre o mundo que faça sentido e seja legítima para alguém. A argumentação pressupõe, de um lado, um sujeito interessado em uma posição específica, o que o faz buscá-la, e, de outro, um sujeito que deseja ou precisa agir sobre o outro, objetivando fazê-lo partilhar/compartilhar do seu ponto de vista. O princípio de organização do modo argumentativo compõe-se de:

- uma proposta sobre o mundo.
- uma proposição que constitui a razão possível do pôr em causa a proposta.
- um ato de persuasão que testemunha a validade da proposição.

Além disso, a relação argumentativa pressupõe três componentes: uma afirmação de chegada; uma outra que possibilitará a passagem para um dado estado e uma asserção de chegada. A asserção de passagem é uma asserção intermediária e, como tal, requer um universo de crenças e valores partilhados pelos interlocutores, o que torna aceitável ou recusável as asserções de partida.

2.0 Caso encerrado – uma reportagem sob a perspectiva da enunciação

A imprensa tem se caracterizado como a responsável pela constituição do imaginário social, pois é através dela que os grandes fatos são postos em debate e que se constitui uma visão de mundo, que resulta, algumas vezes, de uma reflexão a partir do confronto das diversas opiniões e da análise cuidadosa daquilo que está sendo dito. Contudo, na maioria das vezes essa visão de mundo resulta da massificação imposta pela própria imprensa, resultado de uma leitura acrítica da realidade.

Sob o ponto de vista de que todo ato de comunicação é um ato interlocutivo, o texto jornalístico, como tal, pressupõe um contrato fixado entre ele e o seu público-leitor que, acreditamos, poder ser resumido nesses dois pontos: a) trazer informações e b) ser confiável.

A revista *Veja* traz em sua edição de 07 de agosto de 1996 uma reportagem de capa referente à morte de Paulo César Farias, o PC. Na feitura da capa, já estamos diante de um processo de constituição de um discurso de persuasão em que algumas marcas enunciativas já podem ser detectadas. Estampada numa capa vermelha, a manchete em negrito e letras garrafais: CASO ENCERRADO.

Entendendo, como observa Charaudeau(1992), que todo ato comunicativo compõe-se, entre outros elementos, de uma de uma situação comunicativa, o enunciado *caso encerrado* na capa da revista *Veja* só poderá ser plenamente compreendido se se considerar a situação comunicativa que lhe deu legitimidade: como se sabe, várias foram as discussões em torno da morte de PC Farias que preencheram o imaginário dos brasileiros e alimentaram as páginas da imprensa: PC Farias foi assassinado por sua namorada Suzana Marcolino, ou foi morto por um complô, visando a queima de arquivo? Ou seja, não é uma frase que afirma que o caso está encerrado; mas uma voz que “bate o martelo” sobre a questão da morte de PC Farias, fechando a discussão.

Entendemos, portanto, aqui, uma primeira marca do sujeito falante. Ao constituir-se como sujeito enunciatador (EU_c), o eu comunicante (EU_e), responsável pela reportagem, coloca-se diante da fala do outro com uma fórmula de fechamento entre interlocutores, visando encerrar um debate.

2.1 Processos discursivos da enunciação : a *mise en description*

2.1.1 O fazer icônico e o efeito de gênero

Na capa da revista *Veja*, portanto, está presente um sujeito comunicante que põe na boca de um enunciatador uma proposta de leitura para um destinatário real, enquanto pessoa no mundo (TU_i), no caso, o seu leitor. De acordo com essa proposta não há mais o que discutir, encerrou-se o caso, cessou-se o assunto da interlocução.

Para garantir a verdade enunciada, o EU_c apresenta sedutoramente: fotos do tambor de um revólver, convidando o seu leitor a crer que aquele é o revólver do crime em questão, ao lado da foto duas setas com os dizeres: “A cápsula da bala que matou PC Farias” e “A cápsula da bala com que Suzana Marcolino se suicidou”. Seguem-se duas outras fotos logo abaixo: de um lado, o ombro direito de PC Farias, com a marca da bala devidamente circulada e de outro, a

foto de Suzana Marcolino, mostrando a região, entre seu pescoço e os seios, com a marca da bala também devidamente assinalada por um círculo.

Apresenta-se, aqui, um tipo de recurso discursivo, utilizado pelo enunciador, a que Charaudeau(1992) chama de *mise en description*. Esse recurso discursivo caracteriza-se por ser organizado pelo falante que pode intervir de maneira implícita e explícita, buscando provocar determinados efeitos de sentido sobre o leitor, tais como: o efeito de saber, o efeito de realidade/ficção, o efeito da confiança e o efeito de gênero.

Analisando a constituição da capa, percebe-se que o uso de setas indicativas, fotos comparativas configura-se aqui como um efeito de gênero textual dos laudos periciais que tem como função a persuasão dos seus leitores. Esse recurso discursivo coloca-nos diante da posição do locutor, no caso o EU_c, em relação não só com os outros discursos, mas também com o outro, impondo a ele essa posição, com o objetivo de obter a sua adesão.

Como observamos anteriormente, a situação comunicativa no momento da reportagem da revista *Veja* caracteriza-se por um embate acirrado sobre a morte de PC Farias, em que se apresentavam duas hipóteses. Daí, ao colocar na capa da revista uma foto do tambor de um revólver, ladeada por setas indicativas onde se lê “A cápsula com que Suzana Marcolino se suicidou”, o sujeito enunciador assume uma postura que denuncia a relação que estabelece com seu interlocutor, no caso, faz um relato de influência.

Desse modo pode-se perceber através da leitura atenta da reportagem a importância do modo de organização enunciativo na construção desse texto e perceber que essa organização visa cumprir uma finalidade: a persuasão do leitor. Para isso, entre vários outros recursos, o sujeito comunicante utilizou-se do gênero, digamos, laudo pericial que aponta em favor de uma conclusão: o assassinado de PC Farias não foi resultado de queima de arquivo, mas um crime passional.

Encimada por três fotos legendadas, a reportagem começa com “Fim de caso” em letras garrafais. Logo, abaixo desse, vêm os dizeres “Em Campinas, sete peritos examinaram fotos, trocaram opiniões e concluíram que PC foi morto por Suzana, que depois se suicidou.” (Carvalho, 1996, VEJA) Abaixo, vem o nome do responsável pela matéria, no caso o jornalista Joaquim de Carvalho.

O primeiro fato que nos chama a atenção são as fotos que ajudam a construir uma aparato argumentativo em favor daquilo que o enunciador pretende relatar. Nas legendas, o EU_c busca apagar-se do seu relato o que aparentemente produz um efeito de objetividade, necessário para garantir a confiabilidade da reportagem. Deixando as fotos dizerem, as legendas apenas garantem a direção da leitura. Assim, a foto maior tem como legenda apenas o relato da morte de PC sendo reconstituída, mas observa, utilizando-se da descrição, que o disparo de Suzana foi feito a 1,2 metro do corpo de PC. A foto menor, a de Suzana, retrata como ela foi encontrada, descreve que uma seta, na foto, indica o local em que a bala entrou e continua “O tiro atravessou o pulmão esquerdo, e a morte aconteceu cerca de quinze minutos depois do disparo.” (Carvalho, 1996, VEJA) Na outra foto, a de PC, a legenda nos informa que PC está na mesa do necrotério de Maceió e que “Em sua mão, a polícia encontrou resíduos de pólvora ejetados pelo revólver de Suzana no disparo.” (Carvalho, 1996, VEJA)

Se observarmos atentamente as fotos e as legendas, chegaremos à conclusão de que Suzana matou PC Farias e depois suicidou-se antes mesmo de lermos a reportagem, pois o enunciador propõe seu discurso apontando uma direção argumentativa. Os detalhes que ele dá mostram que conhece aquilo que está narrando e, portanto, se ele afirma, como o faz, em todas as legendas que Suzana matou PC, só compete aos leitores aceitar essa afirmação como incontestável. Novamente aqui temos, o gênero textual “laudo pericial” sendo utilizado pelo EU enunciador na organização de seu discurso.

Em uma das fotos que ilustra a reportagem, aquela que reconstitui a morte de PC Farias, o EU_{enunciador} chama a atenção para um

componente dos textos de laudo pericial, as setas indicativas. Nesse caso, se o EU, da legenda não intervisse, a presença da seta passaria despercebida, pois a) a foto é muito contundente, para nos voltar para esse detalhe e b) a seta indicativa de cor branca, por sua vez, está perto de uma das alças da roupa de Suzana Marcolino que também é de cor clara.

Assim, ao atentar para a seta, o EU enunciador marca o discurso da legenda e o caracteriza como um relato de influência dentro de uma *mise en scène* enunciativa que tem como objetivo colocar-se diante da fala do outro. Percebe-se, portanto, que, embora o sujeito enunciador busque o efeito de objetividade, apagando suas marcas da enunciação, ele se deixa entrever no modo como constitui o texto da legenda, demonstrando a relação que estabelece com o seu leitor: pretende influenciá-lo, seduzindo-o para a hipótese que está sendo defendida: a morte de PC por Suzana e seu posterior suicídio.

Todas as fotos, às páginas 34 e 35 dessa reportagem, têm a mesma função: de um lado servem como argumento para sustentar a tese do assassinado de PC Farias por questões passionais e do suicídio de Suzana Marcolino e, por outro, é um componente discursivo: no caso, o efeito de gênero que, nesse caso, dá maior credibilidade ao texto e à tese acima mencionada. Além disso, as fotos vêm acompanhadas de legendas que têm como objetivo garantir a leitura segundo a finalidade do texto e caracterizam-se por estar devidamente marcadas, logo um material de laudo pericial, buscando a adesão dos leitores para a versão apresentada pela reportagem.

2.1.2 Marcas da enunciação: o efeito de confiança e do saber

O título que encima a reportagem também remete para um fechamento de discussões: Fim de caso. “Em campinas, sete peritos examinaram fotos, trocaram opiniões e concluíram que PC foi morto por Suzana, depois se suicidou “ (Carvalho, 1996, VEJA), esse *lead*, inserido logo abaixo do título da matéria, denuncia um

EU enunciador que busca garantir a direção da leitura que o leitor deve fazer de seu texto.

Observa-se, logo no início do texto, um outro mecanismo discursivo entrando em cena: o descritivo. Para garantir a confiabilidade da informação, o sujeito enunciador funda um lugar para o evento, nomeando-o, **Campinas**, identifica e qualifica seus personagens, **são sete peritos** e depois relata a ação: **"...examinaram fotos, trocaram opiniões e concluíram..."**. A seqüência que descreve as ações são organizadas por gradação, visando mostrar como se chegou a uma conclusão sobre o caso PC Farias. Assim, o sujeito enunciador introduz a notícia e sustenta a afirmação de que o caso está findo, fechando o espaço para a interlocução, visto que sete peritos examinaram, trocaram opiniões e concluíram, portanto, fim de caso. A *mise en scène descriptiva* dá sustentação técnica para a postulação do sujeito enunciador: ou seja, a declaração de que o caso PC Farias está encerrado, não restando nenhuma dúvida sobre ele.

2.1.3 A constituição da enunciação - o efeito de confiança

Charaudeau(1992) observa que o efeito de confiança procede de uma intervenção explícita ou implícita do locutor/descritor que acaba exprimindo uma apreciação pessoal. O locutor/descritor pode se manifestar expondo suas reflexões pessoais, interperlando diretamente o leitor, organizando o discurso de tal maneira que ele pareça hesitar ou ainda procedendo por meio da negação de certas qualificações. Assim, o enunciador observa "Palhares queria tempo para dar a redação final ao laudo e temia um mal-entendido que acabasse comprometendo o brilho técnico do trabalho que dirigira." (Carvalho, 1996, VEJA)

Observe que no trecho citado acima, o locutor faz uma reflexão pessoal acerca das atitudes do professor Fortunato Badan Palhares. Esse dizer do EU enunciador diante do seu enunciado, em forma de sussurro, pressupõe esse aspecto da *mise en description*, a confiança. A narrativa nesse ponto parece resultar de alguém que participou das discussões.

E Ainda, o enunciador faz uma avaliação do trabalho do grupo: “o brilho técnico do trabalho” de uma equipe que pôde “...debater cada detalhe do crime, sendo capaz de remontá-lo com precisão bastante satisfatória.” (Carvalho, 1996, VEJA)

Em várias situações, o enunciador avalia o trabalho da equipe, fugindo ao seu contrato de fala, que pressupõe um certo grau de isenção. Observem:

Os peritos também puderam examinar, reexaminar e estudar ainda mais uma vez uma estupenda coleção de fotografias produzidas pela perícia durante as diversas fases do inquérito. Existem dois tipos de fotografias no laudo. Aquelas produzidas no IML de Maceió mostram como PC e Suzana morreram, detalhando quais órgãos foram atingidos pelos disparos calibre 38. Mas também existem as fotos feitas pela perícia na casa de praia de Guaxuma. Foram tiradas mais de 200 fotografias. São de grande utilidade. Com o auxílio de um prosaico fio de náilon, é possível entender a trajetória da bala, especialmente a mais polêmica. (Carvalho, 1996, VEJA)

Percebe-se, assim, que o sujeito enunciador está comprometido com o texto que produz. Se se fizer um mapeamento em todo o texto da reportagem, nós poderíamos ver que a intervenção do enunciador no texto que ele narra ocorre a todo momento. Essas interferências criam dois efeitos: um, aquele apontado por Charaudeau e comentado acima, o efeito de confiança, e o outro seria o efeito de realidade e ficção, que trataremos a seguir.

2.1.4 A constituição da enunciação - o efeito de realidade/ficção

Segundo Charaudeau(1992), o efeito de realidade/ficção consiste na alternância entre duas visões de mundo, criando uma dupla

imagem do narrador-descriptor: assim, ele faz parte tanto do mundo exterior ao escrito, como participa da sua organização.

Os peritos preocuparam-se também em informar nos seus relatos o local onde se encontravam os óculos de PC. Seria uma tarefa desprezível, mas especulações veiculadas pela imprensa com base na observação da clássica fotos dos namorados mortos obrigaram sua inclusão no texto. Versões que surgiram em Maceió chegaram a dizer que PC Farias havia sido morto na praia e depois levado para o quarto onde foi encontrado pela polícia. O argumento mais consistente era fruto de uma observação amadora da foto. Não se vêem nela os óculos do míope PC. Teria ele os deixado cair na praia quando foi abatido? Foi necessário ampliar as imagens colhidas na cena do crime. Os óculos, da linha Cartier de armadura dourada, estão dobrados ao lado do aparelho de telefone no criado mudo. (Carvalho, 1996, VEJA)

Dois pontos são dignos de nota para situar a posição do enunciador em relação ao seu relato: a) ele se distancia da imprensa quando diz "...mas especulações veiculadas pela imprensa..." e b) "seria uma tarefa desprezível".

Parece-nos, aqui, que o enunciador infiltra-se de tal forma no seu relato que já se confunde com os personagens, participando da equipe, ao ponto de julgar desprezível um fato referente a uma matéria sob perícia e se afastar totalmente da imprensa, ao se colocar de fora do seu discurso, distanciando-se dela.

PC tinha 1,09 grama de álcool por litro de sangue, enquanto a namorada tinha 99 centigramas. Ou seja, ele estava só 10% mais bêbado do que Suzana e não 100%, como se pensava. Isso quando morreu. Em suas últimas dezesseis horas de vida, PC bebeu feito um gambá, mas seu organismo, bem alimentado e acostumado ao álcool, eliminou rapidamente a substância. (Carvalho, 1996, VEJA)

Nessa passagem, o sujeito enunciador desconsidera o contrato a que está submetido e emite julgamentos acerca da pessoa do morto:

“PC bebeu feito um gambá.” Assim, o efeito de confiança denuncia um enunciador próximo dos fatos narrados, o que lhe confere um conhecimento acerca do fato. Contudo, esse envolvimento com o texto leva ao rompimento com o contrato de seriedade que pressupõe informações confiáveis e com um certo grau de isenção do sujeito enunciador.

Esse envolvimento inclusive ultrapassa o limite do texto para invadir a dimensão do real quando o sujeito enunciador observa “Em suas últimas dezesseis horas de vida, PC bebeu feito um gambá, mas seu organismo, bem alimentado e acostumado ao álcool, eliminou rapidamente a substância.” (Carvalho, 1996, VEJA)

Essa inserção no texto é de tal ordem que o enunciador pode saber que o professor “...definiu o que deveria constar nos laudos”, mas não o que deve constar: um leitor atento observará que esse uso do verbo no futuro pretérito apresenta essa nuance interessante do ponto de vista enunciativo, aponta como pressuposto uma situação hipotética que pode levantar dúvidas quanto à veracidade do fato; ou seja, o que deveria constar é o que de fato ocorreu.

... o professor Fortunato Badan Palhares encerrou a reunião dos peritos e definiu o que deveria constar do laudo sobre as mortes de Paulo César Farias e Suzana Marcolino da Silva, propondo um pacto. “Ninguém vaza, disse. Palhares queria tempo para dar a redação final ao laudo e temia um mal-entendido que acabasse comprometendo o brilho técnico do trabalho que dirigira. As principais conclusões do inquérito sobre assassinato do caixa de campanha de Fernando Collor de Mello já estavam em suas mãos e podiam ser sintetizadas num único tópico: Suzana matou PC e se matou em seguida, na manhã de 23 de junho, em Maceió. (Carvalho, 1996, VEJA)

Nesse trecho, o locutor observa que o professor propôs um pacto e o uso das aspas assegura e atribui essa fala a um terceiro, no caso, o professor Badan Palhares. Isso cria um efeito interessante que, primeiro, sugere um acordo entre membros de um mesmo grupo e,

conseqüentemente, mostra uma certa proximidade do locutor com os fatos narrados por ele.

2.1.5 O fazer enunciativo – o efeito de saber

Para Charaudeau, o efeito de saber da *mise en description* objetiva produzir um enunciado que possua uma série de identificações e qualificações que o leitor desconhece. Desse modo, ele cria a imagem de um sujeito descritor/enunciador sábio que conhece aquilo que ele escreve. Na reportagem sob análise, várias são as passagens em que o sujeito enunciador cria esse efeito de saber:

Os peritos concluíram que Paulo César Farias morreu quando estava dormindo. Deitava-se de lado, quando Suzana, em pé, do lado direito da cama, empunhando o revólver a uma distância de 1,2 metro, alvejou-o. A bala entrou acima do mamilo esquerdo, furou o primeiro pulmão, rasgou o mediastino, arrebentou a artéria aorta, atravessou o segundo pulmão e se alojou na parede posterior do tórax. Com o impacto da bala, de potência equivalente a 40 quilos, PC virou-se para a esquerda e ficou de barriga para cima, com os olhos abertos.” (...) A aorta estilhaçada funcionou como um dreno. O sangue que saiu do coração em direção ao pulmão caiu na cavidade torácica. PC morreu em dois minutos. (Carvalho, 1996, VEJA)

Sobre a morte de Suzana Marcolino, o sujeito enunciador observa:

O tipo de ferimento provocado na pele de Suzana é próprio de quem colocou a arma perto do corpo. A Trajetória da bala prova que Suzana estava sentada, com os dois pés sobre o colchão, e o tiro não poderia ser dado por alguém em pé. (...) As manchas de sangue na roupa e no colchão demonstram que os corpos não foram mexidos antes de a perícia chegar. A bala entrou acima de seu seio esquerdo, furou o pulmão, rompeu os vasos, saiu pelas costas, atravessou a parede de madeira compensada revestida de fibra de vidro, bateu no braço da cadeira e caiu na sala. Suzana foi jogada para trás e o sangue que jorrou de seu peito respingou próximo a PC. Sua hemorragia foi mais lenta. Ela morreu em

quinze minutos. Ninguém mais estava no quarto. Suzana Marcolino fez, portanto, os dois disparos. A luz continuou acesa. Não era mais do que sete horas da manhã. Na queda, ela balançou o corpo de PC e produziu uma cena que gerou uma das mais discutidas dúvidas da reunião final da perícia. Próximo à mão direita de PC, havia dois riscos do sangue de Suzana, um sinal de que PC movimentou o corpo depois de ela receber o tiro... (Carvalho, 1996, VEJA)

E sobre os resíduos de pólvora nas mãos de PC:

Palhares encontrou resíduo de pólvora. (...) Badan Palhares e os peritos que trabalharam com ele examinaram a questão com cuidado. Pela quantidade e pelo tipo de pólvora encontrada, não queimada, descobriram que o que havia ali era o resíduo do disparo feito por Suzana. Sua arma, um Rossi calibre 38, 2 polegadas, que, ao cuspir a bala, espirra pólvora para os lados. É uma chuva química conhecida como "cone de dispersão". Para que um tiro seco fosse dado, sem essa descarga de pólvora, seria necessária uma arma de cano de 6 polegadas. (Carvalho, 1996, VEJA)

E, por fim, considerando a sugestão de acrescentar um laudo de uma especialista em psicodiagnóstico, o sujeito enunciadador comenta:

Laudos desse tipo, que alguns chamam de autópsia psicológica, são comuns nos Estados Unidos e na Europa e raros no Brasil. Perícia psicológica pós-morte no Brasil é comum apenas em disputas judiciais por herança, quando o parente que se sente prejudicado acusa o outro de ter manipulado o moribundo. (Carvalho, 1996, VEJA)

Assim, o sujeito enunciadador coloca-se numa posição de quem sabe, conhece não só aquilo que escreve, mas também-tem acesso a conhecimentos mais específicos. É sob essa perspectiva do saber que ele tece considerações sobre o inquérito de Alagoas, novamente fazendo apreciações pessoais:

O inquerito de Alagoas, pelo que tem de exemplar, pode acrescentar alguns capítulos importantes à literatura forense do Brasil. Mostrou, por exemplo, o quanto é frágil no Brasil aquilo que os peritos chamam de “cultura de preservação da cena do crime”. O celular de Suzana desapareceu da casa de praia e isso irritou os peritos. Provavelmente, ele foi surrupiado por algumas das mais de duas dezenas de pessoas que estiveram lá para ver a tragédia. É um detalhe, que não altera em nada a conclusão da perícia. (Carvalho, 1996, VEJA)

3.0 Considerações finais

O que nós pudemos observar durante essa breve análise foi a presença do enunciador dando a tônica da narrativa. Quando iniciamos a análise, consideramos a possibilidade de a reportagem ser uma peça argumentativa. Ao final desse trabalho, que não pretende esgotar a questão, podemos concluir que esse texto informativo tem muito de argumentativo e que ele se constituiu a partir de uma asserção de partida, apresentou várias asserções intermediárias até chegar à asserção de chegada pretendida: o caso está encerrado: PC Farias foi morto por sua namorada Suzana Marcolino, que depois se suicidou. Para exemplificar, tomemos o trecho que trata especificamente dessa questão.

A parte mais esperada do laudo é a que demonstra o suicídio de Suzana Marcolino. Ela aparecerá de forma explícita no capítulo “Conclusão”, mas as informações que a fundamentam estão em vários tópicos. O tipo de ferimento provocado na pele de Suzana é próprio de quem colocou a arma perto do corpo. A trajetória da bala prova que Suzana estava sentada, com os dois pés sobre o colchão, e o tiro não poderia ser dado por alguém em pé (veja quadro abaixo). As manchas de sangue na roupa e no colchão demonstram que os corpos não foram mexidos antes de a perícia chegar. (Carvalho, 1996, VEJA)

Observe que, nesse trecho, nós temos vários componentes que denunciam a construção da argumentação.

Asserção inicial: Suzana se suicidou **POIS**
Asserção intermediária: O tipo de ferimento provocado...
A trajetória da bala prova que **LOGO**
Asserção de chegada: ...o tiro não poderia ser dado por alguém em pé...

Sob essa perspectiva, podemos observar que essa peça jornalística constitui-se como uma peça argumentativa. Em diversas passagens do texto, o sujeito enunciador usa dos recursos discursivos que tem em mãos, como por exemplo, a *mise en description*, produzindo vários efeitos que lhe permitem conduzir a narrativa em direção ao seu objetivo: encerrar a questão ou ainda provar que a questão está encerrada e, portanto, não restam dúvidas.

Desse modo, o sujeito enunciador impõe uma visão de mundo ao leitor, sustentando-a argumentativamente através da produção do efeito de sentido gerado pelo uso de aspectos gênero textual dos laudos periciais, com suas fotos e setas indicativas; com a produção dos efeitos de confiança que o faz não só afirmar, como dar testemunho da seriedade do trabalho desenvolvido pela equipe de Palhares; a produção do efeito de sentido de saber através do uso de linguagens técnicas, de descrições e relatos precisos; e, por fim, a produção do efeito de ficção/realidade em que o sujeito enunciador, ao mesmo tempo que relata todo o processo de investigação da equipe de Palhares, também se coloca nessa equipe, tornando de certa forma o seu relato mais confiável para um leitor que não estiver atento para as artimanhas da sua enunciação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, J. Fim de caso. Veja. São Paulo.32 : 32-38, agos. 1996.

CHARAUDEAU, P. Grammaire du Sens e de l'Expression. Paris. Hachette.1992

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ADICIONAIS

- DIAS, Dylia Lysardo. "Aplicações da Teoria Semiolingüística na leitura de publicidade impressa". (mimeo) s/d.
- _____. "Une Étude des modes d' organisation des slogans publicitaires de parfums français. Cadernos de Pesquisa do NAPq, n. 28, Belo Horizonte UFMG. 1995.
- MACHADO, Ida Lúcia "Aplicações práticas da Teoria Semiolingüística". (mimeo) s/d.
- _____. "Análise semiodiscursiva de cartuns brasileiros e franceses." Cadernos de Pesquisa do NAPq, n. 10, Belo Horizonte : UFMG. 1993.
- SILVA, Giani David. "O modo de organização argumentativo do discurso e a aplicação em aulas de leitura". (mimeo) s/d.
- SOUZA, Wander Emediato. "L'analyse du discours de la presse: le discours" informatif. Cadernos de Pesquisa do NAPq, n. 26, Belo Horizonte : UFMG. 1995.
- _____. "Análise de Discurso: Procedimentos lingüísticos-discursivos na primeira página da imprensa de informação no Brasil." Cadernos de Pesquisa do NAPq, n. 10, Belo Horizonte : UFMG. 1993.

DISCURSO E LEITURA, SEMÂNTICA E ARGUMENTAÇÃO EM *GERMINAL*

Antônio Augusto Moreira de Faria

Este trabalho tem como objetivo assinalar aspectos, alguns ainda em fase inicial de pesquisa, relacionados com a seguinte questão: que é que análise de discurso tem a dizer sobre leitura? Uma tentativa de resposta a tal pergunta será exemplificada a partir de *Germinal*, romance com que Émile Zola tornou-se, na cultura contemporânea, um dos precursores na caracterização dos trabalhadores como personagens relevantes.

1. Leitura, argumentação, percurso semântico e heterogeneidade discursiva

Germinal defende, entre outras, a tese de que os operários podem coletivamente libertar-se de sua opressão pelos patrões. A argumentação em defesa dessa tese é organizada na forma de uma narrativa constituída a partir de pelo menos três aspectos interdiscursivos básicos. O primeiro é o discurso socialista, que se desdobra em dois percursos semânticos: o do proletariado e o da revolução. O segundo discurso é o naturalista, que se desdobra também em dois percursos semânticos, o da natureza e o da técnica. E o terceiro discurso é o feminista, com apenas um percurso semântico, obviamente o da mulher. Essa rede semântica se desenvolve em um processo de heterogeneidade discursiva que constitui um enunciatário/leitor, um “tu inscrito no discurso” (Fiorin, 1988:137), também heterogêneo.

No discurso socialista, um dos percursos semânticos é o do proletariado: *Germinal* narra a gradativa percepção, pelos

operários, da exploração patronal. Nesse sentido, é possível ler o discurso sobre os trabalhadores enquanto constituído por dupla contradição: com os discursos que defendem a ordem burguesa, por um lado; e, por outro lado, com os discursos que localizam em indivíduos, e não em relações entre classes sociais, a origem da exploração. A interdiscursividade está ligada à recorrência de elementos semânticos subjacentes. O *percurso semântico*, assim, corresponde à recorrência, ao longo do discurso, de elementos semânticos subjacentes. Cabe assinalar que, no primeiro percurso semântico, a enunciação de *Germinal* está em co-enunciação com um amplo conjunto de vozes que em outros discursos tematizam a luta de classes entre proletários e burgueses, axiologizadas favoravelmente ao proletariado e desfavoravelmente à burguesia.

O segundo percurso semântico no discurso socialista é o da revolução, apontando a possibilidade de mudança da hegemonia no poder político: do capital para o trabalho. Nesse sentido, é possível ler o discurso revolucionário no romance enquanto constituído em contraposição aos discursos fatalistas que, mesmo quando tematizam a opressão dos trabalhadores, não vislumbram possibilidade de mudança. O percurso semântico da revolução, com seus elementos subjacentes, está ligado a esse plano de interdiscursividade, em que o enunciador de *Germinal* tem sua voz superposta a um conjunto de vozes que, em outros discursos, tematizam, axiologizando-as favoravelmente, as revoluções; não só as socialistas, mas também as burguesas, como a de 1789.

O segundo discurso em *Germinal* é o naturalista, com dois percursos semânticos, o da natureza e o da técnica. O da natureza está ligado à recorrência dos elementos semânticos subjacentes relacionados com a vida natural - humana, animal, vegetal e mineral. Nesse percurso semântico interdiscursivo, a voz do enunciador se encontra em superposição com vozes científicas - que são também ideológicas - como as que apregoaram a hereditariedade, o evolucionismo e outros conhecimentos biológicos, axiologizados favoravelmente. O discurso tentativamente científico sobre a natureza constitui-se em contradição com os discursos leigos, que apreendem a vida natural

sem poder, sistematizada e metodicamente, compreendê-la e nela interferir.

No discurso naturalista, o segundo percurso semântico é o da técnica, com recorrência semântica de elementos subjacentes nos campos da geologia, da mineração, do transporte e das edificações, com axiologização favorável. O discurso pretensamente científico sobre as técnicas também se constitui por contradição com o discurso leigo, incapaz de apreender sistematizadamente o desenvolvimento tecnológico industrial.

O terceiro discurso, o feminista, tem apenas um percurso semântico, constituído pela recorrência dos elementos subjacentes ao campo feminino. Nesse discurso, que se constitui por contradição com o discurso machista, o enunciador se faz co-enunciador de outros discursos sobre as mulheres, axiologizados favoravelmente.

Esses aspectos interdiscursivos básicos da *heterogeneidade constitutiva* (Authier-Revuz, 1982:140-9) dão-se a conhecer, parcialmente, na *heterogeneidade mostrada* (id.ib.) na superfície intradiscursiva, no texto - e mostrada tanto em formas lingüísticas nitidas quanto em formas mais sutis, apenas sugeridas - por meio de três recursos: o léxico, bastante desenvolvido nos campos mencionados; a construção de personagens individuais metonímicas com relação às personagens coletivas, particularmente ao proletariado, que é a personagem principal; e a organização da narrativa e argumentativa do romance em partes, como o epílogo, com a função retórica de encerrar o discurso enfatizando a tese. Esses três recursos contribuem para que a narrativa desempenhe "une fonction interactive d'argument ou d'illustration" (Roulet, 1989:252).

2. Da concepção teórica à análise das marcas lingüísticas

Em uma concepção de linguagem que considera central a interação enunciador/enunciatário, o narrador pode ser visto como "uma instância que só sustenta o ato de narrar se o leitor o coloca em

movimento” (Maingueneau,1996:32). O leitor então “é o co-enunciador que enuncia a partir das indicações cuja rede total constitui o texto da obra” (id.ib.), rede da qual fazem parte os percursos semânticos dos discursos.

É então plausível a seguinte tese: o leitor também é uma instância, mas uma instância dupla, que articula a instância do percurso semântico e a do discurso. Em *Germinal*, por exemplo, na instância dos percursos semânticos haveria cinco enunciatários, acionados pelos cinco percursos semânticos. Esses cinco enunciatários poderiam reorganizar-se em uma segunda instância, a dos três discursos em que se agrupam os percursos semânticos. Haveria então cinco possibilidades de enunciatários na primeira instância de leitura, a do percurso semântico, e três possibilidades de enunciatários na segunda instância, a do discurso. Cada discurso tem pelo menos um percurso semântico, mas a recíproca não se sustenta: um único percurso semântico pode constituir, mas não constitui necessariamente, um discurso. Detalhando a exemplificação: o leitor que na primeira instância identifique o percurso semântico do proletariado, mas não o da revolução, será incapaz de ler na segunda instância o discurso socialista: socialismo implica não só proletariado, mas também revolução, mudança profunda da ordem capitalista. Cada percurso semântico instaura um plano de leitura em primeira instância; e cada discurso instaura um plano de leitura em segunda instância. Parece haver então planos de leitura em duas instâncias, diferentes mas articuladas, suscetíveis de paralelo metafórico com a figura que relaciona as árvores e a floresta: as leituras mais abrangentes seriam capazes de ver a floresta discursiva, e não apenas as árvores dos percursos semânticos que a constituem; as leituras mais restritas veriam somente árvores, percursos semânticos sem articulação com a totalidade discursiva.

Apresentada esta concepção de leitura, é possível passar ao exame de algumas entre as marcas lingüísticas dos discursos e dos seus percursos semânticos com os quais se defronta o leitor.

Um primeiro dado lingüístico é o próprio título do romance, que funciona - tanto no nível interdiscursivo quanto no nível

intradiscursivo - como *conector* (Barros,1988:126) dos percursos semânticos da revolução e da natureza. O vocábulo *germinal*, no calendário francês após a Revolução de 1789, correspondia ao primeiro mês da primavera, compreendendo o fim de março e quase todo o abril. O romance estabelece assim, já no título, relações semânticas com o calendário político estabelecido pela Revolução Francesa e com o calendário biológico da vida natural - relações semânticas interdiscursivas, portanto.

Se é impossível reconhecer totalmente essa interdiscursividade constitutiva, é porém possível identificar parcelas que se mostram no intradiscorso, no texto - no título e em passagens como

(1) “ Desta vez OS TRÊS HOMENS estiveram de acordo. Cada um disse o que pensava com uma voz desolada e daí pularam para as lamentações. O OPERÁRIO NÃO PODIA AGÜENTAR MAIS; a *revolução* só servira para AGRAVAR-LHE AS MISÉRIAS; a partir de 1789 os burgueses é que se enchiam, e tão vorazmente que nem deixavam UM RESTO NO FUNDO DO PRATO PARA O TRABALHADOR LAMBER. (...) Era preciso terminar com isso, de uma maneira ou de outra: ou por bem, através de leis, num acordo amigável, ou *por mal, como selvagens, queimando tudo e devorando-se uns aos outros*. Se isso não fosse feito agora, pela atual geração, SEUS FILHOS, com certeza, o fariam, já que o século não podia terminar sem *OUTRA REVOLUÇÃO, DESTA VEZ A DOS OPERÁRIOS*, uma *revolução devastadora que varreria a sociedade de alto a baixo* para reconstruí-la a seguir mais decente e justa.” (Zola,1976:135; sem grifos no livro)

Nos vocábulos em itálico está presente o percurso semântico da revolução marcado lexicalmente desde o título, o que permite perceber esse título como conector de percursos semânticos também em nível intradiscursivo. E o percurso da revolução liga-se ao do proletariado, que se mostra nas palavras em maiúsculas. O trecho *OUTRA REVOLUÇÃO, DESTA VEZ A DOS OPERÁRIOS* funciona como conector dos dois percursos semânticos.

Mas, se na passagem (1) a heterogeneidade discursiva é mostrada nitidamente, há passagens nas quais a heterogeneidade, ou parte

dela, é apenas sugerida; é o caso da última sentença do romance, que interliga os percursos semânticos da revolução, do proletariado e da natureza:

(2) “Homens brotavam, UM EXÉRCITO NEGRO, VINGADOR, QUE GERMINAVA LENTAMENTE NOS SULCOS DA TERRA, CRESCENDO PARA AS COLHEITAS DO SÉCULO FUTURO, CUJA GERMINAÇÃO NÃO TARDARIA EM FAZER REBENTAR A TERRA.” (Zola, 1976:475)

Na passagem (2) o percurso semântico da natureza está nítido nos vocábulos sublinhados, com recorrência, subjacente, do elemento semântico subjacente biológico. Mas associações intradiscursivas permitem ler também o percurso semântico da revolução, nos trechos em itálico, relacionados à “*OUTRA REVOLUÇÃO*” mencionada explicitamente acima, na passagem (1). A recorrência lexical *século* conecta o percurso semântico da revolução ao da natureza.

E o percurso semântico do proletariado, em maiúsculas, está implícito na metáfora UM EXÉRCITO NEGRO, VINGADOR, mais precisamente nas relações entre os *subentendidos* (Ducrot, 1987:41-3) dos três vocábulos que compõem o sintagma nominal. O nome EXÉRCITO contém entre seus traços semânticos a designação de um conjunto de pessoas numeroso e organizado, o que no texto, na superfície intradiscursiva do romance, subentende os milhares de trabalhadores nas minas de carvão - operários referenciados também pelo vocábulo NEGROS, que por sua vez, ainda no intradiscorso, subentende a sujeira proveniente do carvão. *Germinal* narra os trabalhadores começando a se organizar em sindicatos e a realizar greves e sabotagens, movimentos contestatórios e/ou reivindicativos num primeiro momento vencidos pelos patrões - daí o sentido de VINGADOR na dimensão intradiscursiva, deixando subentendidas tanto a greve derrotada que o romance narra quanto a expectativa de que a derrota seja revertida adiante, expectativa lexicalizada no trecho

(2') "COLHEITAS DO SÉCULO FUTURO, CUJA GERMINAÇÃO NÃO TARDARIA EM FAZER REBENTAR A TERRA".

O trecho (2') funciona como conector dos percursos semânticos do proletariado, da revolução (os quais constituem o discurso socialista) e da natureza; essa conexão induz uma leitura axiológizada favoravelmente com relação às lutas operárias narradas no romance. O discurso faz "uso argumentativo das figuras" (Perelman, 1986:244) como a metáfora e a recorrência léxica *germinal* (no título) - *germinava* - *germinação* (na passagem (2)). Ora, na medida em que "o valor" de um enunciado estaria ligado, ao menos parcialmente, ao conjunto de possibilidades de inferência que ele encerra" (Ducrot, 1981:11), o uso argumentativo das figuras amplia as possibilidades de inferência a partir da passagem (2), orientando a leitura em direção axiológicamente favorável ao operariado.

O emprego desse procedimento axiológizante na última sentença do romance aproxima-a do epílogo retórico clássico em que o orador, como "último retoque a sua obra" (Aristóteles, s/d:220), encerra o discurso enfatizando a tese, "para que se grave melhor no ânimo dos juizes" (id.:207), juizes que no caso são os leitores.

Os discursos "podem dirigir-se, simultânea ou sucessivamente, a auditórios diversos" (Perelman, 1986:246). A percepção diferenciada das relações entre os discursos e seus percursos semânticos caracteriza um conjunto heterogêneo de enunciatários, um conjunto de leituras diferenciadas - mas não antagônicas, pois não há contradição entre os percursos semânticos; ao contrário, eles se completam, particularmente o percurso da revolução e o do proletariado, cuja articulação produz o plano de leitura hegemônico no romance, o da revolução operária.

3. Hegemonia na heterogeneidade

Os aspectos léxicais que nas passagens (1) e (2) veiculam os discursos e seus percursos semânticos configuram um "vocabulário

axiológico” (Roulet,1989:255) que contribui para instituir, dentro da heterogeneidade existente em *Germinal*, a hegemonia do discurso socialista.

Na produção dessa hegemonia, outro elemento é a construção metonímica de personagens (Jakobson,s/d:55-62), como a que abaixo narra sua vida profissional na mina de carvão:

(3) “(...) Não tinha ainda oito anos quando desci, imagine, justamente na Voreux, e agora tenho cinqüenta e oito. Veja bem, fiz de tudo lá dentro: primeiro como aprendiz; depois, quando tive forças para puxar, fui gradador e, mais tarde, durante dezoito anos, britador. A seguir, por causa destas malditas pernas, puseram-me para desaterrar, aterrar, consertar... Isso até o momento em que tiveram de me tirar lá de baixo porque o médico disse que um dia eu não voltaria mais. E faz cinco anos que sou carroceiro... Que tal? Não é bonito? Cinqüenta anos de mina, sendo que quarenta e cinco no fundo!” (Zola,1976:13)

Esse resumo de vida profissional tem pelo menos duas implicações simultaneamente narrativas e argumentativas. A primeira provém do fato de que os leitores vêem no intradiscurso, em diversas passagens do texto, outras personagens vivenciando duras condições de trabalho como as narradas pela personagem acima. E parcela dos leitores dispõe também de informações interdiscursivas a partir de outros textos - como os históricos e os jornalísticos - sobre a dureza da vida operária. Assim, passagens como (3) proporcionam ao discurso em *Germinal* a *verossimilhança* enfatizada por Aristóteles (s/d:30), tendo em vista que “o orador mostre a exatidão das afirmações que faz” ao enunciatário que “não admite senão o que existe verdadeiramente ou o que é verossimil” (id.:157) A segunda implicação é que personagens individuais como a de (3), por serem representativas de uma condição coletiva, podem ser lidas como *metonímias* (Jakobson,s/d:61-2) de personagens coletivas, como a massa de trabalhadores que pouco a pouco vai sendo destacada narrativamente como personagem principal. Esse destaque narrativo dos operários como personagem coletiva tem alguns de seus aspectos grifados abaixo, em trecho que narra uma passeata de grevistas na qual

(4) “O ribombar do trovão aproximava-se, a terra foi sacudida e Jeanlin passou na vanguarda, soprando sua corneta.

-Apanhem os sais, é o suor do povo que está passando - murmurou Négrel(...).

(...) *As mulheres tinham aparecido, cerca de mil, cabelos ao vento, desgrenhados pela correria, os farrapos deixando à mostra a pele nua, nudez de fêmeas exaustas de parir mortos-de-fome. Algumas traziam os filhos nos braços, e levantavam-nos, agitando-os como uma bandeira de luto e vingança. Outras, mais jovens, com peitos estufados de guerreiras, brandiam paus, enquanto as velhas, monstruosas, berravam tão alto que as veias dos seus pescoços descarnados pareciam rebentar. A seguir vieram os homens, dois mil furiosos, aprendizes, britadores, consertadores, verdadeira massa compacta que rolava como se fosse feita de um só bloco, apertada, confundida, a ponto de não se distinguirem as calças desbotadas ou os suéteres esfarrapados, esbatidos na mesma uniformidade terrosa. Os olhos faiscavam, viam-se apenas os buracos negros das bocas cantando a Marselhesa, cujas estrofes se perdiam num bramido confuso e que era acompanhada pelo bater dos tamancos na terra dura.” (Zola, 1976:318-19)*

O confronto das passagens (3) e (4) sugere que, narrativa e argumentativamente, a personagem individual de (3) é uma parte e que a personagem coletiva de (4) é o todo, parte e todo mantendo a relação de contigüidade caracterizadora do procedimento metonimico que Jakobson (s/d:61-2) atribui ao romance realista.

Outro aspecto metonimico argumentativo consiste na dimensão indutiva (Aristóteles, s/d:220) do epílogo. O trecho (2) anteriormente mencionado estabelece a passagem de um *lugar particular ou especial argumentativo* (id.:37) - a luta dos operários mineiros em uma pequena cidade do interior francês - a um *lugar comum* (no sentido de *geral*) *argumentativo* (id. ib.) - a tomada do poder político pela classe operária organizada.

Cabe finalizar observando que a metáfora em (2) é dotada de uma característica original: sua localização no epílogo da narrativa acarreta uma projeção retrospectiva da conexão entre percursos

semânticos. Apenas no fim do romance o leitor pode estabelecer a articulação entre os percursos semânticos do proletariado, da revolução e da biologia, ou seja, da conexão entre os discursos socialista e cientificista, com hegemonia do primeiro. Apenas no fim do romance é afirmada plenamente a hegemonia discursiva que vinha sendo delineada ao longo da narrativa.

NOTA

A noção de *percurso semântico* engloba os conceitos greimasianos de *percurso temático* e *percurso figurativo*, correspondentes à recorrência de elementos semânticos mais abstratos ou mais concretos, respectivamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio, Ediouro, s/d.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. "Heterogeneité montréalaise et heterogeneité constitutive", in *DRLAV* 26, 1982.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do Discurso: Fundamentos Semióticos*. São Paulo, Ed. Atual, 1988.
- DUCROT, Oswald. "Lógica e Lingüística", in *Provar e Dizer*. São Paulo, Ed. Global, 1981 (ed. or.: 1966).
- . *O Dizer e o Dito*. Campinas, Pontes Ed., 1987 (ed. or.: 1984).
- FIORIN, José Luiz. *O Regime de 1964: Discurso e Ideologia*. São Paulo, Ed. Atual, 1988.

GREIMAS, A. J. e J. COURTÉS. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo, Ed. Cultrix, s/d (ed. or.: 1979).

JAKOBSON, Roman. "Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia", *Linguística e Comunicação*. São Paulo, Cultrix, s/d (ed. or.: 1963).

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática Linguística para o Texto Literário* (ed.or.: 1990). São Paulo, Martins Fontes, 1996 (ed. or.: 1990).

PERELMAN, Chaïm. "Argumentação", in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 2. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

ROULET, Eddy. "Des dimensions argumentatives du récit et de la description dans le discours", in *Argumentation* 3, 1989.

ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo, Circulo do Livro, 1976 (ed. or.: 1885).

LA FONTAINE: DUAS LEITURAS, DOIS ATOS

Ivanir Terezinha de Oliveira Messias

A leitura possui uma noção polissêmica. Interessa-me, porém, um de seus sentidos, mais precisamente, aquele voltado a uma acepção mais ampla e que remete à atribuição de sentidos, dada pelas condições de produção do texto (os objetivos do escritor, sua identidade e a do leitor-alvo, o objeto de seu interesse, entre outros). Nessa percepção, o texto oferece, de um lado, interpretações comuns a vários leitores e, de outro lado, interpretações diversificadas do mundo criado pelo escritor. As fábulas de La Fontaine possuem essa diversidade interpretativa, pois a finalidade que orienta o seu projeto de fala não é única. É, pois, meu intuito mostrar essas possibilidades de leitura e as intenções do fabulista em *O Corvo e a Raposa*, atentando aos aspectos situacional e discursivo dessa narrativa. Nesse estudo, farei então considerações sobre o contrato de comunicação que rege as fábulas, bem como sobre os processos discursivos organizadores do dizer, em particular a 'mise en narration' (Charaudeau, 1992) e os atos discursivos.

O Contrato de Comunicação

A Teoria Semiolingüística (Charaudeau, 1984) propõe para o ato de linguagem uma organização em dois espaços, sendo o primeiro formado por elementos situacionais, referindo-se aos indivíduos do mundo real (ELEo) em seus papéis sociais, nomeados de sujeito comunicante (EUc) e sujeito interpretante (TUi), dotados de intencionalidade e responsáveis pelos processos de produção e de interpretação. Já o segundo espaço é onde se encontram, por assim dizer, os protagonistas do dizer, dois sujeitos fictícios do mundo

criado (ELEX) - um sujeito enunciador (EUe) e um sujeito destinatário (TUd). Assim, o ato de linguagem surge como um jogo enunciativo em que a ação do sujeito comunicante assemelha-se a uma "aposta", visando ganhar o interesse ou a atenção do sujeito interpretante. Esse jogo enunciativo possui um projeto de fala de responsabilidade do sujeito comunicante, relacionando seus propósitos à própria identidade e à de um sujeito interpretante, para produzir ou obter os efeitos desejados junto ao sujeito interpretante. São estes princípios de realização do ato de linguagem que nos levam à noção de contrato, ou seja, um acordo pré-determinado pela situação comunicativa que regula as trocas.

Enquanto ato de linguagem, a fábula exhibe um contrato de comunicação que se caracteriza por um princípio de credibilidade - credibilidade na autoridade do sujeito comunicante. O sujeito comunicante ou fabulista pressupõe possuir um saber de caráter universal, fundado na distinção do bem e do mal. Ele tem consciência das imposições sociais às quais o seu dizer está sujeito, mas tem como compromisso passar verdades importantes sobre as atitudes mundanas e preconceituosas dos seres humanos. O sujeito interpretante ou leitor geralmente conhece o valor edificante da fábula e reconhece em EUc uma autoridade que mostra que o homem é moralmente incompleto.

Dois leituras semiolinguísticas para dois atos discursivos

La Fontaine organiza seu texto através de atos discursivos que revelam sua intencionalidade explícita e implícita, podendo ser expressa em dois atos globais: contar e ensinar. Dessa forma, o leitor é convidado a empreender duas leituras: uma, límpida e formal de um conto mais ou menos ingênuo cuja dinâmica é a personificação de animais que tomam as ações humanas; uma outra, mais perspicaz, que se dirige mais à inteligência do leitor que aos seus sentidos, na qual a voz do escritor evoca valores sócio-contextuais, para satirizar comportamentos sociais e propor preceitos morais. A primeira leitura resgata a função da fábula que é narrar algo, respondendo a um apelo do tipo "conte-me uma história". Nesse caso, o fabulista assume os papéis de um sujeito que descreve o mundo - identificando, nomeando e caracterizando

os seres - e de um sujeito que narra as ações desses seres e as transformações que sofrem. O mundo criado por ele surge, então, aos nossos olhos, como uma sequência lógica de acontecimentos e ações, identificáveis em um espaço-tempo.

O Corvo e a Raposa organiza-se segundo o modelo canônico do conto (situação inicial desfavorável, transformação e situação final positiva ou negativa). Em outros termos, um sujeito encontra-se em estado de carência (a raposa está faminta), esse estado vai desencadear um desejo (a raposa deseja o queijo de posse do corvo), conseqüentemente, ele busca suprir sua carência (a raposa seduz o corvo para satisfazer o seu intento), encerrando sua aventura com resultado positivo (a raposa apodera-se do queijo, objeto de seu desejo). A fala relatada da raposa (“Bom dia senhor corvo...”) traz mais valor informativo e evocativo à narrativa e efeitos de vigor e expressividade à linguagem. La Fontaine opta por uma narrativa bem humorada, apresentando seus personagens livres de descrições detalhadas, dando-lhes simplesmente características essenciais (a raposa é um personagem polido, galanteador e esperto enquanto que o corvo é um personagem vaidoso, ingênuo e resoluto) cuja evocação produz o efeito divertido da caricatura.

Empreendendo a segunda leitura, observa-se que o ato de contar, na fábula, constrói um quadro representativo das ações humanas que repousam em crenças sobre o mundo, o homem e a verdade. Essas crenças são próprias dos contos realistas (Charaudeau, 1992) - aos quais a fábula se identifica - fazendo-nos conhecer fragmentos da vida, tradutores autênticos da experiência humana. Assim construída, a fábula *O Corvo e a Raposa* é um convite a reflexões sérias sobre os comportamentos humanos.

O nível discursivo da fábula permite-nos identificar três atos de linguagem que se subordinam a um ato macro cuja função é instruir e edificar o leitor: a mentira, a moralidade e o juramento, representados pelos enunciados e esquemas que se seguem.

Primeiro ato de linguagem: *a mentira*

“ Como és bonito! Como possuis belas penas! Se tua voz se iguala a tua plumagem, és o rei do nosso bosque” (fala da raposa)

- EUE diz P (ELEX)
- EUC pensa não-P e quer encombrir não:P (ELE°)
- EUC faz com que TUI se identifique a um TUD que acredita que EUC pensa P.

Atentando ao primeiro bloco de enunciados, observa-se que a raposa cria uma divergência entre o conteúdo de P (“o corvo é bonito, possui uma bela plumagem e possivelmente uma voz maviosa”) e o que realmente pensa (“o corvo não é bonito, não possui bela voz etc.”) ou, ainda, estabelece um desacordo com a própria realidade, se se considerar que o pássaro em questão não possui valor estético positivo dentro da ordem dos passeriformes. Falseando essa realidade, a raposa provoca em seu adversário um estado emocional positivo, colocando-o sob sua influência, na posição de fazer algo (deixar cair o queijo). Mas como todo bom falante, a raposa sabe que não é mestre dos efeitos do seu dizer no interlocutor. Para eliminar toda e qualquer incerteza, quanto à veracidade de sua proposição, acrescenta então um *palavra de raposa!* (vide fábula no fim do capítulo), insistindo na sinceridade do seu julgamento.

Segundo ato de linguagem: *a moralidade*

“Aprende, meu bom senhor, todo bajulador vive às custas daqueles que lhe dão ouvidos” (fala da raposa)

- EUE diz P (ELEX que constrói uma imagem de TUD desfavorável a Tui)
- EUC acredita que TUI ignora P
- EUC quer que TUI aprenda P

Nesse enunciado, a raposa confere a si mesma um status de autoridade que possui um ensinamento moral que deve fazer o corvo saber, marcada pelo comportamento injuntivo (lingüisticamente expresso pela forma imperativa “aprende”). A asserção “todo bajulador vive às custas daqueles que lhe dão ouvidos” se impõe por si própria, dando como evidente o mundo tal como é. O corvo deve se submeter e reconhecer o seu fracasso, pois encontra-se numa posição de inferioridade, já que se deixou enganar pela raposa.

Terceiro ato de linguagem: *o juramento*

“O corvo, encabulado e envergonhado, jurou, um pouco tarde, que nessa não cairá mais” (narrador)

- EUE diz P
- EUC pensa que TUi duvida de P
- EUC se engaja a cumprir P

Este último enunciado expressa o ato de jurar. Esse ato, assim como o ato de prometer, é dado por um performativo e pressupõe uma obrigação de sua realização por parte daquele que o enunciou. O juramento, aqui apresentado na voz do narrador, objetiva transformar um estado de coisas, ou seja, o corvo deixará de ser ingênuo e tolo. Para tanto, ele se engaja, ao supor que a realização de sua ação é colocada em dúvida e que possui capacidade para realizá-la, fazendo um juramento, sob risco de perjúrio, caso não o cumpra.

Relacionando os aspectos situacionais e discursivos de *O Corvo e a Raposa*, é possível fazer ainda algumas considerações interpretativas fomentadas por essa segunda leitura. O escritor, sujeito comunicante, deseja, a partir desses três atos de linguagem, construir uma imagem de um sujeito destinatário cúmplice e parceiro de uma crítica dissimulada à sociedade. O primeiro ato de linguagem, no qual figura uma atitude negativa - a mentira, chama a atenção para o jogo de manipulação próprio aos homens cuja conduta segue princípios maniqueístas inerentes a sua natureza (ingênuos e astuciosos, bons e maus). O segundo, o juramento, faz menção a um julgamento negativo das atitudes individuais (traduzível em “fracamente, deixamo-nos enganar facilmente”) ou à necessidade de uma tomada de decisão (“não mais me deixarei ludibriar” ou “estarei sempre alerta às ameaças do mundo e dos homens”). Finalmente, o terceiro ato de linguagem, a moralidade, adverte o leitor para o mundo recortado em indivíduos manipuladores e manipulados e, porque não, surge como uma provocação, se considerarmos que o fabulista espera que o leitor reaja à imagem que lhe é imposta (otário, marionete etc.).

assumindo uma nova conduta pessoal e propondo uma ação transformadora da sociedade

Concluindo

Procurei aqui mostrar como o exame dos dados situacionais e do comportamento discursivo de *O Corvo e a Raposa* conduzem a duas leituras semiolinguísticas da fábula. Uma leitura explícita, na qual o escritor guarda o seu papel de “contador de histórias”, descompromissado e bem humorado, distanciado do pessimismo comum aos fabulistas tradicionais - estratégia que o livraria da acusação de subversor e preservaria sua face, sob a máscara de escritor de entretenimento. Uma segunda leitura, implícita, que remete à idéia de concepção e reflete a relação com a noção de ideologia, entendida como “o conjunto de idéias e de representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que mantém com os outros” (Fiorin, 1990), mostrando-nos que as fábulas não são o que parecem ser, apesar de sua aparência pueril. É nesse sentido que se pode dizer que ao se empreender uma leitura da fábula *O Corvo e a Raposa* faz-se também uma “leitura do mundo” tal como é observado por La Fontaine, onde os homens são dominados por interesses egoístas e tudo constitui uma ameaça, sendo a prudência uma atitude de sabedoria.

Texto da Fábula :

O CORVO E A RAPOSA I

Senhor Corvo, no alto de um galho,
tinha no bico um pedaço de queijo muito cheiroso

Dona raposa, matreira e faminta,
lá de baixo, faz-lhe um grande elogio

“Bom dia, senhor corvo!

Como és bonito! Como possuis belas penas!

Palavra de raposa! Se tua voz se iguala a tua plumagem,
és o rei do nosso bosque”

A essas lisonjas, o corvo quis mostrar a sua bela voz

Abriu o bico e deixou cair o seu alimento

A raposa, abocanhando-o, logo diz

“Aprende, meu bom senhor,
Todo bajulador vive às custas daqueles que lhe dão ouvidos”
O corvo, encabulado e envergonhado,
Jurou, um pouco tarde, que nessa não cairá mais.

NOTA

1. Tradução livre da autora a partir do original em francês

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, P. Langage et Discours. Paris: Hachette, 1983.

_____. Grammaire du Sens et de l'Expression. Paris: Hachette, 1992.

FIORIN, J.L. Linguagem e Ideologia. São Paulo: Ática, 1990.

LA FONTAINE, J. Fables. Paris: Le Livre de Poche, 1972.

MARI, H; SILVA, G.D.; MENDES, P.H.A. “Processo Enunciativo: Análise de Alguns Atos de Linguagem”, in O Discurso da Mídia, Org. Carneiro A.D. Rio de Janeiro: Oficina do Escritor, 1996

ORLANDI, E.P. Discurso e Leitura. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

O POVO NUMA VISÃO IRÔNICA DE VERÍSSIMO,

Sueli Campos Paiva

O objetivo deste trabalho é analisar atos de fala indiretos na crônica *O Povo*, de Luis Fernando Veríssimo (1994:61-2). Para isso, será feita uma diferenciação entre discurso literário e discurso ficcional com base nos estudos de Searle (1995). Também explorar-se-á a teoria de Charaudeau (cf. Machado, 1992, 1995) no que se refere às “condições de produção e de existência dos enunciados e os efeitos extralingüísticos que, paradoxalmente, o uso da linguagem busca obter.” (Machado, 1992:26).

A definição de literatura é uma questão que, desde os primórdios da civilização ocidental, é discutida e continua sendo até hoje. Mas, sem nos aprofundarmos nesta questão, sabemos que os textos literários não têm, necessariamente, compromisso com a realidade. Observe o seguinte texto:

la a entrar na sala de visitas, quando ouvi proferir o meu nome e escondi-me atraz da porta. A casa era a da rua de Matacavallos, o mez Novembro, o anno é que é um tanto remoto, mas eu não hei de trocar as datas á minha vida só para agradar as pessoas que não amam historias velhas; o anno era de 1857.

- D. Glória, a senhora persiste na ideia de metter o nosso Bentinho no seminario? É mais que tempo, e já agora póde haver uma difficuldade.

- Que difficuldade?

- Uma grande difficuldade.

Minha mãe quiz saber o que era. José Dias, depois de alguns instantes de concentração, veio ver se havia alguém no corredor; não deu por mim, voltou e, abafando a voz, disse que a dificuldade estava na casa ao pé, a gente do Padua.
(Machado de Assis).

As referências que nos dá Machado de Assis, pode-se dizer, servem apenas como uma 'ilustração' para este trabalho e, embora possa existir a citada rua e mesmo que as pessoas mencionadas possam ter existido, ninguém pode afirmar que o que se diz sobre elas seja verossímil.

"O poeta é um fingidor / Finge tão completamente / Que chega a fingir que é dor / A dor que deveras sente." (PESSOA, 1985:47).

Nesta passagem do poema *Autopsicografia* de Fernando Pessoa, percebe-se, através de recursos líricos, algo em comum com o estudo que o filósofo Searle (1995) faz sobre o discurso ficcional que ele considera uma espécie de fingimento. Este nos explica que o verbo fingir, para ele, adquire dois significados diferentes: fingir no sentido de "envolver-se numa fraude" ou fingir no sentido de "envolver-se numa encenação" é claro que, no caso da literatura, o sentido pressuposto é o segundo.

Searle, num primeiro momento, deixa claro que há uma distinção entre obra literária e obra ficcional. Considera, por exemplo, que as histórias em quadrinhos são ficcionais, mas não literárias. E ele nos dá três motivos para não analisar as obras literárias do mesmo modo que as obras de ficção: o primeiro deles é que ele considera não haver "nenhum traço ou conjunto de traços que todas as obras literárias tivessem em comum e pudessem constituir condições necessárias e suficientes para que algo fosse uma obra literária." (Searle, 1995:97); o segundo é que

'literatura' é o nome de um conjunto de atitudes que assumimos perante uma porção de discurso, e não o nome de uma propriedade interna dessa porção de discurso, embora as razões pelas quais assumimos as atitudes

*que assumimos são evidentemente,
ao menos em parte, determinadas
pelas propriedades do discurso,
não sendo inteiramente
arbitrárias. (Searle, 1995:97).*

E o terceiro e último motivo é que “as obras literárias e as não literárias distribuem-se num contínuo. Não só por não haver limites nítidos entre elas, mas por não haver limite de qualquer espécie.” (Searle, 1995:97). Dessa forma, percebe-se que não existem critérios objetivos que determinem se uma obra é literária ou não.

Por outro lado, Searle (1995) deixa claro também a distinção entre discurso ficcional e discurso figurado e, para utilizar-se do que ele chama de ‘jargão’, nomeia o uso metafórico de expressões como “não-literal” e as emissões ficcionais como “não-sérias”, lembrando que o uso “não-literal” pode ser aplicado tanto em discursos “sérios” quanto em discursos “não-sérios”.

Searle (1995) explica, ainda, que a atividade de escrever romances ou poemas não é considerada por ele uma atividade menos séria ou menos importante; aqui, o conceito de seriedade está ligado ao compromisso da obra literária com a realidade. Percebe-se isso no exemplo de Machado de Assis (Idem), citado acima, no qual as referências dadas não fazem necessariamente parte do mundo real. No entanto, o trecho extraído do livro de Machado de Assis é todo constituído de expressões ‘literais’ o que não faz dele um texto ‘sério’. Então, cabe aqui a seguinte questão: o que faz com que um texto seja considerado uma obra ficcional?

Searle (1995) nos oferece três respostas para esta pergunta, quais sejam:

1. a postura ilocucionária que o autor assume em relação a ele (texto) que é definida pelas intenções ilocucionárias que o autor tem quando o escreve ou o compõe;
2. “um conjunto de convenções extralingüísticas, não semânticas, que rompe a conexão entre as palavras e o mundo estabelecida pelas regras...” (Searle, 1995:107) da asserção. Tais regras são as seguintes:

- 1- regra essencial: quem faz uma asserção se compromete com a verdade da proposição expressa.
- 2- regras preparatórias: o falante deve estar preparado para fornecer evidências ou razões da verdade da proposição expressa.
- 3- a proposição expressa não deve ser obviamente verdadeira para ambos, falante e ouvinte, no contexto da emissão.
- 4- regra da sinceridade - o falante compromete-se com a crença na verdade da proposição expressa. (Searle, 1995:101).

Concebam-se as convenções do discurso ficcional como um conjunto de convenções horizontais que rompem as conexões estabelecidas pelas regras verticais (citadas acima).

3. "as elocuições fingidas, que constituem uma obra de ficção, são possíveis em virtude da existência de um conjunto de convenções que suspendem a operação normal das regras que relacionam os atos ilocucionários ao mundo." (Searle, 1995:108).

E o que faz com que estas convenções horizontais existam?

Segundo Searle (1995), é com a intenção de suspender os compromissos ilocucionários normais das emissões que o autor do texto ficcional invoca as convenções horizontais.

A teoria da Semiolingüística representada por Charaudeau (cf. Machado, 1992) intercepta-se nesse ponto com a de Searle (1995), pois segundo aquela o ato de linguagem

...tem um caráter intencional. Ele é concebido por um sujeito comunicante que organiza, dentro de suas possibilidades sociolingüísticas, o que vai escrever/falar; ou seja, o ato de linguagem é condicionado pela competência individual do seu criador, assim como também pelas imposições de ordem

psicossocial que rodeiam seu criador.
(Machado, 1992:28).

Portanto, no ato de linguagem existem quatro protagonistas: dois representados pelo sujeito (emissor/receptor) individual e dois representados pelo sujeito (emissor/receptor) coletivo. E, para que um ato de linguagem obtenha sucesso, faz-se uso de contratos e estratégias. Por contrato entenda-se

uma pressuposição de que indivíduos que pertençam ao mesmo corpo de práticas sociais se entenderão entre si. Ou seja: eu me "reconheço" na fala do outro (ele é do meu grupo sócio-ideológico); logo, sou suscetível de me deixar influenciar pelo que ele me diz e assim estabelecer uma relação de convivência, de cumplicidade com seu "texto". (Machado, 1992:28).

Por estratégia compreenda-se colocar

em cena suas [do sujeito comunicante] intenções (conscientes ou não), para produzir/obter certos efeitos no 'outro', no sujeito-interpretante; efeitos estes ligados à sedução e que visam sempre a levar o leitor ou auditor real a se identificar com o leitor ou auditor ideal. (Machado, 1992:28).

A argumentação discursiva, que tem como objetivos "fazer passar idéias, influenciar um dado público e, se possível, modificar seus julgamentos a respeito dessa ou daquela questão" (Machado, 1995:142), passa a fazer parte de uma série de estratégias que serão usadas no texto a fim de atingir os efeitos de sedução pretendidos. Para argumentar, é muito comum que o sujeito enunciador utilize-se de expressões literais e, neste caso, ele vai significar exatamente aquilo que quer "dizer", levando seu interlocutor a reconhecer a intenção real que está por traz de sua significação. Mas nem todos os casos de significação são tão simples assim. Há situações em que o sujeito enunciador vai "dizer" alguma coisa querendo significar outra, para isso ele se utiliza, por exemplo, de metáforas,

ironias, insinuações, alusões. Poder-se-ia dizer, então, que realiza atos de fala indiretos “em que um ato ilocucionário é realizado indiretamente através da realização de um outro.” (Searle, 1995:48-9).

A ironia, como já se viu, é “um dos meios dos quais dispõe a argumentação para expor as afirmações e teses que deseja sustentar” (Machado, 1995:142). Na linguagem falada, o emissor da ironia pode contar com alguns elementos extralingüísticos que vão concorrer para o sucesso da percepção das mesmas, por exemplo, a entonação, os gestos. Já no discurso escrito, “para passar o ‘tom’ irônico o escritor só conta com a ajuda de estratégias languageiras” (Machado, 1995:144). Uma dessas estratégias ocorre quando o escritor utiliza-se de

palavras que não são ‘suas’ ou que toma ‘emprestado’ de outras vozes, de outros discursos e de outras situações de comunicação. [...] as palavras do ‘outro’, usadas em novos contextos e por outros locutores, assumem um caráter duplo, [...] e será usado para subverter o significado primeiro das palavras do ‘outro’. (Machado, 1995:144-5).

Segue a transcrição da crônica a ser analisada neste trabalho:

O povo

Não posso deixar de concordar com tudo o que dizem do povo. É uma posição impopular, eu sei, mas o que fazer? É a hora da verdade. O povo que me perdoe, mas ele merece tudo que se tem dito dele. E muito mais.

As opiniões recentemente emitidas sobre o povo até foram tolerantes. Disseram, por exemplo, que o povo se comporta mal em grenais. Disseram que o povo é corrupto. Por um natural escrúpulo,

não quiseram ir mais longe. Pois eu não tenho escrúpulo.

O povo se comporta mal em toda a parte, não apenas no futebol. O povo tem péssimas maneiras. O povo se veste mal. Não raro, cheira mal também. O povo faz xixi e cocô em escala industrial. Se não houvesse povo, não teríamos o problema ecológico. O povo não sabe comer. O povo tem um gosto deplorável. O povo é insensível. O povo é vulgar.

A chamada explosão demográfica é culpa exclusivamente do povo. O povo se reproduz numa proporção verdadeiramente suicida. O povo é promiscuo e sem-vergonha. A superpopulação nos grandes centros se deve ao povo. As lamentáveis favelas que tanto prejudicam nossa paisagem urbana foram inventadas pelo povo, que as mantém contra os preconceitos da higiene e da estética.

Responda, sem meias palavras: haveria os problemas de trânsito se não fosse pelo povo? O povo é um estorvo.

É notória a incapacidade política do povo. O povo não sabe votar. Quando vota, invariavelmente vota em candidatos populares que, justamente por agradarem ao povo, não podem ser boa coisa.

O povo é pouco saudável. Há, sabidamente, 95 por cento mais cáries dentárias entre o povo. O índice de morte por malnutrição entre o povo é assustador. O povo não se cuida. Estão sempre sendo atropelados. Isto quando não se matam entre si. O banditismo campeia entre o povo. O povo é ladrão. O povo é viciado. O povo é doido. O povo é imprevisível. O povo é um perigo.

O povo não tem a mínima cultura. Muitos nem sabem ler ou escrever. O povo não viaja, não se interessa por boa música ou literatura, não vai a museus. O povo não gosta de trabalho criativo, prefere empregos ignóbeis e aviltantes. Isto

quando trabalha, pois há os que preferem o ócio contemplativo, embaixo de pontes. Se não fosse o povo nossa economia funcionaria como uma máquina. Todo mundo seria mais feliz sem o povo. O povo é deprimente. O povo deveria ser eliminado. (Verissimo, 1994:61-2).

Examinando a crônica acima, notamos que, no primeiro e no segundo parágrafos, nos quais deveriam constar informações de base (exposição de um fato, de um acontecimento qualquer), no nível da sintaxe textual (espaço lingüístico puro), ocorre um grande número de indefinições: o pronome *tudo*, verbos colocados na terceira pessoa do plural (o que torna suas orações com sujeito indeterminado), substantivos abstratos sem referente e uma oração sem sujeito. Assim, o sujeito enunciador se incumbe de “esconder” o referente cujos pensamentos ele tomará para si. Este fato, no entanto, não implica em que a crônica venha a ser considerada mais ou menos séria, no sentido de Searle (1995); o que realmente faz com que ela comece a ser pensada no sentido não-literal é o fato de o autor utilizar o substantivo *povo* em “O povo que me perdoe, mas ele merece tudo que se tem dito sobre ele.” (Verissimo, 1994:61). O vocábulo *povo* não apresenta, a princípio, um contorno bem definido, portanto o sujeito enunciador, usando-o logo no início do texto, cria no leitor uma expectativa, que vai se diluindo ao longo do mesmo, através de outros índices que definem não só os contornos do vocábulo, como também as características do sujeito enunciador, por exemplo, a classe social à qual ele pertence.

Observe que, a partir do terceiro parágrafo, o que o sujeito enunciador faz é enumerar, através de períodos simples, os “defeitos” do povo. E, ao identificá-los, faz uso do discurso do “outro”. Ao fazer estes empréstimos, insere um caráter duplo, que será usado para “subverter o significado primeiro das palavras do ‘outro’” (Machado, 1995:145). O sujeito enunciador, utilizando-se do que se poderia chamar de uma sintaxe discursiva (situada no plano das idéias), agrupa estes “jargões” de forma tal que cria uma “argumentação implícita” que a ironia vai presidir.

Analisando o texto pela teoria de Charaudeau (cf. Machado, 1995), temos o sujeito comunicante que pensa não-p (no caso, Veríssimo), e temos o sujeito enunciador que diz p (o narrador), mas, por este querer fazer entender não-p através de p, ele fornecerá índices a um sujeito interpretante ideal para que este perceba que sua enunciação é não-séria, esperando que a "leitura" do sujeito interpretante real coincida com a do sujeito interpretante ideal. Neste texto, entre outros índices, destacamos o uso quase que exclusivo de períodos simples, o que torna o texto, à primeira vista, fraco a nível de argumentação. O sujeito enunciador vai, então, sanar este problema através da repetição (neste caso, da estrutura sintática simples) que é um recurso retórico muito usado quando se quer dar ênfase a alguma expressão. Destacamos, também, como índice, a repetição do vocábulo *povo* por todo o texto, pois sabemos que, em língua portuguesa, é comum evitar-se a repetição de um mesmo vocábulo, usando para isso os chamados elementos de coesão (anafóricos e catafóricos); como o sujeito enunciador não aproveita estes recursos da língua, percebe-se a intenção de chamar a atenção do leitor através da paródia de um determinado tipo de discurso. Este recurso se dá através da repetição insistente, que resulta no exagero, na caricatura. Por outro lado, os vocábulos "*explosão demográfica*" e "*superpopulação*" criam uma espécie de redundância quando relacionados com *povo* e, portanto, acarretam novamente uma espécie de estranhamento no sujeito interpretante, que vai buscar elementos no mundo real que justifiquem os índices fornecidos pelo mundo falado/contado. Através desta redundância percebe-se a inverossimilhança da situação que vai dar o 'tom' humorístico ao texto. Continuando nossa análise, percebemos que, no mundo falado/contado criado no texto pelo sujeito enunciador, a partir do terceiro parágrafo, são empregados itens lexicais que vão situar, no mundo real, os principais problemas sociais brasileiros.

O terceiro parágrafo caracteriza-se por apresentar alguns problemas relacionados com a educação, por exemplo, "*O povo se comporta mal em toda a parte, não apenas no futebol. O povo tem péssimas maneiras.*", não deixando de mostrar o 'tom' humorístico sempre presente nas obras de Veríssimo, quando, por exemplo, escreve "*O povo faz xixi e cocô em escada industrial.*". Neste período, observa-

se uma mudança de registro com o uso dos vocábulos *xixi* e *cocô*, que tende a ridicularizar aqueles que fazem uso desse tipo de jargão.

A organização dos parágrafos do texto também pode ser considerada um recurso argumentativo, que se observa ao longo do texto. Problemas como o de urbanização, política, saúde, educação e trabalho são mencionados, respectivamente no 4^o e 5^o, 6^o, 7^o e 8^o parágrafos, de uma forma caricaturada, e o sujeito enunciador nos dá a entender que a causa de todos os problemas é “o povo”, e este não é prioridade, pois o que interessa é a economia: “Se não fosse o povo nossa economia funcionaria como uma máquina.” Nesse final de texto percebemos, então, claramente, de quem é a voz da qual o sujeito enunciador se apossou, ou seja, a voz que aparece o tempo todo no discurso é a de uma elite econômica que, quando se refere a uma classe social menos favorecida economicamente, usa um discurso depreciativo que não é nada mais do que meros jargões, sem se preocupar em fazer uma análise mais aprofundada para detectar a causa de, por exemplo, o povo cheirar mal ou, ainda, de não saber ler ou escrever. E mais uma vez fica patente a presença do sujeito comunicante que critica ferozmente os governos cuja maior preocupação é a economia em detrimento do aspecto social.

A ironia inerente ao texto é mantida pelo sujeito enunciador que ao tomar a “fala” do outro a subverte e a transforma em estratégia para seduzir o leitor e levá-lo a encarar uma “‘outra’ realidade, fazendo-o rir (ou apenas sorrir), mesmo que esse riso esteja ligado a uma certa crueldade coletiva.”(MACHADO, 1995:151).

NOTA

¹ Obra sem data de publicação. Ver referência na Bibliografia.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, M. de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s.d.

MACHADO, I. L. A semiolinguística de Patrick Charaudeau: uma interessante opção de análise discursiva. In: *Contexto: Revista do Departamento de Linguas e Letras*. Vitória, n.1 e 2, p.26-31, 1992.

_____. A ironia como fenômeno lingüístico-argumentativo. *Revista de Estudos Lingüísticos*. Belo Horizonte, 1995: 141-153.

PESSOA, F. *Poemas*. (sel. e org. Cleonice Berardinelli). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985:

SEARLE, J. R. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. *O nariz e outras crônicas*. São Paulo: Ática, 1994.

MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO: ANÁLISE DE UM ANÚNCIO DO WHISKY J&B EM REVISTA MASCULINA

Maria Carmem Aires Gomes

O presente estudo constitui um recorte do projeto de pesquisa que foi desenvolvido sobre a produção de textos publicitários de revistas destinadas ao público masculino enfocando a teoria Semiolingüística de Análise do Discurso (AD) tal como é proposta por Patrick Charaudeau . Trata-se de uma aplicação prática , na qual será utilizada uma “micro-acepção” da pesquisa em AD Semiolingüística , mostrando como alguns postulados lingüísticos podem contribuir para a formação de um leitor crítico , já que os textos utilizados serão documentos impressos próprios ao contexto sociocultural do eventual leitor/aluno .

Optou-se por estudar os textos publicitários por várias razões :

- a) Trata-se de um discurso social capaz de evidenciar o uso de modelos socioculturais determinantes de nossa cultura .
- b) Nestes textos pode-se notar o uso acentuado de estratégias discursivas elaboradas pelas agências publicitárias que estão a serviço de empresas com o único objetivo de atingir um número maior de consumidores estabelecendo uma “zona maior de concorrência discursiva “ (Véron,1988) .
- c) Estes textos são compostos de diversos Modos de Organização Discursiva (M. O . D),na perspectiva Semiolingüística .

Objeto espetacular de análise , a publicidade oferece uma problemática de influência social que procura fazer desejável o produto para o consumidor e , ainda , procura agir como reguladora , inovadora ou refletora de modelos socioculturais vigentes . Postulamos , então , que este tipo de texto age como uma “antena cultural” , enxertando as inovações e refletindo de perto sistemas de

valores não apenas da sociedade , mas do alvo específico que se pretende atingir . De alguma maneira , o público é levado não apenas a comprar produtos , mas a adotar comportamentos , hábitos e modos divulgados pelas entidades que se movimentam no espaço público . Os produtos respondem , assim , às necessidades e anseios do consumidor potencial através das qualificações que lhe são atribuídas . É claro que por trás de produtos tão “sensíveis” existe um precioso trabalho de *marketing*.

A configuração publicitária desenvolve , desta forma , um discurso de manipulação , no sentido semiótico , que consiste em fazer com que um sujeito aja sobre o outro , para levá-lo a querer e/ou fazer alguma coisa . A instância de produção (agência publicitária + anunciante) faz crer ao sujeito destinatário (consumidor/leitor/aluno) que ele tem uma falta que é preciso ser preenchida . O manipulador propõe ao leitor/consumidor um produto dotado de valores positivos que preencham sua necessidade , intensificando um juízo positivo sobre sua competência . Logo , a instância de produção comanda uma manipulação , na qual o leitor deverá se apropriar do produto para atender às suas necessidades mais íntimas , básicas e inconscientes . O que podemos perceber é que a comunicação publicitária é caracterizada como uma linguagem de ação sobre o mundo , dotada de intencionalidade e veiculadora de modelos cristalizados da sociedade (Gomes,1996).

Enfim , este tipo de pesquisa surgiu da tentativa de se buscar uma aplicação prática , através da reflexão teórica discursiva em questão , para cursos de Leitura e Produção de textos centrados em discursos sociais .

A pesquisa é desenvolvida em três etapas . Na primeira, busca-se evidenciar alguns pontos importantes da AD Semiolingüística , principalmente no que diz respeito aos M . O . D. Na segunda etapa será feita uma aplicação do M.O Narrativo no texto publicitário escolhido para análise . Na terceira parte será abordado o M O . Descritivo

A teoria Semiolingüística e as diferentes ordens de organização da matéria linguageira

A AD Semiolingüística desenvolve-se dentro de um postulado de "intencionalidade" que estabelece que todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros que se reconhecem nas suas semelhanças e diferenças . Este postulado funda-se no aspecto contratual do ato comunicativo pois implica um reconhecimento/legitimação recíproco dos parceiros . Assim , toda comunicação humana é produzida de forma interacional e contratual. Este postulado da intencionalidade determina que todo sujeito ao produzir um ato de linguagem, o faz para influenciar o outro , ou seja , o sujeito tem sempre uma finalidade intencional , permitindo que sejam elaboradas estratégias discursivas .

Considerando que um ato de linguagem traz em si a intencionalidade dos sujeitos falantes , parceiros de uma troca linguageira que estão inseridos em um duplo circuito : o circuito externo, associado às condições de produção e interpretação da língua, é o ponto de encontro dos parceiros do ato de fala : um sujeito comunicante e um sujeito interpretante que possuem uma identidade psicossocial. Este circuito denomina-se pelo espaço do Fazer . No circuito interno, o sentido se constrói através do Dizer ; neste , encontram-se os seres da fala , postulações do sujeito comunicante . São eles : o sujeito enunciador e destinatário . Podemos dizer , então , que o ato de linguagem define-se como uma encenação entre os seres ditos de ficção (seres de papel) e os seres ditos indivíduos históricos- que possuem uma identidade psicossocial (Charaudeau, 1984a) .

O processo de produção Semiolingüístico de textos insere-se em um ritual sociolinguageiro que compreende um movimento simétrico que vai do Contrato Situacional , do Contrato Comunicacional , dos Modos de Organização do Discurso até as Configurações Lingüísticas (Charaudeau, 1993) .

É postulado , ainda , que o ato comunicativo só se produzirá se os atores sociais reconhecerem e trocarem mutuamente as práticas e as avaliações (conhecimento de mundo) que são organizadas conforme os princípios da coerência . A força destas trocas e do reconhecimento constrói o que se chama de "Universo de

Referência" (representações tipificadas e representativas do mundo) que estruturam o saber comum , partilhado entre os sujeitos.

Enfim, foi exposta acima uma rápida apresentação acerca do instrumental teórico-metodológico fornecido pela Semiologia e que será aplicado *stricto sensu* nesta exposição que enfocará o importante papel das ordens linguageiras em leitura de textos publicitários brasileiros .

1. O Modo de Organização Narrativo

Citando Platão e Fiorin (1992) , " *organizar a estrutura narrativa ajuda a entendê-la melhor . Por isso é um bom exercício ver , analisar e compreender os seus elementos constitutivos*" . Considerando as idéias citadas acima , em um curso de leitura, seria interessante levar os alunos a analisar os elementos estruturadores que compõem um texto publicitário de ordem narrativa; já que este tipo de texto é curto e aborda temas cotidianos pertencentes ao contexto sociocultural do eventual leitor/destinatário/consumidor .

O M.O.Narrativo (dentro da perspectiva Semiologia) caracteriza-se pela construção de uma sucessão de ações conforme uma lógica coerente que vai constituir a estrutura de uma história , e pela responsabilidade de um sujeito "narrador" que joga com as regras determinadas pelo contrato de comunicação (regras de demonstração, regras de experiência do já vivido,etc.) . Os componentes que caracterizam a lógica narrativa são especificamente : os atores,os processos e o tempo de ação .

A Encenação Narrativa

A encenação narrativa assim como todo ato de linguagem, articula-se em dois níveis de significação : os parceiros (autor e leitor real) que se movem em um espaço externo (psicosociocultural) , e os

seres de "papel " (Eu-narrador e leitor destinatário) que se articulam num espaço interno (intratextual) .

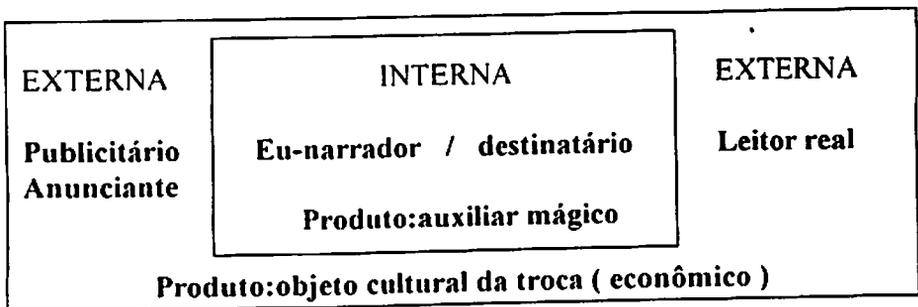
Toda narrativa apresenta-se como um conjunto organizado de ações produzido/contado por um narrador . O dispositivo , exposto acima, comporta diversos tipos de sujeitos que possuem uma identidade própria , isto é , uma identidade que os fazem jogar regras particulares .

O narrador é um ser de papel que conta a história de diversos modos : o narrador pode ser o próprio scriptor , ou um personagem;pode assumir funções de narrador-descritor , narrador-contador,narrador-histórico, narrador-autobiográfico . É o narrador que controla o desenvolvimento de uma narrativa e pode fazê-lo de várias formas , tais como :

- Contar a história do outro ,sendo exterior à história que conta . O princípio da delocutividade está aqui presente , já que o narrador conta a história na terceira pessoa .
- Contar a sua própria história , permanecendo no interior da narrativa . O narrador é o personagem principal , enfatizando o princípio da elocutividade, pois conta a história na primeira pessoa .

1.a - Aplicação do M.O.Narrativo no texto publicitário

Como ponto de partida da análise foi construído o quadro enunciativo da encenação narrativa publicitária a fim de que se possa entender o que intitulamos por cena interna da publicidade .



A análise partirá da estrutura narrativa interna à cena publicitária, ou seja, aquela em que o EU-Narrador dirige-se a um leitor-destinatário-implícito que são seres construídos pelo texto, com a finalidade de gerar estratégias que permitam uma identificação como seres reais (publicitário/locutor e leitor real).

O EU-Narrador, na publicidade, conta sua própria história. É o herói da situação, narrando suas percepções, pensamentos e sentimentos. Exprime-se com a marca EU, com o objetivo de produzir um efeito de verdade, agindo como um "contador" que demonstra os episódios da própria vida. No corpo do texto publicitário abaixo (publicidade de Whisky JB, revista PlayBoy, ano 1994), há algumas marcas que evidenciam a subjetividade do Eu-Narrador-Personagem:

*"**Eu sempre odiei as segundas-feiras.**"*

*"... atravessaram uma segunda-feira da **minha** vida."*

*"**Fui atrás delas.**"*

*"**Terminei a perseguição num bar.**"*

*"**Eu persigo até hoje.**"*

De acordo com a lógica narrativa pode-se dividir o texto em questão em três partes:

1ª parte: Abertura ou estado inicial que parte de uma estabilidade ou equilíbrio. Esta abertura provoca no personagem principal "o agente" a consciência de uma carência qualquer.

*"**Eu sempre odiei as segundas-feiras.**"*

Esta situação de estabilidade inicial pode ser desequilibrada por um fato diferente, anunciado por um vocábulo.

*"**Até o dia em que duas pernas maravilhosas atravessaram uma segunda-feira da minha vida.**"*

2ª parte: Para preencher esta carência (odiar as segundas-feiras), o personagem/agente da ação parte em busca de soluções (persegue as pernas maravilhosas), o que provoca uma série de ações, todas elas voltadas para a obtenção daquele objeto/ser que suprirá a carência.

“ Fui atrás delas como um naufrago nada para uma ilha “

3ª parte : O fechamento ou estado final apresenta a resolução da carência , ou seja , a realização do processo de busca , que resulta sob a forma de êxito do objeto da busca . Neste caso , o produto (o **Whisky J&B**) é o auxiliar na obtenção do resultado positivo : o encontro dos personagens em um bar , para degustar a bebida anunciada na publicidade .

“ Terminei a perseguição num bar , bebendo J&B e conversando com a dona daquelas pernas que eu persigo até hoje . De segunda a segunda . “

A estrutura narrativa do texto publicitário enfoca o seguinte esquema :

(1)	(2)	(3)
FALTA	BUSCA	RESULTADO
SUCESSO(+)		
odeia as	persegue as	o encontro dos
personagens em		
segundas-feiras	pernas (mulher)	um bar , para
degustar o whisky		

Assim , *“ Para fazer alguma coisa , o sujeito precisa querer e/ou dever fazê-la (manipulação), e saber e poder fazê-la (competência) . Depois de fazê-la , o fazer é avaliado - sanção ”* (Platão e Fiorin, 1992). A partir desta citação , pode-se postular que o Princípio da Intencionalidade ordena toda seqüência narrativa pois tem-se um sujeito/ator que elaborará um projeto de fazer que tentará conduzi-lo ao bem desejado (resultado positivo) .

O tempo na narrativa é cronológico porque os fatos se sucedem numa seqüência natural : início, meio e fim . Um dos elementos que sugere idéia de passagem do tempo é a própria seqüência de frases que remete ao princípio da coerência . Outros elementos são também marcadores do tempo direto : o uso do pretérito perfeito e expressões de tempo :

"Eu sempre odiei as segundas-feiras até o dia em que..."

"Fui atrás delas..."

"Eu persigo até hoje. De segunda a segunda."

A localização espacial (lugar) pode ser vista como um espaço físico e social . A ação se passa em dois espaços . No primeiro momento , as ações estão localizadas em um espaço aberto ; são ações que manifestam deslocamento de lugar (supõe-se que seja a rua) . No segundo momento , a ação final (resultado) manifesta-se em um lugar fixo "bar" , que reproduz um efeito de cena/ambiente . Este efeito ambiente aproxima o tempo e espaço , já que situa os personagens no tempo, espaço e grupo social . Enfim , nas condições em que vivem . Refletindo , ainda , a projeção do conflito vivido pelo agente . O efeito de ambiente caracteriza-se pelas marcas : época atual , local; geográfico: ambiente urbano (bar, Whisky , J&B, rua) ; situação econômica: ambiente sofisticado , burguês e clima psicológico: romance , tranqüilo .

2. Modo de Organização Descritivo

O modo de organização descritivo compreende três processos :

- **Processo de Identificação** que permite reconhecer os seres , os lugares e os objetos descritos , colocando-os em uma categoria comum .

Processo de Qualificação que permite qualificar os seres , os objetos e lugares, dando-lhes propriedades características , e apresentando-lhes julgamentos . É o processo que permite ao sujeito falante demonstrar seu imaginário coletivo e individual das visões do mundo .

- **Processo de localização (situar)** que determina o lugar que os seres ocupam no espaço. O tempo e espaço estruturam-se , respectivamente , em relação ao momento em que a ação é narrada, e em relação ao campo de ação e ao movimento de quem observa o objeto .

A Encenação Descritiva

A encenação descritiva é controlada por um sujeito falante que se desvia para um papel de sujeito descritor . Este descritor poderá intervir de maneira explícita ou implícita , produzindo um certo número de efeitos : efeito de saber (utiliza o conhecimento para fornecer a prova de veracidade ao texto .) ; confiança (intervenção explícita ou não do sujeito descritor que exprime sua apreciação pessoal) ; realidade/ficção (constrói uma dupla imagem de narrador-descritor que pode tanto ser exterior ao mundo descrito como pode fazer parte dele) e gênero (resulta do emprego de procedimentos que são tipificados e característicos de um gênero).

2.1.Leitura Descritiva da Publicidade em Questão

O texto publicitário caracteriza-se por uma situação que será definida através de um contrato de informação e de uma incitação a fazer , associadas ao modo de organização descritivo que utiliza as qualificações do ser e fazer .

A leitura da descrição publicitária se expressará pela designação e denominação do produto no quadro verbal e no visual através das marcas linguísticas que evidenciam os processos utilizados pelo sujeito descritor ; os quais produzem um certo número de efeitos .

No corpo verbal do texto publicitário , a primeira marca visível de identificação seria a palavra **segunda-feira**, que introduz o estado de carência do personagem.

“ Eu sempre odiei as segundas-feiras. ”

Até que aparece um “ser” individualizado de modo metonímico que inaugura uma série de ações e seqüências narrativas

“ Até o dia em que aparecem duas pernas maravilhosas. ”

A identificação metonímica do personagem-paciente (duas pernas) está acompanhada de uma qualificação (maravilhosas) demonstrada pela visão subjetiva do narrador-descritor surtindo um efeito de realidade/ficção .

Outra forma comum de qualificação encontrada na leitura do texto foi a analogia _aproximação de dois elementos que pertencem a domínios distintos_ que se realiza sob forma de comparação :

“Fui atrás delas como um náufrago nada para uma ilha.”

Através desta comparação , o narrador-descritor partilha com o seu destinatário e leitor real os elementos /conhecimentos que são referências concretas da sua memória de sensações formadoras do saber partilhado .O produto é sugerido no texto de forma sugestiva: no texto verbal , o produto é indicado sob forma de logo-emblema na sua totalidade : **J&B** . O produto é denominado pelo registro simbólico , ou seja , valoriza o objeto pela sua marca e selo para transformá-lo em marca social . O implícito dita que “ o produto tem o poder do nome “. A designação do produto no quadro visual aparece representada também na sua totalidade : a garrafa de Whisky. O produto é qualificado por “ser” (O J&B é uma bebida alcóolica) e por “fazer” (o *J&B rare. A rare way of life*).

Este processo de “qualificação por fazer” ajuda a construir a estratégia de *panoplie* (participação por aproximação mágica que expressa uma acumulação de objetos , símbolos sociais e qualidade dos estilos de vida que caracterizam o produto).Na página publicitária (vide anexo) , o quadro menor descreve a imagem do homem por meio da coordenação dos objetos pessoais interpostos : camisa social , óculos , livro e uma garrafa de **J&B** colocada sobre uma estante de livros . Esta publicidade procura traçar , de alguma forma , a identidade do individuo que consome este tipo de whisky : o homem que deseja “*A Rare way of life* “ . Assim, quanto mais se tomar **J&B** , tanto mais a vida ganhará em estilo . É um exemplo significativo da ambição calcada no desejo de fazer da existência um grande momento de lazer, liberdade e requinte (Gomes,1996).

Concluindo : a pesquisa sobre as ordens languageiras do discurso em textos publicitários brasileiros tem a intenção de produzir um modelo de leitura que tente capturar ao máximo a complexidade do espaço languageiro de um texto, através de questões orientadas , relacionadas com os processos discursivos em situações comunicativas sociais . Levar o texto publicitário para a sala de aula , é ajudar o aluno/leitor/consumidor a formar a sua própria consciência crítica e reflexiva frente aos textos . É mostrar e fazer com que o aluno perceba que não existe texto neutro , visto que pressupomos que toda comunicação humana está centrada na "inter-ação" da linguagem . Ou seja : parceiros que têm intenções e cálculos , e sujeitos que podem aceitar ou não estas intenções e estes cálculos .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU,P. Langage et Discours - Eléments de Semiologie . Paris:Hachette , 1983 .

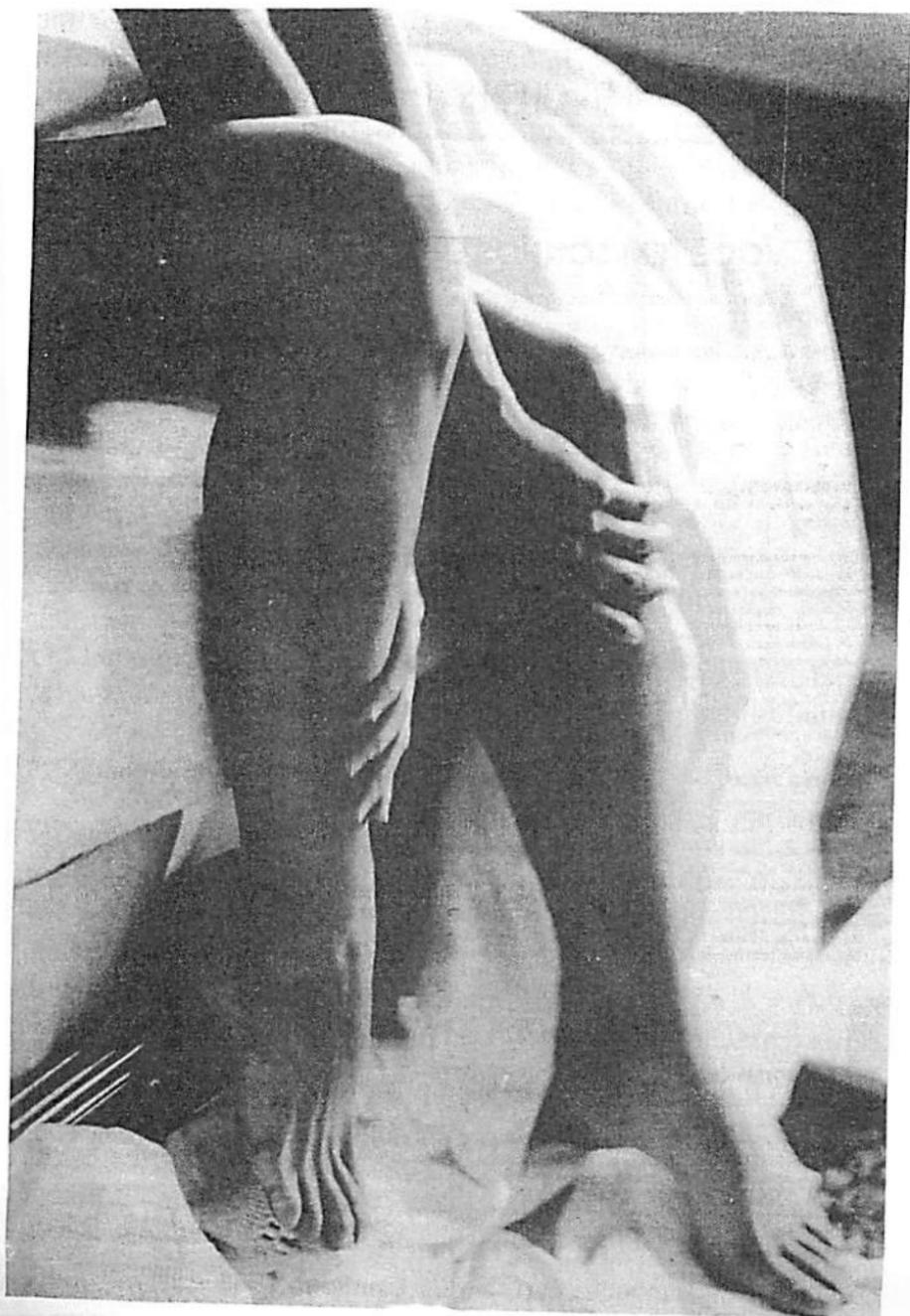
_____. **La presse écrite** .Coll.Langages,Discours et Société .Paris:Didier Erudition , 1984a

_____. **Grammaire du Sens et l'Expression**
Paris:Hachette,1994

GOMES, M.C. A . Análise lingüístico-discursiva da representação do homem em publicidades brasileiras . Ms. UFMG,1996.

PLATÃO,F. & FIORIN, J. Para Entender o Texto_ Leitura e Redação São Paulo:Ática , 1992

VÉRON,E.Presse Écrite et Théorie des Discours Sociaux.Coll.Langages.Paris:Didier Erudition,1988



Segunda-feira.

**Eu sempre odiei as
segundas-feiras
até o dia que duas
pernas maravilhosas
atravessaram uma**

**segunda-feira na
minha vida.**
Fui até o supermercado
como sempre faço
na segunda-feira.

**Talvez eu tenha a persiguição
num bar, bebendo JB
e conversando com a dona
daquelas pernas que
eu persigo até hoje.
De segunda a segunda.**

JcB Rare. A rare way of life.



ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DA REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM PROPAGANDAS DE MEDICAMENTOS EM REVISTAS MÉDICAS

Amadeu Roselli Cruz

O preconceito racial e o racismo, como um fenômeno social, pode ser pesquisado e assim identificado através de metodologias específicas de diferentes áreas do conhecimento nas ciências humanas. Seja na Antropologia (Mair, 1969), na Sociologia (Chinoy, 1976), (Riley e Nelson, 1976), ou na Psicologia Social (Reich, Adcock, 1976).

Na última década, a lingüística passou por grandes avanços e sedimentou-se a área de Análise do Discurso que ganhou uma maior abrangência de "corpus". Hoje muitos de seus teóricos manifestam clara preocupação com o social, sem se afastarem, metodologicamente, de sua teoria e ainda sem adentrarem o espaço de outras áreas do conhecimento.

Assim, além das já citadas Antropologia, Sociologia e Psicologia Social, também a lingüística e sua análise do discurso dispõem de métodos e técnicas para pesquisar e identificar fenômenos sociais como o preconceito racial e o racismo. Podemos, para isso, utilizar a metodologia Semiolingüística de Charaudeau (1982, 1983) e a Semiologia Icônica de Houdebine (1985).

Esteves (1996), utilizando-se das teorias destes dois últimos autores citados, fez um estudo comparando as publicidades brasileiras e francesas. Utilizando esta técnica, com pequenas

modificações, fizemos uma análise das propagandas de revistas médicas brasileiras que tivessem fotografias de pessoas negras, buscando estudar sua representação social.

Para Sodré (1980), que estudou a representação do negro nos meios de informação, os significantes lingüísticos e suas transformações, são constitutivos dos diferentes modos através dos quais o discurso "produz o real" e, conseqüentemente, são determinantes das diversas representações do real no sujeito. O autor considera os meios de informação (mass-media) um dos lugares privilegiados de "produção do real" na sociedade capitalista industrial, ou seja, os meios de informação constroem e divulgam um significado de coisas, objetos, pessoas, valores e atitudes.

E esse significado construído passa a ter e ser uma representação social para a população. E pode ser uma representação social que tão somente revele um estereótipo, um traço presente mas pouco significativo, um preconceito ou uma ideologia. Enfim, algo que, embora presente, não represente toda a verdade ou a maior parte dela.

Para Sodré, é um tema de estudo da semiologia o negro que "vive" nas representações sociais institucionais, sem possibilidades de auto-afirmação étnica. Muito da representação social do negro baseia-se em pressuposições e inferências organizadas dentro de um enunciado ideológico e preconceituoso.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Como este assunto é bastante referenciado e pesquisado em diferentes publicações em inúmeros meios de comunicação como material didático escolar, cartilhas, literatura, música popular, jornais impressos, televisão, revistas femininas e masculinas, filmes e publicidade em geral, escolhemos estudar a representação social do negro, dentro de uma perspectiva semiolinguística, em publicidades de medicamentos veiculadas dentro de revistas científicas da área médica.

Usaremos neste capítulo o conceito de propaganda descrito por Sandmann (1993), onde o autor afirma que o termo originou-se em 1622 como “Congregatio de propaganda fide”, em Roma, na Itália, e tinha a tarefa de cuidar da propagação da fé religiosa. Literalmente a expressão significa “Congregação da fé que deve ser propagada”.

Nesse contexto, para Sandmann, propaganda significa aquilo que deve ser propagado, que precisa ser propagado. De adjetivo, o termo tornou-se um substantivo na segunda metade deste século e ganhou nuances lingüísticas culturais. Na língua inglesa a palavra “propaganda” (que se escreve igual ao português) é usada exclusivamente para referir-se a propagação de idéias, principalmente políticas, e não de produtos comerciais. Para a propaganda comercial se usa a palavra “advertising”, que podemos traduzir como “anúncio” e também como “publicidade”.

Sandmann afirma que, em alemão, “propaganda” refere-se a idéias, e que se usa “reklame” (reclame), um empréstimo do francês, para o uso comercial. No Brasil, “reclame” era utilizado na chamada “Era do Rádio”, nas décadas de 40 e 50, quando não havia televisão, para designar os comerciais. Atualmente, somente poucos como o apresentador Fausto Silva, da TV Globo, em seu programa no domingo de tarde, usa esta palavra; acreditamos que o faça, porém, num contexto de ironia e brincadeira.

No Brasil, “publicidade” é usada apenas para a comercialização de produtos e serviços, enquanto “propaganda” refere-se tanto à propagação de idéias como de produtos e serviços. Portanto, “propaganda” é um termo mais abrangente podendo ser usado em todos os sentidos (Sandmann, 1993).

As agências de marketing, que trabalham com propaganda e, obviamente publicidade, preferem a palavra “propaganda” por uma questão filosófica. Não lhes interessa vender um produto pelo produto em si. Por isso agregam valores simbólicos de poder, *status*, interrelação, sexualidade, ao produto que divulgam. Além do produto, querem divulgar uma idéia. Qualquer que seja ela, muitas vezes.

Vamos tratar da representação do negro em propagandas de medicamentos usando o conceito básico de representação social como elaborado por Moscovici e citado por Sá (1996), para quem "Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum".

A teoria das representações sociais é um instrumento extremamente necessário aos estudos em lingüística que necessitam caminhar junto com o extralingüístico precisando abordar os contextos sociais da produção e recepção discursiva (Guareschi e Jovchelovitch, 1995)(Spink, 1993).

As revistas médicas escolhidas para a pesquisa foram *A Folha Médica-(AFM)* e o *Jornal Brasileiro de Medicina-(JBM)*, segundo critérios previamente estabelecidos. As revistas deveriam ser redigidas em língua portuguesa, indexadas, periódicas, ter a coleção completa dos números dos últimos dez anos (de 1985 a 1995), ou pelo menos cobrindo 75% desse período de tempo, na Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG.

Além disso, deveriam ser freqüentes nas salas de espera de consultórios particulares de médicos, o que foi verificado por amostragem em consultórios nas proximidades da Faculdade de Medicina da UFMG e em prédios que alojam consultórios ao longo da avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte, entre a praça da Estação Rodoviária e o bairro Mangabeiras.

Durante quinze dias, em diferentes horários na parte da manhã, tarde e noite, de segunda a sexta-feira, fizemos uma estatística das revistas que foram consultadas por professores, alunos e visitantes e que foram abandonadas nas mesas, balcões, salas de estudo e sala de xerox dos três andares da biblioteca da faculdade citada. As duas

revistas médicas mais freqüentes que cumpriam os requisitos acima foram AFM e JBM.

Seis alunas do segundo período do curso de Enfermagem da UFMG, que cursavam a disciplina Psicofarmacologia, foram treinadas para fazer a revisão das revistas com o objetivo de identificar as fotografias, gravuras e desenhos de propagandas de medicamentos que tivessem pessoas negras masculinas, femininas, tanto crianças, como adolescentes, adultos ou idosos.

Num primeiro momento, as propagandas encontradas foram analisadas na perspectiva semiolinguística de Charaudeau (1982, 1983, 1995), segundo a metodologia proposta por Esteves (1996), que sugere a elaboração de grades/matrizs para a quantificação e qualificação de elementos formais dos textos propagandísticos de análise das fotos. Esses elementos são analisados segundo :

A- Construção Formal: 1. Configuração geral; 2. Formas textuais; 3. Formas icônicas; 4. Grafismos.

B- Organização Discursiva: 1. Modo enunciativo; 2. Modo descritivo; 3. Modo narrativo; 4. Modo Argumentativo.

O marco teórico e metodológico deste capítulo está centrado numa semiolinguística psicossocial embasada na Teoria Semiolinguística de Charaudeau (1982, 1983, 1995). Para este autor, a finalidade do ato de linguagem é a construção de sentido no mundo e o sentido se constrói no âmbito da interação psicossocial.

O autor desenvolve uma teoria dos sujeitos da linguagem, em relação com uma teoria do contrato de comunicação (Charaudeau, 1982). Para Charaudeau (1983) a encenação de linguagem repousa sobre um conjunto de imposições internas e externas com relação à situação contratual. Mas o sujeito dispõe de uma margem de escolha, que corresponde às estratégias comunicativas e discursivas. A Análise do Discurso é, pois, uma ciência empírico-dedutiva partindo-se de um material empírico - a linguagem verbal ou outras matérias semiológicas.

Na sua proposta de instrumentalização e análise, Charaudeau prevê a estratificação do objeto em níveis de análise autônomos, correspondendo às diferentes dimensões semiológicas, sejam verbais, visuais ou gestuais, como fizemos em algumas propagandas com pessoas tocando pandeiro ou segurando bola de futebol.

Para o autor, a instrumentação de análise, que depende do quadro teórico, mas também das hipóteses metodológicas gerais, deve atender às particularidades do objeto. Os instrumentos de análise, construídos ad hoc, devem levar à descoberta de significação psicossocial dos atos de linguagem que são trocados numa comunidade sócio-cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 sumariza os dados encontrados na revista *A Folha Médica*. No período de 10 anos consultamos um total de 84 revistas, encontrando um total de 734 propagandas, das quais, apenas uma apresentava um negro. Ou seja, nessa revista, nesse período, a frequência da presença de negros corresponde a apenas 0.1%.

A coleção, embora não estando exatamente completa logo, alguns números não foram analisados, bem como o ano de 1989, atendia aos requisitos básicos necessários para nosso objeto de análise.

O *Jornal Brasileiro de Medicina* teve 11 anos de publicação analisados, com um total de 103 revistas e 6.106 propagandas, das quais, apenas 8 utilizavam a figura de pessoas negras. Esta revista apresentou um número 8,3 maior de propagandas em geral do que a revista anterior. E igualmente, apresentou um número 8 vezes maior de propagandas com a figura de pessoas negras. A Tabela 2 resume esses dados.

Ano	Total de Revistas	Nº Médio de Propaganda por Revista	Nº de Propagandas por Ano	Nº de Propagandas com Negros
1985	10	16	160	-
1986	05	10	050	-
1987	10	08	080	-
1988	03	06	018	-
1990	06	06	036	-
1991	10	05	050	-
1992	10	08	080	-
1993	10	08	080	-
1994	10	09	090	-
1995	10	09	090	01
TOTAL	84	-	734	01

TABELA 1. Dados da pesquisa de propagandas de medicamentos com a presença de negros na A-Folha-Médica, no período de 1985 a 1995.

Ano	Total de Revistas	Nº Médio de Propaganda por Revista	Nº de Propagandas por Ano	Nº de Propagandas com Negros
1985	05	68	340	-
1986	05	25	250	-
1987	10	54	540	01
1988	10	36	360	-
1989	08	42	336	01
1990	10	49	490	-
1991	10	56	560	01
1992	10	59	590	01
1993	10	96	960	01
1994	10	74	740	01
1995	10	94	940	03
TOTAL	103	-	6.106	08

TABELA 2. Dados da pesquisa de propagandas de medicamentos com a presença de negros no Jornal Brasileiro de Medicina no período de 1985 a 1995.

Nas 187 revistas pesquisadas encontramos um total de 6.840 propagandas de medicamentos, das quais, apenas 9 delas tinham como ator ou participante, uma pessoa negra. Assim, a frequência de negros em propagandas de medicamentos é de apenas 0.13 %.

Entre as pessoas de cor negra, encontramos 7 homens, 1 mulher e uma criança com sexualidade não definida. Quanto a faixa etária, temos 5 adultos (todos homens), 3 adolescentes (uma mulher e dois homens) e 1 criança (de sexualidade ambígua). A Tabela 3 apresenta os dados das 9 propagandas analisadas.

Nº	Medicamentos	Indicação Terapêutica	Laboratório	Ator/Atriz negro(a)
1	Norvasc *	antihipertensivo	Pfizer	homem/adulto
2	Norvasc *	antihipertensivo	Pfizer	homem/adulto
3	Silencium	antitussígeno	Merrell Lepetit	homem/adulto
4	Angiolong	antihipertensivo	Carlo Erba	homem/adulto
5	Ebrantil	antihipertensivo	Byk	homem/adulto
6	Sustacal	nutritivo	Mead-Johnson	homem/adolesc
7	rademicina	antibiótico	Rhodia	homem/adolesc
8	Floratil	antidiarreico	Merck	? /criança
9	Gyno-icaden	antimicótico	Berlimed	mulher/adolesc

TABELA 3. Relação de medicamentos, indicação terapêutica, laboratório produtor, sexo e faixa etária de negros que aparecem nas propagandas. - *propagandas diferentes de um mesmo medicamento - ? sexo desconhecido pela ambigüidade da foto

A frequência baixa de 0.13% não corresponde a uma representação estatística do negro na população brasileira, estimada em mais de 8 milhões de pessoas, entre 155 milhões (Abril, 1997). Também não corresponde ao percentual de negros que necessitam de cuidados médicos e medicação, que é muito maior, com certeza. Porém, talvez pelas condições econômicas, escolaridade, oportunidades de emprego, índice de empregabilidade, esse percentual possa

corresponder à população negra que teria condições de adquirir medicamentos. Os demais foram excluídos.

Sganzerla (1996) afirma, que no Brasil, o número de executivos negros em empresas é quase zero. Pesquisando em 120 das 500 maiores empresas do Brasil, encontrou apenas um gerente negro, e ainda assim, numa empresa americana com filial no Brasil. O autor confirma o fato do negro pertencer às camadas mais pobres da população conseguindo os empregos mais precários disponíveis. Estas condições limitam o acesso à saúde e aquisição de medicamentos.

Esta pressuposição, de que os 0.13% seriam aqueles negros que poderiam custear o tratamento, encontra suporte na propaganda de número 9 (vide tabela 3), do produto Gyno-icaden, um antimicótico indicado para mulheres com candidíase e micoses vaginais, produzido pelo laboratório Berlimed.

A propaganda em página dupla, em cores, apresenta a fotografia de 4 mulheres adolescentes. Duas brancas, sendo uma loira e uma morena (aqui entendida como sendo "mulher branca de cabelos escuros"), uma mulher adolescente com traços asiáticos e uma mulher adolescente de cor negra.

Assim, estão representados três dos quatro grandes grupos raciais discriminados por cores. O grupo das pessoas brancas, o grupo das pessoas amarelas e o grupo das pessoas negras. Faltou o grupo das pessoas vermelhas, dos indígenas. E por que não há ali uma foto de mulher indígena, que pode ter, e tem, os mesmos problemas ginecológicos de mulheres de outras raças e que tem como indicação terapêutica esse produto farmacêutico?

Pela teoria da exclusão, conforme dito acima, os indígenas brasileiros estão então também eliminados do quadro social geral. Pelas condições em que vivem, não têm como adquirir bens de saúde, como medicamentos. Após encontrarmos esta propaganda com 4 mulheres de 3 grupos raciais diferentes e notarmos a ausência da mulher indígena, refizemos a pesquisa buscando analisar apenas a representação da mulher nas propagandas de

medicamentos. E até agora, em mais de 10.000 propagandas examinadas, não encontramos nenhuma mulher índia. A FUNAI-Fundação Nacional do Índio é quem se encarrega desses encargos de saúde. Assim, o povo indígena não é um consumidor a ser induzido à automedicação. A FUNAI sim, a uma automedicação institucional, gerida sempre pelo homem branco.

Então cabem as perguntas: 1- mulher índia não toma medicamentos ?; 2- a mulher índia apenas não os compra ?; 3- a mulher índia depende da FUNAI para sua medicação ?

Em conseqüência, cabe aqui mais uma questão : - a quem se dirige a propaganda de medicamentos publicada em revistas médicas ? Prioritariamente, quem consome esta publicação é o médico, estudantes da área de saúde, pessoas da área de influência do médico, seus familiares e pacientes que, na sala de espera do consultório, tem acesso a elas.

A classe social mais pobre, branca, negra, amarela ou vermelha, não terá acesso a essa publicação nem a sua propaganda. E o médico assinante da revista terá a informação subliminar de que para estas mulheres aquele produto não se aplica. Informação esta que não está correta e que referendará a exclusão desta raça.

Na fotografia as 4 mulheres estão bem vestidas, com sobriedade e elegância, sendo que a mulher negra está usando um colar que parece ser de pérolas. Isso a incluiria, então, na freqüência de 0.13% de negros com poder aquisitivo para consumir bens de saúde como esse medicamento.

A propaganda de número 8 (vide tabela 3) apresenta a única criança negra da amostra. Em página única, tem fotografias 6x8 cm. coloridas de 4 crianças. As crianças do lado esquerdo, em cima e em baixo, têm claramente definido seu sexo. Ambas são femininas, avaliadas pelos detalhes de arranjo de cabelo, vestimentas e faces.

Não podemos saber, pela foto, qual o sexo das 2 crianças do lado direito da propaganda. As duas crianças do lado direito da

propaganda são ambíguas. Na parte superior da foto vê-se uma criança loira de cabelos cacheados (mais comuns em meninas, embora alguns meninos também se apresentem assim). Sua camiseta de gola redonda é unissex. Quando sua foto foi apresentada para 50 alunos de ambos os sexos do 4º período de medicina da UFMG (dos quais aliás nenhum era negro), 72% (36 alunos) julgaram ser do sexo masculino.

Na parte inferior da foto aparece uma criança negra também com sexo não definido. Aparece ser muito mais jovem do que as outras três e é a mais mal vestida, com uma camiseta tipo regata, sendo a criança mais mal arrumada do grupo. Os mesmos alunos que avaliaram o sexo da criança acima referida, não chegaram a uma conclusão neste caso. 52% (26 pessoas) julgaram ser do sexo masculino, o que embora maioria, não é estatisticamente significativo.

Pesou bastante a favor da opção pelo sexo masculino o modelo de camiseta usada pela criança, que é mais comum em pessoas do sexo masculino, embora em crianças esse fato não pese.

Ainda na foto examinada, 2 crianças: crianças são loiras (50%), uma tem cabelos castanhos escuros (25%) e outra tem cabelos negros crespos (25%), típico dos negros. Ou seja, 75% tem cabelos lisos.

Cabe aqui um parênteses: quando o político Celso Pitta, apoiado pelo então prefeito Paulo Maluf, foi eleito prefeito da cidade de São Paulo, em 1996, sofreu inúmeras críticas racistas e o Cardeal Arcebispo de São Paulo Don Paulo Evaristo Arns o defendeu dessas acusações. Panfletos e jornais desconhecidos (apócrifos) perguntavam se ele como prefeito negro "faria suas cagadas na entrada ou na saída".

Esse dito popular é bastante conhecido e extremamente racista. Ora, quando esta propaganda foi discutida com alunos do curso de medicina e de enfermagem, várias frases "distraídas", gracinhas e comentários jocosos surgiram em torno desse preconceito. "Se o remédio é antidiarreico, é um caso de cagadas. Se é um caso de

cagadas tem que ter um neguinho”; “O neguinho tá na saída, à direita e em baixo da página”; “Pô, se o remédio é prá diarréias e cagadas então, tá certo o criolinho ali”. Falar brincando não anula o efeito racial do comentário. É, isto sim, sintoma e manifestação deste.

À parte as frases preconceituosas citadas, um fato concreto é que, na montagem da propaganda do medicamento, das 4 crianças, a menos arrumada ou “produzida”, repetimos, é a criança negra. Na fotografia da propaganda, ela e outra criança loira aparecem tomando o medicamento. Cabe perguntar se ela pode arcar com esse gasto, vestida simplesmente como está, em relação às outras crianças, e se ela faz parte dos 0.13% já citados. Pode ser mais um exemplo da exclusão, agora pelo fator econômico.

Seis alunas do curso de enfermagem, uma delas negra, concluíram que a criança negra é a única das quatro da propaganda que aparenta estar doente e que seus trajes são mais simples que os das outras crianças. E perguntam-se se isso é para tentar mostrar que diarréia é uma doença mais comum em pessoas da classe social mais baixa.

As propagandas de número 1, 2, 4 e 5, segundo a tabela 3, pertencem a um mesmo grupo de medicamentos, os antihipertensivos. Um mesmo medicamento, o Norvasc, do laboratório Pfizer, apresenta duas propagandas diferentes, ambas com negros de terno e gravata.

Na primeira delas, aparecem quatro fotografias coloridas justapostas duas a duas, formando um quadrado, com cada foto ocupando um quadrante. Acima e à esquerda, está uma mulher de óculos lendo um jornal em língua inglesa, expressão facial bastante séria. Ao lado esquerdo da foto, estão duas palavras identificando-a como “mulher jovem”. E ela aparenta ter estes atributos todos. Ao seu lado direito, está a foto de um homem negro de terno e gravata mostrando um largo sorriso e tendo ao seu lado direito uma única palavra identificando-o como “negro”. E ele tem este atributo. Abaixo da “mulher jovem” está a foto de um homem branco, de terno e gravata e fisionomia séria, sem sorrisos. Ao seu lado

esquerdo ele é identificado como "homem jovem". E ele tem estes atributos. Ao seu lado direito está a foto de uma mulher idosa sorridente, com cabelos brancos curtos. Ao seu lado direito ela é identificada com uma única palavra, "idosa". E ela tem este atributo. No esquema abaixo pode-se visualizar melhor esta disposição.

MULHER JOVEM

NEGRO

HOMEM JOVEM

IDOSA

No alto da página da propaganda, e acima das fotos está a frase : "Norvasc tem eficácia previsível em diferentes tipos de pacientes". Então, os diferentes tipos de pacientes estão representados pelas quatro fotos e por seus atributos qualificativos, que serviram para identificá-los. As quatro fotografias estão qualificadas por quatro expressões que contém seis palavras, como vemos no esquema acima.

As seis palavras designam grupos classificados como Sexo - Idade - Raça. As palavras que designam "sexo" estão divididas em dois subgrupos, que são os de designação direta referindo-se a mulher e homem. E os de designação indireta referindo-se ao negro, onde não está escrito "homem negro", nem "mulher negra". Assim, a palavra NEGRO identifica tanto o sexo quanto a raça. E fica a pergunta sobre que motivos levaram a excluir este negro do grupo dos homens, uma vez que a pessoa branca, do mesmo sexo, foi nele incluído como HOMEM JOVEM ? Por que não escrever homem negro ? Afinal, a foto confirma estes atributos, o de ser homem e ser um negro.

O mesmo raciocínio de exclusão grupal pode ser feito nos qualificativos de sexo e idade. Existem duas mulheres nas fotos. Uma é apresentada como MULHER JOVEM e a outra como

IDOSA: Por que não escrever "mulher idosa"? A foto confirma este atributo.

Portanto, a exclusão grupal ocorreu nos critérios sexo e idade (negro/idosa), ou seja, o negro não pertence ao grupo dos homens e também não tem idade. Pois, ao contrário dos outros 3, não foi qualificado como "homem negro jovem" (o que ele verdadeiramente é), nem como "homem negro idoso" (o que ele, em parte, é). E a idosa não tem sexo declarado como os outros dois brancos (seu sexo é dado pelo feminino da palavra que se refere à sua idade, assim, só tem idade). E como só tem idade, é idosa, não precisa de sexo. Ou não faz sexo. E se não o faz funcionalmente não precisa ter o seu sexo - como identidade - nomeado. Basta ser chamada de "idosa" (1).

Em congressos médicos e sobre sexualidade nos stands de venda de livros pode ser encontrado um livro de capa azul com letras brancas com o título "A vida sexual após os 80 anos". A possível graça do autor e sua editora está quando se abre o livro e suas aproximadamente 150 folhas estão todas em branco. Em branco, como acha o autor, deve ser a vida sexual nessa idade.

O negro compartilha junto com os idosos alguns preconceitos sociais, pertencendo ambos ao grupo das chamadas minorias. Minorias mais em termos de poder político e econômico do que demográfico em algumas sociedades. E entre os idosos, a mulher é quem mais tem problemas sociais (Cruz, 1993). Na análise dessa propaganda, observamos esses preconceitos raciais, etários e também sexuais.

A outra propaganda do produto Norvasc, também em página dupla, em cores, aparece na página direita a frase "É mais tranqüilo prescrever Norvasc". Na página esquerda, há um lutador de boxe negro, suado, levando um soco no rosto, tendo a face deformada pela pressão da luva do adversário.

Observamos algumas contradições e ironias entre foto/texto neste caso. A nosso ver, a propaganda parece ser dirigida apenas para o médico, que "ficará mais tranqüilo se prescrever Norvasc". Em vez

da esperada imagem de tranqüilidade, temos uma imagem de agressividade, violência e sofrimento expressa pela fisionomia do lutador negro, em situação de inferioridade.

O exercício físico aumenta a pressão arterial, porém, não de forma a se exigir o uso de medicação antihipertensiva (Gallo Júnior, 1989). Se o boxeador negro for hipertenso, então existem duas possibilidades. Na primeira, ele não deveria dedicar-se a esse esporte. A hipertensão pode acarretar acidentes vasculares cerebrais e o boxe também, aumentando a possibilidade de lesões cerebrais e graves problemas motores. Na segunda possibilidade, ele seria apanhado num exame antidoping, pois, para um boxeador, que luta em categorias determinadas pelo peso que tem, o antihipertensivo pode ser droga proibida.

Para algumas correntes do pensamento de defesa dos movimentos de negros contra o preconceito e racismo, a ligação da imagem do negro com o esporte, com a agressividade, não é bem vinda, podendo mesmo ser uma forma de marginalizá-lo. Para eles, associar o negro com o esporte e com desempenho sexual privilegiado é uma forma de aproximá-lo de um animal. O que é mais uma forma e sintoma de racismo (Marçal e Lazlo, 1996).

O medicamento Angiolong, do laboratório Carlo Erba, apresenta as fotos coloridas de 8 pessoas, 4 mulheres e 4 homens, sendo um deles um homem negro, sorridente, de terno e gravata, com uma pronunciada calvície frontal. Um outro homem, branco, apresenta a chamada entrada de calvície.

O medicamento é apresentado com a frase "Afinidade com o hipertenso é suas diferenças". O negro é, no grupo, racialmente um diferente. Um pouco abaixo, temos outra frase: "Controle comprovado dos níveis pressóricos, independente de raça, sexo e idade".

A quarta propaganda de medicamentos antihipertensivos é do produto Ebrantil, do laboratório Byk, com foto de uma única pessoa, um negro adulto. No alto da página está a frase "Independente de raça, idade e do nível de hipertensão". Abaixo da

foto tem a frase "Ideal também para pacientes problema", com a palavra "problema" em destaque. Quem seria esse "paciente problema", qual seu perfil, como ele é representado ? Seria por quem está na foto da propaganda ? Ou seja, o homem negro ? Esta foto apresenta-o, aliás, fantasiado.

As seis alunas de enfermagem o descreveram como fantasiado carnavalescamente, um folião. Essa imagem corresponde ao imaginário social do negro, como veremos mais adiante.

Em 9 propagandas, 4 são de medicamentos antihipertensivos, representando 44% da amostra. Este dado referenda um dado epidemiológico, onde a prevalência de hipertensão é maior na raça negra, em comparação com as demais (Tavares, Lima, Vasquez, 1989) (Prado, Torre, Borges, 1993). Assim, faz muito sentido que na propaganda desses medicamentos seja encontrada a figura da pessoa negra.

Igual a esta propaganda anterior, a de número 8, do antibiótico Frademicina, do laboratório Rhodia, em duas páginas coloridas, apresenta um negro adolescente com expressão facial séria, sem sorriso, fantasiado com indumentária e adereços típicos das tradições do folclore e do carnaval das regiões norte e nordeste do Brasil. Esta impressão da imagem é confirmada pelo texto.

No alto da página da direita está o seguinte texto : "Alegre é o povo que respeita suas tradições". Quem está respeitando as tradições do povo é este adolescente negro, com expressão facial séria, sem sorriso, de olhar duro e incisivo, vestido com o traje típico das tradições do maracatu e/ou do boi bumbá. Este adolescente negro não está transmitindo alegria. Possivelmente a alegria está escondida e acessível apenas para aqueles que se divertem assistindo a essas festas folclóricas. E para quem pode por ela pagar para assistir, seja em viagem turística, seja pela televisão. Se o texto fala em alegria, ela não está no ator.

Na página da esquerda, abaixo da foto, há um texto explicativo :

1. "Quem conhece o Carnaval de luxo e riqueza das Escolas de Samba pela televisão, não imagina que esta festa conserve ainda hoje sua espontaneidade no Frevo e no Maracatu pernambucanos, nos Afoxés da Bahia e nos blocos e cordões do Sul do país.

6. Maracatu, com sua orquestra de percussão, percorre as ruas cantando e dançando. O Frevo já se caracteriza por ser uma dança de multidão.

9. Quanto aos Afoxés, os trajes principescos dos negros que deles participam e as canções em nagô não negam sua origem africana.

12. É por isso que, apesar dos esforços da mídia eletrônica em pasteurizar o Carnaval, ele ainda permanece como parte do Patrimônio Cultural do país. Frademicina também desempenha seu papel nas tradições brasileiras dos últimos 20/17. anos. Frademicina atinge rapidamente o tecido amigdaliano e alcança elevados níveis séricos, assegurando alta eficácia no tratamento das amigdalites. Cultive tradições brasileiras.

Prescreva Frademicina".

FRADEMICINA

Mais de vinte anos de Tradição.

Podemos inferir que a agência de propaganda queria afirmar que o antibiótico Frademicina já é uma tradição no mercado farmacêutico brasileiro, tanto como as tradições do carnaval, grupos Afoxés, o Frevo e o Maracatu. E que, apesar da pasteurização que a mídia eletrônica tenta fazer do Carnaval, ele ainda permanece como parte do Patrimônio Cultural do país.

Essa afirmação faz parte do senso comum, do conhecimento popular e da representação social do carnaval. A presença do negro na propaganda de um medicamento que, para mostrar-se tradicional no meio terapêutico brasileiro, busca comparar-se com outras atividades tradicionais como Afoxés, Carnaval, Frevo e Maracatu, está identificando o negro com esses eventos folclóricos.

Então, o laboratório está "alegre" por respeitar as tradições culturais e "alegre" também por ser o seu produto Frademicina uma tradição de 20 anos no mercado de medicamentos de antibióticos no Brasil. Mas o jovem negro, uma tradição de muitos séculos no Brasil, não está alegre na foto. Está frio e distante dessa alegria comercial. Será que 20 anos pode ser já uma tradição? Comercialmente talvez, culturalmente, é pouco provável.

O texto colocado abaixo da foto e acima citado, tem um discurso estruturado cientificamente em linguagem técnica antropológica e histórica até a linha de número 17. Ocorre então uma quebra de linha de informações e de área do conhecimento.

O discurso antropológico e histórico encerra-se com a frase da linha número 12 até a de número 15: "É por isso que, apesar dos esforços da mídia eletrônica em pasteurizar o Carnaval, ele ainda permanece como parte do Patrimônio Cultural do país". Em seguida, na linha número 15 ainda, existe uma frase de conclusão do dito acima, buscando uma comparação dentro do contexto: "Frademicina também desempenha seu papel nas tradições brasileiras dos últimos anos".

Assim, Frademicina, em termos de tradição brasileira é como um carnaval, frevo, afoxé e maracatu. O raciocínio pode até ser aceito pela sua história de 20 anos de uso no mercado farmacêutico. Esta frase serve de conectivo, ligação com as frases seguintes onde ocorrerá uma quebra da linha de raciocínio e de área do conhecimento. Na linha 17, entra uma frase de área específica do conhecimento, da farmacologia e da clínica médica: "Frademicina atinge rapidamente o tecido amigdaliano e alcança elevados níveis

séricos, assegurando alta eficácia no tratamento das amigdalites". É uma quebra da linha de raciocínio, perdendo coesão o texto: A frase está deslocada do tema que está escrito acima.

Segundo Goodmann e Gilman (1996), esses dados farmacológicos e clínicos não diferenciam a Frademicina de outros medicamentos do mesmo grupo e, assim, a sua tradição não se deve a esses fatores. Entendemos pois, que o recurso científico utilizado buscou conseguir respaldo científico na autoridade das ciências sociais como antropologia e história, e nas ciências médicas e biológicas para insinuar uma tradição, utilizando como imagem um negro fantasiado com adereços culturais, estes sim, tradicionais.

As duas últimas propagandas (8 e 9) reforçam as imagens da construção social da imagem do negro, sua representação social para a população do país. A do medicamento Silencium, um antitussígeno, do laboratório Merrell Lepetit, apresenta no alto da página duas fotografias coloridas. À esquerda, um homem branco de jeans, tocando saxofone. Na altura de sua cintura até os joelhos aparece uma bandeira americana estilizada. Sob sua foto está a frase: "São 75 antitussígenos com dextrometorfano nos E.U.A.". Dextrometorfano é o nome da droga, principio ativo do medicamento.

No lado direito, aparece um homem negro de jeans e tênis branco, tocando pandeiro. Ele está na frente de uma bandeira brasileira estilizada. Sob a foto está a frase: "No Brasil, Dextrometorfano é (Silencium)".

Temos algumas associações dicotômicas culturais. As bandeiras de dois países (Estados Unidos e Brasil), dois homens (um branco e um negro) e dois instrumentos musicais (saxofone e pandeiro). Assim, temos dois grupos bem definidos culturalmente pelas associações (bandeira americana-homem branco-saxofone) e outro grupo (bandeira brasileira-homem negro-pandeiro) (2).

Nos desfiles das escolas de samba no Brasil, durante o carnaval e na música popular brasileira, o pandeiro é um instrumento musical

sempre presente. Assim, vemos nesta propaganda o negro junto com um instrumento que está associado a ele. A associação pode acabar virando um estereótipo. A representação social do negro folião, carnavalesco foi reforçada.

A última propaganda (a nº 9), do suplemento nutricional Sustacal, do laboratório Mead Johnson, em cores, apresenta no alto da página foto com vinte pessoas de pé, em fila indiana. A 14ª pessoa é um homem adolescente vestido de chuteiras e uniforme esportivo para a prática do futebol, segurando uma bola nas mãos. É a única pessoa entre as vinte que está pronta para a prática de um esporte, embora outras duas pessoas estejam trajando roupas com um estilo esportivo.

O negro associado à prática esportiva é outra representação social típica não somente em nossa cultura como na de outros países também. Saccomandi (1996) escreveu no jornal Folha de São Paulo o artigo "A olimpíada dos negros na terra de Martin Luther King" relatando o sucesso dos negros brasileiros na competição dos Jogos Olímpicos. Todas as medalhas conquistadas pelo Brasil no atletismo foram conquistadas por negros, exceto a de Joaquim Cruz.

A primeira página do caderno de esportes do jornal, que apresentava essa reportagem tinha o título de "Black Power. Negros vivem apogeu olímpico". Para o autor, a percentagem de medalhas recebidas por negros nas Olimpíadas de 1988 em Seul, 1992 em Barcelona e 1996 em Atlanta, foi respectivamente de 39.6%, 42.1% e 46.7%.

Essa progressão de ganhos revela uma tendência. A imprensa esportiva brasileira já afirmou várias vezes que, quando na seleção brasileira de futebol há um grande número de negros jogando, temos mais chances de sucesso. O sucesso na prática esportiva é a via mais rápida de mobilidade social, bem como o meio artístico. E isso está mais acessível ao negro que outros meios de ascensão social (3).

Nesse sentido, Marçal e Lazlo (1996) colheram o seguinte depoimento do ator Maurício Gonçalves : “O negro tem que ser folclórico para se assumir no Brasil - ou é bom de samba, ou é bom de bola, ou é pai de santo, ou nota 10 na cama. A imagem do negro está atrelada aos personagens de Jorge Amado”

Numa análise final das imagens e dos textos das nove propagandas examinadas, devemos voltar ao conceito inicial de representação social elaborado por Serge Moscovici, em 1981, e divulgado por Sá (1996). “Por representação social entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originados na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais” Caracterizar o negro como um atleta, como um folião carnavalesco ou como um sambista é uma representação colhida no cotidiano.

Continuando o conceito, “Elas (as representações sociais) são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum”. Nas sociedades tradicionais, isto é primitivas, as roupas de festas têm uma conotação mística, sobrenatural, que guarda relação com os trajes dos grupos Afoxés e do Maracatu. E a propaganda utiliza-se disso para configurar estereótipos com a figura do negro, seja reforçando os estereótipos ou excluindo de classes e categorias como sexo, idade e outros.

Carneiro (1996), que é a coordenadora do Instituto da Mulher Negra e do Programa de Direitos Humanos /SOS Racismo, analisando as condições da violência policial em São Paulo contra jovens negros, com crimes de morte, faz uma pergunta que merece reflexões no âmbito das propagandas analisadas: “Negro parado é suspeito, correndo é ladrão” - “E cantando ?” (a autora analisa a morte de um jovem negro que cantava rap no metrô com um grupo de amigos por um grupo de policias).

A frase que acabamos de citar está nas representações sociais da população e os propagandistas nos mostraram nestas publicidades negros cantando com pandeiro, prontos para correr, jogando bola, jogando boxe e alguns parados. Não há, pois, salvação. O sistema

social ideologicamente dominante se defende de qualquer maneira atacando sem pena. Pode ser um sinal de fraqueza, de perversão, mas com certeza fruto de um sistema educacional precário e de um sistema de comunicação social deficiente.

Essa imagem já faz parte do consciente/inconsciente da população. A propaganda a resgata e devolve ao público de forma mais sintética e elaborada, podendo ajudar a consolidar tradições. Nesse processo, porém, comete pecados ao identificar e ressaltar traços negativos e, através desse detalhe, conceituar o todo.

Nesse momento, a Semiologia pode identificar as representações sociais ideológicas, racistas e preconceituosas dos propagandistas que buscaram, na sociedade, representações que correspondem, em geral, às suas próprias. Esse processo de retroalimentação informativa estabiliza as representações e seus preconceitos.

A eliminação de um preconceito seja ele racial, machista ou feminista, de classe social, tem estruturas linguísticas próprias. São os casos dos "negros de alma branca", dos "velhos de idéias jovens" e das "mulheres bonitas e inteligentes" (Cruz, 1993). E a eliminação desses preconceitos demora pelo menos três gerações. A primeira decide mudar e cria a segunda geração sem os preconceitos manifestos, mas ficam ainda os latentes, inconscientes e as representações.

Essa segunda geração mudou intelectualmente apenas, pois seu emocional, no cotidiano, ainda exerce as representações do preconceito, tendo muitas vezes a humildade de reconhecê-los. A terceira geração, que será criada por esta segunda, é que mudará suas representações. Cada geração tem 25 anos, necessitando-se, pois, de cerca de 75 anos para se mudar uma representação social. E nessa hora, a linguagem mudará também. No textual e no icônico.

NOTAS

1. Cruz (1993) ao estudar o abuso de drogas entre netos e seus avós com mais de 60 anos de idade, demonstra o preconceito quanto à sexualidade dos idosos, sendo-lhes negado e boicotado esse direito nos jogos do cotidiano, o que é também uma representação social. Em congressos médicos e sobre sexualidade, no standes de vendas de livros pode ser encontrado um livro de capa azul com letras brancas com o título "*A vida sexual após os 80 anos*". A possível graça do autor e sua editora está quando se abre o livro e suas aproximadamente 150 folhas estão todas em branco. Em branco, como acha o autor, deve ser a vida sexual dos idosos.
2. Lembramos que durante a campanha eleitoral tanto para a eleição como para a reeleição presidencial nos Estados Unidos, o então candidato (depois eleito e reeleito) Bill Clinton, apareceu inúmeras vezes na televisão, festas, comícios e reuniões políticas tocando saxofone. Quando de sua visita ao Brasil, em outubro de 1997, apareceu nos jornais e na televisão brasileiras tocando pandeiro e jogando bola com Pelé na escola de samba da Mangueira, no Rio de Janeiro.
3. Schwartzman (1997) divulgou dados do IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelando a situação da educação brasileira que agravam a desigualdade entre pessoas, etnias e regiões geográficas. A escolaridade média dos negros e mulatas é de apenas 3.3 anos, enquanto a de brancos é de 5.9 anos. Interessante é o fato da escolaridade de filhos e netos de imigrantes japoneses ser de 8.6 anos. No Piauí, Rio de Janeiro e Brasília, é 2.7, 5.2 e 7.5 anos, respectivamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A FOLHA MÉDICA*. São Paulo. 111 (2): 220-221. Out-dez/1995
- ABRIL. *Almanaque Abril 1997*. São Paulo. Editora Abril. 1997.
- SGANZERLA, V. Raça e carreira. A trajetória de executivos

negros no Brasil. São Paulo. *Exame*. maio/1996.

BARROS, A., KACHANI, M. A inesperada cor negra da vitória. São Paulo. *VEJA*. Pag. 32-35, 20/novembro de 1996.

CARNEIRO, S. SOS Racismo. São Paulo. *Raça*. 1 (3) : 44. Nov-1996.

CHARAUDEAU, P. Eléments de sémiolinguistique. D'une théorie du langage à une analyse du discours. Paris. *Connexions* 38. ARIP-EPI. 1982.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours. Eléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)*. Paris, Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, P. Une analyse sémiolinguistique du discours. Paris. *Langages*. 117: 96-111. mars-1995.

CHINOY, Ely. *Sociedade. Uma introdução à sociologia*. São Paulo. Cultrix. 1976.

CRUZ, A. R. *Redução do espaço social do idoso por dependência física e psicológica ao abuso de drogas. Um estudo do neto aos avós*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Depart. de Psicologia. FAFICH- UFMG. 1993.

ESTEVES, Maria Cristina Avelar. *Etude comparée du discours publicitaire en France et au Brésil: Les sous-vêtements féminins*. Thèse de doctorat en Sciences du Langage. Université Paris-Nord. Paris. 1995.

GALLO JÚNIOR, L. Exercício e hipertensão. IN: TAVARES, L. A.; LIMA, E. G. e VASQUEZ, E. C. *Hipertensão arterial. Presente e futuro*. São Paulo. Fundo Byk. 1989.

GOODMAN, L.; GILMAN, A. *As bases farmacológicas da terapêutica*. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 8ª ed. 1996.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em: representações sociais*. Petrópolis. Vozes. 2ª ed. 1995.

HOUDEBINE, Anne-Marie. Pour une linguistique synchronique dynamique. *La Linguistique* 21. Paris, PUF. 1985.
Jornal Brasileiro de Medicina. São Paulo. 52 (1-2): 13. Jan-Fev/1987

Jornal Brasileiro de Medicina. São Paulo. 57 (1): 12. Junho/1989.

Jornal Brasileiro de Medicina. São Paulo. 60 (3): 1. Jan-fev/1991.

Jornal Brasileiro de Medicina. São Paulo. 62 (6): 55. Jun/1992

Jornal Brasileiro de Medicina. São Paulo. 67 (4): 208. Out/1994.

Jornal Brasileiro de Medicina. São Paulo. 68 (1-2): 13. Jan-fev/1995

Jornal Brasileiro de Medicina. São Paulo. 68 (5): 31 e 54. Maio/1995

MAIR, Lucy. *Introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1969.

MARÇAL, C.; LAZLO, F. Atração black. *Raça*. São Paulo. 1 (2): 68-71. Out-1996.

PRADO, M.L.; TORRE, R.L.D.; BORGES, S.M.R. Estudo da prevalência da hipertensão arterial entre servidores da FUEM/Maringá//PR. Maringá. *Revista UNIMAR*. 15 (2): 213-224, 1993.

REICH, B.; ADCOCK, C. *Valores, atitudes e mudanças de comportamento*. São Paulo. Zahar Editores. 1976.

RILEY, Matilda White e NELSON, Edward E. *A observação sociológica. Uma estratégia para um novo conhecimento social*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1976.

SÁ, Celso Pereira. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis. Vozes. 1996.

SACCOMANDI, H. A Olimpíada dos negros na terra de Martin Luther King. São Paulo. *Folha de São Paulo*. Pags. 4.1, 4.8 e 4.9, 04/08/1996.

SANDMANN, A. *A linguagem da propaganda*. São Paulo. Contexto. 1993.

SCHWARTZMAN, S. *Anuário estatístico do Brasil*. IBGE. São Paulo. 1996.

SODRÉ, Muniz. O negro no mass-media. *Anais do Primeiro Colóquio de Semiótica*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, Loyola. 1980.

SPINK, M.J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo. Brasiliense. 1993.

TAVARES, L.A.; LIMA, E.G.; VASQUEZ, E.C. *Hipertensão arterial. Presente e Futuro*. São Paulo. Fundo Byk. 1989.

A CONSTRUÇÃO DESCONSTRUÍDA DA IMAGEM DO NEGRO NA PROPAGANDA

Maria Edna de Menezes

Este estudo pretende ser uma reflexão do discurso social sobre o negro brasileiro, tendo em vista a maneira marginalizada como ele é visto pela sociedade. De modo geral, o negro, no imaginário social, simboliza o antimodelo, exatamente porque os valores sócio-culturais, no Brasil, são predominantemente brancos.

Considerando a imagem negativa do negro, questiono sua posição social e participação na mídia, uma vez que ela é um segmento social de poder. Abordo o discurso da propaganda, baseando-me nas idéias de Barreto (1981) expressas no livro *Análise Transacional da Propaganda*. Dessa forma, este estudo é sobretudo uma análise do discurso da propaganda e, também, um modo de reflexão das abordagens do negro na publicidade.

Através do discurso da propaganda do *Café Parmalat* (Nova, setembro de 1997, 4ª capa), abordo questões pertinentes a uma questão complexa: repensar o papel de classe e “raça inferior” reservado para o negro na sociedade brasileira.

1. Breve histórico da representação sócio-cultural do negro e do branco no Brasil de ontem e hoje.

O processo histórico vivido pelo negro no Brasil, desde a escravidão, é um dos fatores determinantes da situação marginalizada a ele reservada ainda hoje na sociedade atual.

A escravidão e a tendência de certas pessoas brancas (ou ideologicamente, brancas) ao insistir em colocar o negro “no seu devido lugar” têm garantido uma participação mínima do mesmo no cenário sócio-cultural brasileiro.

Os valores sociais que recebemos via Europa, quando da colonização, eram ideologicamente brancos. Acreditava-se que o homem branco fosse um ser superior em relação ao homem negro. Ora, o homem branco brasileiro e moderno ainda acredita nessa superioridade, pois tem o respaldo histórico-teórico, que reafirma esse comportamento; por outro lado, existe também um trabalho social sistemático implícito e/ou explícito que indica o negro como racial, intelectual e culturalmente inferior ao branco.

Na visão de Santos (1981) “a brancura funciona como um pré-dado, como uma essência, que antecede a existência e manifestações históricas dos indivíduos reais(...), o bom, o belo, o justo e o verdadeiro são brancos”.

Os estereótipos criados para o negro funcionam como ativadores dessa situação, desqualificando-o como cidadão. Alguns estereótipos para o negro, no Brasil, são mais generalizados tais como: a feiúra simiesca, o servilismo inato, a sexualidade congênita etc.

As tentativas do negro de mudança no quadro social, em relação a sua posição (a busca de ascensão social, poderia ser um bom começo), *grosso modo*, têm sido repudiadas, devido à força do *status quo* do branco. Dessa forma, enquanto o branco representa o poder, a beleza estética, a razão etc, o negro, representando o oposto destes valores, vem sendo depreciado e desvalorizado socialmente. “O negro de alma branca” é uma expressão criada para justificar uma pessoa da raça negra que por razões específicas se sobressaía socialmente. Muitas vezes, este aceitava encarnar os valores brancos e se ascendia, enquanto que o branco, considerando-o uma exceção da raça, o acolhia.

No Brasil, as pessoas valorizam o padrão estético, moral, cultural e religioso, branco. Tal prática nega os valores do negro, criando para ele estereótipos que o depreciam e conservam sua posição inferior.

2. Algumas considerações sobre a imagem social do negro.

Conforme foi dito, existe um trabalho sócio-cultural complexo criado e difundido em torno da infreqüente atuação do negro brasileiro na sociedade. O papel social que o negro ocupa, porque já havia sido previamente a ele reservado, encarrega-se por si só de preservar a sua inferioridade em relação à superioridade do branco.

O olhar lançado sobre o negro focaliza uma escravidão contínua, embora teoricamente já não mais exista. Mesmo com a abolição da escravidão no Brasil, a relação entre negros e brancos não se tornou diferente, pois persistiu a subordinação do primeiro ao segundo. Na sociedade brasileira atual, o negro ainda é visto como a contraparte branca, ou, conforme Moura(1983), o "antimodelo nacional".

As pessoas experimentam nas suas relações cotidianas, a idéia de que o negro é inferior. Tal idéia é denominada, por Lakoff (1980), metáfora conceitual, exatamente porque ela é uma maneira natural (e, muitas vezes, inconsciente) de pensar e agir coletivamente. Assim o negro é tido, em potencial, como rústico, agressivo, estúpido, ignorante, criminoso, marginal, ladrão, feio, incompetente (para atividades intelectuais), burro etc. Entretanto, essa imagem é usada como justificativa da classe dominante, branca, para manter o negro fora do cenário sócio-cultural, enquanto trabalhador e articulador político.

A imagem do negro assume, de certa forma, um papel determinante na divisão de espaços ocupados pelo negro e pelo branco, na sociedade brasileira. A força dessa imagem bloqueia as oportunidades de avanço social do negro, impedindo que este tenha um trabalho "socialmente respeitável", por exemplo. É nesse sentido que a ele compete o "trabalho de negro", ou melhor, aquele trabalho que por razões específicas o branco despreza. E daí metáforas depreciativas sobre as quais tecerei alguns comentários na próxima parte deste capítulo.

Na sociedade brasileira atual, há uma tendência muito tímida, que advém do grande esforço da população negra, em romper com

certas barreiras impostas para ela. O negro tem conquistado força política através de atuação no movimento negro¹, cujo objetivo principal é o combate à discriminação racial (Moura; 1963); em consequência disso, nos últimos anos, tem participado mais das decisões políticas, tem se escolarizado mais, tem buscado trabalhos (ou profissões) alternativos que retirem-no da condição de assalariado. De um modo geral, o negro tem saído do lugar que lhe havia sido imposto, e está se assumindo mais, enquanto elemento afro-brasileiro; entretanto, o discurso social sobre ele ainda se mantém inalterado, no decorrer dessas buscas.

3. O discurso social brasileiro sobre o negro

Tal discurso segue um ritual que, em geral, parece permitir às pessoas que o usam, classificar o negro de modo pejorativo. Existem, por exemplo, na linguagem cotidiana, as expressões metafóricas: “não faça serviço de negro”, “a coisa está preta”, “negro, quando não caga na entrada, caga na saída”, que à força de serem utilizadas, foram banalizadas e quase que “oficializadas”. Geralmente as pessoas utilizam tais expressões numa situação de repúdio ao negro ou quando enfrentam um problema qualquer.

Maingueneau (1989) fala de um “contrato de fala” que traz em si, de modo implícito, uma espécie de ritual social da linguagem, ritual esse partilhado entre os interlocutores.

Nesse sentido, penso que as expressões depreciativas, envolvendo a figura do negro, passam a ser expressões *legitimadas* por tal tipo de contrato. Na sociedade, cada elemento desempenha um papel e cada um sabe o momento certo de enunciar e como enunciar. O contrato da fala garante que cada par locutor/interlocutor se reconheça como tal. Dessa forma, o discurso social não positivo sobre o negro torna-se legitimado, embora saibamos que ele mostra uma atitude racista, logo ilegal.

As instituições sociais (Igreja, Escola, Imprensa etc.), ao praticar tal discurso, estão, pois, legitimando-o. Da mesma forma, os

enunciadores que, intencional ou não intencionalmente, o fizeram. Entretanto, esse discurso é de todo permissível, pois, na vida em sociedade, não há normas ou leis linguísticas rígidas que possam coibir sua prática.

4. O negro e a propaganda no Brasil.

Barreto (1981) define propaganda como “qualquer mensagem (texto, anúncio, cartaz) com caráter publicitário”. Entretanto, Sandmann (1994) amplia essa definição coerentemente; para o autor a propaganda tem caráter publicitário, porque vende produto ou serviço, mas também propaga idéias, especialmente políticas.

A propaganda tem como um de seus objetivos a persuasão, visando influenciar classes sociais definidas, grupos economicamente demarcados. Para Barreto (1981) ela é “uma técnica de controle social”. Seu objetivo não é apenas vender um produto ou serviço, ela também transmite um modo de viver, uma ideologia, que traz implicações na vida do leitor, pois ditadora de comportamentos e valores.

A propaganda é posta em prática pela classe social cujo status que domine na vida em sociedade. Ela é conservadora, mas, paradoxalmente, é também revolucionária e transformadora do pensamento coletivo. Barreto (1981), diz que em se tratando da propaganda, pouco importam os valores da humanidade tais como: amor ao próximo, amor fraterno, respeito, caridade, renúncia; só o consumidor potencial importa.

Se, na propaganda, a persuasão chega ao extremo de desconsiderar os valores da humanidade, qual será a atitude final da relação persuasor/persuadido, uma vez que o persuadido pode vir a ser qualquer um de nós? E como é, digamos assim, ressaltada na propaganda uma imagem cuja representatividade é tão negativa? Tenho me questionado sobre isso, no que tange à imagem do povo negro, sempre que vejo tal imagem em propagandas diversas. Se o negro tendo uma imagem tão “maligna”, aos olhos da sociedade,

como dar-se-á sua representação icônica, sobretudo se relembarmos que “a propaganda é a alma do negócio”?

Em outros termos, a comunicação contida na propaganda é sentida como uma força vinda de cima para baixo. O anunciante é, pois, portador de uma “verdade revelada”. Nesse contexto, quero refletir sobre qual verdade estaria sendo revelada numa propaganda que tenha o negro como figurante, uma vez que ele é a imagem do antimodelo social.

Cabe lembrar que a presença do negro na propaganda, assim como também na mídia, de um modo geral, é algo raro (Cruz, 1998). Nossa sociedade é extremamente capitalista e a propaganda sempre esteve diretamente ligada ao consumo do produto ou serviço. Talvez seja essa a razão mais evidente da ausência do negro na propaganda. Ele não corresponderia à “imagem ideal” a ser vendida, ainda mais porque sua classe social não permite que ele seja um consumidor em potencial. Por outro lado, na sociedade atual, vemos o negro se sobressaindo mais: ainda que lentamente, tem crescido o número de negros atuantes no mercado de trabalho. Hoje é menos raro que ontem, por exemplo, ver um negro gerente de vendas, chefe de departamento, professor universitário ou ainda, empresário, dono do próprio negócio.

Já houve um tempo em que, nas pouquíssimas vezes em que se via um negro-personagem de telenovelas, este fazia sempre o papel de escravo ou de empregado doméstico; o negro nunca figurava num papel mais expressivo, politicamente falando. Mais recentemente, ao negro tem sido oferecido papéis, digamos assim, menos subalternos, porém nada que seja a altura dos papéis dados a atores brancos.

A “boa aparência” dos anúncios de classificados geralmente exigida pelos empresários, principalmente para a área de *marketing*, significa, de modo implícito, que é preciso ser branco para ocupar certos cargos. Porquanto, a questão de repensar o papel social que o negro tem ocupado na sociedade brasileira passa também pela reelaboração do discurso em vários segmentos sociais, tais como o da mídia, através da propaganda.

Segundo Barreto (1981), existem três *Estados do Eu*² na recepção da propaganda: *Pai*, *Adulto* e *Criança*. Uma pessoa observa inconscientemente um anúncio, quando se encontra no seu *Estado Criança*. A pessoa no *Estado Criança* tem um conceito *sentido* de vida, enquanto a pessoa no *Estado Adulto* tem um conceito *pensado* de vida. O *Adulto* é o estado da consciência, da racionalidade; por outro lado, o *Estado Criança* é o da inconsciência, da irracionalidade, da impulsividade. A emoção e o desejo pertencem ao *Estado Criança*. A pessoa no *Estado Criança* vê um anúncio de determinado produto e já pensa em ter/consumir tal produto. O *Estado Pai* é uma pessoa séria, conservadora e ditadora. O Pai dita e obedece às regras.

Barreto (1981) conclui que os anúncios não são “pílulas” para o consciente, ou seja, para o *Adulto*, mas sim para a *Criança* que com eles se enfeitiça. O anunciante (ou expressão da mídia) é o *Estado Pai*, ele diz: *tenha!*

“A projeção da autoridade é atributo do Pai, por isso a propaganda é sempre maior, mais rica, mais poderosa que nós” (Barreto, 1981). A comunicação na mídia jamais pode ser sentida de igual para igual, pois ela é uma força que vem de cima para baixo, como já dissemos.

Toda propaganda tem elementos intrínsecos, responsáveis por impressionar o consumidor. A imagem na propaganda é a reputação da sua marca. Se essa imagem for má, o anunciante pode vir a se comprometer, caso contrário, há de melhorar tal imagem.

As representações sociais conservam sempre a marca da realidade social onde nascem (Minayo, in Jovchelovitch, 1994). Enquanto imagens construídas sobre o real, perpassam o pensamento coletivo. Ora, já mostramos que o pensamento coletivo sobre o negro é de que ele é um ser inferior, o que vem transformá-lo numa lembrança negativa no imaginário social .

Segundo Gomes (1996):

“Na representação icônica e verbal dos fatos, a publicidade funciona como um meio sócio-cultural para a reprodução da identidade dos gêneros, pois os arquétipos armazenados na nossa cultura e os modelos que determinam são reforçados e/ou reelaborados pela linguagem midiática”.

Assim, na linguagem da propaganda, são refletidas as tendências culturais da sociedade. Geralmente, na propaganda, os negros, enquanto grupo social, são retratados como submissos ao branco, piores que estes, ou seja: seu retrato corresponde, *grosso modo*, à maneira como são encarados pela sociedade.

4. A construção desconstruída da imagem do negro na propaganda *Café Parmalat*.

Quem não conhece a fama da marca *Parmalat*? Já há algum tempo, a mídia se responsabilizou em fazê-la. Sabemos da reputação da marca *Parmalat*, através da propaganda recente do seu produto, o Leite *Parmalat*. Nessa propaganda, vários mamíferos (representados por crianças que se vestiram como animais) exibiam sua beleza segurando uma caixa de *Leite Parmalat*.

Recentemente, a *Parmalat* lançou um novo produto: o *Café Parmalat*. Na propaganda por mim escolhida, vê-se um homem negro, de costas, sendo abraçado por uma mulher branca (loira) que exibe no rosto um sorriso, braços bem envoltos e mão abertas sobre as costas do negro. Abaixo, em tamanho menor, vê-se uma xícara cheia de café e ao lado dela um vidro de *Café Parmalat*; do lado esquerdo da xícara o seguinte texto: “Chegou o Café *Parmalat*. O café à altura do nosso leite”.

Em termos de estratégia de venda, pode-se dizer que, nessa propaganda, o anunciante “matou dois coelhos com uma cajadada só”, porque embora o anúncio tenha como produto o *Café Parmalat*, nele está também sendo ressaltada a existência do *Leite Parmalat*.

Inicialmente é apresentado apenas um produto, o café, porém foram apresentados dois produtos, o café e o leite, ambos da mesma marca. O café é o produto novo; para apresentá-lo, o anunciante usou o verbo (a informação) “chegou” antes do nome do produto (o sujeito) “café” que estava sendo anunciado. O leite é o produto mais antigo e também mais conhecido do leitor; para lembrar o leitor disso, o anunciante usou o pronome possessivo “nosso”. O *Leite Parmalat* tornou-se responsável pela reputação da marca *Parmalat*. A novidade (o café) causa o impacto ao leitor; o antigo (o leite) acolhe o novo, e ambos se oferecem ao leitor. O impacto da novidade é compensado pelo ambiente familiar (a marca *Parmalat*). A simetria da palavra café no texto (final da primeira frase e início da segunda) e a elipse do verbo estar na segunda frase são também recursos que prendem o leitor à propaganda.

A fotografia é, estrategicamente, feita em preto e branco. O contorno é nítido e valoriza a riqueza dos detalhes. As mãos brancas sobre as costas negras dá-nos um fantástico visual contrastivo, revelando a diferença entre as cores branca e preta. O sorriso da modelo feminina é alegre, não sugere forçosamente erotismo. Ela representa a pureza e brancura do *Leite Parmalat*. O modelo negro, não mostra seu rosto já que está de costas; porém, para o leitor é passada uma impressão de força física. O modelo masculino é musculoso, tem costas largas, que ocupam grande parte do espaço fotografado. Ele representa o *Café Parmalat*.

O texto da propaganda colado a foto, porém, diz algo mais que simplesmente: “Beba o *Café Parmalat!*”

“*Chegou o Café Parmalat. O café à altura do nosso Leite*”.

Ora, a interpretação do texto dessa propaganda, *grosso modo*, seria: “Você, leitor, conhece muito bem o *Leite Parmalat*, conhece a qualidade da marca. Agora, lançamos um novo produto, o *Café Parmalat*, tão bom quanto o *Leite Parmalat*. Compre-o!”

Todos esses recursos garantiram o sucesso da propaganda e a reputação da marca *Parmalat*. Entretanto, torna-se necessário uma

análise mais crítica, considerando que as representações sociais correspondem às situações reais de vida. (Minayo, in Jovchelovitch, 1994).

Os atores sociais, nessa propaganda, representam grupos sociais, raciais e de gêneros diferentes. As representações sociais distintas implicam visão de mundo distinta que revelam o mundo real. Nessa propaganda, temos a primeira vista que o negro (cor) simboliza o café, e a branca (cor) simboliza o leite. Apesar da propaganda não sugerir o gozo erótico no sorriso da mulher, mesmo porque ela simboliza o leite, daí a pureza, o contexto mais amplo sugere o prazer do toque “corpo a corpo”, da sensação de gosto provocada pelo abraço. Essa sensação de prazer está associada ao gostoso café com leite e também ao prazer causado pelo paladar do famoso “cafezinho” brasileiro.

Nessa mesma linha de pensamento, o negro representa o “homem gostoso” no aspecto sexual. Ele representa o *sexo forte* e objeto de desejo das mulheres. Embora o negro não represente o perfil de beleza padrão de homem, para muitas leitoras, estereotipadamente ele é o sexo forte, porque sobre ele existe o mito da virilidade: Ele é miticamente considerado “bom de cama”. Nesse sentido, a imagem que fica é a de um homem forte, mas isso apenas no sentido físico.

A mulher é do tipo beleza estética padrão europeu: branca, magra, cabelos lisos e claros, olhos claros. Ela representa a pureza e a gostosura do *Leite Parmalat*. É pura como o leite, loura e linda e não tem medo de se misturar ao café (ao negro).

Nessa propaganda, embora os atores humanos estejam simbolizando os produtos *café* e *leite*, há também a reprodução do papel social do negro e do branco. Se, na sociedade brasileira, os valores culturais são predominantemente brancos, há pois na publicidade, especialmente na propaganda, uma proposta implícita de que o negro que quer “subir na vida” deve aproximar-se dos valores culturais brancos ou a eles “se misturar”.

Conclusão

Apesar de todos os contornos e requintes utilizados pela propaganda analisada, não houve a preocupação de inovar, pois repete os modelos vigentes na sociedade, ou seja: 1) o negro enquanto objeto sexual; 2) o negro para subir na vida tem que mesclar seu sangue ao de uma branca. Estará assim "melhorando a raça" como diz mais uma conhecida expressão popular.

NOTAS:

1 - Movimento Negro Unificado (MNU) é um movimento reivindicativo, sem distinção de raça, sexo, instrução, credo religioso ou político e sem fins lucrativos. O objetivos do MNU são o combate ao racismo onde ele se faça presente, a luta constante contra a discriminação racial e contra o preconceito de cor, o intercâmbio com organizações culturais e congêneres de outros países.

2 - A análise transacional pressupõe a existência, no indivíduo, de três *Estados do Eu*, três componentes estruturais da personalidade: *Pai*, *Adulto* e *Criança*.

Dizemos que uma pessoa está no seu *Estado do Eu Pai*, quando fala ou pensa como o fizeram seus pais ou outras figuras importantes de sua influência. O *Pai* contém e transmite os elementos culturais, as pautas sociais, morais e religiosas, as regras de convivência: determina o que deve fazer: um conceito *aprendido* de vida.

Dizemos que uma pessoa está no *Adulto*, quando pensa, funciona computando a realidade, processado-a e atuando em consequência. Corresponde aos juízos da realidade, ao raciocínio lógico, ao pensamento abstrato e racional. Conclui o que convém fazer: um conceito *pensado* de vida.

Dizemos que uma pessoa está na *Criança*, quando pensa, sente e atua como em sua infância. Na *Criança* residem as emoções, a intuição, a criatividade e a espontaneidade, a pulsão biológica, o pensamento mágico (...). Expressa o que gosta de fazer: um conceito *sentido* de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRETO, R.M. *Análise transacional da propaganda*. São Paulo. Summus. 1981.

CRUZ, A. R. *Análise Semiolinguística da Representação do Negro em Propagandas de Medicamentos em Revistas Médicas*. IN MACHADO, I. L.; CRUZ, A. R.; LYSARDO-DIAS, D. *Teorias e Práticas Discursivas. Estudos em Análise do Discurso*. Belo Horizonte, Núcleo de Análise do Discurso da Fale-UFMG. Carol Borges. 1998.

GOMES, M.C.A. . *Análise lingüístico-discursiva da representação da figura masculina em publicidades brasileiras*. Tese de Mestrado defendida na Fale/UFMG. 1996.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis. Vozes. 2ª ed. 1995.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago. University Press. 1980.

MAINGUENEAU, D.. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas. Pontes 1989.

MOURA, C. *Brasil. Raízes do protesto negro*. São Paulo. Global Ed. 1983.

SANTOS, N. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro. Graal. 1983.

SANDMANN, A. . *A linguagem da propaganda*. São Paulo. Contexto. 1993.



Chegou o Café
Parmalat.
O café à altura
do nosso leite.

ATOS DE FALA NO DISCURSO DE CANDIDATOS À PREFEITURA DE BELO HORIZONTE: ANÁLISE DA PROMESSA E DA CRÍTICA

Hugo Mari

"Eu não prometo aquilo que não existe." (JG)

(A atividade político-parlamentar costuma ser avaliada em razão de um conjunto de atos discursivos que são utilizados ao longo de uma campanha eleitoral.) Neste caso particular de uso da linguagem na atividade política, é possível isolar, como alvo da apreciação, ou as *promessas* que costumam compor o elenco das intenções da plataforma de um candidato, ou, complementarmente, as *críticas* que compõe sua estratégia de identificação ideológico-partidária. Raramente, formulações conceituais e descrições de certos estados de coisa despertam interesse como estratégias discursivas, pelo pouco apelo interativo que demonstram em relação às primeiras. Assim, ambas orientações discursivas, *promessa* e *crítica*, têm representado, em razão da sua importância neste formato de discurso, o foco de parte da indisposição do eleitorado, expressa, com frequência, através de observações como "... só sabe prometer/criticar", "... promete/critica tudo", "... promete/critica tudo e nada realiza" etc.

Julgamentos desta natureza parecem espelhar grande parte do descrédito em relação à eficácia da prática política: de um lado, a frustração diante de *promessas* nunca cumpridas; de outro, a indiferença por uma *crítica* de circunstância. Se o efeito desse descrédito se faz representar de forma tão imediata na vida do cidadão, julgamos que as razões discursivas que o alimentam ainda precisam ser analisadas. Aqui, pretendemos comentar alguns aspectos desta questão, na sua dimensão discursiva, sobretudo

aqueles afeitos às condições de existência da *promessa* como um *ato de fala*, em contraste com a *crítica*.

O ato de prometer: condições de realização

Um estudo sistemático sobre o *ato de prometer* foi formulado por SEARLE (1981, p. 76-95.) que estabeleceu nove condições a serem satisfeitas para o sucesso de uma *promessa*. Em geral, é possível agrupar essas nove condições em quatro mais específicas, sobretudo pela exclusão daquelas que destacam uma dimensão metapragmática. Vejamos, em linhas gerais, os quatro fundamentos que selecionamos:

a) **condição de conteúdo proposicional:** uma *promessa* prescreve uma ação futura, em relação ao ato de sua enunciação, a ser desempenhada por aquele que a profere. O fato de ser ação futura, porém, não assegura a existência de uma *promessa* por si mesma, pois uma *ordem* também requer essa condição; da mesma forma, o fato de ser o falante que desempenhará o ato não prescreve uma singularidade à *promessa*, pois uma *ameaça* contém também tal característica. Por outro lado, nem mesmo a simultaneidade destes dois fundamentos é exclusiva da *promessa*, pois *desejo* e *ameaça* assim se estruturam. Os contrastes mostram, portanto, que, em relação ao conteúdo proposicional, uma *promessa* partilha características semelhantes com diversos outros atos;

b) **condição preparatória:** uma *promessa* requer duas condições preparatórias. Uma relaciona-se ao desejo do ouvinte: é preferível para este que o falante, realmente, realize o ato futuro, por ser-lhe favorável, em alguma extensão. Outra lembra a expectativa sobre a realização do ato: nem falante, nem ouvinte conhecem, *a priori*, um ato tal que será desempenhado ou não pelo falante, uma vez que, além de ser um ato futuro, não deve estar incluído no curso normal de atos previsíveis para os dois

locutores. A primeira condição contrapõe-se à de uma *ameaça*, onde a vontade do ouvinte é de que a ação futura não se realize. A segunda condição é válida, em princípio, para qualquer ato que prescreva ações futuras, mas se contrapõe àqueles que reportam ações do passado (que são, em tese, do conhecimento do falante) e daqueles que projetam um estado de coisas no futuro (que são rotineiras e habituais ao conhecimento do falante e do ouvinte);

c) **condição de sinceridade:** numa *promessa* sincera, o falante deseja, com franqueza, executar a ação futura que está enunciando, pois está no seu alcance realizar o conteúdo proposicional descrito. Como as outras condições analisadas, a de sinceridade, embora se faça presente em outros tipos de atos, realiza-se de modo particular na *promessa*. É comum, alternar-se apenas o foco sobre quem, falante ou ouvinte, recai a exigência de ser sincero. Na *promessa*, então, cabe ao falante ser sincero em relação àquilo que profere; na *ordem*, por outro lado, espera-se que tanto o falante esteja sendo sincero naquilo que ordena, como o ouvinte o seja na sua execução;

d) **condição essencial:** ao enunciar o *ato da promessa*, o falante cria, para si mesmo, a obrigatoriedade de realização da ação futura, correspondente ao conteúdo proposicional. Essa condição contrapõe, de um lado, *promessa* a *ordem*, que prescrevem, em circunstâncias apropriadas, uma obrigatoriedade com a ação futura sob responsabilidade do falante e do ouvinte, respectivamente; e, de outro, contrapõe *desejo* a *pedido*, já que para um e outro não existe a obrigatoriedade de sua realização, pois tanto o falante pode “falhar” na consecução de um *desejo*, quanto o ouvinte no atendimento a um *pedido*.

Dadas as condições acima especificadas para sua realização, a *promessa* não fica mais subordinada à ocorrência de um verbo

performativo: de fato, nem a presença do verbo *prometer* num proferimento assegura a sua existência, nem a sua ausência implica a inexistência dela. Em compensação, embora assumindo valores e funções diferentes, uma *promessa* não existe em razão do atendimento a uma ou a parte das condições acima descritas: uma *promessa* para a qual falante/ouvinte podem reivindicar pretensões ao sucesso deve adequar-se, em princípio, à totalidade dessas condições. Na seqüência, vamos demonstrar sob que condições podemos fazer de (1) e (2) atos de prometer legítimos:

(1) “*Vamos implantar o sistema de sinalização comutado por computador e executar o BHBUS*” (VG);

(2) “*Nossa idéia é criar terminais tronco-alimentadores e o sistema de ônibus articulado fazendo a ligação com o metrô.*” (AM).

Como os dois proferimentos acima satisfazem as condições para a existência de uma *promessa*, conforme indicado acima?

a') **conteúdo proposicional**: os atos acima comprometem-se ambos com ações futuras de responsabilidade de quem as enuncia: para (1) temos, “*vamos implantar... executar...*”, para (2), “*...criar terminais...*”. Além do mais, nenhum dos fatos implicados no conteúdo proposicional existe, isto é, “*sistema de sinalização*” e “*terminais tronco-alimentadores...*”, respectivamente. Certamente, o grau de realismo imposto à execução de uma tarefa pública, nas circunstâncias de uma campanha eleitoral, difere, substancialmente, de uma ação privada e particular.

b') **condição preparatória**: é preferível para o ouvinte, supostos usuários das obras, que, de fato, as ações prometidas sejam cumpridas, pois elas lhes são benéficas, por se tratar da melhoria das condições de tráfego em BH. Da mesma forma, a expectativa sobre a realização de (1) e (2) não está inserida no curso

normal das coisas que os seus enunciadores desempenham em rotina, mesmo considerando um padrão geral de atividades públicas;

c') **condição de sinceridade:** supõe-se que os dois candidatos, de fato, pretendam incluir, no rol das suas ações futuras, caso venham a se eleger, os fatos que estão propostos (1) *sistema de sinalização e BHBUS*, (2) *terminais tronco-alimentadores*. Em se tratando de ações públicas, as condições de sinceridade devem ser ratificadas em razão de argumentos que apontem para uma disponibilidade de recursos para sua consecução.

d') **condição essencial:** implica para um e outro candidato a obrigação de realizar aquilo que o conteúdo proposicional dos seus proferimentos prescreve e que a sua realização seja factível no universo para o qual estejam sendo projetadas. Certamente, uma grande cidade deve comportar tal tipo de solução para o seu sistema de transporte.

Ato de Prometer como estratégia eleitoral

A crítica à atividade política tem incorporado julgamentos diversos sobre a presença de *promessas* no discurso eleitoral ou parlamentar. É comum encontrarem-se afirmações do tipo: "é mais fácil fazer promessa", ou ainda "promessa de candidato/político não deve ser levada a sério", que demonstram a quebra de qualquer esforço cooperativo e o rompimento das condições (c) e (d) acima descritas. Assim, se dificuldades dessa ordem projetam-se sobre o proferimento de *promessas* explícitas (com a utilização do performativo *prometer*), constata-se da parte dos candidatos uma certa cautela e até mesmo um certo planejamento de busca de alternativas discursivas. Por essa razão, os discursos analisados orientaram-se por dois tipos de estratégias de neutralização dos efeitos corrosivos da promessa, sem que isso, todavia, viesse eliminá-la em essência.

No conjunto das quatro entrevistas analisadas, *prometer* e suas formas cognatas enfrentam a concorrência de outros termos sobre os quais ainda não pesaria, no momento atual, julgamentos de valor negativo. Referimo-nos, especificamente, a termos como *proposta*, *projeto* e *programa* e, mais genericamente, a outros como *idéia*, *meta*, *lema*. É claro que cada uma destas categorias tende a recortar um estrato conceitual diferente, o que, entretanto, não assegura uma demarcação de fronteira nítida entre eles. Por exemplo, é possível que façamos uma demarcação entre o preciso e o vago, na plataforma de um candidato, em se tratando de categorias como *meta* e *idéia*. É impossível, no entanto, atribuímos a *promessa* à ordem do hipotético, e o *programa* à ordem do efetivo, pois dados analisados desmentem contrastes desta natureza, ainda que esta intuição possa prevalecer em algumas circunstâncias:

(3) “Os programas de renda mínima, de bolsa escolar para famílias de baixa renda...” (AM);

(4) “Teríamos também programas de educação sexual e controle da natalidade nas favelas...” (JG).

O uso de *programa* não assegura qualquer efetividade aos fatos descritos, mas apenas reporta um certo ‘efeito cartorial’ de expropriação lexical, ou seja, a suposição de que parâmetros de estruturação metodológica e conceitual respaldam um *programa*, mas não uma *promessa*. A situação da entrevista espelha algo diferente: em ambos os casos, os candidatos estão respondendo a questões sobre o que pretendem desenvolver em sua suposta administração. Logo, as frases contêm os elementos que se referem a uma *promessa*, de acordo com as condições antes estipuladas, e não a algo concreto que já esteja em curso. Quando muito, pode-se supor que *programa* seja uma forma instrumental possível de concretização de uma *promessa*. O teor desta última não fica, porém, neutralizado por mera troca terminológica: os signos contêm uma região nebulosa na sua significação que acolhe o vicário com naturalidade.

A outra vertente da estratégia de neutralização da *promessa*, que tem recheado, em nome da eficiência, o discurso administrativo/parlamentar, consiste em criticar aqueles que fazem *promessas*. O discurso constrói-se, então, com duas orientações: uma representada pela necessidade de o candidato assumir, no seu proferimento, a recusa explícita de quaisquer referências a promessas; outra orientada para criticar aqueles que deixaram escapar alguma forma de promessa. Essa estratégia pode até se mostrar eficaz na denúncia e na crítica imediata aos adversários, mas se mostra pouco eficiente em se tratando do policiamento do próprio discurso, pois recusar formas de uso do performativo *prometer* não implica, diretamente, a recusa das condições necessárias para a existência de uma *promessa*. Esse contraste entre dois momentos de neutralização da *promessa* pode ser visto nas situações seguintes:

(5) *“Eu não sou nem tolo nem irresponsável de fazer promessa como esta administração fez quando estava se candidatando. Falaram que em 120 dias iam tirar os meninos da rua.”*
(AM).

O relato de (5) reproduz, de forma direta, os dois aspectos da estratégia de neutralização da promessa, pois não só o enunciador recusa para si mesmo o ato de prometer, como também critica promessas de outrem. Posturas desse teor, todavia, não inibem o candidato, na seqüência, de lançar-se a compromissos, como o descrito abaixo, na suposição de que o uso de *proposta* e de *programa* coloca-o numa situação de vantagem, de superioridade em relação àqueles que fazem promessas:

(6) *“Na área de saúde nossa proposta prevê o atendimento através do programa de saúde da família e de agentes comunitários, que são programas do Ministério da Saúde. São grupos (um médico, uma enfermeira e um agente de saúde) que vão no domicílio cadastram o indivíduo e levantam seu histórico médico, do irmão, da mãe etc.”* (AM).

O conteúdo programático do candidato acima inclui-se de tal forma no rol das promessas que um dos concorrentes a identificou de imediato:

(7) *“Tem um candidato prometendo um médico visitando cada casa.” (JG)*

Este mesmo candidato, que refuta promessas alheias, é capaz de reproduzir fatos curiosos em torno de um *ginástica discursiva* de negar e de fazer promessas simultaneamente. A ele que devemos o ato epigrafado no texto, comparado agora com outras formas utilizadas:

(8) *“Eu não prometo aquilo que não existe.” (JG)*

(9) *“Prometo que iremos gerar empregos e ter uma atenção muito grande para o problema da saúde.” (JG)*

O ato produzido em (8) decorre dessa voracidade estratégica de se negar a promessa como algo comprometido com uma certa banalização da atividade política. Entretanto, pelas condições conceituais que estamos apontando para a existência de uma promessa, só podemos *prometer* aquilo que de fato ainda não existe e que será objeto de uma realização futura. O ato seguinte do mesmo candidato demonstra esse fato: os empregos que pretende gerar ainda não existem, e mesmo a atenção que pretende atribuir à saúde deve ser diferente daquela que já lhe é dada. O candidato em análise alterna também o uso dos cognatos de *prometer* com as formas correntes que já apontamos:

(10) *“Propusemos criar empregos com este projeto” (JG);*

(11) *“Teríamos também programas de educação sexual e controle de natalidade nas favelas...” (JG)*

Alguns aspectos contraditórios que foram comentados mostram as dificuldades que candidatos têm enfrentado com o proferimento de promessas, mas mostram, ao mesmo tempo, a impossibilidade de se evitá-las. Afinal, promessas parecem revestir-se numa condição essencial do discurso eleitoral: um candidato só pode enunciar aquilo que ele poderá vir a fazer caso se eleja. Por outro lado, as condições determinadas para a existência de uma *promessa*, a partir da Teoria dos Atos de Fala, não explicam a correlação entre uma crítica às *promessas* e a formulação desta última. Os atos que refutam a *promessa* seriam vistos, na teoria, como meras formas assertivas e isso não seria suficiente para mostrar os efeitos de sentido que deles decorrem. Com certeza, criticar uma *promessa* deve significar alguma coisa além do que, meramente, fazer uma asserção. Na seção seguinte, discutiremos a necessidade de introdução de outros parâmetros na análise da *promessa*, principalmente, aqueles voltados para a sua estruturação, enquanto um jogo de enunciações.

Condições enunciativas da promessa

A partir do esquema de representação dos atos de linguagem proposto por CHARAUDEAU (1983, P. 37-57), pode-se supor a *promessa* como um jogo enunciativo, envolvendo a participação de sujeitos em quatro instâncias diferentes. Na dimensão de suas condições enunciativas ideais, a *promessa* requer uma compatibilidade semântica entre o conteúdo proposicional, P, pensado como factível por um sujeito-comunicante (JEC), e o mesmo P, quando proferido por um sujeito-enunciador (JEé), com o objetivo de mostrar ao alocutário que P pode ser realizável em seu benefício. Esta orientação do lugar enunciativo da locução, com vistas ao lugar da alocação, pretende fazer com que o sujeito-destinatário (TUD) seja equivalente ao sujeito-interpretante (TUi). Assim, uma *promessa* bem sucedida, no seu aspecto enunciativo, requer, minimamente, o atendimento a estas exigências que podem ser esquematizadas da seguinte forma:

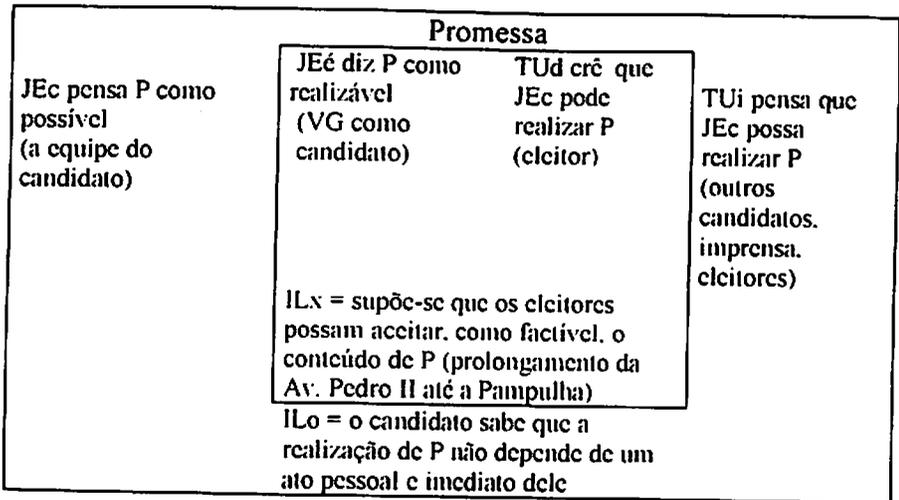
Esquema 1: Processo enunciativo: fundamentação da promessa

1. JEc pensa P como possível;
2. JEé assume P como realizável;
3. JEé diz P a TUd, sendo P benéfico a TUd/TUi;
4. JEc pretende que TUd se identifique a TUi.

Podem-se ilustrar as condições 1 a 4, a partir do seguinte exemplo:

(12) *"Vamos fazer ainda o prolongamento da Avenida Pedro II até a região da Pampulha."*
(VG)

Quadro 1: Representação enunciativa de uma promessa



O quadro acima mostra a aplicação, num ato particular de *promessa*, das condições gerais (1-4) exigidas para a sua construção. Nesta dimensão, existe um sujeito-comunicante (JEC) que pensa a possibilidade de realização de determinadas ações, contidas no conteúdo de P, que são expressas através de um sujeito-enunciador (JEé), destinado a assegurar-lhe uma feição de realizável. As pretensões de JEC atuam no sentido de garantir, na instância alocutária, um consenso entre um sujeito-destinatário (TUd) e um sujeito-interpretante (TUi) sobre a viabilidade de P.

Uma *promessa*, assim concebida, apresenta-se, do ponto-de-vista da Teoria dos Atos de Fala, como sincera e passível de sucesso. Há, todavia, uma dificuldade, neste quadro, que precisa ser destacada.

Trata-se do grau de compatibilidade semântica sobre a natureza de P, que precisa ser assegurada na passagem de JEc para JEé: esta compatibilidade pode ser expressa, supondo a relação paralógica [POSSÍVEL → REALIZÁVEL]. Na extensão em que se realiza uma campanha para prefeito de uma cidade, o *possível* precisa ser circunscrito a certas condições materiais, jurídicas, temporais e espaciais determinantes. Se o conteúdo proposicional não soa destoante (*prolongar a Av. Pedro II até a Pampulha*), isso favorece à construção da imagem de um sujeito-enunciador, como sincero e portador do anúncio de algo confiável. É fundamental, então, que a condição inicial da *promessa* tenha esse caráter relacional paralógico do *possível* ao *realizável*, pois isso não só a torna aceitável em termos da adequação àquilo que se promete (um candidato a Prefeito em Belo Horizonte agiria de forma inadequada se promettesse azulejar a Muralha da China, embora isso deva ser, logicamente, *possível*), como também a torna refutável, em razão de circunstâncias materiais que são exigidas para o seu sucesso (um candidato tornaria *irrealizável*, de antemão, a promessa de uma obra que ultrapassasse sua jurisdição, o seu tempo de mandato, as condições financeiras disponíveis para realizá-la). Se, portanto, a estrutura da *promessa* se constrói com base em uma implicação paralógica, como mostramos, é provável que a sua refutação se faça também dentro de uma outra relação paralógica que supõe: [MESMO QUE POSSÍVEL → NÃO-REALIZÁVEL]. O esquema, representando uma refutação da *promessa*, pode ser assim construído:

Esquema 2: Processo enunciativo: refutação da promessa

1. JEc pensa P como possível;
2. JEé assume P como realizável;
3. JEé diz P a TUD;
4. TUI julga P como não-realizável.

A vigilância que um candidato exerce sobre as *promessas* dos outros implica uma ruptura em parte das condições apontadas no Esquema 1: como concorrente, o candidato assume o papel de sujeito-interpretante e não de um receptor idealizado, que seria o eleitor, diante da mensagem dos outros. A consequência imediata desse fato é que a identidade projetada, entre os dois lugares da alocação, se desfaz, porque o sujeito-interpretante passa a considerar, ou por conhecimento de causa, ou por estratégia eleitoral, P como não-realizável. O resultado desse desmonte enunciativo, portanto, mostra que a *crítica* pretende expor o caráter insincero daquele que promete. Entretanto, ao recusar quaisquer argumentos em favor da realização de uma *promessa*, a *crítica*, no fundo, revela um sujeito-comunicante que pensa P como não-realizável, nas condições determinantes de sua prática política, e que apenas transfere para um sujeito-enunciador, nas circunstâncias de uma campanha eleitoral, a responsabilidade de convencer o alocutário de que P é, de fato, realizável. Em resumo, esta discussão pode ser exemplificada com base no proferimento seguinte:

(12) *"Tem um candidato prometendo um médico visitando cada casa."*(JG)

Quadro 2: Representação enunciativa: refutação de uma promessa

Refutação da Promessa			
<p>JEc pensa P como possível (a equipe do candidato)</p>	<p>JEc diz P como realizável (VG como candidato)</p>	<p>TUd crê que JEc pode realizar P (muitos eleitores)</p>	<p>TUí admite que JEc não possa realizar P (outros candidatos, imprensa, outros eleitores)</p>
<p>ILx = supõe-se que os eleitores possam aceitar P, como factível, isto é, o esquema de saúde proposto no programa de um candidato que prevê médico familiar.</p>			
<p>ILO = o candidato sabe que a realização de P não depende de um ato pessoal dele</p>			

Este exemplo ilustra uma das formas possíveis de se contrapor a uma *promessa* de outrem, isto é, recusando o conteúdo proposicional de P e mostrando-o como não-realizável. Esta não é, porém, a única forma que se usa para a sua refutação. É comum que uma promessa já contenha, implícita, uma crítica a promessas ou a fatos não realizados por outros candidatos. Tal questão será objeto de análise na próxima seção.

Promessas e críticas como atos indiretos

Como mencionado no início desse texto, o ato de fazer *promessa* nem sempre vem, necessariamente, acompanhado de uma forma cognata de *prometer*: o que faz um ato ser desta natureza não é a presença de um performativo específico, mas um conjunto de condições que precisam ser atingidas. Da mesma forma, sua refutação metalingüística, “*Eu não costumo prometer*” (JG) não pode ser tomada como ausência de *promessas* num discurso. Existem outras formas de expressão da *promessa* e da *crítica* que são estruturadas na forma de um pressuposto recíproco. Nesta seção, estamos interessados em avaliar um modo de existência de atos indiretos, a partir da compensação acima mencionada entre *promessa* e *crítica*. Pode-se, nesta acepção, comparar os dois tipos de *força* do seguinte modo:

a) Correlação 1: Toda *crítica* implica uma *promessa* (implícita)
ato assertivo: *crítica* (explícita) → ato comissivo: *promessa* (implícita)

b) Correlação 2: Toda *promessa* implica uma *crítica* (implícita)
ato comissivo: *promessa* (explícita) → ato assertivo: *crítica* (implícita)

Pensamos a correlação acima, no presente momento, ainda numa extensão limitada, isto é, como um fenômeno de estruturação de discursos de campanha, pois, ao menos aqui, a orientação argumentativa predominante ou assume o teor de promessas, ou assume o teor da crítica. Vamos supor o exemplo seguinte de crítica:

(13) *“Os fracassos (da atual administração) estão na área da educação, saúde, do transporte e trânsito e na área ambiental.”*
(AM)

Assim, ao criticar, explicitamente, a atual administração da Prefeitura de BH – Correlação 1 –, o candidato em questão está, a partir do ato assim estruturado, se comprometendo com realizações naquelas áreas que foram objetos da crítica (educação, saúde, transporte). No caso do atual candidato, a reciprocidade entre *crítica e promessa* se dá de forma tão incisiva que é possível detectar, no seu discurso, atos comissivos explícitos que se referem aos temas desta crítica. Por exemplo:

(14) *“ Eu quero acompanhar a escola plural com muita cautela.”* (AM)

(15) *“Na área da saúde, nossa proposta prevê o atendimento através do programa de saúde da família e de agentes comunitários...”* (AM)

(16) *“Nossa idéia é criar terminais tronco-alimentadores e o sistema de ônibus articulado fazendo a ligação com o metrô.”* (AM)

Logo, em compensação à crítica acima desenvolvida, constatamos em (14) *acompanhar a escola plural*, em (15) *o atendimento através do programa saúde da família ...*, em (16) *criar terminais tronco-alimentadores...*, como indicadores de promessas, isto é, de ações futuras que o candidato pretende desempenhar. Inversamente, quando um candidato explicita alguma promessa – Correlação 2 –, ele estará, implicitamente, criticando aquilo que não foi ainda realizado por instâncias político-administrativas anteriores:

(17) *“(Nós temos alguns projetos muito bem estudados [para a cidade]) ... Segundo, desenvolver um projeto que deu certo em*

Brasília, a bolsa-escola para assegurar à família do menor carente um salário, desde que ela garanta a presença destes menores na escola.” (PC)

(18) “(...) Terceiro, estabelecer um processo de incentivo fiscal para [que] empresas de porte médio...possam contratar adolescentes entre 14 e 18 anos.” (PC)

Assim, o candidato, ao prometer um sistema de *bolsa-escola* e de *incentivos fiscais*, está, implicitamente, criticando o fato de estas condições não terem sido ainda implantadas, ou, ao menos, mostrando-as como não enfrentadas pelas administrações precedentes. Esse estatuto da *promessa*, em razão da Correlação 2, apresenta, no material coletado, uma particularidade que se deve ao candidato da situação. Existe, no seu discurso, uma forma atenuadora da *crítica* pressuposta, na medida em que, ao apresentar propostas sobre educação, saúde e trânsito, lança mão, em seis ocasiões, da idéia de continuidade político-administrativa:

(19) “Todo o nosso projeto é de continuidade. Isso significa aperfeiçoar ou acrescentar, dar passos que não foram ainda dados” (VG).

(20) “Vamos dar continuidade a este governo. Nosso lema é seguir em frente, corrigindo e aperfeiçoando o que for necessário.” (VG)

É claro VG apresenta propostas (*faz promessas*) que se fazem representar por *corrigir*, *aperfeiçoar*, *acrescentar* e *dar passos* (em educação, saúde, trânsito). Todas elas, entretanto, estão balizadas, ao longo do seu discurso, na idéia de continuidade, de conclusão de algo que já começou, conforme se deduz da gradação acima, com exceção feita a “*dar passos que não foram ainda dados*”.

Considerações finais: dos atos de fala aos *topoi*

Este confronto entre os dois tipos de atos destaca duas questões a serem avaliadas: uma é de natureza formal e requer alguma explicitação em torno do grau correlativo entre *promessa* e *crítica*; outra é de natureza argumentativa e exige uma justificativa sobre o modo pelo qual um estado de coisas é reportado na forma de *crítica* e, ao mesmo tempo, será alterado em favor de uma *promessa*.

A primeira questão aponta para a necessidade de se compatibilizar, em termos mais específicos, a correlação entre *promessa* e *crítica*. Para melhor fixar os termos desta correlação, é importante recorrer ao conceito de *topos*, na forma como tem sido desenvolvida por DUCROT (1995, p. 85-101), ASCOMBRE (1995), BRUXELLES (1995) e outros. É possível que *promessa* e *crítica* possam ser expressas no formato geral de um *topos*, conforme o esquema seguinte:

FORMA GERAL DE TOPOS: Quanto mais (menos) x-P, tanto menos (mais) y-P;

TOPOS 1: Quanto mais se crítica-P, tanto menos se promete-P (explicitamente)

TOPOS 2: Quanto menos se crítica-P, tanto mais se promete-P (explicitamente).

Existe, portanto, um *topos* geral, que dá origem a dois *topoi* particulares, com compensações inversas entre os conteúdos de *crítica* e de *promessa*, e que expressam duas orientações argumentativas: uma, com ênfase na *crítica* (*topos 1*); outro com predomínio da *promessa* (*topos 2*). No caso do *topos 1*, ao enfatizar, de modo explícito, a *crítica*, o resultado da argumentação discursiva será uma redução da presença explícita da *promessa*, pois esta emergirá apenas de forma implícita, como veremos abaixo. Em se tratando do *topos 2*, a ênfase explícita na *promessa* (no segundo termo da proporção) diminui a extensão declarada da

crítica na argumentação, pois, da mesma forma, esta emergirá de modo indireto, conforme descrição do *topos* abaixo. Compensações entre categorias dessa natureza, com um largo apelo em discursos de campanha eleitoral, podem servir para justificar parte da estruturação do seu formato mais determinante. Assim, um candidato que amplia o grau de extensão argumentativa para *criticar*-(P) tende a diminuir o espaço dedicado a *prometer*-(P) e vice-versa, considerando-se a expressão manifesta de cada uma destas categorias.

Entretanto, pelas implicações avaliadas até agora entre o conteúdo proposicional dos dois *atos* em análise, é necessário fixar uma segunda alternativa de sua estruturação, gerando duas possibilidades para os *topoi*, acima descritos, conforme o esquema seguinte:

TOPOS 1a: Quanto mais se **critica-P**, tanto mais se **promete-P** (implicitamente);

TOPOS 2a: Quanto menos se **critica-P** tanto menos se **promete-P** (implicitamente).

Nesta segunda versão de cada um dos *topoi*, o que deve ser destacado não é mais o espaço discursivo dedicado a cada um dos termos – **criticar-P** e **prometer-P** –, na versão primeira, mas as inferências que o eleitor pode construir, implicitamente, a partir da manifestação explícita da *crítica* em maior ou menor escala. O segundo formato, portanto, contrapõe-se ao primeiro em termos de inferências, na medida em que a ênfase sobre um dos *atos* acaba por gerar, na dimensão do *ato* contraposto, um volume de inferências diretamente proporcional (enquanto o espaço discursivo era inversamente proporcional na primeira versão dos *topoi*). Em outras palavras, um discurso articulado, sob a forma de um predomínio de *promessas* declaradas, pode criar, no eleitor, a expectativa de um volume proporcional de *críticas* em relação àqueles estados de coisa sobre os quais incide a *promessa*: *prometer* equacionar os problemas de trânsito numa cidade é, implicitamente, *criticar* o fato de que as condições atuais de tráfego

não são favoráveis e, inversamente, *criticar* a escassez de postos saúde de atendimento emergencial é, por inferência, *prometer* a abertura de novos postos. De toda forma, porém, as duas variantes para cada um dos *topoi*, embora fixando padrões de proporcionalidade contrapostos para *criticar-P* e *prometer-P*, não se anulam mutuamente, porque a primeira versão refere-se ao espaço discursivo atribuído a cada um dos atos em contraste – daí explicitamente –, enquanto a segunda versão considera as possibilidades inferenciais que o contraste permite construir – daí implicitamente –. Ambas, todavia, são fenômenos discursivos que mostram estratégias argumentativas diferentes no discurso eleitoral.

Para comentar a segunda questão acima, vou considerar um ato de fala no *ponto assertivo* como uma forma genérica de intervenção na realidade e, no seu modo de realização mais neutro, o estado de coisa seria representado por uma *descrição*. Se, na descrição de um estado de coisas, ressaltam-se seus aspectos positivos, caminha-se de uma *asserção descritiva* para uma *asserção de elogio*. Inversamente, se, ao descrever um estado de coisas, ressaltam-se seus aspectos negativos, caminha-se de uma *asserção descritiva* para uma *asserção de crítica*. Embora a idéia de *elogio* nunca seja assumida numa dimensão do negativo, a de *crítica*, porém, costuma ser lembrada para falar dos aspectos positivos (uma crítica positiva/construtiva). Este valor atribuído a esta última parece representar apenas um efeito argumentativo sobre a atividade crítica, mas nada afeta o teor assertivo que foi apontado. Parece-nos incomum supor que ao criticar uma gestão pública vigente, algum candidato esteja preocupado em ressaltar-lhe os acertos; isso, se não chega a ser um *elogio*, é, ao menos, uma *avaliação*, mas nunca uma *crítica*, no contexto em análise. Ao contrário, o que observamos na disputa eleitoral é a demarcação de deficiências na prestação de serviços, a inoperância na execução de obras, os exageros promocionais, o emperramento administrativo. Tudo que o cidadão comum supõe ser realizável em mãos de um administrador competente; e tudo que qualquer candidato supõe ser ele capaz de resolver “*Tenho as melhores propostas...*” (AM). Assim, se a *crítica* identifica certos estados de coisa qualificados de deficientes numa administração, nada melhor do que admitir

promessas correspondentes, como tentativa de sua superação. Assim, constatamos na explanação de um candidato:

(21) “*O trânsito e o transporte coletivo foram um dos pontos menos felizes da atual administração.*” (AM)

(22) “*Nossa idéia é criar terminais tronco-alimentadores e o sistema de ônibus articulados fazendo a ligação com o metrô.*” (AM)

Assim, (22), no contexto da entrevista, representa precisamente a condição que o autor supõe adequada como forma de superação do problema do *transporte coletivo* por ele apontado como uma das deficiências da administração precedente. Pode-se admitir, também, que o *elogio*, a vertente positiva da descrição, leve a pressupor *reforços* – a idéia de continuidade já comentada anteriormente –, como uma expansão ou repetição daquilo que é o objeto do *elogio*.

(23) “*A idéia do orçamento participativo é interessante e tem que ter continuidade e ser aperfeiçoado.*” (AM)

(24) “*Nenhum (projeto será interrompido) Todos terão continuidade. Podem até ser aperfeiçoados.*” (VG)

(25) “*A prefeitura tem muitas iniciativas boas. Por exemplo, na área de saúde, acho bom o Odilon Behrens ser reequipado e ampliado. A escola plural, ... é inovadora.*” (PC)

Em (23) e (24), embora se tratando de candidatos com posições opostas frente à administração vigente, constatamos, em relação ao *orçamento participativo*, o mesmo tipo de julgamento: para ambos o *elogio* deve ser reforçado pela continuidade e pelo aperfeiçoamento. No caso de (25) o autor apenas reafirma os termos do seu *elogio*, isto é, o fato de o hospital “*Odilon Behrens*

[ter sido] reequipado e ampliado”. Enfim, se a *asserção*, como descrição de um estado de coisas, pode nos levar à *crítica* pelo realce das deficiências, a *promessa* deve emergir como sua forma de sua superação; por outro lado, se a *asserção* também nos leva ao *elogio*, ao destacar-lhes os aspectos positivos, o *reforço* deve ser considerado como a sua seqüência mais natural.

As observações finais que aqui foram apresentadas ainda estão a requerer um trabalho de análise mais efetivo. O objetivo, em relação ao aproveitamento de formulações da *teoria dos topoi*, na análise de correlação entre diversos *atos de fala*, ainda está por exigir uma confrontação entre outros tipos de ato, seja em termos de *ponto de realização*, seja em termos do seu *modo de realização*. Se a aproximação entre as duas abordagens ainda se fez distante em termos de uma avaliação extensiva de fatos discursivos, sua aproximação conceitual nos pareceu trazer algumas evidências sobre a correlação entre uma e outra. As evidências dessa correlação permitiriam o avanço das duas abordagens em direções distintas: para a *teoria dos atos de fala*, a superação de padrões classificatórios dos atos, submetendo-os a correlações mediadas pela construção de *topoi*; para a *teoria dos topoi*, a superação dos padrões de correlações lexicais, lançando-se a uma exploração de práticas discursivas. Nem uma nem outra orientações são indiferentes a cada uma das abordagens, mas certamente é preciso fazê-las avançar de modo mais efetivo, num território que pensamos ainda pouco explorado.

NOTAS

¹ O material usada nesta análise compõe-se de entrevistas que foram concedidas pelos candidatos a Prefeito de Belo Horizonte ao Jornal de Casa, no período de agosto a outubro de 1995. Os candidatos que tiveram sua fala reporiada neste texto são: Amílcar Martins (AM), coligação PSDB, PL, PPB, PTB, PSL, PSD e PT do B; Virgílio Guimarães (VG), coligação PT, PC do B e PV; José Gonzaga, PTN; Paulino Cícero, coligação PFL, PSC.

² O material de análise registra apenas sete ocorrências de formas de *prometer*, enquanto registra vinte e quatro ocorrências de *proposta* (4), *projeto* (13) e

programa (07); além de *idéias*² (03), *lema* (01) e *meta* (02). Concorrem ainda neste campo, vocábulos como *prioridade*, *iniciativa*, *alternativa* para os quais não foi feito nenhum levantamento específico.

³ Este é o único exemplo de utilização de uma forma de *prometer* afirmativamente, logo de uma promessa onde o performativo aparece explícito. Isso prova a constatação que fizemos anteriormente de uma estratégia dos candidatos de evitarem o uso do performativo *prometer*.

⁴ Podemos expressar estas relações, de modo mais formal, na seguinte proposição lógica:

$$\forall x (Ax \wedge Kx \wedge Ex) \rightarrow \exists y (Cy \wedge Py \wedge Iy).$$

onde: A = ser ato assertivo; K = ser crítica; E = ser explícito; C = ser ato comissivo; P = ser promessa; I = ser implícito.

⁵ Podemos aqui também expressar estas relações do seguinte modo:

$$\forall x (Cx \wedge Px \wedge Ex) \rightarrow \exists y (Ay \wedge Ky \wedge Iy).$$

com as mesmas convenções anteriores.

⁶ Por uma questão de espaço, a crítica não foi desenvolvida, de forma mais detalhada, seja na dimensão dos Atos de Fala, seja na sua construção enunciativa.

⁷ Nos quatro *topoi* aqui desenhados, a modalização entre parênteses aplica-se apenas ao segundo termo da proporção, isto é, *tanto menos se promete explicitamente* e assim por diante.

⁸ É possível que a forma mais primária de intervenção na realidade seja através de uma força *declarativa*, pois é ela que, ao ser enunciada, pode gerar um certo estado de coisas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, J.C. *Topique or not topique: formes topiques intrinsèques et formes topiques extrinsèques*. *Journal of pragmatics*, 24, 1995.

BRUXELLES, S. et alii. *Argumentation and the lexical topical fields*. *Journal of pragmatics*, 24, 1995.

CHARAUDEAU, P. L'acte de langage comme mise en scène. *Langage et discours. Éléments de sémiolinguistique*. Paris: Hachette, 1983. p. 37-57.

DUCROT, O. Topoi et formes topiques. *Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995, p. 85-101.

SEARLE, J. R. A promessa: um acto complexo. *Actos de fala*. Coimbra: Almedina, 1981.

ENTRE A “MUDANÇA” E A “CONSERVAÇÃO” - PROPOSTA DE ANÁLISE CONTRASTIVA DE DOIS DISCURSOS DE FHC

William Augusto Menezes

Pretendemos analisar, de uma maneira geral, dois discursos de Fernando Henrique Cardoso, atual presidente do Brasil. Mais especificamente, contrastaremos os argumentos do autor, construídos em torno das idéias de “conservação” e “mudança”, em discursos de propaganda política pronunciados em momentos distintos (1980 e 1994). Buscaremos perceber se nesses discursos há uma compreensão comum entre “o que deve ser mudado” e “o que deve ser conservado” na sociedade e na política brasileiras. Além disto, como as alternativas entre “mudar” e “conservar” relacionam-se com determinadas tradições, nos propomos a analisar como o autor utilizou argumentos em relação aos pares conservação/tradição e mudança/tradição.

A apresentação acha-se organizada em 4 partes. Na primeira, apontaremos os *referenciais teóricos* iniciais da análise discursiva. Em seguida, dedicaremos-nos às *condições de produção* dos discursos. Esta parte será subdividida entre a apresentação do *corpus*, *contextualização* e *caracterização do sujeito*. Na terceira, discutiremos *procedimentos argumentativos* do autor. Por fim, apresentaremos uma proposta de *conclusão*.

DEFINIÇÕES TEÓRICAS

As contribuições teóricas principais que utilizaremos fazem parte da *Teoria Semiolinguística*, formulada por Charaudeau (1983 e 1992) e exposta, também, por Machado (1992 e 1995). Para

Charaudeau, a análise semiolinguística do discurso além de abordar os atos de linguagem do “objeto” texto, examinando-os quanto às suas partes *explícita* e *implícita*, leva em conta as *circunstâncias de enunciação*. Assim, ao analista cabe examinar tanto as *condições de produção* e de existência dos enunciados que escolheu, como os *efeitos extralingüísticos* provocados pelo uso da linguagem. Neste procedimento, deverá se levar em conta a *linguagem em si* e o *contexto psicossocial* que tornou possível o uso de enunciados específicos, permitindo um *estudo pluridisciplinar*.

Charaudeau considera todo ato de linguagem como uma espécie de *expedição* e *aventura*. Como expedição, ele tem um caráter intencional. É parte do projeto de um sujeito comunicante para influenciar o sujeito destinatário, tornando-o um co-enunciador do discurso. O sujeito comunicante organiza, neste sentido, o que vai escrever/falar, de acordo com a sua competência individual e pelas imposições de ordem psicossocial que se fazem presentes. Porém, nada garante, *a priori*, que este sujeito obterá sucesso - é neste campo da indeterminação do resultado que o ato de linguagem deve ser visto, também, como uma aventura.

Considerando esta questão, o sujeito comunicante procura estabelecer *contratos de comunicação* apropriados e lança mão de *estratégias* específicas, com a finalidade de obter o melhor sucesso possível. A noção de contrato parte do pressuposto de que os membros de um mesmo corpo de práticas sociais se entenderão entre si - os indivíduos são vistos como atores sociais e seres comunicantes. A noção de estratégia leva em conta a dimensão do indivíduo. Ela pressupõe que o sujeito comunicante tem espaço para utilizar-se de recursos individuais a fim de persuadir e/ou de seduzir o outro.

Esta noção de estratégia fundamenta-se em três planos relativos ao sujeito comunicante, quais sejam:

- a) *legitimidade*: identidade sócio-institucional do sujeito comunicante; é o que lhe permite tomar a palavra e dizer algo.

- b) *credibilidade*: capacidade do sujeito comunicante para se "fazer crer". Ao contrário da legitimidade, ela não é pré-determinada podendo ser discutida a todo momento.
- c) *captação*: capacidade do sujeito comunicante de atingir o emocional do público visado, seduzindo o sujeito interpretante.

Além disso, a Semiolingüística propõe uma abordagem discursiva que analise, nos textos de um *corpus* definido, os *modos de organização* do discurso. Estes são classificados, por Charaudeau (1992), em *modo emunciativo*, *modo descritivo*, *modo narrativo* e *modo argumentativo*. A nossa atenção insere-se no modo argumentativo.

Este modo de organização do discurso busca compreender os aspectos da argumentação como resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes, que dependem de uma situação que vise a persuadir o outro. Este texto poderá se apresentar sob a forma dialógica (*argumentação interlocutiva*), escrita ou oratória (*argumentação monolocutiva*); determinando tipos de contratos diferenciados. No caso, a situação monolocutiva é a que permite ao sujeito argumentante desenvolver o raciocínio sem a interrupção do seu interlocutor, cabendo a este um questionamento *a posteriori*.

A função básica deste modo de organização do discurso é a construção de explicações sobre as asserções feitas a propósito do mundo - aquelas que tratam da experiência ou do conhecimento - numa dupla perspectiva de *razão demonstrativa* e de *razão persuasiva*. A primeira repousa sobre um mecanismo que procura estabelecer vínculos de causalidade diversos, através de procedimentos. A segunda, em um mecanismo que procura estabelecer a prova em apoio aos argumentos que justificam as teses feitas sobre o mundo e os vínculos de causalidade que unem as asserções. Voltaremos a estas definições na terceira parte do texto.

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS

O corpus

O Discurso nº 1, pronunciado em 1980, versa sobre “Regime Político e Mudança Social”. No ano seguinte, foi publicado na forma de artigo, pela “Revista de Cultura Política”. Em 93, um ano antes da eleições presidenciais, o texto foi re-publicado em livro do mesmo autor. Nesta análise, estaremos lidando somente com a parte final do artigo.

1 (...) “A resposta ao desafio deste tipo de hegemonia ‘burguesa estatal’ requer uma
2 utopia socialista. Digo utopia porque o contraste com o socialismo ‘tal como ele
3 existe’, terá que ser feito para dar credibilidade ao que se deseja. E digo utopia,
4 também porque é preciso imaginar para além do visível uma forma de controle da
5 produção que, sem dispensar o Estado, corte-lhe as garras de monstro devorador de
6 iniciativas e de liberdades. Deste ângulo, não se trata de saber se o socialismo está
7 posto no Brasil como questão política atual: não está. Mas está posto no centro
8 mesmo da questão ideológica contemporânea. O que o socialismo tem de não
9 resolvido é como domesticar a produção moderna, como tornar transparente a
10 informação e como assegurar um controle político que seja popular-democrático não
11 apenas porque o Estado, em teoria, se baseia no proletariado e no povo, mas porque
12 os saberes e as práticas do cotidiano e da produção da vida (da economia, da
13 organização social e da cultura) estão de fato ‘abertos’ à participação e ao controle
14 de todos”.

O Discurso nº 2 foi produzido especialmente para o Jornal “Folha de São Paulo”, durante a campanha eleitoral para a presidência da República. Ele foi publicado em 03/07/94, Editoria de Esporte. A temática versa sobre futebol e política.

1 A pátria vestiu as chuteiras, as ruas e praças se encheram de cores e as caras se
2 pintaram, de novo, de verde e amarelo. Bastou isso para que uma seleção
3 desacreditada se enchesse de brios.

4 De gol em gol, o coração nas mãos e um grito não mais sufocado na garganta, o
5 Brasil chegou soberbo às oitavas-de-final.

6 De gol em gol, de vitória em vitória, com Romário, Raí e Bebeto e as surpresas de
7 Leonardo e Márcio Santos, vamos chegar ao tetra. Afinal, não são mais apenas 11
8 jogadores em campo. São 150 milhões de corações vibrando e torcendo,
9 recuperando o orgulho de serem brasileiros.

10 No dia 1º de julho, o Brasil iniciou uma nova Copa. A Copa do Terceiro Milênio,
11 com a implantação do Plano Real, que vai derrubar a inflação, extinguir a ciranda
12 financeira e levar as empresas a voltar a investir na produção e na criação de mais
13 empregos e salários.

14 Até agora, eram apenas os ricos que marcavam gols contra a inflação. A classe
15 média ficava nas arquibancadas e os trabalhadores, quando muito, na geral. Os
16 famintos e miseráveis ficavam fora do estádio.

17 Agora serão 150 milhões contra a inflação e as perversões, a especulação, a
18 impunidade, os lucros abusivos, a falta de ética nas relações econômicas e sociais, a
19 fome e a miséria. O Brasil não quer mais isso.

20 O Brasil quer emprego, agricultura, segurança, saúde e educação.

21 Um poeta disse que um galo sozinho não tece a manhã. Mas 150 milhões de
22 brasileiros unidos e solidários são invencíveis. Vamos calçar as chuteiras, encher as
23 ruas e pintar de novo as caras de verde e amarelo.

24 Com o Plano Real, vamos expulsar, para sempre, a inflação, a fome e a miséria deste
25 Brasil e transformá-lo num país justo, rico, grande e generoso no alvorecer do
26 Terceiro Milênio.

27 O Brasil é maior do que todos nós.

O sujeito do discurso

"Os indivíduos não podem construir ex nihilo uma sociedade na sua imagem e eles não podem se encontrar, de certa maneira, excluídos do campo de determinação social no qual se encontrariam, ao contrário, incluídos os outros".
(Enriquez, 1984)

O postulado em epígrafe contribui para a compreensão sobre o *sujeito do discurso*. Ele não é um ser totalmente inserido no tecido social (seja um grupo, uma nação, uma massa ou uma classe), enunciando somente o discurso da ordem social à qual se refere, vivendo em perpétua heteronomia - um sujeito assujeitado. Ao mesmo tempo, não se constitui unicamente no indivíduo situado num mundo aberto a sentidos múltiplos e particulares à cada época histórica, dando ao seu discurso e à sua conduta uma função transformadora, numa situação de completa autonomia. Há uma combinação entre estas possibilidades, e ela manifesta-se através dos discursos e das ações do sujeito.

Fernando Henrique é reconhecido publicamente por seus discursos e ação política. Uma abordagem sobre este sujeito discursivo pode ser feita a partir da sua trajetória pública. Esta será a nossa perspectiva. No entanto, faremos três ressalvas metodológicas preliminares que, pelo limite do trabalho, não serão aprofundadas.

A primeira é que na trajetória biográfica disponível - em livros, jornais, revistas, panfletos, etc. - escolhemos as evidências que melhor condizem com os objetivos da pesquisa. Não há ingenuidade sobre isto. Em decorrência, não pretendemos um "resumo de vida" do autor.

A segunda é que, nem sempre, o ator tem consciência dos seus projetos, no momento em que executa-os. No caso, é o analista -

escrevendo com uma considerável distância do vivido e consultando obras, anotações e arquivos de documentos - quem os percebe e os define com alguma clareza.

A terceira é quanto ao modelo da exposição. A linearidade pode dar uma impressão de continuidade perene dos projetos do ator. Com isto, corre-se o risco de uma busca de generalização; quer dizer, assim como "é tendência dos namorados buscarem o casamento", a do intelectual-político é tornar-se presidente. Não queremos passar esta impressão. Chamamos, aqui, a atenção para a força do inusitado e para a atuação de outros atores políticos capazes de redimensionar os projetos do indivíduo.

Antes de consagrar-se como o político número 1 do país, Fernando Henrique tornou-se conhecido como intelectual, sociólogo e professor universitário. Integrou o quadro de professores da Universidade de São Paulo, desde 1952. Na década seguinte destacou-se no estudo sobre o desenvolvimento capitalista nas sociedades dependentes. Neste período, publicou vários trabalhos sobre a sociedade brasileira, nos aspectos da industrialização, composição do proletariado, sindicalismo e consciência operária.

Pelas suas perspectivas de análise e a influência destas entre setores de esquerda no cenário político, Fernando Henrique foi indiciado em Inquérito Policial Militar logo nos primeiros Atos do Regime Militar instalado no Brasil, pelo golpe de 64. Em decorrência, foi aposentado compulsoriamente.

Esteve exilado na Argentina, Chile e França, até 67 - quando o IPM (Inquérito Policial Militar) foi arquivado. Retornando ao Brasil, reassumiu as atividades na USP (Universidade de São Paulo). Mas, em 69, foi novamente cassado, com base no Ato Institucional nº 5.

A sua atuação ganhou um novo contorno político a partir de 1977, quando filiou-se ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) - agremiação oposicionista criada pelo próprio Regime Militar, com base num sistema bi-partidário e princípios pouco definidos. No próximo ano, foi eleito suplente do Senador Franco Montoro, por São Paulo. Em seguida, tornou-se presidente do Partido, no mesmo

Estado. E, nesta situação, exerceu papel fundamental na configuração de um dos novos partidos que se evidenciaram na reforma partidária de 1980 - o PMDB.

Com a eleição de Franco Montoro para o governo paulista, em 1983, Fernando Henrique assumiu o cargo de Senador. No ano seguinte, passou a exercer a liderança do governo no Congresso, por indicação de Tancredo Neves - primeiro presidente civil no período pós-regime militar, eleito indiretamente por um Colégio Eleitoral Especial. No mesmo ano, candidatou-se à Prefeitura de São Paulo; não sendo eleito.

Em 1986, ele passou a exercer a liderança do PMDB, no Senado. Entretanto, afastou-se do Partido, em 87. Juntamente com outros peemedebistas dissidentes contribuiu para a fundação do PSDB, em 88.

No ano de 1989, ocorreram as eleições para o segundo presidente do país, no período pós-regime militar. O vitorioso foi Fernando Collor de Mello. Passados dois anos de gestão, Collor e sua equipe encontravam-se politicamente isolados no governo. Fernando Henrique, constatando uma possível crise de governabilidade propôs a formação de uma coalizão política de sustentação do governo. Isto não foi aprovado pelo seu Partido.

Após o *impeachment* de Collor, Fernando Henrique tornou-se Ministro do Exterior e, posteriormente, Ministro da Fazenda, por indicação do então presidente Itamar Franco - ex-vice-presidente de Collor. Como Ministro da Fazenda, participou da equipe de elaboração do ajuste monetário que propôs a nova moeda - o *Real*.

Até o final de março de 94, ele dizia que não era candidato à presidência da República. Mas, ao assumir publicamente a condição de candidato já havia se constituído à sua volta um amplo leque de apoio político.

Em resumo, pela trajetória do sujeito comunicante poderíamos identificá-lo como uma espécie de intelectual orgânico, numa interpretação livre da definição gramsciana. Do golpe militar até

77, o intelectual encontrava-se em franco desacordo com o caminho capitalista vigente no país. Entre 77 e 92, viveu um estágio de dubiedade entre a posição anterior e a de estar se tornando situação institucional. A partir do governo Itamar Franco, tornara-se um intelectual orgânico num ambiente de situação política. Podemos observar, também, que este intelectual atuou com certa autonomia.

Contexto Geral

É possível localizar dois planos básicos que contribuem na percepção do contexto geral dos discursos de Fernando Henrique. O primeiro é ocupado, inicialmente, pela identificação de duas tradições brasileiras: uma no mundo da política e outra do futebol.

Política e futebol são dois campos propícios à instalação do discurso polêmico. Pelé, por exemplo, o *rei do futebol*, deixou escapar em certa ocasião - durante o Regime Militar - uma frase que o tornaria antipático para os políticos da Oposição, por algum tempo. Segundo esta interpretação, quando o *rei* afirmou "*o povo não sabe votar*" contribuiu para as convicções do Regime quanto à ausência de eleições regulares.

Talvez, para fugir a esta dificuldade em lidar com a polêmica, entre nós predomine o ditado popular: "*política e futebol não se discutem*". Ao leigo, bastaria conviver com as suas realidades, sem prestar muita atenção aos detalhes discursivos, deixando que a polêmica se instale e se resolva nos círculos restritos de especialistas; quais sejam, os políticos profissionais, de um lado, e os profissionais do futebol do outro. A estes caberia - cada qual em sua alçada - apresentar as soluções em proveito de todos, pois eles possuem a competência técnica.

Contraditoriamente, é nos campos da política e do futebol que situam-se dois dos eventos mais participativos: Eleições para a Presidência da República e Copa do Mundo. Apesar de diferenças evidentes, tais acontecimentos fazem com que amplas parcelas da população se mobilizem e manifestem as suas apreciações.

A Copa do Mundo sistematicamente mexe com milhões de brasileiros, pelo menos desde 1950, quando foi disputada no País. Mexe de forma espontânea. Quando há vitória então, torna-se motivo de celebração hedônica. Acirra e renova um certo sentimento de se pertencer a uma nação vocacionada para ser a Campeã.

Entretanto, em 1970, a Copa passou a integrar o discurso político hegemônico do Regime Militar. Ao descobrirem a unanimidade de torcedores pela seleção e a possibilidade de uma espécie de "patriotismo xenófobo", os ideólogos do Regime tentaram estendê-la para a realidade política. Foi a época em que o jingle "*noventa milhões em ação, prá frente Brasil*" parecia ter a mesma força dos adesivos "*Brasil, ame-o ou deixe-o*".

Quanto às eleições, elas inserem-se de forma mais precária entre as nossas tradições. Desde a chamada Independência do Brasil foram poucos os momentos em que os cidadãos puderam exercer, livremente, o voto para a escolha presidencial. Até 1889, existiu um governo imperial. Do golpe militar que fundou a República até 1930, o voto foi controlado principalmente pelas oligarquias senhoriais expressas pelo coronelismo. Entre 30 e 45, vivemos sob o Regime Ditatorial de Vargas; de 45 a 64, sob um frágil estatuto democrático-populista e diante de anúncios e tentativas golpistas. Em 64, a partir do golpe mais recente, abriu-se um novo período ditatorial-militar em que os generais-presidentes se alternavam no poder num quadro restritíssimo de participação das elites no jogo sucessório nacional. Assim, chegamos à atual fase da frágil democracia, em que três governos civis já se sucederam - sendo dois em eleições diretas.

Neste comportamento, o mundo da política pode ser visto, também, como lugar de milhões de expectadores - aparentando-se à grande torcida em uma copa do mundo. O papel das eleições pode ser comparado a um momento de representação simbólica da renovação de um pretenso contrato entre, de um lado, a massa, e do outro, uma elite profissional restrita - tecnicamente, a única capaz de conduzir a política.

No segundo plano do contexto geral, ganha relevância a situação política em conjunturas determinadas. Em 80, pelo menos quatro fatores sobressaíam: a dinâmica conflituosa entre repressão/abertura política nos discursos e práticas de representantes do Regime Militar; o crescimento da Oposição institucional; a emergência de inúmeros movimentos sociais organizados e a influência de discursos de emancipação societal.

Em 94, estes fatores não predominavam mais. Pontuaremos algumas características deste quadro recente (para não nos estendermos muito, não vamos discuti-las, a exemplo do que fizemos acima):

- Tratava-se da terceira legislatura civil consecutiva sem qualquer ameaça de golpe e com aceitação das regras formais do jogo sucessório, caracterizando, a grosso modo, um tipo de regime político democrático;
- Consolidava-se um sistema pluripartidário, sem impedimentos para o funcionamento de partidos com base em critérios ideológicos e com possibilidade de alianças;
- Os referenciais emancipacionistas achavam-se fragilizados, desde a queda do chamado “socialismo real”. Em compensação, fatos recentes como o *processo de impeachment de Collor*, *máfia do Orçamento* e *rombo da Previdência* colocavam na ordem do dia a discussão sobre a ética na política;
- Influência de posições referenciadas em doutrinas neo-liberais, principalmente quanto à relação estado/mercado/sociedade, num quadro de globalização econômica;
- Descenso, seguido de estagnação, dos movimentos sociais organizados.

Contexto específico

Até 1980, o MDB funcionava - bem ou mal - como a única possibilidade oposicionista ao nível institucional formal. Para ele confluíam os segmentos identificados com a luta pela democracia. Além destes, como o Partido acumulava vitórias eleitorais, para ele se dirigiam, também, ex-integrantes do próprio partido de situação, a ARENA. Com isto, o MDB tornara-se bastante amplo, tanto à direita quanto à esquerda. E, conseqüentemente, tornavam-se maiores as dificuldades de funcionamento partidário orgânico, acentuando o seu caráter frentista.

Com a reforma partidária de 1980, a tendência desta agremiação era a de fragmentar-se. Vários dos seus integrantes participavam da fundação de outros partidos. A sua base eleitoral tornava-se apta a emprestar apoio aos candidatos dos partidos nascentes ou a neles se ingressar.

Fernando Henrique - intelectual reconhecido, suplente de Senador por São Paulo - o maior colégio eleitoral do País e palco dos conflitos sociais mais aguçados, além de presidente do Partido no Estado, tinha legitimidade para intervir nesta tendência à fragmentação. Ele era referencial para vários quadros e parcelas da base partidária; tinha trânsito livre entre os movimentos sociais; conhecia as principais lideranças políticas e era por elas reconhecido como "autêntico" oposicionista. A estes sujeitos, Fernando Henrique dirigiu o discurso nº 1; o discurso de um novo Partido que nascia, o PMDB.

Quanto ao contexto específico do discurso nº 2, levantaremos três aspectos importantes. O primeiro foi a coincidência entre o calendário de realização da Copa do Mundo e as Eleições Presidenciais. No momento da enunciação, a seleção brasileira recuperava-se de resultados negativos, mantendo-se como favorita ao título.

O segundo foi a emergência do *Plano Real* e da *nova moeda*. Em si, os reajustes monetários que precederam a nova moeda - bem como o próprio Real - foram informados principalmente pelas relações econômicas num contexto de globalização de mercados. Porém, elas encontravam amplo apelo nos imaginários político e social - ou seja, o fim da inflação e a estabilização econômica aparentemente poderiam ampliar as chances de coincidência entre

polis (o espaço da política) e *dêmos* (participação política), no País.

O último aspecto foi a necessidade de emergência de um anti-Lula na disputa eleitoral - informada principalmente pela tradição política brasileira. Fernando Henrique era quem poderia cumprir este papel. De posse do Plano Econômico, tinha capacidade para transformar as eleições em um momento plebiscitário. De um lado estaria o candidato que representava a estabilidade do *Real* e, do outro, o Lula - representando, ao nível discursivo da situação, "aqueles que queriam o retorno da inflação".

Assim, na semana em que foi proferido o discurso, os meios de divulgação e imprensa mostraram que, pela primeira vez na campanha, o crescimento da candidatura Fernando Henrique se deu em detrimento da candidatura Lula. Segundo uma das pesquisas de intenção de voto - o *DataFolha* - Lula possuía 41% das intenções contra 19% para Fernando Henrique, na segunda semana de junho. Já na primeira semana de julho, Lula perdeu 3% enquanto Fernando Henrique ganhou 2%. Mesmo com Lula em primeiro lugar (38% contra 21%), observou-se que a vantagem era decrescente e Fernando Henrique encontrava-se em posição ascendente. Em conclusão, havia surgido o anti-Lula.

OS ARGUMENTOS DE FERNANDO HENRIQUE

Como afirmou Charaudeau (1992), a argumentação se define por meio de uma relação triangular, envolvendo um *sujeito argumentante*, uma *tese* sobre o mundo e um *sujeito alvo*. Em vista desta relação, argumentar é uma atividade discursiva que, projetada do ponto de vista do sujeito argumentante, possui um duplo objetivo:

- uma busca de racionalidade que possa servir como *ideal de verdade* quanto à explicação de fenômenos do universo que não possuam uma única explicação. Então, o que se apresenta é o *verossimil*, ou o que é aceito como verdadeiro pelas representações sócio-

culturais entre os membros do grupo num jogo de *verdade e universalidade* das explicações;

- uma busca de influência, como *ideal de persuasão*, que consiste em fazer com que o outro (interlocutor ou destinatário) partilhe um certo universo discursivo, ao ponto que este seja levado a ter o mesmo ideal, tornando-se um co-enunciador discursivo.

Segundo o mesmo autor, entre os princípios de organização do modo argumentativo do discurso encontram-se os procedimentos semânticos e discursivos. Os procedimentos semânticos repousam num consenso social, no fato de que os membros de um grupo sócio-cultural partilham determinados valores, e determinados domínios de avaliação. Os procedimentos discursivos consistem em utilizar pontualmente ou sistematicamente algumas categorias da língua, ou procedimentos de outros modos de organização do discurso, para no quadro de uma argumentação, produzir determinados efeitos de persuasão.

No Discurso nº 1, a tese de Fernando Henrique é, também, uma tese de engajamento partidário, ao nível implícito: [Para mim e para o Partido] *o regime político e a sociedade brasileira serão democráticos porque mudarão o tipo de hegemonia atual, incorporando uma utopia socialista*. Esta tese permite ao autor desenvolver determinadas proposições, como:

O regime político atual não é democrático porque mantém uma hegemonia 'burguesa estatal' [tradição política autoritária].

A mudança social pode contribuir para a transformação do regime político, mas a mudança do regime pode contribuir para a transformação social [mudancista].

A democracia social e a democracia política ocorrerão desde que as mudanças em curso tenham como horizonte uma utopia socialista [mudancista].

Nestas asserções verifica-se que à *hegemonia 'burguesa estatal'* [tradição] opõe-se a *'utopia socialista'* [mudança]. A tradição hegemônica e o socialismo foram outrora objetos de estudo do autor. Neste momento, ele apoia-se nos seus conhecimentos, na experiência de outros países (o socialismo *'tal como existe'*) e, sobretudo na imaginação do novo (*imaginar para além do visível, uma forma de controle da produção que, sem dispensar o Estado, corte-lhe as garras de monstro devorador de iniciativas e liberdades* [linhas 4-6]). Para isto, ele precisou utilizar-se de procedimentos para a explicação, justificando a qualidade da sua proposta - a rigor, estes procedimentos são mais usuais no Modo Descritivo (*digo utopia porque o contraste como o socialismo* [linha 2], *e digo utopia, também, porque é preciso imaginar* [linhas 3 e 4]).

Ao agir desta maneira, podemos inferir sobre a composição do auditório do sujeito comunicante:

- ativistas e simpatizantes de partidos clandestinos e correntes 'comunistas' que atuavam na mesma agremiação legal do enunciador. A estes, ele se dirige numa crítica amena e facilmente absorvida;
- ativistas/simpatizantes da mesma agremiação partidária do enunciador e que nela se manteriam por um acordo quanto ao horizonte definido;
- ativistas/simpatizantes de agremiações partidárias nascentes que, partilhando os mesmos ideais do enunciador, seriam persuadidos a retornarem ao partido de origem.

Após se dirigir a estas parcelas do auditório, o sujeito comunicante volta-se para a outra, que não partilhava dos mesmos ideais de emancipação (*o socialismo não está posto como questão política atual, mas no centro da questão ideológica contemporânea* [linhas 7 e 8]). Isto, por certo, tranquilizaria aos liberais.

De qualquer maneira, este auditório, em seu conjunto, partilhava uma tese mudancista principal (*romper com um tipo de hegemonia 'burguesa estatal'*). Porém, para a estratégia de captação de

Fernando Henrique, o sujeito da hegemonia desejada não poderia ser claramente definido (*popular-democrático* [linha 10], *proletariado e povo* [linha 11], *participação e controle de todos* [linhas 13 e 14]. Naturalmente que, na ambigüidade da questão, qualquer um poderia ter liberdade para acrescentar o seu ponto de vista, *a posteriori*, como um co-enunciador discursivo quase completo.

O Discurso nº 2 teve como objetivo a conquista do voto do eleitorado, a partir da identificação deste com as teses do autor:

[Eu afirmo que] *O Brasil vai ganhar a Copa porque os brasileiros querem.*

[Eu afirmo que] *O Brasil está mudando porque os brasileiros querem.*

Logo,

[Votem em mim; identifico-me com o Brasil e com o que vocês querem].

Diferentemente do Discurso nº 1 - em que o autor se expressou na primeira pessoa do singular (*eu digo*), aqui, Fernando Henrique preferiu outro tipo de identificação. Ele colocou-se como integrante do conjunto de atores: *vamos chegar ao tetra* [linha 7], *vamos calçar as chuteiras* [linha 22], *vamos expulsar* [linha 24]. Mas, na maioria das vezes, o agente é um ente uno e cívico: *são 150 milhões de brasileiros unidos* [linha 21], *a pátria, o Brasil*. De qualquer maneira, o sujeito constitui-se pela unanimidade - não há conflito ou dissensão. É este o sujeito que opera as mudanças e quem, também, é alvo das mudanças. A sua unanimidade serve para ofuscar as solicitações de votos de outros candidatos que abordassem a mesma temática.

Ao argumentar que *vamos chegar ao tetra* [porque] *são 150 milhões de corações vibrando e torcendo, recuperando o orgulho de serem brasileiros* [linhas 7-9], o autor induz à comparação implícita com os *noventa milhões em ação, p'rá frente Brasil*, fundado pelo Regime Militar. São dois momentos distintos em que a mesma unanimidade qualitativa e quantitativa (apesar de numericamente diferente) se formou em torno da *pátria* - na

política e no futebol. Assim, há uma reedição do discurso, como se buscasse conservar um modo de ser do brasileiro.

A comparação entre dois momentos distintos é, também, realizada sob o olhar do sujeito comunicante, em *até agora, era apenas os ricos que marcavam gols contra a inflação. A classe média ficava nas arquibancadas e os trabalhadores, quando muito, na geral. Os famintos e miseráveis ficavam fora do estádio* [linhas 14-16] e *agora serão 150 milhões contra a inflação e as perversões, especulação, a impunidade, os lucros abusivos, a falta de ética nas relações econômicas e sociais, a fome e a miséria* [linhas 17-19]. No primeiro, a sociedade apresentava-se estratificada, era ruim. No segundo, ela tornou-se una, compacta, a lutar por valores éticos que decorreram, segundo o autor, do mundo da economia [a *inflação*]. Podemos, ai, observar uma manifestação de que problemas da política possam ter soluções técnicas [o *Real*]. Naturalmente, o crédito ao discurso é possível pela verossimilhança - quer dizer, só há captação se o auditório acreditar que é possível a ampliação da ação política pela introdução de fatos econômicos.

Chamamos ainda a atenção para o fato de que à unanimidade de ações positivas do sujeito uno [*pátria, 150 milhões*, etc], junta-se a utilização obstinada de figuras retóricas: *a pátria vestiu as chuteiras, as ruas e praças se encheram de cores, uma seleção desacreditada se encheu de brios, o coração nas mãos, corações vibrando e torcendo, a Copa do Terceiro Milênio*, e assim por diante. Isto, provavelmente, se deu porque o autor representava a situação de governo, sendo apoiado publicamente por setores da tradição política conservadora.

Se a seleção podia melhorar, se algum jogador não estava bem, ... eram hipóteses que não deveriam ser discutidas, no ponto de vista do autor. Interessava, a ele, mostrar a Copa como um lugar de realização hedônica. Da mesma maneira, isto ocorreria com o mundo da política [as soluções contemplam a todos: que encontram-se satisfeitos por isso]. Esta estratégia permitiu ao sujeito comunicante tratar de dois assuntos polêmicos sem apresentar hipóteses e proposições que pudessem desencadear uma

discussão política. Para isto, utilizou-se das figuras e unanimidades indiscutíveis naquele contexto.

Para o Discurso nº 1, o sujeito da mudança pareceu-nos ambíguo; no nº 2 isto não ocorre mais. Ao mudar o horizonte de referência modificou-se o tipo de sociedade a construir. O novo tipo acha-se *em construção* [na falta de nome podemos pensá-lo simplesmente como *Brasil Real*]. Discursivamente, [o *Brasil Real*] foi construído através de argumentos de acumulação em que o sujeito acha-se instituído (*no dia 1º de julho, o Brasil iniciou uma nova Copa. A Copa do Terceiro Milênio com a implantação do Plano Real, que vai derrubar a inflação, extinguir a ciranda financeira e levar as empresas a votar a investir na produção e na criação de mais empregos e salários* [linhas 10-13] e *com o Plano Real, vamos expulsar, para sempre, a inflação, a fome e a miséria deste Brasil e transformá-lo num país justo, rico, grande e generoso no alvorecer do Terceiro Milênio* [linhas 24-26]).

Além disto, para se ter uma dimensão do potencial de mudança deste sujeito, o autor lançou mão de argumentos que compreendem valores éticos e pragmáticos importantes (*a pátria vestiu as chuteiras... Bastou isso para que* [linhas 1-3]. O auditório do enunciador ficaria, assim, autorizado a pensar que [*sempre que houver mobilização patriótica haverá conquista sempre que houver mobilização patriótica haverá mudança*].

Finalmente, podemos pensar que este sujeito uno utilizado pelo enunciador possui como vanguarda uma tradição inventada recentemente: os caras pintadas (*as caras se pintaram, de novo, de verde e amarelo. Bastou isso para que* [linhas 1 e 2]). Como tradição inventada, o procedimento pretende ter um efeito pedagógico. Mas, para que isto se realize, é necessário ter em mente a tradição fundada pelo *impeachment* de Collor. O efeito seria bastante diferente se nos reportássemos aos índios de caras pintadas. Estes foram derrotados. São os caras pintadas do *impeachment* que têm capacidade de colocar em movimento milhões de pessoas e não os índios de outrora.

CONCLUSÃO

Em 70, o regime militar extraiu um tipo de relação entre o futebol e a política. Desde então, este par tem caminhado como laços bastante estreitos, haja vista o próprio calendário de realização da Copa do Mundo e Eleições Presidenciais.

A coincidência do calendário pareceu rompida na escolha de Tancredo Neves e, depois, Collor de Mello. Ela retornou em 94, quando se elegeu Fernando Henrique. Doravante, esta coincidência poderá ser mantida - na hipótese mais provável. Além disto, o próprio Fernando Henrique, ao contribuir para que o Congresso Nacional aprovasse a Emenda Constitucional que permite a reeleição presidencial colocará novamente em evidência discursos de "mudança" e "conservação" próprios do mundo da política.

A análise que fizemos mostrou que o enunciador mudou (e muito) a sua compreensão entre "o que deve ser conservado" e "o que deve ser mudado", na sociedade brasileira. Em termos gerais, podemos dizer que, em 80, ele propunha que se constituísse *uma polis com um horizonte socialista*, como lugar aberto ao exercício democrático da política. A própria política aparecia como uma atividade de discussão, propiciando a instalação da polêmica. Assim, era necessário que o sujeito discursivo se dirigisse às várias partes que compunham o seu auditório, sabendo distinguir os seus integrantes, numa estratégia para obter a persuasão. Naquele contexto, Fernando Henrique, suplente de senador, encontrava-se em oposição ao regime e, talvez, por isto, preferiu a utilização de argumentos fundados na *qualidade*.

No entanto, o seu discurso não oferecia clareza quanto à constituição do *dêmos*. Se ele não poderia ser semelhante ao que se verificava nos países do chamado 'socialismo real', concordamos, pareceu-nos complicada a posição de defini-lo genericamente, num momento rico em experiências dos movimentos sociais organizados. Por esta insuficiência, deduzimos que, na verdade, o *dêmos* poderia ser instituído por concepções dos integrantes da própria "classe política" - o público alvo de Fernando Henrique.

Já em 94, o novo discurso apontou uma *polis em construção*, cujo desencadeamento se deu pela ação dos *caras pintadas* - uma tradição recentemente criada - e do *Plano Real*. A constituição definitiva desta *polis* se dará no alvorecer do Terceiro Milênio, seguindo o discurso. Os problemas desta tese podem ser resumidos, por um lado, na estabilidade ou não desta tradição recente e, por outro lado, na capacidade de uma intervenção técnica - o *Real* - transformar o espaço político. Isto, sem falarmos na dimensão determinista da tese.

Neste novo discurso, o *dêmus* acha-se já instituído: são 150 milhões de patriotas. Mas, estes patriotas são percebidos como torcedores da Copa do Mundo e constituídos numa relação de unanimidade para a política e para o futebol, à custa de um uso exagerado de figuras de retórica. Levantamos, portanto, a possibilidade deste 'dêmus' ser entendido apenas em sua *dimensão de massa e não como sujeitos que marcam o espaço da política com distinção*. Talvez, para a persuasão neste sentido, o autor, agindo como situação institucional, preferiu argumentos localizados na *quantidade*.

Para a nossa análise partimos de um discurso enunciado primeiramente como conferência e um discurso de campanha eleitoral. Buscamos tratar ambos como discursos de propaganda política, visando a persuasão daqueles que se voltavam para a atividade partidária e eleitoral, através do Modo Argumentativo descrito por Charaudeau (1992). Reconhecemos que se pode questionar a validade desta percepção. Porém, em nossa qualificação, levamos em conta o fato de que o Discurso nº 1 foi republicado em período próximo à campanha eleitoral-94. Não se tratava, então, de uma atividade puramente intelectual, mas de uma produção discursiva destinada a cenários de propaganda política. Neste momento, Fernando Henrique afirmava que não era candidato, é certo. Mas, até que ponto a afirmativa 'não sou candidato' não constituía-se num bom início de campanha?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHARAUDEAU, P. *Langages et discours*. Paris. Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris. Hachette, 1992.
- CARDOSO, F.H. *Regime Político e Mudança Social*. In: A construção da democracia: estudos sobre a política brasileira. São Paulo. Siciliano, 1993.
- CARDOSO, F.H. *Regime Político e Mudança Social*. In: Revista de Cultura Política, nº 3 - nov./jan. 1981.
- ENRIQUEZ, E. *Indivíduo, Criação e História*. Connexions, nº 44. 1984. Trad.: M.M. LE VEN. Belo Horizonte. 1995.
- GRAMSCI, A. *Problemas culturais - a formação dos intelectuais*. In: Obras Escolhidas. São Paulo. Martins Fontes. 1978
- MACHADO, I.L. *A análise do discurso da '2ª geração com ênfase para a Semiologia'*. In: MACHADO, I.L. (org.) Cadernos do NAPq - FALE/UFMG, nº 28, agosto de 1995.
- MACHADO, I.L. *A Semiologia de Patrick Charaudeau: uma interessante opção de análise discursiva*. In: Contexto - Revista do Departamento de Linguas e Letras. UFES, Ano II, nº 12. 1992.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS DISCURSOS DE FINAL DE UM ANO DE GOVERNO PROFERIDOS POR FHC EM RÁDIO E TELEVISÃO

Paulo Henrique Aguiar Mendes

Este capítulo constitui uma tentativa de avaliar em que medida o suporte midiático por meio do qual um determinado discurso é veiculado influencia a construção desse discurso em termos da orientação argumentativa que o sujeito/locutor lhe confere. Especificamente, pretende-se analisar tal influência em função de um tipo de discurso específico, a saber, o *discurso político*, cujas características enunciativas serão aqui abordadas em alguns de seus aspectos.

Nessa perspectiva, foram escolhidos os discursos de final de ano pronunciados pelo presidente FHC, um no rádio, outro na televisão. Os discursos são, pois, semelhantes, no sentido de que foram proferidos pelo mesmo sujeito/locutor, em circunstâncias espaço-temporais muito próximas, com a mesma finalidade básica - fazer um balanço de um ano de governo; o contraste é estabelecido justamente pelos veículos midiáticos de transmissão.

As categorias utilizadas para a análise proposta encontram sua fundamentação teórica na teoria dos atos de fala (Austin - 1990, Searle - 1984, Vanderveken - 1992), na teoria semiolinguística (Charaudeau - 1983) e na teoria da argumentação (Ducrot, Anscombre e outros - 1995), cujo relacionamento parece bastante fecundo. Assim, à medida que a presente exposição for sendo desenvolvida, é interessante tecer alguns comentários, ainda que sumários, acerca de certos elementos dessas teorias que nortearam esta abordagem.

O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO DESTINATÁRIO

A começar pela teoria semiolinguística, a noção de **contrato de comunicação** formulada por Charaudeau (1993) é de grande importância, na medida que oferece um conjunto de categorias que possibilita balizar os elementos constitutivos da **situação** em que se insere um dado discurso, os quais determinam certas condições que devem ser satisfeitas para a efetivação desse discurso. Os elementos que definem a **situação** são basicamente quatro, que serão aproveitados em função dos discursos analisados.

A finalidade (qual o objetivo a ser alcançado): fazer um balanço de um ano de governo.

A identidade dos parceiros (quem se dirige a quem): locutor- o presidente da república; alocutário- a população.

O propósito (falar sobre o quê): ações realizadas pelo governo durante o ano, a fim de satisfazer certos compromissos assumidos em função de determinadas questões (temas) políticas durante a campanha eleitoral.

O dispositivo (falar em qual quadro): contextos midiáticos distintos - televisão e rádio.

O **contrato de comunicação** constitui, então, um quadro pré-estruturado de determinações/ restrições em que um ato de comunicação necessariamente se inscreve, devendo ser reconhecido pelos parceiros da comunicação. Tais restrições intervêm no nível situacional, onde se encontram os sujeitos empíricos (dimensão psico-social); há ainda um nível linguístico-discursivo, enquanto espaço de estratégias possíveis de serem atualizadas pelo sujeito comunicante (dimensão enunciativa), o qual efetiva seus atos de linguagem, constrói instâncias enunciativas e projeta imagens do interlocutor, que configuram destinatários potenciais de seu discurso. A idéia de um sujeito destinatário construído pelo sujeito comunicante é interessante, pois permite indagar se a diferença entre os meios de transmissão dos discursos determina, em alguma extensão, a construção de sujeitos destinatários distintos. No caso

dos discursos selecionados, é difícil delimitar as características do sujeito destinatário devido a seu caráter difuso/heterogêneo, uma vez que o sujeito comunicante se dirige à população/nação em geral. Não obstante, é possível esboçar uma reflexão acerca de alguns traços de sua construção em cada um dos discursos analisados, pela observação de alguns atos alocutivos e delocutivos, a exemplo dos enunciados abaixo:

(1) RÁDIO: “Essa vitória do Plano Real contra a inflação é de todo o povo brasileiro, que confiou no Real, que lutou contra o aumento de preços.”

(2) TV: “Precisamos continuar juntos na luta contra a inflação(...) E você tem uma contribuição a dar, precisa continuar a fiscalizar os preços, para comprar onde é mais barato.”

Os dois enunciados acima têm como tema básico a luta contra a inflação, sendo que o ato proferido no rádio (1) é delocutivo e o pronunciado na televisão (2) é alocutivo; no ato (1) o combate ao aumento dos preços é atribuído a um actante muito genérico, o povo brasileiro, não havendo nenhuma “tensão enunciativa” entre enunciador e destinatário; ao contrário, no ato (2) a “tensão” estabelecida entre os dois pólos enunciativos é definida em termos de um compromisso necessário, que confere ao ato uma força ilocucional diretiva, ou seja, o destinatário aqui construído é interpelado pelo enunciador como responsável direto pela fiscalização dos preços, pelo combate à inflação. Pode-se, então, aventar a hipótese de que o destinatário construído pelo enunciador no discurso da TV é, de acordo com inferências possíveis baseadas nos atos (1) e (2), caracterizado como um consumidor potencial a quem se atribui um grau de compromisso/responsabilidade maior no combate à inflação (em função talvez de um maior poder de compra) do que ao destinatário construído no discurso do rádio.

Atente-se, agora, para os seguintes enunciados:

(3) RÁDIO: “Quem sabe que o Real deu certo e mudou a vida dos brasileiros é você que hoje pode se alimentar melhor e alimentar melhor a sua família.”

(4) TV: “ No natal, a maior alegria que eu tive foi saber que este ano os brasileiros tiveram mais comida em sua mesa. Algumas famílias, que antes não podiam, hoje comem frango e carne”.

Note-se que a situação se inverte, se se relaciona esses dois últimos exemplos com os dois primeiros. Tem-se um ato alocutivo em (3) e um ato delocutivo em (4); no ato (3) emitido no rádio, o destinatário é identificado, segundo a qualificação que lhe é atribuída através da oração subordinada adjetiva, como “alguém que antes alimentava a si e à sua família pior do que hoje”. Embora não se possa definir se o item “melhor” implica que hoje o destinatário se alimenta “bem” ou “mal”, o próprio contraste com o item lexical “bem”, que poderia ter sido selecionado na construção do enunciado, ao invés do item “melhor”, assim como o contraste com a possibilidade de se utilizar um item com função de intensificador, como o que segue em negrito, “ (...) se alimentar melhor **ainda (...)**”, e ainda, a presença do modalizador “pode”, o qual implica que o “destinatário não tinha condições de se alimentar melhor e à sua família no passado”, parecem constituir evidências de que o enunciado (3) tem uma orientação argumentativa negativa com relação ao predicado “alimentar”, quando este se refere ao passado do destinatário, e uma orientação positiva, quando o predicado se refere ao seu presente; isto é, de acordo com o exemplo (3), a construção do destinatário tende a caracterizá-lo como alguém que antes “se alimentava mal”, identificando-o, portanto, com as camadas mais pobres da população, e que hoje, graças ao Plano Real, tem condições de “alimentar melhor a si e à sua família.” Dessa forma, o enunciador constrói um sujeito destinatário que é interpelado enquanto prova dos benefícios trazidos pelo Plano Real para as camadas mais pobres da população, atestando a sua credibilidade.

O exemplo (4) constitui um ato delocutivo e se caracteriza por conter uma força ilocucional próxima de um ato assertivo, na medida que descreve um certo estado de coisas, mas semelhante também à de um ato expressivo, uma vez que expressa um estado psicológico do sujeito enunciador. A melhoria da alimentação se estende a todos os “brasileiros”, focalizados, aqui, em termos de

uma terceira pessoa da qual se fala; na última frase do enunciado (4), por exemplo, as “famílias que hoje podem comer frango e carne” não parecem fazer parte da constituição do sujeito destinatário a quem o sujeito comunicante se dirige; este, inclusive, se refere a elas de modo vago, impreciso, através do pronome indefinido “algumas”. Elas podem ser situadas num nível temático ou, no máximo, configurar destinatários indiretos.

Um outro exemplo que pode ser tomado como “índice” da construção do sujeito destinatário no discurso transmitido pelo rádio refere-se ao comentário feito pelo presidente acerca da questão do emprego:

(5) RÁDIO: “ Por falar em trabalhador, eu vou repetir o que já falei aqui sobre o que aconteceu com o emprego este ano (...) Esses brasileiros (que perderam o emprego) e que trabalham por conta própria (...)”

A primeira oração do enunciado acima implica que o “trabalhador” a que se refere o sujeito comunicante, não é parte integrante do sujeito destinatário construído nesse discurso, tendo, pois, uma função temática.

Por fim, no discurso proferido no rádio, FHC delimita o horizonte de construção de seu destinatário em função do dispositivo midiático de transmissão, dizendo:

(6) RÁDIO: “E você que acompanha meu programa já deve ter notado (...)”

Esse enunciado permite inferir que a construção do sujeito destinatário no discurso transmitido pelo rádio é direcionada em função de um público potencial mais restrito, mais localizado, referido em termos de uma segunda pessoa do discurso que “acompanha o programa de rádio do presidente da república, enquanto o destinatário construído no discurso para televisão tem um alcance maior em termos de um público potencial, sendo mais genérico, heterogêneo, difuso.

No discurso da televisão, cabe mencionar ainda a referência feita à oposição por parte do locutor/ presidente, que a constrói em termos de uma instância discursiva associada ao "pessimismo", referindo-se a ela sempre em terceira pessoa, através de pronomes indefinidos como "muitos", "alguns" e "outros". Pode-se dizer que a oposição constitui um destinatário indireto no discurso da TV, estando ausente no discurso do rádio.

Importa agora avaliar alguns aspectos relativos a certas condições enunciativas que caracterizam o discurso político em geral e, mais especificamente, os discursos aqui tematizados, em função dos atos de fala que os constituem e da orientação argumentativa que lhes é atribuída.

CARACTERÍSTICAS ENUNCIATIVAS DO DISCURSO POLÍTICO

O conceito de ato de fala é formulado a partir de uma tentativa de se estabelecerem relações integradas entre o uso da linguagem e a realização de ações. A partir dos trabalhos de Austin sobre a estrutura bidimensional performativo > proposição, cuja ênfase era centrada nas propriedades performativas de certos verbos, a teoria dos atos de fala teve continuidade na proposta de Searle e Vanderveken sobre a constituição de uma forma lógica que viesse contemplar os elementos constitutivos da força ilocucional inerente a qualquer ato de fala, enquanto função da significação da frase que o expressa, alcançando, nos tempos atuais, um grau de formalização que possibilitou definir certas condições que devem ser satisfeitas pelos participantes de uma interação verbal qualquer. Aqui, serão ressaltados quatro aspectos mais fundamentais: **os pontos ilocucionais** - assertivo, comissivo, diretivo, declarativo e expressivo - com suas respectivas direções de ajustamento, as quais determinam, em cada ato de fala, como adequar e/ou ajustar o conteúdo proposicional ao mundo - um ato que se realiza no ponto assertivo tem uma direção de ajustamento palavra-a-mundo, na medida que pretende descrever um estado de coisas já existente, enquanto atos realizados nos pontos comissivo ou diretivo têm uma

direção de ajustamento mundo-a-palavra, pois implicam a realização de ações representadas no conteúdo proposicional desses atos, a serem desencadeadas num tempo futuro ao da enunciação, e ainda, atos que se realizam no ponto declarativo possuem dupla direção de ajustamento, porque instauram um estado de coisas a partir de sua enunciação, ao passo que atos realizados no ponto expressivo têm direção de ajustamento nula, uma vez que expressam estados psicológicos do enunciador; **as condições preparatórias**, que dizem respeito à natureza das convenções pressupostas que regem uma interação possível entre falante e ouvinte, em termos de compromissos a serem assumidos e de papéis a serem desempenhados - um ato declarativo como "declaro aberta a sessão" só alcança a eficácia de um ato se for pronunciado por quem de direito, ou ainda, um ato com a força de uma ordem pressupõe uma relação hierárquica entre falante e ouvinte, onde aquele ocupa uma posição superior -; **as condições de conteúdo proposicional**, que determinam restrições gerais a serem impostas sobre a natureza do conteúdo proposicional de uma dada expressão linguística - atos realizados nos pontos comissivo e diretivo requerem que os seus conteúdos proposicionais representem uma ação futura do locutor e do alocutário, respectivamente, a serem realizadas num tempo futuro ao de sua enunciação, de acordo com as circunstâncias determinadas -; **as condições de sinceridade**, que se referem à intenção dos participantes da interlocução de se engajarem de fato na execução das ações produzidas pela enunciação de certos atos de fala, de modo que o desempenho do ato vale como a expressão de um estado psicológico/mental específico do locutor pela qual este se responsabiliza - uma promessa torna o falante responsável pela intenção/desejo de realizar de fato a ação futura que está enunciando.

A atualização dos atos de fala em discursos específicos é determinada pelas restrições impostas pelos elementos do **contrato de comunicação** em que tais discursos se inscrevem, o qual delimita os tipos de atos passíveis de serem enunciados. Nesse sentido, determinados tipos de atos de fala avultam como condição de possibilidade para a constituição de certos tipos de discursos. No

caso do discurso político, aqui tematizado, podem-se mencionar algumas incurções teóricas que buscaram delimitar certas condições discursivas mínimas constitutivas desse tipo de discurso, a exemplo de Vanderveken (1992), que esboça uma espécie de tipologia de discursos, em termos da direção de ajustamento predominante em alguns tipos de discurso, onde o discurso político se enquadraria no conjunto daqueles com direção de ajustamento mundo-a-palavra, e de Hugo Mari (1997), que demonstra, com muita acuidade, a importância da *promessa* (ato comissivo) e de seu contraponto, a *crítica* (ato assertivo), enquanto condições necessárias para a constituição do discurso político eleitoral.

Cabe ressaltar que essas abordagens focalizam aspectos do discurso político construído em função de circunstâncias bastante específicas, que caracterizam uma campanha eleitoral. Nesse contexto, é bastante previsível a recorrência de promessas, que expressam os compromissos assumidos pelos candidatos em termos de projetos/programas de governo a serem realizados num tempo futuro, após as eleições, e de críticas, que expressam as diferentes posições políticas ocupadas pelos candidatos concorrentes.

Note-se que os discursos abordados neste trabalho se inscrevem num quadro situacional diferente daquele em que se inserem os discursos de campanha, o que implica condições enunciativas distintas, assim como orientações argumentativas diferentes. Por exemplo, a *identidade* dos participantes da interação numa campanha eleitoral se define em termos de candidatos que se dirigem aos eleitores com a *finalidade* de obter votos, enquanto a *identidade* dos parceiros da comunicação nos discursos analisados aqui é definida em termos de um presidente que se dirige à população com a *finalidade* de fazer um balanço de um ano de governo (como já foi mencionado), ou seja, o sujeito comunicante/presidente ocupa uma instância enunciativa caracterizada pela posse do “poder”, a qual configura a constituição de um discurso específico, que pode ser denominado “discurso encrático”.

Considerando-se o fato de que os atos comissivos e assertivos constituem condições enunciativas necessárias para a construção do discurso político, faz-se necessário, ainda, avaliar a forma específica de realização desses atos, em termos de sua distribuição na superfície discursiva, dos conteúdos proposicionais que lhes são associados e das expressões lingüísticas escolhidas, de modo que se possa contemplar as estratégias e/ou orientações argumentativas que caracterizam os discursos em questão.

Nesse sentido, é bastante previsível que, nesses discursos de final de ano, predominem os atos assertivos na forma de descrições de ações realizadas pelo governo no cumprimento de compromissos assumidos durante a campanha eleitoral na forma de promessas, havendo, assim, uma relação de correspondência entre o que o governo "prometeu fazer" e o que ele "afirma ter feito", a qual daria a medida de sua credibilidade. Decerto, de um ponto de vista argumentativo, as descrições tendem a ser orientadas no sentido de avaliações positivas, em função dos conteúdos proposicionais que lhes são associados pelo locutor.

Assim, pretende-se, agora, proceder a uma análise mais localizada de algumas relações que podem ser estabelecidas entre certos aspectos das forças ilocucionais presentes nos dois discursos abordados e da orientação argumentativa que caracteriza cada um deles. O parâmetro utilizado para relacionar os atos de fala recorrentes em um e outro discurso será estabelecido em função dos temas comuns aos dois textos, sendo que os atos associados a temas abordados em apenas um dos discursos serão analisados separadamente.

1. **Plano Real e Inflação:** esses dois temas podem ser tratados conjuntamente, uma vez que aparecem intrinsecamente vinculados em ambos os textos sob a forma de uma premissa/proposição geral do tipo '*o Plano Real resolveu o problema da inflação*'; nessa perspectiva, o Plano Real constitui a base da argumentação construída pelo locutor/presidente nos dois discursos, fundamentada em alguns *topoi* - conceito que, a partir da teoria desenvolvida por Ducrot e outros, foi definido

por Hugo Mari em termos de “um correlato entre dois conceitos semânticos quaisquer, balanceados por princípio, de proporcionalidade que expressa a gradação entre esses dois conteúdos, de tal modo que, dado um deles, o outro pode ser pressuposto (reconstruído) por razões semânticas (*topoi intrinsecos*) ou argumentativas (*topoi extrinsecos*)”. Pode-se, pois, reconstruir alguns *topoi* presentes nos discursos de FHC, fundamentados geralmente em crenças/valores relativos à economia:

- topos 1*: Quanto menor a inflação, tanto maior a estabilidade econômica
Quanto maior a inflação, tanto menor a estabilidade econômica
- topos 2*: Quanto menor a inflação, tanto maior o valor do salário
Quanto maior a inflação, tanto menor o valor do salário
- topos 3*: Quanto menor a inflação, tanto maior estabilidade de preços
Quanto maior a inflação, tanto menor estabilidade de preços
- topos 4*: Quanto menor a inflação, tanto maior distribuição de renda
Quanto maior a inflação, tanto menor distribuição de renda
- topos 5*: Quanto menor a inflação, tanto maior a justiça social
Quanto maior a inflação, tanto menor a justiça social

Note-se que os *topoi* acima parecem estar baseados num mesmo sistema de crenças/valores - na medida que o estabelecimento de um *topos* parece acarretar a constituição de um outro *topos* - e podem ser ilustrados a partir de alguns enunciados presentes nos dois discursos:

(7) RÁDIO: “Essa vitória do Plano Real sobre a inflação é de todo o povo brasileiro, que confiou no Real, que lutou contra o aumento de preços. § Quem sabe que o Real deu certo e mudou a vida dos brasileiros é você que hoje pode se alimentar melhor e alimentar melhor a sua família. § O Real mantém a credibilidade que ganhou quando foi lançado no ano passado.”

(8) TV: “(...) Com o Real, todos nós ganhamos. A inflação continua caindo. O seu salário não perde mais valor ao longo do mês. (...) No supermercado, alguns preços até baixaram. § **Precisamos continuar juntos na luta contra a inflação. O governo vai continuar as reformas da economia e a controlar melhor os gastos. E você tem uma contribuição a dar, precisa continuar a fiscalizar os preços, para comprar onde é mais barato.** (...) Tudo

o que o governo fez a partir do Real está promovendo uma das maiores distribuições de renda da história do país.”

Embora se possa considerar a força ilocucional assertiva como predominante tanto em (7) quanto em (8), é importante observar que, no exemplo (7), ela é mais dominante que no fragmento (8), sendo mesmo a única força ilocucional presente naquele enunciado, a qual constitui a base de sua orientação argumentativa; por outro lado, no exemplo (8), onde a força assertiva não é a única presente, o locutor utiliza uma estratégia argumentativa diferente, buscando estabelecer uma tensão enunciativa maior com seu interlocutor, no sentido de instituir, pela enunciação, um compromisso recíproco entre os sujeitos da interação - governo e população - situado na ordem do necessário, a exemplo do trecho acima destacado em negrito, onde se tem respectivamente: um ato com um formato enunciativo próximo ao de uma asserção, mas com conteúdo projetivo, o que de certo modo confere uma direção de ajustamento *mundo-a-palavra* a esse ato, iniciado pelo verbo modal “precisar” conjugado na primeira pessoa do plural na locução - “Precisamos continuar (...)”-; um ato *comissivo*, que pode ser desdobrado em dois atos, portanto, em duas ações a serem realizadas pelo governo, uma vez que o marcador de força ilocucional comissiva aparece associado a dois conteúdos proposicionais, a saber, [continuar as reformas da economia] e [controlar melhor os gastos] - sendo que o primeiro deles não é sequer mencionado no discurso veiculado pelo rádio; e um ato *diretivo* - também modalizado pelo verbo “precisar”, expresso na forma “você precisa continuar (...)” - cuja ação a ser realizada pelo ouvinte, expressa pelo predicado: “fiscalizar os preços”, é definida como uma contribuição dada ao Real, mas uma contribuição necessária que, como tal, não oferece opção de recusa a quem vai desencadear a ação, o que confere a esse ato *diretivo* um modo de realização mais próximo de uma *ordem* do que de uma *solicitação* e/ou de um *pedido*, reafirmando a instância de poder, a partir da qual o falante enuncia.

2. Agricultura: o tratamento dado a esse tema nos discursos do rádio e da televisão é bastante semelhante, em termos da força

ilocucional dominante, que se define, nos dois casos, pela presença de atos que se realizam sempre no ponto *assertivo*. As diferenças de orientação argumentativa se limitam a alguns detalhes referentes às condições de conteúdo proposicional associadas diferentemente a um e outro discurso e a algumas nuances relativas a pequenas modalizações operadas pelo sujeito comunicante. Atente-se, então, para os seguintes exemplos:

(9) RÁDIO: “A safra de grãos de 94 foi recorde e, graças a ela, os preços dos alimentos aumentou muito pouco. A agricultura ajudou muito o Plano Real e o governo tinha de fazer a sua parte. Por isso, tomamos uma série de medidas, renegociamos as dívidas passadas dos produtores rurais (...), abrimos novas linhas de financiamento (...) e criamos o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural, o Proger”.

(10) TV: “ O consumo de alimentos aumentou 30%. Isso só foi possível porque agora nós temos uma moeda que não se desvaloriza e porque os agricultores produziram uma grande safra e assim deram sua contribuição ao Real. Por isso, eu fiz questão de assegurar melhores condições para a agricultura. A TR foi eliminada dos novos financiamentos e as dívidas estão sendo renegociadas (...)”

Observe-se que as asserções acerca da questão da alimentação são orientadas de forma diferente em (9) e (10), de modo que, neste enunciado, o que é ressaltado como fato positivo é “o aumento do consumo de alimentos”, justificado em termos da “estabilidade da moeda - o Real” e da “grande safra produzida pelos agricultores”, ao passo que, naquele exemplo, o que tematizado positivamente é o “aumento muito pequeno dos preços dos alimentos, explicado apenas em função da “safra recorde de grãos em 94”. Além disso, o compromisso recíproco entre governo e população é reafirmado tanto em (9) - “A agricultura ajudou muito o Plano Real e o governo tinha de fazer a sua parte” - quanto em (10) - “(...) os agricultores produziram uma grande safra e assim deram sua contribuição ao Real” -; a participação do governo nesse compromisso é definida como uma recompensa dada àqueles que contribuíram com o Real, a qual seria a própria demonstração do engajamento efetivo do locutor/presidente, que, assim, reitera sua

posição de poder, afirmando no rádio - “Por isso, tomamos uma série de medidas - e na televisão - “Por isso, eu fiz questão de assegurar melhores condições para a agricultura”- sendo que a forma linguística utilizada neste último ato reforça o seu teor assertivo. A expressão dos benefícios que, segundo o locutor, foram concedidos aos agricultores podem também ser contrastadas em (9), e (10), em termos da orientação argumentativa atribuída a um e outro exemplo. Nesse sentido, em (9), tem-se uma asserção descritiva simples expressa pela proposição - “renegociamos as dívidas passadas (...)” - onde a forma verbal conjugada no passado implica uma ação já concluída, enquanto em (10) tem-se uma asserção modalizada pela forma verbal utilizada na proposição - “(...) as dívidas estão sendo negociadas (...)”- o que implica uma ação não concluída e, por conseguinte, um enfraquecimento do caráter assertivo do ato; finalmente, em (9), menciona-se uma terceira medida tomada pelo governo, a saber, “a criação do Proger”, ausente no exemplo (10).

3. Moradia e saneamento: Esse tema é abordado de forma bastante diferenciada nos discursos veiculados pelo rádio e pela televisão, não apenas em termos dos atos ilocucionais utilizados e do formato argumentativo dominante, mas também em função de sua localização na estrutura linear da superfície discursiva e de sua articulação com outros temas. Ainda que se leve em conta o fato de o discurso da televisão ser mais extenso e mais abrangente que o do rádio, existe uma certa discrepância entre um e outro, no que tange ao tratamento desse tema, no sentido de que ele aparece no início do discurso transmitido pelo rádio, atrelado a questões/proposições muito distintas daquelas a que ele está associado no discurso transmitido pela TV, onde aparece situado no meio do texto, como o último dos temas sociais ali abordados. Senão, observem-se os enunciados abaixo:

RÁDIO: (11) “Eu insisti, durante todo ano, que o governo tem pouco dinheiro. Portanto, temos que saber como e onde gastar, e sempre que possível, em parceria com os estados e os municípios. § Veja só esse exemplo de parceria entre o meu

governo e estados e municípios. *O programa Pró-Moradia, lançado no primeiro semestre, já está melhorando a condição de moradia de 108 mil famílias com renda de até três salários mínimos. § Outro programa, o Pró-Saneamento, destinou R\$ 895 milhões para a conclusão de obras de saneamento e a instalação de redes de esgoto, também para beneficiar as populações de baixa renda. § O dinheiro dos dois programas vem do FGTS (...)*

TV: (12) “Reabrimos também, depois de quatro anos de interrupção, os empréstimos para moradia e voltamos a financiar saneamento. **Em 1996, destinaremos R\$ 3,8 bilhões para financiamento, com base no fundo de garantia, para a construção de casas e obras de saneamento.**”

Vê-se que, no exemplo (11), o tema em questão aparece intrinsecamente vinculado à parceria entre governo federal, estados e municípios, enfatizada como sendo de grande importância na gestão dos poucos recursos financeiros de que o governo dispõe, segundo o sujeito comunicante/presidente, o que pode ser ilustrado através do início do exemplo referido (em negrito), em que se tem um ato expreso na forma - “eu insisti (...)” - que, com base nas propriedades lexicais do verbo “insistir”, reforça o teor assertivo da força ilocucional que o caracteriza. Desse modo, os programas Pró-moradia e Pró-saneamento - os quais configuram instâncias actanciais criadas para mediar a ação do governo junto à população, como o Proger no caso da agricultura - são mencionados como exemplos dessa parceria fundamental, a exemplo das asserções descritivas, acrescidas das condições proposicionais expressas na forma de orações adverbiais finais, que caracterizam o formato argumentativo do enunciado (11), destacadas em itálico. Já no exemplo (12), o tema **moradia e saneamento**, além de ocupar um espaço relativamente menor na superfície discursiva, não aparece associado à questão da parceria entre governo federal, estados e municípios, a qual não é sequer mencionada. Sobretudo, a força ilocucional assertiva não é a única presente nesse último exemplo e não parece ser a dominante, em termos da orientação argumentativa que lhe é atribuída, a qual parece se deslocar de um ajustamento *palavra-a-mundo* para um ajustamento *mundo-a-palavra*,

direcionada especificamente para o ponto *comissivo*, através da realização de uma *promessa*, acrescida das condições de conteúdo proposicional expressas na forma da oração adverbial final, em negrito.

4. Emprego: curiosamente, esse tema aparece no discurso do rádio como um tópico específico, enquanto no discurso da televisão só se pode abordá-lo como tal numa perspectiva indireta, na medida que, neste discurso, ele é apenas mencionado em função de um outro tema, a saber, a reforma constitucional, que está ausente naquele outro. Observem-se, pois, os seguintes exemplos:

RÁDIO (13): “Por falar em trabalhador, eu vou repetir aqui o que já falei sobre o que aconteceu com o emprego este ano. O mercado de trabalho do Brasil está mudando, como na maioria dos países desenvolvidos. **Muitos brasileiros perderam o emprego em 95, porque há empresas que estão terceirizando os serviços, quer dizer, demitem o empregado, ele cria uma micro-empresa e presta serviço para a mesma indústria onde trabalhava antes. Esses brasileiros que trabalham por conta própria e os que não tem carteira assinada são os que tiveram maior aumento de emprego e renda desde o início do Real.**”

TV (14): “O congresso mostrou que está identificado com a vontade de mudança. Com competência e rapidez, aprovou as reformas constitucionais na área econômica - petróleo, telecomunicações, empresa nacional. **Sabe o que isso quer dizer? Isso significa mais oportunidades de investimentos, crescimento e mais empregos.**”

Note-se que o enunciado (13) apresenta um formato argumentativo em que a força *assertiva*, reforçada pela expressão redundante - “eu vou repetir aqui o que já falei (...)” -, aparece na forma de uma explicação “didática” que se caracteriza pelo estabelecimento de uma relação de causalidade direta entre as proposições, estruturada em termos de certos *topoi*, os quais podem ser representados desta maneira:

RÁDIO:

- topos 1:* Quanto mais terceirização, tanto mais microempresários
Quanto menos terceirização, tanto menos microempresários
- topos 2:* Quanto mais carteiras assinadas, tanto menos aumento de renda
Quanto menos carteiras assinadas, tanto mais aumento de renda
- topos 3:* Quanto mais carteiras assinadas, tanto menos aumento de empregos
Quanto menos carteiras assinadas, tanto mais aumento de empregos

Aqui, o sistema de valores que subjaz à argumentação do locutor/presidente pode ser definido em função de uma valorização positiva de um processo de “desregulamentação” do mercado de trabalho, a ponto de operar uma inversão de um lugar comum/valor socialmente instituído, segundo o qual a “posse de uma carteira de trabalho assinada” constitui não só uma característica positiva em relação ao conceito **emprego**, mas sobretudo define uma significação específica para este item lexical dentro de um campo conceitual e/ou lexical mais amplo do **trabalho**. Ora, em (13), tem-se, através da inversão referida, a constituição de um *topos* fundamentado numa espécie de paradoxo/contradição, ou seja, se os trabalhadores brasileiros que foram demitidos e que não têm carteira assinada “foram os que tiveram maior aumento de emprego e renda”, pode-se reconstruir um *topos* como:

- Topos 4:* Quanto mais desempregados, mais aumento de emprego
Quanto menos desempregados, menos aumento de emprego

Diferentemente, no enunciado (14), extraído do discurso transmitido pela TV, o tópico semântico **emprego** aparece atrelado à questão das reformas constitucionais, enquanto consequência/acarretamento da aprovação destas; assim, as reformas constitucionais são focalizadas como condição de possibilidade para o desenvolvimento do país, situando-se no cerne do universo de crenças/valores que determina a orientação argumentativa característica desse exemplo, o que pode ser representado através dos seguintes *topoi*:

TV:

- topos 5: Quanto mais reformas constitucionais, tanto mais investimentos
 Quanto menos reformas constitucionais, tanto menos investimentos
- topos 6: Quanto mais reformas constitucionais, tanto mais crescimento
 Quanto menos reformas constitucionais, tanto menos crescimento
- topos 7: Quanto mais reformas constitucionais, tanto mais aumento de empregos
 Quanto menos reformas constitucionais, tanto menos aumento de empregos

Claro está que, no que se refere ao tema **emprego**, as relações de causalidade estabelecidas em (13) e (14) são bastante distintas; enquanto o sistema causal construído no discurso do rádio é asserido como um processo/evento, cuja realização é relativamente independente da ação dos sujeitos da interação, expresso pela proposição geral [+ mudança do mercado de trabalho], a rede causal criada no exemplo selecionado do texto feito para televisão é definida em função de uma ação política projetiva, a aprovação das reformas, cuja continuidade e conclusão dependem da competência do actante denominado “congresso nacional” e, por conseguinte, do apoio da população, identificada como sujeito destinatário da comunicação. Assim, a possibilidade de “mais empregos” é tratada como consequência/implicação lógica do avanço das reformas constitucionais, a exemplo da pergunta retórica - “Sabe o que isso quer dizer?”- destacada em **negrito**.

5. educação: a orientação argumentativa atribuída a este tema é bastante semelhante nos dois discursos em questão, tanto em termos das proposições recorrentes quanto da força ilocucional dominante; entretanto, pode-se estabelecer uma certa distinção entre eles, em função das formas linguísticas que são utilizadas num e noutro, as quais caracterizam estratégias de modalização específicas na construção de cada texto, como pode se ver nestes enunciados:

(15) RÁDIO: “Pois bem, agora eu quero falar de educação. **Fizemos muita coisa nessa área.** Criamos o TV Escola, para treinar professores (...), *aumentamos a distribuição de livros didáticos*, reforçamos a merenda nas escolas mais pobres e fizemos o Plano de Desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do professor.”

(16) TV: “Com a queda da inflação, o governo **já começa** a gastar mais naquilo que a população efetivamente precisa. Se você tem filhos nas escolas públicas, já deve ter reparado que a merenda não está faltando e até foi aumentada. Nas regiões mais carentes, estamos dando ônibus para levar as crianças para a escola. *Todos os alunos do primeiro grau vão receber livros de graça.* E já **estamos começando** a treinar os professores (...)”

Em (15), de um lado, tem-se um ato inicial que introduz o tema **educação**, seguido de uma asserção (em negrito) caracterizada como uma avaliação positiva, em função do conteúdo proposicional nela representado, que expressa um estado de coisas, ou ainda, uma ação concluída, de acordo com a forma verbal conjugada no passado, sendo especificamente modalizado pelo item com função intensificadora “muito”. Ademais, aparecem asserções que descrevem, de modo mais específico, as ações realizadas pelo governo, caracterizando-se também pelo uso dos verbos no passado perfeito, o qual denota o aspecto finalizado das proposições. Em (16), de outro, a intervenção enunciativa introdutória (destacada em negrito) não se refere ao tema específico em questão, mas sim a um conjunto de tópicos semânticos definidos pela expressão - “(...) aquilo que a população efetivamente precisa (...)”- onde a **educação** constitui apenas um dos temas agrupados. Nesse exemplo, a orientação argumentativa adotada apresenta, explicitamente na superfície discursiva, a proposição “queda da inflação” como condição para a efetiva ação governamental em função desse conjunto de temas relativos à área social. Sobretudo, em (16), se estabelece, já no ato introdutório, uma estratégia de modalização que, ao contrário do exemplo do rádio, atenua a força ilocucional assertiva constitutiva desse enunciado, através da forma verbal - “começa a gastar”- onde, nos termos da teoria de Ducrot, o primeiro verbo - “começa”- “derealiza” (enfraquece) as propriedades lexicais semanticamente definidoras do segundo verbo - “gastar”-, assim como acontece na última frase do exemplo, expressa pela forma verbal (em negrito) - “estamos começando a treinar (...)”-; note-se ainda que, em contraste com (15), as formas verbais não aparecem sequer uma vez no passado perfeito em (16), em que

predominam formas compostas, a exemplo do presente contínuo, atribuindo o aspecto [- concluído] às ações representadas no conteúdo proposicional dos atos proferidos nesse fragmento. Por fim, cabe ressaltar o contraste entre os atos *assertivo* e *comissivo* realizados respectivamente em (15) e (16), destacados em itálico, cujos conteúdos proposicionais são equivalentes, mas argumentativamente orientados em sentidos opostos, i.é, o primeiro enunciado representa uma ação positiva *realizada* pelo governo - ajustamento palavra-a-mundo -, enquanto o segundo implica uma ação *a ser realizada* por ele - ajustamento mundo-a-palavra -.

6. saúde: assim como no tema acima, os processos discursivos envolvidos na elaboração dos enunciados relativos a este tema nos discursos para o rádio e para a TV são, de um modo geral, semelhantes, podendo-se, no entanto, delimitar como parâmetro de distinção certos aspectos referentes a procedimentos de modalização utilizados, a formas linguísticas escolhidas e a proposições representadas em um e outro texto. Por exemplo:

(17) RÁDIO: “Na área da saúde, aumentamos o número de agentes comunitários de saúde (...)”

(18) TV: “**Estamos também iniciando** um amplo programa pela saúde de seus filhos. Estamos realizando campanhas de vacinação e de nutrição para a mãe e para o recém-nascido. Os agentes de saúde já passaram de 29 mil a 40 mil só neste ano (...) O programa de médicos na residência também melhorou muito (...) o combate às fraudes neste primeiro ano de governo resultou na redução de 1,5 milhão de internações hospitalares (...)”

No discurso proferido no rádio, ilustrado em (17), pode-se dizer que a intervenção do locutor se fundamenta na asserção referente ao “aumento de agentes comunitários”, que constitui a proposição básica à qual se associam as demais proposições sobre o tema *saúde*. Já no exemplo (18), selecionado do discurso da TV, utiliza-se a mesma estratégia de modalização referida acima, expressa pela forma verbal (em negrito) - “**Estamos também iniciando (...)**”-, que atenua o teor assertivo dos atos, embora apareçam diversas asserções descritivas das ações do governo.

7. reforma agrária: este tema é mencionado apenas no discurso transmitido pela TV, caracterizando-se por estar associado a um ato com força ilocucional *comissiva*, realizado de forma um tanto peculiar. Observe-se:

(19) TV: “Estamos avançando também em outras áreas. **Eu já disse e repito: quero acelerar** a reforma agrária. Em 1995, assentamos 40.286 famílias, muito mais do que em qualquer ano anterior”.

A peculiaridade reside no fato de que, ao se deslocar de uma instância enunciativa de primeira pessoa do plural para uma de primeira pessoa do singular, o locutor reforça o valor performativo ou ilocucional do ato que enuncia, enfatizado ainda mais pelo uso das formas verbais presentes na frase em negrito. No entanto, o ato comissivo que é realizado, ainda que possa ser lido como uma promessa em função das restrições sociais e enunciativas que constituem o discurso político, se caracteriza justamente por um enfraquecimento da força ilocucional que o constitui; ou seja, por um lado, de um ponto de vista argumentativo, a expressão modalizada -“*quero acelerar*”- implica um grau de engajamento menor do que a forma alternativa -“*von acelerar*”-. Por outro lado, de um ponto de vista da rede conceitual que estrutura o ato de prometer, pode-se dizer que o conceito de *promessa* está estreitamente articulado à noção de *intenção voluntária* do enunciador, expressa sob a forma verbal “eu quero (...)”, o que caracteriza justamente as **condições de sinceridade** de uma *promessa*.

8. Plano Plurianual: Esse tópico também está presente somente no discurso veiculado pela TV, sendo expresso através de um ato *comissivo*, na forma de uma *promessa*.

(20) TV: “**Só para você ter uma idéia**, de todos os investimentos previstos no Plano Plurianual, para o período 96/99, quase 70% vão para a área social”.

Note-se que o Plano Plurianual é apenas mencionado de forma genérica, como uma evidência do compromisso do governo com os programas sociais, a exemplo da oração em negrito, que introduz o enunciado (20). Ao contrário do discurso feito para o rádio, onde os temas relativos à área social são abordados sempre de forma assertiva, através da descrição de ações realizadas pelo governo, ou seja, em termos do que o governo “fez”, no discurso feito para a televisão, embora as asserções descritivas sejam também recorrentes, a presença da força ilocucional comissiva desloca o foco enunciativo do “estado de coisas” descrito para o “compromisso” assumido pelo sujeito enunciador com a realização de ações futuras na área social, ressaltando, assim, o que o governo “tem a fazer”.

9. oposição: abordada também apenas na televisão, a oposição é construída pelo enunciador como uma instância actancial, genericamente chamada de “pessimismo”, constituindo um inimigo derrotado pelo Plano Real. Tal construção se faz através da utilização do discurso relatado como recurso que permite atribuir à oposição um discurso fundamentado em proposições que teriam sido asseridas por ela na forma de críticas ao governo, as quais são reportadas pelo locutor.

(21) TV: “ (...) estamos ganhando outra batalha, contra o **pessimismo**. (...) No início, ninguém acreditava que nós conseguiríamos acabar com a inflação (...) alguns disseram que o Plano **Real** traria perdas salariais (...) com a crise do México, muitos apostaram que o **Real** iria desmoronar (...) outros antecipavam que nós não teríamos apoio para as reformas (...) Por fim, alguns comentavam ‘o **Real** vai bem, mas o **governo** não vai realizar os programas sociais’”.

A partir da metáfora “a inflação é um inimigo/adversário da nação”, o sujeito enunciador se refere à oposição através da expressão metafórica -“estamos ganhando outra batalha, contra o pessimismo”-, configurando uma segunda metáfora -“oposição é pessimismo”-. Tal construção linguístico-discursiva possibilita um

efeito de sentido fundamentado na relação que se estabelece entre alguns itens lexicais, como **oposição**, **pessimismo**, **governo**, **Real**, no sentido de que o item **Real**, em contraste com o item **pessimismo**, pode sofrer uma conotação que recupere uma significação relativa a outro campo semântico, onde aparecem como elementos contrastivos: **pessimismo**, **real(ismo)**, **otimismo**; este último termo, no entanto, é neutralizado no nível denotativo da superfície discursiva, em função do contraste **oposição x governo**, implicando as seguintes associações: **oposição = pessimismo x governo = Real**. Assim, aqueles que apoiam a **oposição** (oposicionistas) estão associados ao **pessimismo** (são pessimistas), enquanto aqueles que apoiam o **governo** (governistas) estão associados ao **Real** (são Realistas).

10. Comunidade Solidária: esse tópico está presente apenas no discurso proferido no rádio, onde aparece como principal instância actancial que coordena/gerencia todos os demais programas da área social. Cabe ressaltar que a referência aos programas assistenciais são recorrentes ao longo do discurso para o rádio, e o Comunidade Solidária constitui o tópico conclusivo desse discurso, a exemplo do trecho em *itálico* destacado no enunciado abaixo:

(22) RÁDIO: “ E quem está garantindo a execução desses programas (...) e de todos os programas da área social do governo é a Comunidade Solidária. É ela que agiliza a distribuição do dinheiro dos ministérios e que busca parcerias na sociedade. Junto com os estados e municípios, a Comunidade Solidária já distribuiu cestas de alimentos para mais de 1 milhão de famílias, ampliou o combate à desnutrição (...) Em janeiro vai desenvolver uma experiência nova, a Universidade solidária. Grupos de estudantes, orientados por professores, vão levar informações sobre saúde e educação para as populações carentes da região nordeste e para o norte de Minas Gerais. *§ A Comunidade Solidária está semeando no Brasil o espírito de união, onde todos trabalham por todos. E é isso que devemos buscar mais e mais em 96 - o espírito de solidariedade. Vamos continuar unidos para continuar*

transformando o Brasil num país mais rico e mais justo. § Feliz ano novo, Brasil.”

É curioso notar que o programa Comunidade Solidária não só aparece como principal instância actancial coordenadora dos programas sociais do governo federal, mas também está articulada ao argumento da parceria entre governo federal, estados e municípios, bastante recorrente no discurso proferido no rádio e ausente do discurso para a televisão. Cabe ressaltar, a propósito, a *asserção* descritiva sublinhada, em que essa parceria aparece topicalizada em função dos predicados “distribuir cestas de alimentos” e “ampliar o combate à desnutrição”, o que, de certa forma, orienta a argumentação no sentido de uma representação discursiva de ações políticas caracterizadas por um certo teor assistencialista. Toda a ênfase dada à ação de programas como o Proger, o Pró-saneamento, o Pró-moradia etc., acentua esse sentido já convencionalizado e permite enquadrá-los dentro de uma categoria mais geral dos programas assistenciais do governo, os quais são geridos pelo Comunidade Solidária. Sobretudo, é importante salientar que, em todo o discurso emitido no rádio, somente no trecho referente ao tópico Comunidade solidária, ocorre um ato de fala com força ilocucional diferente da *assertiva*, ou ainda, que não apresenta uma direção de ajustamento *palavra-a-mundo*; esse ato, destacado em negrito, tem uma força *comissiva*, isto é, apresenta uma direção de ajustamento *mundo-a-palavra*, na forma de uma *promessa*, cujo formato argumentativo tem a peculiaridade de suscitar um efeito de distanciamento do enunciador em relação à ação futura com a qual se compromete, na medida que este atribui a responsabilidade pela execução dessa ação a uma terceira pessoa representada pela Comunidade Solidária, enquanto uma instância actancial. Finalmente, é interessante comentar ainda o fato de o locutor/presidente terminar o seu proferimento para o rádio dizendo que governo e população devem se engajar em 96 na busca do que ele chama de “espírito de solidariedade” - destacado em itálico - o que expressa uma direção de ajustamento *mundo-a-palavra*, sem que se possa, no entanto, definir se se trata de um ato *comissivo* ou de um *diretivo*, em função do uso do modal “dever”

flexionado na primeira pessoa do plural. Desse modo, trata-se de um ato de fala que se apresenta de forma difusa tanto do ponto de vista de sua força ilocucional, que não está claramente definida, quanto do ponto de vista de seu conteúdo proposicional, em função da vaguidão que caracteriza a proposição [buscar o espírito de solidariedade], sobretudo quando se trata de uma ação política a ser realizada. Resta, então, mencionar o efeito retórico suscitado a partir do contraste entre os dois sintagmas “Comunidade Solidária” e “espírito de solidariedade”, através do qual se recupera o sentido descritivo, de caráter genérico, do termo “Comunidade Solidária”, que, no nível puramente denotativo, representa apenas um nome próprio atribuído a um programa assistencial específico do governo federal.

Antes de concluir este texto, gostaria de fazer um comentário acerca de algumas estratégias de modalização presentes no discurso proferido para a televisão, porque elas constituem também uma evidência, ou ainda, um vestígio marcado na superfície discursiva, que pode servir de fundamentação, de justificativa para a argumentação desenvolvida neste trabalho. Observem-se, pois, os seguintes enunciados:

(23) “Você fez a sua parte e o governo também, e o país está **começando** a melhorar.”

(24) “Tudo isso é apenas o **começo**.”

(25) “Nós estamos vencendo a luta contra a inflação e **começando a enfrentar** os nossos problemas sociais.”

(26) “Mas, como eu mostrei, nós **iniciamos** projetos importantes para atacar as injustiças sociais.”

(27) No exterior, o Brasil já **está começando** a ser visto com consideração e com respeito.”

Como se pode observar, nos exemplos acima, todos os enunciados apresentam uma mesma estratégia de modalização discursiva, a saber, a de atenuação da força assertiva que os caracteriza, através do uso de itens lexicais como “começar”, “iniciar” e suas formas cognatas, que, de um ponto de vista semântico, atribuem o traço aspectual [+ iniciado], ou ainda, [- finalizado] às ações

representadas no conteúdo proposicional desses enunciados. Há outros exemplos, alguns inclusive já mencionados anteriormente, desse tipo de modalização no discurso proferido na TV, e os formatos lingüísticos apresentam algumas variações - a exemplo do contraste entre as formas verbais "iniciamos" e "está começando", ou entre estas e a forma nominal "o começo" -, mas a orientação argumentativa é a mesma em todos os exemplos, determinada por essa estratégia de modalização. Assim, em termos da relação de correspondência entre o que o locutor/presidente "prometeu fazer" nos discursos de campanha eleitoral e o que ele "diz ter feito" no discurso de um ano de governo proferido na TV, as *asserções* modalizadas orientam a argumentação no sentido de que o governo apenas "começou a fazer", ou seja, ele tem mais "a fazer" ou ele "prometeu mais" do que ele efetivamente "fez", havendo uma certa discrepância entre os termos da referida correspondência. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que essa estratégia de modalização está completamente ausente do discurso proferido no rádio; ao contrário, no discurso veiculado por este *dispositivo*/veículo de comunicação, as *asserções* acerca de ações realizadas pelo governo federal se apresentam na quase totalidade das vezes no formato descritivo caracterizado por formas verbais no pretérito perfeito, que atribuem o aspecto [+ finalizado] às ações representadas no conteúdo proposicional desses atos. Nesses termos, não se pode dizer que existe um hiato, construído na superfície discursiva do proferimento para o rádio, entre o que o locutor/presidente "prometeu fazer" e o que ele efetivamente "fez", porque a orientação argumentativa conferida a esse discurso constrói um mundo possível onde as ações do governo federal estão efetivamente realizadas. É claro que, por se tratar de um discurso do primeiro ano de gestão, o governo tem mais "a fazer" do que de fato "fez"; no limite, de um ponto de vista ético, e em virtude de seu caráter projetivo, pode-se dizer que o discurso político tem como condição de existência o fato de que um governo sempre tem mais "a fazer" do que efetivamente "fez", porque as ações políticas realizadas em função das demandas da sociedade requerem sempre melhoras, reforços, aperfeiçoamentos. A questão é que no mundo possível construído no discurso proferido no rádio o governo "fez" mais, realizou mais os seus projetos do que no mundo criado no

discurso feito para televisão; ou ainda, no universo criado no discurso para a TV, o governo tem mais “a fazer” do que no universo construído no discurso do rádio.

Essa diferença de orientação argumentativa entre os dois discursos é bastante compatível com o fato de o discurso do rádio ser mais assertivo do que o discurso da televisão, em termos de que este apresenta uma quantidade maior de atos comissivos e diretivos, enquanto aquele só apresenta atos assertivos, exceto o ato *comissivo* referido, acerca do tópico Comunidade Solidária. Sendo assim, pode-se dizer que o discurso do rádio se caracteriza por orientar a argumentação no sentido de uma direção de ajustamento *palavra-a-mundo*, privilegiando um ajuste de foco sobre o estado de coisas representado, enquanto o discurso da TV se distingue por orientar a argumentação de uma direção de ajustamento *palavra-a-mundo* para uma direção de ajustamento *mundo-a-palavra*, enfatizando o compromisso estabelecido entre os interlocutores. Nessa perspectiva, é também bastante pertinente à construção deste último discurso o fato de sua conclusão tematizar a noção de “confiança” no Brasil e nos próprios interlocutores, isto é, no governo e na população, a exemplo do seguinte enunciado:

(28) TV: “Nós temos assim boas razões para **acreditar** no brasil e em nós mesmos (...) Faltam poucos dias para começar um novo ano. Esse é um momento (...) de **confiança** em nós mesmos e no Brasil. § Queria desejar a você, à sua família (...) um feliz ano de 1996, com a **confiança** de que estamos construindo um futuro melhor para os nossos filhos. § Muito obrigado.”

CONCLUSÃO:

Neste texto, buscou-se avaliar alguns aspectos da influência do dispositivo midiático, através do qual um dado discurso é veiculado, sobre a construção desse discurso, em termos do formato enunciativo e da orientação argumentativa que lhe são atribuídos. Foram comparados os dois discursos de final de um ano de governo (1995), proferidos por FHC, um no rádio e outro na televisão, cuja

análise possibilitou estabelecer alguns contrastes entre eles, em função da diferença entre os *dispositivos* midiáticos que lhes serviram de suporte. Assim, entre outras características abordadas neste texto, pode-se dizer que, em linhas gerais, de um lado, no discurso proferido no rádio, o *destinatário* construído pelo enunciador apresenta as seguintes características: representa um público potencial mais restrito, que apresenta um menor grau de compromisso direto com o combate à inflação, enquadra-se na parcela da população que se alimentava mal antes do Plano Real, não representa parte do conjunto dos trabalhadores que perderam o emprego no ano de 95, e ainda, integra o horizonte potencial de ouvintes do programa de rádio do locutor/presidente; sobretudo, a orientação argumentativa desse discurso se caracteriza por apresentar um formato enunciativo quase exclusivamente assertivo, cuja direção de ajustamento *palavra-a-mundo* privilegia a descrição de estados de coisas referentes a ações políticas do governo federal já concluídas. De outro lado, no discurso proferido na TV, a construção do *destinatário* se define pelos seguintes traços: representa um público potencial mais genérico, que apresenta um maior grau de responsabilidade direta pelo controle da inflação e não se enquadra na parcela da população que “não podia comer carne e frango” antes do Plano Real; sobretudo, a orientação argumentativa desse último discurso apresenta um formato enunciativo predominantemente assertivo, mas caracterizado por uma estratégia de modalização que atenua essa força ilocucional, e ainda, pela presença de atos comissivos e diretivos também, enfatizando o compromisso entre os interlocutores, de modo que a direção de ajustamento caminha de uma adequação *palavra-a-mundo* para uma adequação *mundo-a-palavra*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AUSTIN, J.L. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

BRUXELLES, S., DUCROT, O. & RACCAH, P-Y.
Argumentation and the lexical topical fields. In: *Journal of Pragmatics* 24. 1995. p. 99-114.

CHARAUDEAU, P. Langage et discours: elementos de semiolinguística. Paris, Hachete, 1983.

_____. *Des conditions de la mise en scène du langage*.
In: L'esprit de société. Bruxelles, Madarga, 1993.

DUCROT, O. *Topoi et formes topiques. Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995.

MARI, H. *Atos de Fala no discurso de candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte: análise da promessa e da crítica*. In: Teorias e Práticas Discursivas: estudos em Análise do Discurso. Belo Horizonte, Carol Borges, 1997. (neste volume)

SEARLE, J. Os Atos de Fala. Coimbra, Almedina, 1984.

VANDERVEKEN, D. *La théorie des actes de discours et l'analyse de la conversation*. In: Cahiers de Linguistique Française 13. Genève, 1992.

ATOS INDIRETOS DE LINGUAGEM NO DISCURSO ACADÊMICO INSTITUCIONAL

João Bôsco Cabral dos Santos

Este artigo tem por objetivo refletir sobre os atos indiretos de linguagem no Discurso Acadêmico Institucional (DAI daqui por diante). A base teórica de reflexão terá como ponto de partida a utilização dos componentes determinantes da força dos atos ilocucionários definidos por Vanderveken (1983), estabelecendo uma conexão epistemológica com os princípios básicos da semiolinguística (Charaudeau, 1984, 1992 e 1995).

Para desenvolver essa proposta teórica, tomar-se-á como referencial-base o estudo dos performativos em Austin (1962), em seguida, retomar-se-á as primeiras reflexões em torno da teoria da enunciação feitas por Bally (1965), passando posteriormente pela teoria dos atos de fala em Searle (1969).

Essa escolha se justifica por se considerar os componentes determinantes da força dos atos ilocucionários elementos significativos na explicitação da clareza enunciativa dos atos de linguagem, na evidência das intenções de comunicação e na possibilidade de demonstração do conflito permanente entre o pensamento e a linguagem.

Trata-se de uma leitura intra-epistemológica que re-dimensiona os conceitos apresentados por Vanderveken, construindo inter-relações discursivas de natureza enunciativa com bases semiolinguísticas propostas por Charaudeau.

Sobre os Atos Indiretos de Linguagem

Os atos indiretos de linguagem se fazem presentes na maioria dos discursos, via de regra, objetivando estabelecer implícitos nas superfícies textuais, com o intuito de veicular uma agenda discursiva velada, reveladora de intencionalidades e pressupostos subjacentes ao discurso no qual se filiam.

Esses atos podem ser manifestados de forma implícita e explícita. Implícitos, quando revelados através de deslocamento de sentidos, ou pela insinuação, através de marcas lingüísticas, de subentendidos imanentes à construção textual. Explícitos, por se estabelecerem enquanto enunciados transparentes, portadores de sentidos que norteiam a constitutividade argumentativa.

A percepção dos atos indiretos de linguagem tem seu suporte teórico inicial a partir de Austin (1962) com a análise da performatividade lingüística dos verbos. Cabe aqui, uma breve *re-leitura* de Austin (op.cit.), até para melhor situar o papel da performatividade na constituição dos atos indiretos de linguagem.

Austin toma como base de suas reflexões as *afirmações* - organização de itens lexicais portadores de informação - que têm por objetivo *descrever* ações ou fatos. É possível inferir que essa base tomada por Austin assemelha-se teoricamente com a base utilizada por Ducrot (1984:63), já após uma primeira reformulação de sua teoria dos pressupostos e subentendidos, para conceituar *os enunciados* denominando-os de **ocorrência de frase**.

Para Austin, as afirmações se caracterizam por serem **construções lógicas**, algumas vezes, de natureza factual e passíveis de serem verificadas. A partir dessa caracterização, Austin classificou as afirmações em performativas e constativas. As afirmações performativas têm a propriedade de exercer ações com atributos contratuais, por firmarem um efeito de sentido realizado, ou ainda, ações com atributos declarativos, que asseveram a finalidade de uma construção verbalizada. As afirmações constativas referendam circunstâncias e apropriações inerentes às ações às quais se remetem.

Os estudos realizados por Austin, então, serviram de base para que Searle, dando continuidade aos estudos sobre a performatividade das afirmações, chegasse aos estudos dos atos de linguagem, partindo do conceito de força ilocucionária, que o conduziu à hipótese de que a natureza das ações intencionais subjacentes aos enunciados contém saberes partilhados e experiências anteriores. Da análise da realização dessas ações, no campo da significação, surge a *teoria dos atos de fala* (Searle, 1969).

Searle(1969:26) conceitua *ato de fala* como a **unidade básica ou mínima da comunicação lingüística**. Isso implica em se conceber, nesses atos, **certos tipos de intenções** estabelecendo uma relação de reciprocidade de sentidos entre os enunciados e a enunciação.

A partir desse conceito, pressupõe-se que as ações intencionais estão vinculadas aos referenciais do “sujeito enunciador”¹, ao “contrato enunciativo”² no qual esse sujeito está inserido, e às prerrogativas de significado imanentes do mundo real.

Nessa perspectiva, instaura-se paralelamente outra intravisão: a de que o sentido de um enunciado também pode ser reconstruído na percepção de um “sujeito interpretante real”³. Assim sendo, a compreensão do sentido de um enunciado se efetiva no potencial de reconstrução de significado, a ele determinado, pelo sujeito interpretante.

Com isso, torna-se possível conjecturar que, se o sentido deve ser reconstruído, este resulta de um processo em que não só o sujeito enunciador, mas também o sujeito interpretante intervem, processo este mediado por uma interação e, por conseguinte, gerador de um contrato de comunicação entre esses sujeitos.

Para melhor esclarecer os elementos distintivos relacionados a esse contrato de comunicação, emerge a necessidade de uma reflexão em torno da dicotomia entre os atos de fala considerando a oposição: ilocucional vs. perlocucional. Os atos ilocucionais, por se remeterem à realização de uma intenção do falante, se caracterizam pelo caráter de comissividade permeado por marcas que

evidenciam comprometimento e conjectura. Os atos perlocucionais são direcionados à produção de conseqüências, gerando efeitos que incidem sobre a força ilocucional dos atos de fala.

Vanderveken (1983) atribui sete componentes constitutivos de forças determinantes de significado nos atos ilocucionais: um ponto ilocucional, um modo de realização desse ponto, um conteúdo proposicional, as condições de sinceridade, as condições preparatórias e as condições de intensidade evidenciando o ponto de sinceridade e a natureza expressiva da mesma.

A partir da conceituação de Vanderveken, que se refere ao ponto ilocucional como uma expressão de um estado psicológico do falante a propósito de um estado de coisas, é possível inferir que o ponto ilocucional representa o grau de expressividade do ato de fala, ou seja, atua no âmbito das intencionalidades do sujeito enunciador e na assertividade de sentido dos enunciados.

Assim, quando discute o modo de realização do ponto ilocucional, Vanderveken o refere como aquele ponto que consiste na representação de um estado de coisas como real, ou seja, o modo de realização do ponto ilocucional estabelece as convenções de significado atribuídas aos enunciados, fomentando um alcance perlocutivo para os atos de fala.

O conteúdo proposicional diz respeito às bases enunciativas estabelecidas para a instauração do contrato de comunicação.

As condições de sinceridade relacionam o nível de asseveração de sentidos considerando os princípios de pertinência e legitimidade de significação, tanto na realização do ato pelo sujeito enunciador, quanto na atribuição ilocutória ao ato pelo sujeito interpretante, considerando, nesse processo, as negociações de significado fixadas no circuito interno do contrato de comunicação.

As condições preparatórias operam no âmbito do *dizer* e do *revelar* indicando duas oscilações dicotômicas no percurso da realização dos atos ilocutórios: a relação ilocução vs. perlocução, e a relação convenções vs. intenções.

Sobre essas condições preparatórias, é possível relacioná-las aos recursos caracterizadores dos atos de linguagem (Charaudeau, 1995), tais como: retificações, reafirmações, apagamentos e auto-correções; sempre colocando em evidência o caráter dialógico dessas condições na perspectiva enunciador/interpretante, uma vez que a subjetividade do discurso se funda nas condições preparatórias da força ilocucionária dos enunciados.

Para melhor entender as condições de sinceridade e as condições preparatórias, será tomada aqui a assertiva de Vanderveken quando afirma que o ponto ilocucional faz uma transposição do expressivo para o assertivo. O expressivo diz respeito aos valores de verdade imanentes do ato ilocucional e aí temos uma convergência epistemológica com as bases enunciativas do *contrato de comunicação* proposto por Charaudeau; o assertivo como elemento indicativo da realização do ato ilocucionário, daí o encaixe teórico com os recursos caracterizadores dos atos de linguagem preconizados por Charaudeau.

Dessa forma, a ilocução se fundamenta e se sedimenta na enunciação. Entretanto, essa ilocução, nas bases contratuais da interação, provoca efeitos e conseqüências na inter-relação dos atos de linguagem - a enunciatividade, as trocas linguageiras - determinando, assim, a dimensão ilocutória desses atos.

Essa enunciatividade pode ser conceituada, no âmbito deste artigo, como o conjunto de intencionalidades contidas na práxis social de um "sujeito comunicante", declaradas nas ações do sujeito enunciador e colocadas em uma situação idiossincrática de organização de sentidos.

Para melhor entender o funcionamento da enunciatividade, torna-se esclarecedor explicitar o conceito preliminar de enunciação preconizado por Bally (1965) que a define como sendo **ato individual de utilização da língua**, ou ainda, como um elemento constituído pelo conjunto dos fatores e dos atos que provocam a **produção de um enunciado**. Dessa forma, fica patente que a enunciatividade está diretamente relacionada com a natureza da

atuação lingüística do sujeito enunciador considerando os efeitos gerados a partir dessa manifestação de sentidos.

As trocas languageiras podem ser conceituadas, também no escopo deste artigo, como as manifestações de sentidos que ocorrem através de uma trajetória dialética e dialógica, evidenciando as transferências mútuas de sentidos - realizadas através dos enunciados e permeadas pela enunciatividade - que ocorrem entre o sujeito comunicante e o sujeito interpretante, na ação interativa demarcada dentro de um contrato de comunicação em que o comunicante se exerce enquanto enunciador e o interpretante enquanto destinatário.

A fundamentação e sedimentação dos enunciados, no âmbito da enunciação, se dá a partir de convenções inerentes ao contrato de comunicação, entrecruzadas por intencionalidades subjacentes à atuação dos sujeitos, demarcadas na alteridade enunciador/interpretante.

Por fim, e em uma percepção teórica decorrente de intravisiões que permitem estabelecer pontos de convergência entre Vanderveken e Charaudeau, as condições de intensidade, que se referem à amplitude enunciativa dos atos de linguagem. Para refletir sobre essa amplitude, torna-se relevante atentar para alguns elementos que Charaudeau (1995)⁵ aponta como balizadores do ato de comunicar. Tais elementos são as **convenções sociais, normas lingüísticas e rituais específicos que compõem o quadro dos eventos de fala**, uma vez que, para este autor, **comunicar não é apenas informar, mas igualmente convencer e seduzir**, porque **os eventos de fala ocorrem através de um jogo a partir das estratégias utilizadas pelos atores no contrato de comunicação.**

Quando se pondera que os elementos indicados por Charaudeau (1995) estão relacionados à questão das condições de intensidade, o que se pretende pontuar é a relação intrínseca existente entre as variantes psicossociais e os padrões de registros lingüísticos na organização discursiva dos atos de linguagem.

Essas variantes psicossociais e esses padrões lingüísticos, quando explicitados, podem revelar a amplitude enunciativa subjacente aos atos de linguagem. Pressupõe-se, então, que um dos caminhos teóricos para tornar evidente tais elementos e, por conseguinte, explicar as condições de intensidade nos atos de linguagem, seria a utilização da conceituação de Charaudeau (1992) quando este apresenta os quatro modos de organização discursiva: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo.

Dentre os modos apresentados, três podem ser tomados como base para se reconhecer as condições de intensidade nos atos de linguagem, a saber: o modo enunciativo - os lugares do sujeito na linguagem; o modo descritivo - nomeia, localiza e qualifica as visões de mundo passadas através da linguagem; e, o modo argumentativo - raciocínios e argumentos circunscritos em sistemas de valores.

Torna-se importante esclarecer que Charaudeau (1992) sugere esses modos de organização da encenação discursiva para serem aplicados na análise de um dado corpus; no entanto, quando se examina pormenorizadamente a descrição dos mesmos, com exceção do modo narrativo, que está mais direcionado para o âmbito macro da enunciação, é possível inferir que a conceituação de cada um dos outros três modos, revela a natureza das condições de intensidade inerentes aos atos ilocucionários.

Assim, o ponto de sinceridade emerge da percepção do modo enunciativo nos atos de linguagem. Já a natureza expressiva, se configura a partir do reconhecimento dos significados imanentes no modo descritivo. Por fim, os chamados rituais específicos nos eventos de fala que se manifestam através da identificação do modo argumentativo nos atos de linguagem.

Para analisar os atos indiretos de linguagem no discurso institucional, estabelecer-se-á essa inter-relação teórica entre Vanderveken (1983) e Charaudeau (1984, 1992 e 1995), no sentido de entrecruzar a ordem dos sentidos, o estilo organizacional dos enunciados e sua força argumentativa na composição discursiva do contrato de comunicação.

Sobre o DAI

O DAI é constituído pelos documentos institucionais que revelam as bases da práxis académica de um determinado grupo de sujeitos, vinculados a uma instituição. Esses documentos, em geral, trazem em sua enunciatividade, as filiações epistemológicas e as inserções discursivas inerentes ao fazer científico desse grupo de sujeitos.

É possível inferir em Charaudeau (1995)⁶ que, quando existem interlocutores que reconhecem os atos de fala inseridos em um contexto determinado por normas sociais prescritas em um contrato de comunicação, é porque existe um discurso que se interpõe institucionalmente e é legitimado por um grupo de sujeitos.

Esse discurso, uma vez interposto institucionalmente, é referendado por essas normas que assumem o status de lei com determinantes que o circunscrevem em um lugar referencial na enunciação, marcando papéis distintos para os sujeitos nele incluídos.

Nesse sentido, o DAI é dotado de motivações epistemológicas, finalidades científicas e intencionalidades político-ideológicas.

As motivações epistemológicas se configuram a partir de um direcionamento filosófico-exegético que funda o discurso em um conjunto de valores e normas reguladores do *fazer agir* dos sujeitos usuários desse discurso. Esses valores e essas normas orientam as concepções axiológicas inerentes a uma determinada área de conhecimento. O *fazer agir* dos sujeitos torna-se, então, resultante da composição de um *pensar* decorrente de um processo de envolvimento *teórico/pragmático*.

As finalidades científicas compõem um jogo de influências acerca de como o *fazer agir* epistêmico pode ser controlado enquanto troca enunciativa da comunicação. Essas finalidades, via de regra, são asseguradas através de uma postura académica que possui um carácter escolástico, isto é, o fazer científico perpassa um status de doutrina a ser seguida, um modelo a ser continuado, um contrato a ser cumprido.

Para melhor compreender essa regulação acadêmica institucionalizada, tome-se como exemplo um curso de formação de professores de línguas em que a motivação epistemológica se funda no viés estruturalista. As finalidades científicas resultantes de tal motivação revela um perfil de profissional que atuará em uma delimitação sistêmica, em uma potencial convalidação de modelos, e em um caráter reprodutivista de concepções previamente demarcadas.

Atuar em uma delimitação sistêmica significa preconceber rituais lingüísticos gerados em variáveis de origem lexical ou sintática, concebidas em contextos idealizados, e que, portanto, prevêem a natureza dos produtos decorrentes de tais rituais. Dessa maneira, um profissional que absorve uma gama de sistemas, em sua formação, refletirá uma práxis fomentada continuamente por normatizações e classificações *ad referendum* de concepções precatórias.

Convalidar modelos prescreve uma luta pelo controle das trocas enunciativas da comunicação, quer dizer, determinar uma regulação dos potenciais lingüísticos e distribuí-los enquanto produtos acabados não susceptíveis de deslocamentos sêmicos. O profissional convalidador de modelos faz suas escolhas teóricas e passa a aplicá-las na trajetória de seu fazer acadêmico.

Reproduzir concepções implica em impingir legitimidade, credibilidade e asseveração a um determinado conhecimento. A reprodução confirma, sobretudo, uma institucionalização do conhecimento, uma deliberação canônica de uma referência teórica. O profissional encara a reprodução como estatuto mantenedor de prestígio acadêmico e de legado escolástico para um arcabouço teórico em uma área de conhecimento.

As intencionalidades político-ideológicas dizem respeito às representações de mundo imanentes às trocas linguageiras, ou seja, à dimensão do sujeito comunicante enquanto ser social em um jogo de convenções reguladoras determinadas pelo contrato de comunicação.

Na perspectiva de Charaudeau (1995)⁷

... os contratos de comunicação constituem a trajetória social da comunicação, em um dado momento, ... os rituais linguageiros representam comportamentos que devem adaptar os indivíduos em suas interações.

Assim, essas intencionalidades político-ideológicas subentendem as relações de poder que advêm, quer da tentativa de se estabelecer uma hegemonia epistemológica nas instituições acadêmicas, quer do direcionamento de propósitos específicos, convenientes ao fazer científico de um certo grupo de sujeitos.

Atos Indiretos de Linguagem no DAI

A base teórica de análise dos atos indiretos de linguagem no DAI tem como referenciais os componentes determinantes da força dos atos ilocucionários definidos por Vanderveken (1983) que compreendem: o ponto ilocucional, o modo de realização, o conteúdo proposicional, as condições de sinceridade, as condições preparatórias e as condições de intensidade, contemplando o ponto de sinceridade e a natureza expressiva. A partir desses componentes, construíram-se inter-relações epistemológicas com alguns princípios da semiolinguística (Charaudeau, 1984, 1992 e 1995) tais como: os recursos caracterizadores dos atos de linguagem, as bases contratuais da interação e os modos de organização discursiva.

Uma das manifestações do DAI ocorre através das fichas de disciplinas dos componentes curriculares oferecidos nos Cursos de Letras.

As fichas de disciplinas são documentos institucionais que revelam as propostas acadêmicas do fazer pedagógico e científico de um determinado curso, em nível de graduação, ou de um programa de pós-graduação. Nelas contêm: os objetivos, a ementa, o programa e

a bibliografia que orienta a operacionalização de componentes curriculares.

Esses documentos representam construções lógicas de natureza factual, quer dizer, trata-se de um conjunto de atos de linguagem carregados de performatividade. Essa performatividade se manifesta na ação, no atributo contratual de fornecer uma base lingüística e epistemológica aos graduandos.

Percebe-se, pois, que essas fichas determinam uma construção enunciativa verbalizada com uma finalidade prescrita - a de fornecer subsídios acadêmicos orientando o encaminhamento a ser dado na operacionalização das disciplinas em sala de aula ou como referência determinante da episteme de um curso.

NOTAS

¹ cf. Charaudeau (1984), o sujeito enunciador, no âmbito do *mundo* falado torna-se o sujeito da palavra, isto é, o sujeito produtor de enunciados dentro do contrato enunciativo que emerge no circuito interno do processo de comunicação.

² cf. Charaudeau (1984), a noção de contrato parte da pressuposição que indivíduos pertencentes ao mesmo corpo de práticas sociais procurarão se entender entre si.

³ cf. Charaudeau (1984), o sujeito interpretante real, no âmbito do *mundo* falado, torna-se o interlocutor imediato dentro do contrato enunciativo que emerge no circuito interno do processo de comunicação.

⁴ cf. Charaudeau (1984) o sujeito comunicante refere-se ao *indivíduo real* inserido no *mundo real*, ou seja, o sujeito em seus referenciais de mundo dentro do contrato enunciativo que se situa no circuito externo do processo de comunicação.

⁵ Nossa tradução do original em francês:

Communiquer, ce n'est pas seulement informer, mais également convaincre et séduire. Conventions sociales, normes linguistiques et rituels relationnels forment le cadre obligé des échanges de parole, mais ils laissent une large place au jeu et à la stratégie des acteurs. Charaudeau (1995)

⁶ O texto corrente deste artigo expressa nossa leitura do original em francês:

Mon interlocuteur reconnaît le bien fondé de ma parole au degré de conformité de mon comportement présent par rapport à des normes sociales et me fera exister en tant que locuteur. Charaudeau (1995)

⁷ Nossa tradução do original em francês:

“... on peut dire que ces contrats de communication témoignent d'un état du marché social de la communication, à un moment donné. ... On entend par *rituels langagiers* les comportements que devoient adopter les individus lorsqu'ils veulent établir ou maintenir un contact avec quelqu'un d'autre.” Charaudeau (1995)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J.L. (1962) *How to do things with words*
Cambridge: Harvard University Press.

BALLY, C. (1965) *Linguistique générale et linguistique française* 4ed. Berna: A. Francke.

CASTRO, M.F.F.G. (1996) *A Desconstrução Uberlândia*, mimeo.

CHARAUDEAU, P. (1984) *Langage et discours* Paris: Hachette.

_____ (1992) *Grammaire du sens et de l'expression* Paris: Hachette.

_____ (1995) *Ce que communiquer veut dire* *Science Humaines*, 51, Juin.

CORACINI, M.J.R.F. (1991) *Análise do Discurso: em busca de uma metodologia* IN - *Delta* vol. 7 N° 1, pp.333-55.

COULTHARD, R.M. (1985) *An introduction to Discourse Analysis* London: Longman.

CULLER, J. (1987) *Deconstruction* IN - *On Deconstruction* London: Routledge & Kegan Paul, pp.85-156.

DUCROT, O. (1984) *O dizer e o dito* Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. (1987) *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes.

SEARLE, J.R. (1969) *Os actos de fala* Coimbra: Almedina, 1981.

SINCLAIR, J.McH. & COULTHARD, R.M. (1975) *Toward an analysis of discourse* London: Oxford University Press.

VANDERVEKEN, D. (1983) *A model-theoretical semantics for illocutionary forces* *Logique et Analyse*.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Adcok, C.** 187-211
Amado, J. 207
Aristóteles 19-147-148-149-150
Arns, P.E. 197
Ascombre, J.C. 242-247-271
Assis, M. 162-163-171
Astérix 117-118-119
Auchlin, A. 94-107-108
Austin, J.L. 271-297-299-300-310
Authier-Revuz, J. 143-150-
Baly, C. 299-303-311
Balzac, H. 112
Balzani, M. 74-90
Bange, P. 95-108
Barreto, R.M. 213-217-219-224
Barros, D.L.P. 145-150
Baudrillard, 21-24
Blake, W. 68
Begley, S.H. 68-71
Brandão, H.H.N. 111-120
Brazil, D.C. 44-53
Brown, G. 73-75-90
Bruxelles, S. 242-248-298
Caldas-Coulthard, C. 65-71
Campbell, K. 68

Canale, M. 33-41

Cardoso, F.H. 249-254-255-256-260-261-262-267-268-269-271-296

Carneiro, S. 207-210

Carpenter, P. 85-90

Carvalho, J. 130-131-132-133-134-135-136-137-138-139

Castro, C. 94-102-106

Charaudeau, P. 15-18-20-23-24-113-114-115-120-123-124-125-128-129-132-133-136-139-153-155-159-161-164-169-173-175-183-187-191-192-210-235-248-249-250-251-261-268-269-271-272-280-298-299-303-304-305-306-308-309-310-311

Chiaretti, P.A. 32-41

Chinoy, E. 187-210

Clinton, B. 209

Coghlan, A. 66-71

Cruz, A.R. 200-208-209-210-218-224

Cruz, J. 206

Crystal, D. 25-41

Daniel, J. 113-114

Delacorte, M.C.F. 51

Dolly 63-64-67-68-69

Ducrot, O. 146-147-150-224-248-271-279-288-298-300-311

Erba, C. 201

Esteves, M.C.A. 187-191-210

Farias, P.C. 123-127-128-129-130-131-132-133-134-135-136-138

Feldweg, H. 74-90

Fiorin, J.L. 141-150-159-176-179

Franco, I. 256

Freitas, J.M.L. 45-53
Fulgêncio, L. 90
Gallo Junior, L. 201-210
Genette, G. 120
Gile, D. 75-82-91
Gilman, A. 205-210
Goffman, E. 96-108
Gomes, M.C.A. 174-182-183-219-224
Gonçalves, M. 207
Goodmann, L. 205-210
Gosciny 118
Goscinyrix 118
Grandet, E. 112
Grice, P. 22-24-41
Guareschi, P. 190-211-224
Halliday, M.A.K. 25-41-79-91
Hasan, R. 25-41-79-91
Hoey, M. 69-72
Houdebine, A.M. 187-211
Isham, 77-88-91
Jakobson, R. 148-149-151-190
Jovchelovitch, S. 211-219-222-224
Júlio Cesar 119
Just, M. 85-90
Kerbrat-Orechioni, K 18-24-101-107-108
King, M.L. 206
Koch, I.V. 26-41-91

- La Fontaine, J.** 153-154-158-159
- Lajolo, M.** 40-41
- Lakoff, R.** 49-53-215-224
- Lazlo, F.** 201-207-211
- Levinson, S.** 45-53
- Lewin, S.** 59
- Lima, E.G.** 210-212
- Lula** 261
- Machado, I.L.** 140-161-164-165-166-168-169-170-171-249-269
- Maingueneau, D.** 112-115-120-144-151-216-224
- Mair, L.** 187-211
- Maluf, P.** 197
- Marçal, C.** 201-207-211
- Marcolino, Suzana** 128-129-130-131-133-135-136
- Marcuschi, L.M.** 36-42
- Mari, H.** 159-278-280
- Martins, A.** 94-106-246
- Mello, F.C.** 135-256-259-267
- Minayo,** 219-222
- Miyake, A.** 85-90
- Moescheler, J.** 104-108
- Montoro, F.** 256
- Moscovici, S.** 190-207
- Moura, C.** 215-216-224
- Myers, G.** 55-56-57-58-59-60-61-62-63-70-72
- Nelson, E.** 187-211
- Neves, T.** 256-267

Obélix 117-118
Palhares, F.B. 132-135-137
Pêcheux, M. 111-112-113
Pelé 257
Perelman, C. 147-151
Pessoa, F. 162-171
Peytard, J. 120
Pires, M.S.O. 96-108
Pitta, C. 197-
Platão, F. 176-179
Reboul 19-24
Riley, M.W. 187-211
Roulet, E. 93-95-96-101-108-109-143-148-151
Sá, C.P. 190-207-212
Saccomandi, 206-212
Sacks 47-53
Sandmann, A. 189-212-217-224
Santos, N. 214-224
Schegloff, E.A. 45-46-47-53
Schwartzman, S. 209-212
Searle, J.R. 161-162-163-164-166-168-171-228-248-271-298-299-301-311
Seleskovitch, D. 77-88-91
Sganzerla, V. 195-209
Silva, Fausto. 189
Sinclair, J.M. 44-53-311
Sodré, M. 188-212

Sperber, D. 33-42
Spink, M. 190-212
Swain, M. 33-41
Swales, J. 62-70-72
Tavares 212
Tannen, D. 43-48-50-53-54
Terêncio 119
Thiéry, C. 76-77-91
Travaglia, C. 26-41
Travis, J. 65-71
Uderzo, A. 117-118
Uderzoric 118
Vanderveken, D. 271-278-298-299-302-305-308-311
Vargas, G. 258
Vasquez, E.C. 210-212
Vázquez-Ayora, G. 81-91
Veríssimo, L.F. 161-168-169-171
Veron, E. 173
Vion, R. 18-24-106-109
Votre, S. 28-42
Weber, 76-77
Weber, W.K. 91
Widdowson, H.G. 31-42
Willis, J. 44-54
Wilmot, I. 62-71
Wilson, D. 33
Yser, W. 120

Yule, G. 73-75-90

Zola, E. 141-145-148-149-151

Zornig, D.F. 45-50-51-54

TEORIAS E PRÁTICAS DISCURSIVAS
Estudos em Análise do Discurso
ISBN - 85.7041-140-5

A Análise do Discurso é uma área do conhecimento humano e científico, de interesse não apenas da Lingüística, como também da Psicologia, Comunicação Social, Publicidade, Antropologia, Sociologia, Ciências Políticas e da área de Saúde.

Neste livro, os autores apresentam as teorias mais modernas da Análise do Discurso e sua aplicação em diferentes "corpus" de estudo.